



GIL ▶
VICENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161—*Gulmarães*

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA, *Succeores*, Ld.ª-V.ª N.ª DE FAMILIÇÃO-1943

GILVICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XXI

GVIMARÃIS

MCMXLV

A ESTREIA LITERÁRIA DE ANTÓNIO SARDINHA

QUASI todos os amigos, discípulos, admiradores ou simples leitores de António Sardinha estão convencidos de que a estreia literária do grande escritor e Mestre do nosso Nacionalismo data de 1910, — ano em que, com um soneto introdutor de Eugénio de Castro, se publicou em Lisboa o *Tronco Reverdecido*. Alguns ainda recuam êsse acontecimento para 1909, lembrados de que foi então que o pseudónimo «António de Monforte» apareceu, assinando a belíssima *Lírica de Outubro*, numa *plquette* onde se reuniram as poesias premiadas nos Jogos Florais de Salamanca. Muito poucos são os que conhecem o estudo sôbre o pintor Grão-Vasco, impresso na *Ilustração Portuguesa* dois ou três anos antes. E raros aquêles que tiveram na mão as autênticas primeiras obras de Sardinha, ou sejam os opúsculos poéticos que, ainda estudante do curso liceal, êle fez publicar, tímidamente, em terras de província.

Tenho diante de mim, no momento em que escrevo estas linhas — por amável empréstimo do meu amigo, distinto e culto clínico Dr. Sebastião Alberto Centeno Fragoso — a primeira obra de António Sardinha, o livro com que o eminente doutrinador do *Ao Princípio era o Verbo* se estreou nas letras portuguesas. É um opúsculo de vinte e seis páginas, em cuja capa, de arranjo tipográfico de duvidoso gôsto, como era próprio da época, se lê, após o nome do autor — por tal sinal escrito erradamente: António Sardinha — o título da obra: — *Cálix de amargura*. E logo por baixo, em tipo miúdo, dois versos de Alfred de Musset:

Surtout considérez, illustres seigneuries,
Comme l'auteur est jeune et est son premier pas.

Por fim, o local e a data da impressão: — «Evora / Minerva Commercial / 1904».

O exemplar que tenho presente foi por Sardinha oferecido ao grande bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás. Uma dedicatória autógrafa do autor, datada de Maio de 1904, assinala as relações de respeitosa amizade que ligavam o poeta ao erudito. No verso do rôsto leem-se estas linhas impressas: — «Tôdas as poesias contidas neste volume foram compostas pelo autor dos seus quinze aos dezasseis anos». Efectivamente, as composições do *Cáliz de Amargura* — tôdas datadas — abrangem o período que decorre de Fevereiro de 1903 a Março de 1904. Nascido em Setembro de 1887, o jovem estreante nas letras tinha, à data da mais recente poesia do seu livro, dezassete anos incompletos.

O opúsculo encerra dezasseis poesias, entre as quais sete sonetos. Trata-se, evidentemente, da obra de um principiante, simples aluno de instrução secundária, embora (sabemo-lo através de um trabalho de Luís Silveira) cheio de curiosidades intelectuais. Datadas, três de Évora, duas de Coimbra, as restantes de Monforte, sua terra natal, as composições do *Cáliz de Amargura*, se revelam, por vezes, certa ingenuidade de inspiração ou de rima ou demasiada permeabilidade a influências recebidas em leituras, atestam já, todavia, uma personalidade literária que o tempo mais e mais acentuaria.

Sôbre essa fase literária de António Sardinha possuímos um depoimento precioso — o de Eugénio de Castro, a quem o jovem poeta se dirigiu espontâneamente e que viria a ser, poucos anos depois, como que o padrinho do *Tronco Reverdecido*. Transcrevamos, pois, essas páginas do glorioso autor da *Belkiss*, integradas no primeiro volume das suas *Cartas de Torna-Vlagem*, publicado em 1926. Com data de 25 de Janeiro de 1925 — quinze dias após a morte de Sardinha — escrevia Eugénio de Castro:

«Um dia, há vinte anos, recebi uma carta de certo rapazinho, que então freqüentava o Liceu de Évora, e que, depois de se confessar admirador dos meus versos, requeria a minha opinião sôbre aquêles que, da sua lavra, me remetia pelo mesmo correio. Não sendo maravilhosos, tais versos não eram, porém, vulgares; e, sob numerosas imperfeições, naturalíssimas em quem principiava então o seu noviciado artístico, nêles palpitavam amiúde claros vislumbres de uma notável e original vocação poética. — O meu novo correspondente era António Sardinha, e porque logo reconheci o seu valor, não demorei a resposta, felicitando e animando o moço e obscuro poeta provinciano, certo de que as primícias submetidas ao meu juízo eram o vago, mas já seguro amanhecer dum próximo e glorioso dia de sol. — Meses depois, o poeta-estudante resol-

veu, não me lembro já por que motivos, transferir-se do Liceu de Évora para o de Viseu, e, na passagem para a última daquelas cidades, parou em Coimbra, com o amável propósito de me conhecer pessoalmente e de conversar comigo. Vinte anos já passaram sôbre o nosso primeiro encontro, mas ainda agora me parece que êle se realizou ontem, tão funda impressão deixou no meu espírito a vivacidade dêsse adolescente, que me aparecia quási pobremente vestido, mas em cujos olhos faiscavam relâmpagos de talento e de audácia juvenil.»

Assim falou Eugénio de Castro sôbre o autor do *Cdlix de Amargura*, obscuramente saído à luz da publicidade, num modesto prelo eborense, há quarenta anos exactamente. O jovem poeta, que então iniciava a sua vida literária — ai de nós! curta seria ela, mas brilhante e fecundíssima como poucas — acalentava já no pensamento os mais variados projectos. Assim, na última página da capa do seu livro de estreia pode ler-se o seguinte:

«Do Mesmo Auctor: — A sair: *Subsidios para uma Bibliographia Garrettiana; Monforte* (notícia histórica). A publicar: *Epigraphia Monfortense; O jornalismo no districto de Portalegre* (resenha chronológica); *Por êste mundo* (memórias). Em compilação: *Poesias de António de Sousa Maldonado.*»

Estas linhas encerram já alguma coisa da feição mental que caracterizaria definitivamente António Sardinha. Nelas afluam o culto de Garrett, que o acompanharia sempre e de quem — como Ramalho Ortigão — receberia muito do seu amor pela Tradição, o interêsse pela vida local, que foi dominante na sua vida e na sua obra — e aquella dose de «suco literário» que, não fazendo nunca dêle um profissional das letras, era sufficiente para, aos dezasseis anos, o levar a anunciar um livro de «Memórias».

RODRIGUES CAVALHEIRO.

DOIS CENTENÁRIOS

I—D. Francisco Alexandre Lôbo

DECORRERAM no ano findo dois centenários cuja passagem não devia ser indiferente ao meio cultural português nem àquelas entidades a quem compete zelar pelo património espiritual da Nação e render justa homenagem à memória de quantos souberam honrar superiormente a Cultura e o Pensamento nacionais. Refiro-me aos centenários de D. Francisco Alexandre Lôbo e de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, que passaram, respectivamente, a 9 de Setembro e a 12 de Dezembro de 1944.

O Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, foi um dos Prelados mais sábios e virtuosos do século passado e um dos mais altos cultores da língua de que a nossa história literária pode orgulhar-se. Escritor vernáculo, elegante, em quem a elevação dos conceitos caminhava de par com a superioridade do engenho, da sua prosa, poderíamos dizer com inteira verdade o que êle próprio dissera da linguagem de Vieira: que era «por abundância, propriedade, correcção, pouco menos, se acaso menos, que perfeita», que ela «era a do seu tempo e a da sua Nação».

Só tomará por exagerado êste parecer quem, porventura, desconheça as obras do Bispo de Viseu, autor da célebre *Memória acêrca de Frei Luís de Sousa*, a qual Alexandre Herculano não hesitou em classificar de «modelo de consciência literária, de erudição e de crítica», pelo que bem se pode afirmar que os novos, a quem o historiador das origens aconselhava prudentemente *caldos de Vieira e de Bernardes*, encontrarão nesse altíssimo prosador — cujas obras constituem raridade bibliográfica — um mestre incontestado da nossa língua própria.

O Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, nasceu em Beja, «de Pais plebeus e com poucos bens», — como escreveu — a 14 de Setembro de 1763.

Devotado à vida eclesiástica, já aos 18 anos tinha estudado latim, grego, retórica e filosofia, partindo logo para Coimbra, a fazer os exames

preparatórios e a matricular-se na Faculdade de Teologia, em que veio a doutorar-se em Outubro de 1787.

Pouco depois, tomava posse do Benefício de Coruche, e, de 1792 em diante, pelo espaço de doze anos, viveu em Lisboa e em Paço de Arcos, na companhia do Inquisidor Geral, no Colégio das Ordens Militares, em Coimbra, e, depois, em Alvito, para onde se transferira.

Por essa época, já o seu nome literário avolumara, tendo sido eleito sócio correspondente da Academia das Ciências, de que veio a ser sócio livre em 1821.

Em 1806, era despachado lente da Faculdade de Teologia, na Universidade de Coimbra, e, três anos depois, nomeado por D. João VI Bispo de Viseu, realizando-se no ano seguinte a cerimónia da sua sagração, na igreja da Encarnação, de Lisboa.

Tendo vivido, até aí, muito distante das coisas da política, não pôde, todavia, impedir que se visse eleito deputado pela Beira às Córtes de 1822, pedindo escusa dêsse encargo, o que o Congresso lhe concedeu. Mas, quando em 1826 os preceitos da *Carta Constitucional* entraram em execução, foi D. Francisco Alexandre Lôbo, que era Prelado com diocese, convidado a tomar assento na Câmara dos Pares, o que então aceitou, por julgar ser êsse o seu dever de português. Os mesmos imperativos o levariam a conformar-se com a decisão da Infanta D. Isabel Maria, quando esta, no mesmo ano, lhe confiou a pasta dos Negócios do Reino, missão que desempenhou apenas durante seis meses; mas, ao abandoná-la, eram-lhe conferidas as honras de Ministro de Estado, como recompensa dos bons serviços que prestara.

D. Miguel, ao regressar ao reino, nomeou-o Conselheiro de Estado, e, quando dissolveu a Câmara dos Deputados, confiou-lhe a presidência da Junta que se criara para elaborar as novas instruções eleitorais, a fim de que a Nação pudesse ser dignamente representada.

A D. Francisco Alexandre Lôbo coube, igualmente, o grave encargo de proferir os discursos de proposição e exposição nas Córtes de 1828, que proclamaram o novo Rei, o qual, ainda no mesmo ano, por proposta do Duque de Cadaval, o nomeava Reformador Geral dos Estudos do Reino e seus Domínios, cargo em que despachava no Real Gabinete com os Ministros de Estado.

Quando, em 1834, as fôrças liberais ocuparam Amarante, o Bispo D. Francisco Alexandre Lôbo resolveu abandonar a diocese, no que seguia o exemplo de veneráveis Pastores antigos e modernos e até o conselho evangélico — como escreveria mais tarde, ao justificar o seu pro-

cedimento — mas só depois de ter providenciado e deixado a bom recato a administração do seu encargo episcopal.

A 13 de Abril, partiu para a Guarda, de onde passou ao Alentejo e a Lisboa, embarcando clandestinamente para Inglaterra, a 29 de Junho, já depois de ser assinada a Convenção de Évora-Monte.

De Falmouth, onde permaneceu por algum tempo, transferiu o Bispo, por fim, a sua residência para Paris, acolhendo-se ao Seminário das Missões Estrangeiras, de onde só raras vezes saía.

De todos os Prelados franceses e de outras nacionalidades, que por ali passaram durante a sua estada em Paris, recebeu D. Francisco Alexandre Lôbo as maiores provas de aprêço, por suas grandes virtudes e cultura. Também durante a sua ausência do bispado dirigiu várias pastorais aos seus diocesanos, tôdas elas repassadas da mais entranhada caridade cristã e primorosamente redigidas na mais pura linguagem portuguesa.

Mas as saúdes da Pátria, da sua «tão amada Pátria», levaram o Bispo de Viseu a diligenciar, honestamente, e ao cabo de dez anos de exílio, o seu regresso à mitra de que se vira apartado pelas contingências da política. Aos oitenta anos de idade, sem que estivesse inculcado de qualquer crime político, e sem que se lhe houvessem embotado o entendimento e o coração, sentindo que a vida tocava o seu fim, D. Francisco Alexandre Lôbo ambicionou tornar ainda a ver a sua terra e acabar, como Pastor enternecido, junto de suas ovelhas.

Foram longas e difíceis as negociações entabuladas para o seu regresso ao reino, o qual se veio a dar, finalmente, em Junho de 1844, e sem que o Bispo tivesse jamais subscrito qualquer cláusula ou proferido uma só palavra que traduzisse abdicação dos princípios que perfilhava, pelo que nunca reconheceu o govêrno constitucional nem se viu autorizado a regressar à sua mitra.

Voltou, porém, a Portugal, mas num momento em que dificuldades de vária natureza embaraçavam a resolução do que tão ansiosamente pretendia. Aguardando ocasião mais propícia à continuação das negociações, recolheu-se o Prelado ao Mosteiro das Freiras Flamengas, do Calvário, onde iludia as horas de expectativa e da enfermidade que então se lhe agravara, com a leitura das obras de Frei Luís de Sousa, o seu «escritor válido entre todos os prosadores do nosso Portugal», como dizia.

Só a 20 de Junho entregaria o Bispo ao Ministro interinamente encarregado dos Negócios Eclesiásticos o memorial em que insistia pela

sua reintegração no exercício das funções episcopais, de que se vira privado, por virtude do longo exílio e, agora, por deliberação governamental. Mas não chegara essa petição a ter despacho, quando, a 9 de Setembro de 1844, e sem que tivesse podido realizar o sonho de Pastor amantíssimo de seus povos, soou a hora extrema para o Prelado.

Passados poucos dias, foram os seus restos mortais transportados para Viseu, onde a população o aguardava possuída do mais profundo sentimento pela perda do Bispo, que não tornara a ver desde o dia tão distante da sua partida para o exílio.

II — D. Fr. Fortunato de S. Boaventura

Nasceu D. Fr. Fortunato em Alcobaça, onde seu pai exercia a profissão de livreiro, e, possivelmente, em Abril de 1777, visto a certidão de baptismo ter a data de 30 dêsse mês.

Dotado de inteligência viva e precoce, no testemunho unânime dos seus biógrafos, professou a regra de S. Bernardo, no mosteiro da sua terra natal, a 25 de Agosto de 1795, transferindo-se, em seguida, para Coimbra, onde freqüentou o curso teológico da Universidade e veio a doutorar-se a 8 de Julho de 1810. Dois anos depois, requeria matrícula como opositor às cadeiras da Faculdade de Teologia, e a 2 de Julho era nomeado lente substituto da primeira cadeira subsidiária da referida Faculdade, para o ano lectivo de 1812 a 13.

Parece, porém, que o futuro Prelado — segundo as amabilíssimas investigações que, a meu pedido, fêz, em tempos, no Arquivo da Universidade de Coimbra, o meu prezado camarada dr. Pedro de Moura e Sá — nunca subiu à cátedra universitária, sendo, portanto, lícito supor que tivesse então desistido de um duvidoso lugar de lente, para lhe preferir o cargo certo, embora menos categorizado, de mestre no Colégio das Artes, da mesma cidade de Coimbra.

Em 1808, pertenceu ao Corpo Académico, traduzindo do francês um opúsculo anti-napoleónico, e, em 1820, era admitido na Academia das Ciências de Lisboa — primeiro, como sócio correspondente, e, depois, como sócio livre da mesma colectividade.

Nas *Memórias da Academia*, deixou D. Fr. Fortunato abundantemente documentada a sua actividade de humanista e historiador, sendo

também por essa época eleito cronista da sua Ordem, cargo em que veio a ser justamente considerado como o digno continuador da obra de Fr. Manuel dos Santos.

Inventariando o cartório do convento, produziu um labor notabilíssimo que colocou para sempre o seu nome entre os dos mais altos cultores da chamada historiografia alcobacense. Não foi prosador elegante como D. Francisco Alexandre Lôbo, mas a sua linguagem é vernácula, da melhor raiz portuguesa, e a sua erudição era profunda e vastíssima, conforme o ficaram comprovando os seus copiosos trabalhos históricos e literários.

Não havia, porém, o cronista cisterciense de limitar a sua actividade à tarefa erudita e remansosa de pôr em linguagem os códices da Ordem de S. Bernardo. Quando o Infante D. Miguel regressou a Portugal, em Fevereiro de 1828, logo reconheceu em D. Fr. Fortunato um dos mais valiosos elementos da causa legitimista, que era a causa da Nação. Pouco tempo depois, em 25 de Abril, prégava na Sé de Coimbra um sermão memorável em acção de graças pelo regresso do futuro monarca, preferindo outro sôbre o mesmo assunto, a 11 de Maio, na igreja de S. João de Almedina.

Todos os biógrafos de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura — e até os seus adversários políticos, são unânimes em afirmar que era homem de grande integridade moral, sacerdote de porte exemplar, dotado de alma caritativa, de um trato lhano e bondoso. Por isso mesmo, foi geralmente bem acolhida a sua nomeação para Reformador Geral dos Estudos, em Agôsto de 1831, e em substituição do Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lôbo, que abandonara êsse cargo por ter saído do Ministério o Duque de Cadaval.

A 29 de Setembro dêsse ano, era D. Fr. Fortunato elevado à dignidade de Arcebispo de Évora, nomeação confirmada pelo Papa Gregório XVI, em 24 de Fevereiro do ano seguinte. Assim reconhecia e premiava D. Miguel as virtudes e merecimentos do frade cisterciense, revelados no exercício do sacerdócio e também o alto empenho e lealdade com que êle tinha advogado os seus direitos ao trono de Portugal.

Mas não occuparia por muito tempo a cadeira metropolitana, o douto Arcebispo, que, pela sua dedicação à realza legítima e pela forma corajosa como enfrentara as arremetidas revolucionárias, já fôra, poucos anos atrás, condenado à morte pela Maçonaria. Ao triunfarem as armas liberais, em 1834, e, com elas, o regime constitucional, D. Fr. Fortunato

de S. Boaventura, que tinha ocorrido a juntar-se ao exército miguelista, viu-se forçado a emigrar, seguindo logo para Roma, onde já se encontrava quando D. Miguel ali chegou.

Juntando-se ao seu Rei, e com êle partilhando dignamente as agruras e privações do exílio, assumiu então D. Fr. Fortunato a direcção da causa legitimista, sendo até, de sua autoria, ao que parece, alguns dos protestos dirigidos por D. Miguel aos seus súbditos.

Foram duros e trabalhosos os anos que o Arcebispo de Évora viveu em Itália, — de onde dirigiu várias pastorais aos sacerdotes e fiéis da sua mitra, até à data da morte, ocorrida em 12 de Dezembro de 1844, em Roma, onde os seus restos mortais ficaram assinalados por lápida existente na igreja de S. Bernardo.

Importa ainda lembrar que, se a sua bibliografia era já vasta quando se viu forçado a empreender a jornada do exílio, muito mais ela se acrescentou durante aquêles anos de vida que lhe decorreram na *urbs* cristianíssima.

Escrevendo com facilidade a língua italiana, colaborou assiduamente no jornal de Módena *La Voce della Verità*, e, do exílio, continuou a dirigir a edição de importantes publicações iniciadas quando ainda se encontrava em Portugal, como por exemplo, a valiosa *Colecção de inéditos portugueses dos séculos XIV e XV, que ou foram compostos originalmente, ou traduzidos de várias línguas, por Monges Cistercienses deste reino*. Em 1836, deu a lume, em Módena, a *Formula honestae vitae*, de S. Martinho de Dume, Arcebispo de Braga, trasladada de um códice da Biblioteca Vaticana e precedida de um sólido Comentário, modelo de boa latinidade. Também na mesma Biblioteca, onde se enclausurara voluntariamente durante o decénio da sua permanência em Roma, encontrou um códice latino, que relatava a vida do nosso Infante Santo e que traduziu para português e fez imprimir em Módena, no mesmo ano.

Dos seus escritos políticos, requerem menção especial. *O Mastigóforo*, *O Punhal dos Corcundas*, *a Contra-mina*, *o Novo Vocabulário Filosófico-Democrático*, *a Contra-mina Supranumerária* e *o Defensor dos Jesuítas*, — obras em que o frade se revelava polemista de pulso rijo. Mas não reflectiam essas páginas, unicamente, o temperamento combativo do seu autor, temperamento, aliás, só comparável ao do Padre José Agostinho de Macedo. Além da polémica e da crítica implacável aos actos e às palavras da facção revolucionária, encerravam, também, os copiosos panfletos de D. Fr. Fortunato, admiráveis conceitos e afirmações doutrinaárias, superiormente formulados, como se demonstra por êste

passo que reproduz das páginas esclarecedoras de *O Punhal dos Corcundas* :

«Quem me poderia estranhar de que eu notasse de absurda a concessão de uma Soberania ilimitada ao povo, sem ter definido primeiramente o que é povo! Quem me repreenderia com fundamento de que eu lhe censurasse a incoerência de atribuir a legislação à vontade geral, sem ter definido primeiramente o que é vontade geral? Quem me argüiria de que eu tachasse de estupidez um século que, imbuído por sedutoras expressões, nunca exigiu que se lhe contassem por miúdo as formas, as condições, e os limites dêsse chamado Voto Nacional?»

E por aqui se vê, também, que cem anos antes de Léon Daudet ter chamado *estúpido* ao século XIX, já um dos Mestres da Contra-Revolução portuguesa o classificava da mesma forma e com idêntico fundamento...

D. Francisco Alexandre Lôbo e D. Fr. Fortunato de S. Boaventura foram, além do mais que deixei referido, dois autênticos precursores do nacionalismo português, dois dos melhores preceptores do Pensamento político nacional. E tanto devia bastar para que, na passagem do primeiro centenário da sua morte, viessem a ter não só as homenagens que são devidas às suas altas figuras literárias e culturais, mas ainda as das novas gerações nacionalistas, contemporâneas do Ressurgimento português.

FERNANDO CAMPOS.

O problema do descobrimento da Madeira

(Continuação da pág. 142 — vol. XX)

O dr. Gaspar Frutuoso, nas suas *Saudades da Terra*, só modernamente publicadas em parte, depois de narrar com minúcia a lenda do Machim, declara que Pôrto Santo «auia dous annos [em 1417] que era descoberta por hūs nauios de castelhanos, que hião pera as Ilhas de Canaria» (1) e que «auia fama antre os nauegantes, e homês do mar [...] que desta Ilha do Porto Sancto aparecia hū negrume muy grande e espantoso aos que o uião de longe, quanto mais a quem o uia de perto que nunca se desfazia, e como cousa nunca vista no mundo [...] era tam temido por a sua negra, e medonha sombra, que se afastauão delle, e fabulauão grandes cousas da sua obscuridam». Zarco decide «de ir prouar aquella uentura» e Frutuoso narra a viagem de Pôrto Santo (2) à Madeira, com grande cópia de pormenores e naquele estilo ingénuo tão seu peculiar.

Como se vê, em pouco o dr. Gaspar Frutuoso se afasta da narrativa de Barros que é, sensivelmente, a mesma, embora com pormenores que ignoramos onde foram colhidos. Evidentemente, Frutuoso não é auto-ridade séria a que nos possamos encostar, já por viver mais de um século depois dos acontecimentos, já por dar crédito a lendas sem qual-quer fundo de verdade.

O P.º Cordeiro nos cap. IV e V do liv. III da *Historia Insulana*, livro que ainda oferece menos crédito do que o de Gaspar Frutuoso, repete, embora resumindo-o, o que êste diz, e atribui, por conseguinte, a Zarco o descobrimento da Madeira.

E o dr. Manuel Constantino, natural do Funchal, professor de filo-sofia em Roma e clérigo consistorial, escrevendo no fim do século de

(1) *Saudades da Terra*, liv. 2.º, Pôrto, 1925, cap. v, pág. 47-49.

(2) «Nome iã posto a esta Ilha pellos castelhanos por causa de hũa tormenta, que passarão, e neste porto se saluarão». *Op. cit.*, pág. 49.

Quinhentos a sua *Insvlæ Materlæ Historia*, publicada em Roma em 1599, reedita a lenda de Machim, embora com notáveis variantes como veremos depois, mas é o primeiro, e cremos que o único, a atribuir ao próprio Machim a colonização da ilha, omitindo por completo os nomes de Zarco, Tristão e Perestrelo (1).

Ainda nos fins do século de Quinhentos, o italiano Leonardo Torriani, natural de Cremona, escreveu uma *Descrittione et historia del regno de l'isole Canarie*, dedicada «*Alla regia et cat: maesta di Filippo II Nostro Signore Re delle Spagne*», manuscrito há poucos anos transcrito, em parte, no *Arquivo Histórico da Madeira* e precedido de uma introdução pelo sr. J. L. de Brito Gomes. Considerando o arquipélago madeirense como parte das Canárias, o cremonês refere-se, naturalmente, às duas ilhas principais. E assim escreveu da primeira, Pôrto Santo:

«*Questa Isoleta fu ritrouata da Portoghesi l'anno 1428. (2) il giorno di tutti i Santi, che per ciò ella fu chiamata Portosanto.*»

Da Madeira diz que «*è della corona di Portugallo, fatta habitare de Portoghesi l'anno 1428, dal Infante don Enrico, ne innanzi di questo tempo si sa ch'ella giamai fosse state habitata*» (3).

O editor e comentador do texto sugere, por sua vez, que a maior parte do manuscrito talvez seja constituída por transcrições da relação de Cadamosto, à qual oportunamente fizemos referência, baseando-se para tanto, no facto de ambos explicarem a origem do nome da ilha de Pôrto Santo no seu descobrimento se efectuar no dia de Todos os Santos (4).

D. Francisco Manuel de Melo, na conhecida e belíssima *Epanaphora Amorosa*, ao dar forma literária à lenda do Machim, repete a versão oficial do descobrimento por Zarco e Tristão, encostando-se a João de Barros, pelo menos na parte propriamente histórica do seu trabalho, e insistindo na sabida história de «certa escuridão contínua e cerrada, desde a agoa ao ceo», mas em certos passos quasi repete os termos de Gaspar Frutuoso, o que nos leva à suposição de que o autor das *Saudades da Terra* fôsse também uma das principais fontes em que o ilustre clássico bilingüe bebeu para elaborar a sua admirável novela.

(1) *História da Ilha da Madeira*, pelo Dr. Manuel Constantino. Versão portuguesa do P.^o João Baptista de Afonseca, Funchal, 1930.

(2) Erro manifesto de data, que ignoramos se deve atribuir-se ao próprio autor ou a quem lhe reviu a obra.

(3) *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, MCMXXXI, págs. 121 e 122.

(4) *Op. cit.*, pág. 118.

Tem-se discutido muito a questão das fontes a que D. Francisco Manuel teria ido beber para escrever a sua *Epanaphora*. Éle próprio, na espécie de prefácio em que a dedica «a hum Amigo», fala em João de Barros, no dr. Manuel Constantino, a quem chama Manuel Clemente, e no poema *Insulana* do poeta vimaranense Manuel Tomás. Mas é a um Francisco Alcoforado, de que não há mais rasto, a quem êle se refere particularmente, o qual, como escudeiro do infante D. Henrique, «fez de todo o sucesso huma relação, que offereceo ao mesmo Infante, tão chea de singeleza, como de verdade, por ser hum dos companheiros neste descobrimento; a qual relação original, eu guardo como joya preciosa, vindo á minha mão por extraordinario caminho» (1). Na 2.ª parte dêste estudo teremos ocasião de nos referirmos mais de espaço a esta relação do suposto Alcoforado, companheiro de João Gonçalves Zarco na viagem de descobrimento; mas devemos adiantar desde já a opinião de que não podemos aceitar como autêntica uma descrição com todos os caracteres de ser forjada adrede com fins que nos escapam, e cuja linguagem parece propositadamente «fabricada», com as características da usada no século XV, mas por detrás da qual se sente uma pena apurada de época posterior e de cultura muito mais profunda do que seria a que possuiria um simples escudeiro do Infante. Temos para nós que o autor das *Epanaphoras* teria consultado o Ms de Gaspar Frutuoso, pelas razões adiante apresentadas.

Foi D. Francisco Manuel quem divulgou na Europa culta a lenda do Machim e, com ela, a do descobrimento das ilhas por Zarco e por Tristão. Isso explica a razão por que todos os historiadores estrangeiros que escreveram posteriormente perfilharam tal versão que encontrámos resumida até no próprio Lafitau (2).

E os modernos, nacionais e estrangeiros, na sua quasi totalidade, repetem os dizeres de Barros. Repetem-nos Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Fortunato de Almeida, Schœfer, Gonzalo de Reparaz Júnior, Ch. de la Roncière, Sophus Ruge e C. R. Beazley. Uma distinta lusófila residente em Portugal, miss Elaine Sanceau, mantém-se em dúvida prudente, achando que a «miragem confunde-se com a realidade e quando tentamos pôr pé em terra firme, descobrimos que nos estamos a enterrar

(1) *Epanáforas de Vária Historia Portuguesa*, 3.ª edição revista e anotada por Edgar Prestage. Coimbra, 1931, pág. 213.

(2) *Histoire des découvertes et Conquestes des Portugais*. Paris, MDCCXXXIII, tomo 1, pág. 9.

em areias movediças» (1). Todavia Gonçalo de Reparaz, embora atribua o descobrimento a Zarco e a Tristão, não deixa de acentuar que a Madeira «figuraba ya en mapas italianos del siglo XIV bajo el nombre de Ínsula del Legname (es decir de la Madera)» (2), e o sr. Carlo Errera, a quem se deve um compêndio da história dos descobrimentos, escrito com lucidez e saber, considera as duas ilhas «scoperte per opera d'Italiani da quasi un secolo [em 1418] ma ormai pressochè dimenticate» (3).

O sr. C. R. Beazley, por seu lado, admitindo o conhecimento do arquipélago anteriormente à época henriquina, parece admitir também como verídico o episódio romântico do Machim, o que se confirma mais adiante quando, depois de relatar o descobrimento de Pôrto Santo por Zarco e por Tristão, escreve que, ao regressar a Portugal, Zarco «had captured the pilot Morales of Seville, and from him the Prince had gained certain news of the English landing in Madeira», pelo que «it was with a definite purpose of further discovery that his captains returned to Porto Santo in 1420, with Morales as their guide», não se esquecendo mesmo de referir a conhecida história da névoa produzida pela evaporação condensada sôbre a Madeira (4). Tudo isto não passa de tentativa de aliança do romance com a história, como consequência da crença nos dizeres do suposto Francisco Alcoforado, coados através de D. Francisco Manuel.

Modernamente, arredadas tôdas as narrativas de carácter romântico ou lendário, a história adopta processos científicos que com aquelas se não compadecem. Por isso, os nomes mais distintos que hoje se dedicam à história dos desenvolvimentos geográficos são unânimes em considerarem o arquipélago madeirense como descoberto antes da época do Infante, redescoberto cêrca de 1420 por marinheiros de D. Henrique, e colonizado a partir de 1425 por João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz e

(1) *D. Henrique, o Navegador*, trad. do Dr. José Francisco dos Santos, Pôrto, 1942, pág. 152.

(2) *La época de los grandes descubrimientos españoles y portugueses*. Barcelona — Buenos Aires, 1931, pág. 107.

(3) *L'Epoca delle Grandi Scoperte Geografiche*, Terza edizione, Milano, 1926, pág. 213.

(4) *Prince Henry the Navigator*. London and New York, 1931, pág. 164. Esta é também a opinião de Sophus Ruge na *Historia de la época de los descubrimientos geográficos*, Barcelona, s. d., pág. 36. Da obra do sr. C. R. Beazley está no prelo uma tradução nossa, edição da Livraria Civilização, do Pôrto, e pertencente à « Colecção Histórica de Portugal e Brazil ».

Bartolomeu Perestelo. O sr. dr. Jaime Cortesão, por exemplo, fala no «reconhecimento» do arquipélago pelos dois primeiros navegadores, acentuando que o diz conscientemente, «pois não é lícito duvidar de que o arquipélago fôsse conhecido desde o século anterior» (1). E o sr. dr. Duarte Leite, referindo-se à expedição mandada em 1341 às Canárias por D. Afonso IV, e à figuração do arquipélago nos portulanos a partir do Laurenciano já citado, escreve que foi no decurso dessa viagem que os portugueses, comandados pelos italianos Nicolau de Recco e Angelo do Teggio de Corbanzi, avistaram «numerosas outras ilhas despovoadas, entre elas mui provavelmente as do grupo madeirense, que então receberam nomes» certamente comunicados por italianos aos «seus artistas cartográficos, dos quais passaram a catalães», pelo que, se os dizeres do discutidíssimo *Libro del conocimiento de todos los reynos* «provém da expedição de 1341, como parece, nos seus comandantes Nicolau de Recco e Angelo del Teggio de Corbanzi se deverá encabeçar a descoberta, em navios portugueses, do arquipélago da Madeira» (2).

E o sr. Edgar Prestage, com um bom senso que nunca é para desprezar em história, resume tudo aquilo que é possível resumir após tão fatigante excursão através dos textos e dos tempos:

«Desconhece-se a identidade do descobridor e a data do descobrimento da Madeira e de Pôrto Santo. Tudo o que se pode dizer é que estas ilhas aparecem num livro de viagens imaginárias, o *Conoscimiento de todos los Reynos*, e nos mapas catalão e italiano, com o mesmo ou com nome parecido, e que foram provavelmente encontradas por portu-

(1) *História de Portugal*, ed. monumental, Barcelos, MCMXXXI, vol. III, pág. 365.

(2) *Coisas de vária história*, Lisboa, 1941, págs. 110 e 111.

O sr. António Ferreira de Serpa também abunda na mesma opinião, asseverando que o famoso *Libro* «é uma consequência destas viagens no tempo de Dom Afonso IV» justificando o nome italiano da Madeira (*legname*) e os dos Açores por serem marinheiros italianos que pela primeira vez as viram e denominaram, embora ao serviço de Portugal. Vid. *O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos do século XIV*. «*Arquivo Histórico da Madeira*», vol. I, MCMXXXI, págs. 126 e 128.

A questão da autenticidade do *Libro del conocimiento* tem sido debatidíssima pelos especialistas em história dos descobrimentos, havendo quem a defenda, quem a accite com reservas, e quem considere a famosa obra ou mera fraude ou muito posterior aos descobrimentos portugueses do tempo de D. Henrique. Entre estes últimos figuram o ilustre almirante Gago Coutinho e o sr. Carlos Coimbra. Não pudemos até hoje, apesar dos nossos esforços, alcançar vistas da obra, pelo que temos que fazer fé pelas transcrições de quantos a ela se tem referido.

gueses ou espanhóis nas suas viagens às Canárias, quer à ida quer à volta.»

E acrescenta: «Possivelmente, o descobridor foi um marinheiro chamado Machico, que viveu no tempo do Rei D. Fernando e era «mestre de sua barca», pois há na Madeira uma localidade com este nome» (1).

Resumindo:

Para os contemporâneos do Infante, a Madeira não era conhecida, sendo descoberta por um navio português em que ia como piloto Afonso Fernandes (*Diogo Gomes*), ou foi descoberta por Zarco e Tristão que, tendo descoberto Pôrto Santo, «passarane aa outra [ilha] da Madeira» em virtude da destruição que os coelhos faziam nas culturas da primeira (*Zurara*), ou foi descoberta «pelos do senhor Infante», sendo povoada por portugueses, e seus primeiros governadores Zarco e Tristão (*Cadamosto*).

Para os que escreveram no século XVI, e talvez bebessem em fontes hoje desaparecidas ou consultassem alguns navegadores que tivessem conhecido os descobridores, a ilha de Pôrto Santo foi descoberta por castelhanos, e por indicação dum piloto castelhano prêso por Zarco chega-se ao conhecimento da Madeira (*Valentim Fernandes*); ou foram descobertas as duas ilhas por Zarco e Tristão, que as colonizaram (*Barros, Góis, Galvão, Frutuoso e Cordeiro*); ou foi o próprio Machim o seu descobridor (*Manuel Constantino*); ou foram portugueses não identificados (*Duarte Pacheco e Torriani*).

Perante pareceres tão contraditórios, parece lógico atribuir o descobrimento das ilhas aos navegadores a quem o atribui a maioria dos escritores referidos, isto é, a João Gonçalves Zarco e a Tristão Vaz Teixeira.

Mas os que no-lo referem fazem-no seguindo um parecer único proveniente, talvez, de interpretação errónea do texto de Zurara. Em nossa opinião, Diogo Gomes, Zurara e Cadamosto, por mais próximos da época do «achado» da ilha e por terem possivelmente conhecido os seus descobridores, são os que devem merecer melhor crédito. Todavia estamos em presença de três pareceres contraditórios, pelo que há que seguir o que parecer mais digno de crédito, e esse é o de Zurara pelas razões oportunamente expendidas. Ora o cronista nada nos diz de que

(1) *Descobridores portugueses*, versão portuguesa de Francisco Eduardo Baptista. Pôrto, 1934, pág. 31.

possamos depreender que fôsem Zarco e Tristão os descobridores, pelo que nos parece ser lógico concluir, pelo menos por enquanto, que:

1.º — O arquipélago da Madeira era já conhecido dos cartógrafos do século XIV, e foi talvez descoberto por capitães italianos, ao serviço de Portugal, numa das várias viagens às Canárias;

2.º — Foram seus primeiros colonizadores João Gonçalves Zarco (ou Zargo), Tristão Vaz Teixeira (também conhecido por Tristão da Ilha) e Bartolomeu Perestrelo ⁽¹⁾;

3.º — A colonização da Madeira principiou em 1425, conforme testemunho do próprio Infante.

Resta-nos a poética lenda, à volta da qual tantas fantasias se teceram, e que tantas celeumas levantou quando o historiador Henry-Richard Major lhe pretendeu dar loros de cidade na *Vida do Infante D. Henrique*.

(*Continua*).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

(1) Carta de doação do Infante a Gonçalves Zarco, datada de 1-XI-1450.

O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo

Cultor do Classicismo Latino

(Continuação da pág. 150 — vol. XX)

CAPÍTULO III

O "QUESTUS IN FORTUNAM"

1 — Razões que teriam levado o poeta a escrevê-lo

O *Questus in Fortunam* é, sem dúvida, a melhor das composições poéticas de Fr. Francisco de Macedo.

Convém, antes de apreciarmos o valor dêste carme, dizer alguma coisa sobre os motivos que levaram o seu autor a escrevê-lo.

Como o próprio título indica, é uma queixa contra o destino.

Não uma queixa da mesma natureza das que escreveu, nos prefácios de duas obras suas, descontente com a sua sorte, por ver mal recompensados os seus trabalhos:

«Scribo procul a fucō, longe ab ambitione: omni spe honoris non modo abiecta, sed etiam amissa: uictima ueritatis non macta, sed mactata.

«Contigit mihi iactare in Schola, quod ille alter in acie.

Disce, legens, doctrinam ex me, uerumque laborem,
Fortunam ex aliis: nam te mea Penna Mineruae
Addictum dabit, et nulla inter praemia ducet».

e

«Scias, mi Lector, huiusmodi Auctoribus nihil esse inuidendum, praeter fortunam.

«In aliis nihil desiderari praeter eandem» (1).

(1) Pierre Bayle, no seu *Dictionnaire historique et critique*, t. III, págs. 238-239, alude a estas queixas de Fr. Francisco de Macedo e transcreve-as da obra *Italia regnante*, de Gregório Leti.

Faz, ainda, a transcrição do comentário dêste autor, que se admira por Fr. Fran-

As queixas expressas nesta composição são sentidas demais para terem sido motivadas só por isso.

E ainda da leitura do *Questus* depreende-se que o seu autor o escreveu na prisão e lamenta-se amargamente do vexame a que o destino o sujeitou.

Sabemos que Fr. Francisco de Macedo esteve preso duas vezes durante a sua vida: a primeira em Veneza por ter sido acusado de furto; a segunda em Pádua por ter sido considerado turbulento e sedicioso. ¿— Qual destas prisões teria dado origem ao *Questus*?

Tudo leva a crer que tivesse sido a primeira, motivada pela acusação de furto.

Despeitados pelo mérito do P. Macedo indivíduos mal intencionados denunciaram-no como autor de um furto, conforme diz a notícia biográfica do *Corpus*:

«Neque tamen diu, multumque fuit, quod, furti delatione data, conii-ceretur in uincula; adeo aegre tulit hasce laudes quorundam scelestorum inuidia, et eum in nefarium deferret latrocinium, purgatus uero de illo, detectaque aduersariorum nequitia, fuit de carcere eductus, ac pluribus quam ante honoribus cumulatus» (1).

Ficou, por êste motivo, Fr. Francisco despojado dos cargos que exercia.

Não se sabe quanto tempo teria permanecido no cárcere. Como, porém, tivesse sido descoberta a perversidade dos seus inimigos, foi pôsto em liberdade e retomou os lugares que tinha perdido.

Há referências a êste facto num códice achado na Torre do Tombo

cisco de Macedo não ter sido elevado à dignidade episcopal, como recompensa do seu valor moral e intelectual:

«Ogni uno poi vede a chi spespe volte si damno i Vercovadi, e l'altre dignità.

«Benche modestissimo, no hà potuto far di meno tal volta di non si dolere della sua cattiva fortuna.»

(1) Moreri, referindo-se a esta primeira prisão não indica o motivo dela, ou melhor, fá-lo veladamente:

«Cependant, s'étant mêlé de quelque affaire dans laquelle il ne devoit point entrer, il encourut la disgrâce de la république qui le fit mettre en prison à Venise même.» *Suplement au Grand Dictionnaire historique*, tómo II, pág. 4).

por Pedro de Azevedo e por êle transcrito no *Boletim da Academia de Ciências*.

Trata-se da relação da jornada à Itália feita por uns frades agostinhos.

Êstes contam o seu encontro com o P. Macedo em Roma:

«Com isto voltava a Roma com tenção de se restituir a todos os lugares que tinha perdido, quando chegamos á curia, per hum crime que lhe imputarão, sendo a causa disso a sua singeleza (que hé grande); mas livrou-se tão bem, que já agora tinha a Cadeira da Sapiencia e nos disse elle que avia de aceitar a de Pádua, para que com seus redditos se desempenhasse de algũas dívidas contrahidas pellas impressões dos seus livros..... (1).

No *Questus* notam-se a amargura e vergonha de Fr. Francisco de Macedo, ao ver-se encarcerado, e a revolta contra a injustiça da sua situação.

Há um sentimento veemente de vergonha — e vergonha de uma prisão infame e injusta —, que a acusação de turbulento e sedicioso não justifica.

Não foi, sem dúvida, esta última acusação que levou o poeta a exclamar:

.....mihi lumina fama
Sunt extincta meae, solidamque infania lucem
Abstulit, atque animam dura in caligine mersit,
(v. v. 46-48).

e a invectivar o destino:

..... quid enim uixisse iuuabit
Infamemque, reumque?
(v. v. 63-64).

O sentimento que se desprende dos queixumes contidos no *Questus* é tão intenso que se vê residir a sua causa não tanto na situação de prisioneiro mas na qualidade da culpa imputada.

Quanto mais grave fôsse esta, tanto mais o poeta se sentiria amarfanhado e deshonrado.

¿E que coisa o acabrunharia mais e lhe mancharia o nome do que a imputação do crime de furto?

Nem é natural que experimentasse sofrimento e tortura moral tão

(1) *Boletim da Academia*, tómo VII, pág. 51.

grandes por ser acusado de turbulento, e que com tanta veemência os exteriorizasse quem mostrou ser, em muitas ocasiões da sua vida, um espírito irrequieto e indomável...

2 — Seu valor como composição poética

O *Questus in Fortunam* é a mais pessoal, a mais subjectiva das obras poéticas latinas de Francisco de Santo Agostinho.

É uma poesia de inspirado lirismo em que o autor patenteia de maneira admirável os seus sentimentos.

Vemos, primeiro, o desânimo, a impotência para lutar contra a força do destino:

Heu! quid ego crudelem, et adhuc saeuire parantem
Fortunam incusem! multo grauiora querelis
Uulnera sunt illata meis, nec surgere in iras
Imparibus fas est odiis.....

(v. v. 1-4).

A seguir confessa que é melhor para si refrear a sua dor e suster as lágrimas, não porque se resigne com a sua situação, mas porque o destino cruel, sabendo-o infeliz, é muito capaz de o escarnecer e deleitar-se com a sua angústia (v. v. 5-8).

Não pode o poeta esconder-nos a sua amargura, quando em mente vê o contraste entre a sua antiga situação e a recente:

Hei mihi qualis eram! Quali me perculit ictu,
Fatorum rabies! modo quem per summa uolantem
Culmina uiderunt populi, strepitusque fauentum
Attoientem animos, et sidera uoce sequentem!
Heu iaceo in tenebris, in luctu, in sordibus, alto
Puluere demersus, spectrumque miserabli!

(v. v. 14-19)

É interessantíssima a descrição da maneira como foi precipitado do apogeu da glória e reduzido à triste condição da situação actual:

..... nam non ego sensim,
Perque gradus cecidi, ruerem quo mollius, alto
Culmine me subito traxit fortuna rotatu
Praecipiti, afficitque solo; nec me ante ruentem
Sensi quam sonitu agnouit stridente ruinam.

(v. v. 33-37).

Nos versos 61-65 torna a contrastar o esplendor passado à presente vergonha da prisão:

Tylio par corda nouani
Ad poenas, vixique adeo super unus in omnes,
Et uiuo, pudet heu! quid enim uixisse iuuabit
Infamemque, reumque? oculis nox atra pudoris
Incubat; heu taedet lucis!

Outro passo bellissimo é aquêlê em que o poeta confessa que a consciência que tem dos seus infortúnios é para si uma tortura e há nêlê uma sensibilidade que aumenta simultâneamente com os males:

Hoc adeo torquet magis, et magis intima rodit
Uiscera, quod uideo mente, et uis integra restat
Iudicii, ut uideam, ut doleam mea uulnera; sensus
Acer inest, crescitque malis.

É, como se vê, uma composição de grande valor poético: nela há uma nota de sinceridade na exteriorização dos sentimentos e emoções do seu autor.

No verso 43 o poeta parece ter sido influenciado por Horácio.

Êste numa das suas odes descreve a cólera de Júpiter que, com a dextra armada do raio, fulmina as colinas de Roma e aterra a cidade:

..... misit pater et rubente
Dextera sacras iaculatus asces
Terruit Urbem

Livro I, Od. II, v. v. 2-4).

Fr. Francisco de Macedo diz que o Senhor o castigou duramente e serve-se das palavras de Horácio para mostrar que foi fulminado com a dextra daquele, armada do raio e avermelhada pelo reflexo dêste:

Dura manus Domini tetigit, gladioque subegit
Fulmineo, *dextra* cum fulminat ille *rubente* (1).

O *Questus in Fortunam* tem versos de grande beleza rítmica e notável harmonia.

(Conclui no próximo fascículo)

MARIA EMÍLIA ALVES.

(1) Sublinhado por mim.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1845

Guimarães há 100 anos

JOÃO LOPES DE FARIA

(Notas biográficas)

JOÃO LOPES DE FARIA, autor desta secção, falecido em 7 de Novembro passado, era filho de António Lopes de Faria, antigo e humilde funcionário da Colegiada, e de Constância Rosa. Nasceu na freguesia da Oliveira a 21 de Setembro de 1860.

Instruiu-se nas primeiras letras, na escola particular do velho professor Francisco António Almeida, que mantinha um curso rudimentar na simpleza das matérias de instrução primária.

Depois educou o seu espírito na paixão do canto e da música, logo de moço, quando aos 8 anos deu rumo de ocupação à sua vida, no ambiente místico e claustral da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, servindo a igreja e os cônegos, na modéstia do seu cargo e com a humildade da sua educação.

Lucínio Fernandes da Trindade, director e regente da capela e da banda de música «Boa União», deu-lhe as primeiras lições de solfejo.

O cônego José de Aquino, lingüista e poeta, músico e jornalista, foi quem exerceu grande influência no temperamento artístico de João Lopes, encarreirando a sua vocação cautelosamente, e sempre amparada de auxílios e de ensinamentos.

Mais tarde, já senhor de apreciável cultura musical e de grande treino, discípulo e companheiro do consagrado maestro Padre Eugénio

da Costa Araújo Mota, foi um especializado cantor e um apurado organista, que o Cabido escolheu e manteve para prestígio e esplendor das suas antigas festividades corais.

Em 7 de Março de 1889, substituiu oficialmente o organista Francisco Pedro da Costa Rocha Viana, o celebrado musicógrafo mais conhecido por «Venâncio». Foi o décimo-oitavo e último organista de Nossa Senhora da Oliveira.

João Lopes, capa negra da Colegiada, viveu ali, no apogeu esplendoroso das mais ricas festas da Oliveira e na majestade de um culto cheio de beleza e de tradições, onde as murças e os paramentos do mais recamado ouro se casavam com toda a riqueza dos objectos litúrgicos, a melhor vida, ansiada de fé e amor, e a mais triste vida, porque assistiu, no apêgo firme do seu pôsto, à derrocada de toda uma herança patriarcal, ao extermínio de um Cabido, Instituição de muitos séculos, que brilha no fervor de uma terra essencialmente católica e vaidosa do seu património, Instituição honrosa, de pergaminhos nobres, sempre garantida e protegida por inúmeros privilégios reais e sustentada por um casco sólido de proventos vários, de rendas dos seus caseiros, dos seus foros e dos seus préstamos.

A Colegiada era rica de bens, de tradições e de seculares honrarias.

Mas não quedaram as aptidões de João Lopes no culto e exercício da música.

E aos 29 anos, já organista da Oliveira, quando era cartorário da Colegiada o simpático e conversador Padre Abílio Augusto de Passos, enveredou pelo caminho da investigação, beneditinamente, sôfregamente.

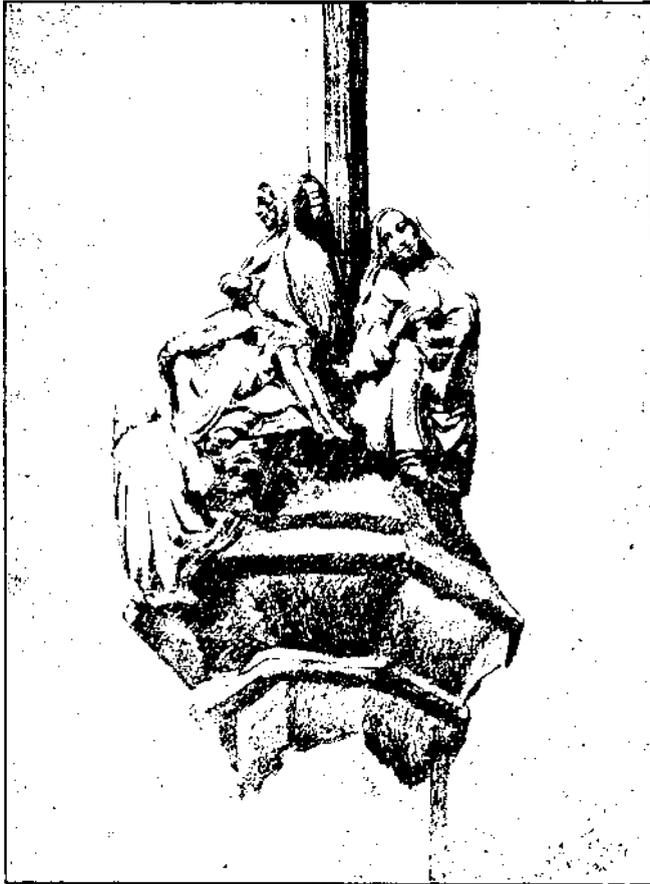
Treinou-se ali, no difícil valor da paleografia. Copiou todos os documentos de merecimento. Traduziu todos os pergaminhos de arresvesada leitura.

Assim caminhou, desde os 29 anos aos 80, nesse labor incessante de investigação, pelo amor da História e da Tradição de Guimarães, durante uma vida estirada de 51 anos, fatigando a vista e o cérebro no debruço constante sobre os papéis encarquilhados e os livros poirentos (1).

ALBERTO V. BRAGA.

(1) Num dos seus livros manuscritos, a fls. 244 e 244 v., escreveu João Lopes de Faria as seguintes *Lembranças*, únicas notas de carácter íntimo que encontramos:

-- «Em 25-1-1877 foi comprado por meu Pae o piano do Hotel de Guimarães por



Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia (Guimarães)

(Desenho de Mattelra)

Janeiro

Dia 15 — Por carta régia foi colocado na dignidade de tesoureiro-mor da Colegiada (que estava vaga por óbito de Tomé Luís Felgueiras, em 4 de Outubro de 1836), o cônego José Joaquim de Abreu, «o Cônego Curadeiras», por ser um dos cônegos curas da mesma Colegiada.

Dia 20 — O vigário de Azurey, Padre Francisco José Vieira (da Bornaria), deixou no arquivo paroquial um livro com notas em que diz que neste dia 20 foi acabado o torreão do sino das irmandades do Rosário e das Almas (é o da frente da igreja). Tam-

bém diz que o turíbulo e naveta de prata lhe foram entregues e que Francisco da Costa, da Quinta, o informou que seu pai, Paulo da Costa, os guardara no tempo da invasão francesa e lhe pareciam ser de Nossa Senhora do Rosário, em que êle nesse tempo era mesário (presumivelmente tesoureiro).

Fevereiro

Dia 24 — A Câmara mandou deitar um Bando anunciando o feliz parto da Rainha, dando à luz uma Infanta no dia 17 d'este mês, e convidando os habitantes a porem luminárias por três noites, sendo estas mui raras. (P. L.)

67\$500 reis; principiei a tocar n'elle a 1-2; logo o Padre Eugenio, meu professor, escreveu-me o *Tantum ergo* em o principio de Maio; fui tocar o *Tantum ergo* a 1.^a vez, a S. Domingos, a 30 de Maio, só até meio, porque não ouvia os padres; no dia 4 de Junho, á tarde, voltei a tocá'lo, pouco melhor; ia com o Padre E., que o concluiu; no dia 11 fui tocar só; no *sensuum defectui* ainda estive quasi a...; no dia 6 não houve. Escreveu o Bemdito a 4 de Junho e a Gloria Patria a 9, e a 19 de Junho fui só tocar toda a exposição e encerração em a capela de S. Domingos; porque a 13-6 ainda me atrapalhei. Fiquei a tocar os *Lausp.* em S. Domingos. Em 1878 no 3.^o domingo da Quaresma acompanhei os 3 primeiros v.^{os} do *Miserere* de Galace, e a 4-10 acompanhei na igreja de S. Francisco, na festa de S. Franc.^o os *Kirtles* e gloria da missa composta pelo Padre Eugenio. »

— «Para entrar a viver no Hospital de S. Francisco, vendi no Porto 40 libras em ouro a 51\$500 — 2:060\$000 reis.»

— «Em 1931 mandei para os Jesuitas da Costa, as musicas seguintes: *Ladainhas*, de Casimiro, 3 vozes e órgão; *Miserere*, pequeno, de Santos Pinto, 3 vozes, orch.^a e órgão. Novena da Conceição de Maria SSm.^a, de Casimiro, 3 vozes e órgão; O *Salutaris* e *Adoro-te*, de Giordani, 1 voz, órgão e corda; Responsorios de Maria Immaculada, a 3 vozes e órgão; 2 *Tantum ergo*, de Rossi e Casimiro, 3 vozes, órgão e orchestra; *Te Deum* (2) de Casimiro e de Augusto Carlos d'Araujo, 3 vozes e órgão.»

— «Em 2-2-1933 vendi o ouro que tinha: 1 cordão pequeno e delgado, 616\$000 rs.; uma argola filigrana 90\$000 rs.; uns brincos compridos, 118\$000 rs. e uma corrente de relógio, 305\$000 rs. — soma 1.129\$000 rs. Logo doe e entreguei à Ordem 3.^a de S. Domingos 1.000\$000 rs. para o capital da repartição do seu hospital, com obrigação duma missa anual ao SSm.^o Sacramento, aplicada pela minha alma e pelas de meus paes, a principiar no ano de 1934, mas para que já neste ano corrente se satisfaça, entreguei mais 15\$000 rs.; ficaram-me 114\$000 rs.»

— «Em... offereci à m.^a Ordem 600\$000 rs. com o onus de uma missa em louvor e honra do St.^o Patriarcha, em um dos dias de 4 a 14 de Agosto de cada ano, aplicada segundo a minha tenção.»

Março

Dia 2 — Chegou aqui um forte destacamento do 8 em consequência de se terem rebelado os povos do concelho de Felgueiras na ocasião da cobrança do aumento do subsídio literário. Marchou no dia seguinte para a Ponte Nova, perto das Caldas de Vizela. (P. L.)

O Cabido cantou um *Te Deum* em acção de graças pelo feliz parto de S. M. a Rainha Senhora D. Maria II e nascimento da Senhora Infanta D. Antónia. (P. L.)

Dia 4 — Regressou o destacamento do 8 que tinha marchado no dia anterior para a Ponte Nova. (P. L.)

Dia 6 — Em virtude da portaria do Governador Civil que autorizava as irmandades a poderem subscrever para a obra da casa destinada a recolher os entrevados, a Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira deu 6.000 réis aos Administradores dos Entrevados da Misericórdia, para êsse fim.

Dia 8 — Logo de manhã apareceu tudo

coberto de *folheca* que continuou a cair até ao meio-dia em grande quantidade. Devido a isso a feira foi muito fraca (era sábado). No dia anterior tinha estado um frio intensissimo. (P. L.)

Dia 11 — Por carta régia foi nomeado o presbítero vimaranense José António de Sena Penedo, que fôra professo e organista do convento de S. Domingos, cônego da prebenda n.º 10 da Colegiada, vaga desde 25 de Julho pela promoção do cônego João Baptista Gonçalves Sampaio à dignidade de Chantre e presidente do Cabido.

Dia 25 — Na igreja dos Capuchos e a expensas de devotos, fizeram-se solenidades a Nossa Senhora das Dores, com exposição do Santissimo, missa cantada e sermão. De tarde saiu a Senhora em procissão, que não passou do Carmo por entrar a chover. Voltou a sair no domingo seguinte, acompanhada pelos Terceiros de Santo António, com cruz levantada. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



Lá-Lás, Comédia em 3 actos, original de *Alfredo Cortês*. Livraria Tavares Martins. Pôrto, 1940. 139 págs.

O dr. A. C., que iniciou a carreira de autor dramático com uma peça de costumes, enveredou a seguir pelo teatro histórico, e entrou, depois, decididamente pelo teatro apologético ou pelo de crítica social, parece querer voltar aos tempos do *Lôdo*, peça que tão grande celeuma levantou há anos, pela crua realidade da linguagem e das situações.

Lá-Lás, « uma peça que não será representada », se não é tão escabrosa como *Lôdo*, é, pelo menos, igualmente cruel.

A. C., em presença da corrupção da sociedade contemporânea, enveredou pelo caminho da crítica de escarpêio. E assim, tôda a peça, que um pouco à sobreposse classificou de « comédia », é uma crítica desapiadada, contundente, sangrenta ao ambiente da sociedade de hoje, às atitudes, à linguagem, aos vícios que caracterizam certas pessoas « bem », e que, infelizmente, vão sendo imitadas já pela gente da Província, numa inconsciência cega de causar calafrios.

Embora reconheçamos a A. C. a justiça que lhe assiste, entendemos que, no ponto

de vista de arte pura, a sua comédia não é recomendável. Está longe de emparelhar com *Zilda*, ou mesmo com *Lôdo*, e, embora não queiramos ver nela indícios de decadência, parece-nos um tanto ou quanto precipitadamente escrita, talvez para tirar rápidos efeitos das situações apresentadas. A. C. é autor de recursos, consagrado por muitas peças, e poderia ter escrito uma obra digna, pelo menos, das duas que citámos.



PANO ACIMA. *Teatro para amadores*. Original de *Abreu e Sousa*. Livraria Tavares Martins. Pôrto, 1944. 207 págs.

São seis episódios e comédias para amadores, quasi todos de estilo facêto. Embora de mérito desigual, preenchem facilmente o fim em vista, que é servirem para serem representados em pouco tempo por aquêles que não possuem a experiência do palco. A primeira comédia, no entanto — *A Inês do Castro* (que o Autor intitula « comédia burguesa », mas cai, muitas vezes, na farsa) — foi representada pela actriz Maria Matos.

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

GRANDEZAS E MISÉRIAS DA PROFISSÃO
— A REPRESSÃO DO ABORTO CRIMI-
NOSO VISTA ATRAVÉS DE UM VELHO
MANUSCRITO DO SÉCULO XVIII, por
José Crespo. Edição do *Jornal do*
Médico. Pôrto, 1914. 16 págs.

Este pequenino opúsculo, que facilmente se guarda na carteira, encerra muito mais doutrina do que muitos tratados volumosos, até por fazer pensar as pessoas para quem o problema de que êle trata não é coisa de somenos valor, antes constitui um dos grandes e graves males da nossa terra e do nosso tempo. De facto, não é já nas duas grandes cidades do País — Lisboa e Pôrto — que o aborto constitui verdadeiro flagelo, pois vai invadindo as aldeias mais sertanejas, em que é quasi legião o tenebroso grupo das «abortadeiras». O caso tem de ser encarado, primeiro sob o aspecto moral, a seguir legal e, por fim, médico. Todos três devem conjugar os seus esforços para atacarem de frente êsse mal e exterminá-lo; mas, em nossa modesta opinião, os dois últimos só darão efeitos salutareos desde que se resolva antes o primeiro.

Efectivamente, enquanto o «moral» não fôr saneado convenientemente; enquanto o homem, da cidade ou do campo, procurar apenas a «fêmea» em vez de a «mulher»; enquanto as mulheres não se decidirem a resistir às seducções alçiantes dos que as procuram apenas para fins deshonestos; numa palavra, enquanto não se espiritualizarem as relações dos dois sexos ao ponto de se fazer delas o elevado conceito que, infelizmente, não tem na maior parte dos casos, não será possível fazer desaparecer o «abortamento» provocado.

Nas cidades, porque os filhos são um embaraço à vida de gôzo que muitas mulheres querem levar, ou constituem pesado fardo na economia do lar; nos campos, porque um filho afasta os rapazes, possíveis candidatos a noivos, ou fecha muitas portas que se abririam à donzela, mas não à

mãe de filhos ilegítimos, o aborto vai-se tornando de uma freqüência assustadora. Urge sanear, nos três pontos de vista, o ambiente. Enquanto isso se não fizer, nada de concreto poderá obter-se.

O livrinho do sr. dr. J. C., operoso autor a que já tivemos o gosto de nos referir por diversas vezes, lê-se com interesse, embora as informações dadas constituam matéria repulsiva pelo que de ascoroso patenteiam. São insondáveis os abismos da alma do homem; lendo êste opúsculo somos levados a concluir que os da alma de certas mulheres são muito mais imperscrutáveis...



JOGOS E CANÇÕES INFANTIS, por *Augusto C. Pires de Lima*. 2.^a edição. Domingos Barreira, Editor. Pôrto, 1943. 167 págs. illust.

Êste curioso livro, cujo título diz tudo, fez-nos recuar, no tempo, bons 30 anos, levando-nos a evocar os nossos tempos da infância, quando ouvíamos cantar lantans das canções aqui colleccionadas. E percorrendo-o agora para alinhavarmos estas desprezenciosas notas, acentuou-se a sensação de doce melancolia que de nós se apossou quando o lemos pela primeira vez. O leitor nada tem, evidentemente, com a saudade que sentimos por havermos recordado os nossos tempos de criança, em que também nos entretínhamos nas rodas infantis e nos jogos, na despreocupação dessas idades felizes que vão e não voltam mais. Todavia, talvez se deixasse apossar dessa mesma saudade se visse a letra da «Jardineira floreira», da «Bóia bôiabinha», da «Machadinha», da «Mariquinhas» e de tantas outras cuja toada ainda ressoa — 30 anos passados — aos nossos ouvidos com a mesma intensidade com que outrora as ouvíamos cantar pelas vozes frescas das rapariguinhas dêsse tempo, tantas delas hoje respeitáveis mães de família. E então o jôgo

da «Macaca», o da «Bilharda», a «Barra», a «Bandeira», o «Dá-me o lume», a «Cabra cega», o «Lá vem mouros», que sei eu!...

Pois tudo isso, meus senhores, encontramos beneditinamente compendiado no livro do sr. dr. A. C. P. de L., acompanhado das músicas próprias revistas pelo professor ilustre que é Cláudio Carneiro.

Aos pais e às mães o aconselhamos, e só quem fôr pai ou mãe compreenderá o nosso conselho. Haverá maior prazer, maior satisfação, mais santa alegria do que a de ver os nossos filhos a jogar os jogos que jogámos em a nossa infância, e as nossas filhas a cantarem as canções que noutros tempos ouvimos? Não há, por certo.

Na última parte ensinam-se os «mítidos» a fazer muitas e variadas espécies de brinquedos com que, ai de nós!, já não podemos hoje brincar...

A capa é uma deliciosa aguarela do mestre Alberto de Sousa.



JÚLIO DANTAS e JOSÉ MARIA RODRIGUES, por José da Mota Lopes. Famalicão, 1942. 4 págs.

Todos conhecem a famosa Questão da Sebenta, em que Camilo, truculento como sempre, se bateu com o dr. Calixto, e que durante muito tempo agitou os meios intelectuais do nosso país. Ora há tempos, a propósito da morte do sábio camonista dr. José Maria Rodrigues, o sr. dr. Júlio Dantas escreveu um artigo, que *O Primeiro de Janeiro* publicou, e no qual afirmava que o ilustre sacerdote saíra «à estacada em defesa do professor Calixto», dizendo que a Universidade então «acabava de recebê-lo como mestre», duas afirmações que o Autor do opúsculo judiciosamente rebate com argumentos irrespondíveis, pois o dr. José Maria Rodrigues interveio na famosa questão em defesa da infalibilidade papal, de que

Camilo troçava no *Perfil do Marquês de Pombal*, e em 1882 não fôra ainda recebido como mestre da nossa Universidade por ser apenas aluno do 2.º ano de teologia.

O opúsculo, escrito em linguagem de estremada correcção, veio rectificar afirmações de um autor que, pelas altas funções que desempenhou e desempenha, e pelas responsabilidades desde longa data adquiridas, deveria ser mais cauteloso nas suas afirmações, procurando evitar sacrificar a verdade histórica às frases de efeito, que nada mais são do que isso. Não vão passados muitos meses que, por dever de officio, em obra histórica de nossa autoria, nos vimos forçados a rectificar juízos mais que erróneos, porque levianos, do mesmo autor ilustre que a nossa gloriosa Academia tem tantas vezes elevado à sua Presidência.



O VALOR ALIMENTAR DO MEL E A SUA APLICAÇÃO NA TERAPÊUTICA INFANTIL, pelo dr. Alfredo de Araújo Serro. Ministério da Economia. Direcção Geral dos Serviços Agrícolas. Lisboa, 1943. 95 págs.

Diz-se «doce como mel» e parece que na verdade assim é. E dizemos *parece*, porque, pessoalmente, não gostamos desse alimento, que tantíssima gente acha saboroso. Diga-se, porém, em abono da verdade, que o facto de não gostarmos do mel não nos leva — o que seria estultícia — a negar-lhe as magníficas qualidades nutritivas que o exornam e das quais o sr. dr. A. A. S. se faz campeão denodado neste livrinho, em boa hora editado pela Repartição de Estudo, Informação e Propaganda da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Economia.

O distinto Autor começa por estudar as substâncias alimentares essenciais ao homem, passando, de seguida, a falar exaustivamente do mel em si, sua origem, caracte-

res, particularidades, etc., falando depois do seu valor alimentar como alimento completo que é, referindo-se em particular à sua acção na terapêutica infantil pela sua acção toni-muscular e bactericida.

Livrinho de divulgação, constitui obra meritória pelo que de bem pode fazer, principalmente no momento que passa em que faltam ou escasseiam tantos alimentos necessários às crianças portuguesas.



A SAÚDE PELA EDUCAÇÃO FÍSICA, *pela* Dr.^a *Deolinda Martins*. Edições Universo. Lisboa, s. d. 201 págs. Desenhos do dr. Rui Gouveia.

A educação física desenvolveu-se extraordinariamente em Portugal desde os fins da primeira Guerra Mundial, o que só pode ser benéfico para um país de depauperados como o nosso.

Mas se ela é de benéficos resultados para o homem, muito mais o é para a mulher, pois dela depende em grande parte a robustez dos futuros portugueses. Parece, porém, que a mulher portuguesa sente ainda certa aversão pelos exercícios físicos, tendência e preconceito que urge combater, principalmente na Escola.

O livro da sr.^a dr.^a D. D. M. tem essa finalidade. Os vários exercícios estão criteriosamente seleccionados, e são expostos com perfeita clareza, para o que muito contribuem os magníficos desenhos do sr. dr. R. G. Consta de três partes, sendo a 1.^a preenchida com exercícios ginásticos para senhoras; a 2.^a com exercícios para crianças, divididos em quatro lições, respectivamente para as crianças de 6, de 8, de 10 e de 14 anos; e a 3.^a parte com exercícios de ginástica correctiva, importante no ponto de vista escolar.

É obra que vivamente aconselhamos a quantos tenham a seu cargo a educação física de jovens de qualquer dos sexos.

A PROPOSITO DO PIANISTA E COMPOSITOR MIGUEL ANGELO PEREIRA (1843-1901), por *Bertino Daciano R. S. Guimarães*. Edição da Câmara Municipal de Barcelos. 1943. 39 págs. ilustr.

Em elegante edição, ilustrada com fotografuras magníficas, editou a Câmara Municipal de Barcelos a conferência que o sr. dr. B. D. G. proferiu no Salão Nobre do Club Fenianos Portuenses para comemorar o centenário do nascimento do grande Músico que, no Pôrto, muita gente ainda recorda, e cujas obras tão admiradas são pelos *diletanti*. Embora forçosamente resumida, ela constitui um estudo perfeito da vida, das obras e da arte de Miguel Angelo, barcelense de nascimento, portuense de adopção. Em linguagem fluente e floreada, o distinto Autor preparou convenientemente o seu auditório para ouvir e compreender as várias peças do compositor, executadas a seguir à conferência e tão grande êxito então alcançaram.

De louvar é a Câmara Municipal da bela cidade do Cávado, que se orgulha, com justiça, de ter em Miguel Angelo um dos seus filhos mais ilustres.



NO VASTO PANORAMA DA TRADIÇÃO HISTÓRICA DE GUIMARÃES, por *Eduardo de Almeida*. Guimarães, 1942. 63 pág. ilustr.

Os nossos leitores devem já conhecer, por a haverem lido na gloriosa *Revista de Guimarães*, ou por a terem ouvido no Orémio do Comércio desta cidade, a conferência do sr. dr. E. de A., cuja palavra fluente e elegante se traduziu na elegantíssima linguagem escrita em que vazou o trabalho há tempos publicado e agora chegado às mãos do crítico obscuro da *Gil Vicente*.

O sr. dr. E. de A. passa, rapidamente,

em revista a tradição histórica da antiqüíssima Guimarães, num resumo admiravelmente construído (tão grande e tão vário é o material a aproveitar), antes de passar a descrever o que foi e o que tem sido o labor comercial desta cidade, onde há poucos meses se festejou o 1.º centenário de algumas respeitáveis firmas, cujas vicissitudes e triunfos o Autor evoca em páginas de belo recorte literário e de superior visão histórica. De passagem não deixa de citar, curiosamente, alguns lançamentos registados nos livros de algumas dessas casas, registos primitivos e de simplicidade aflitiva mas que eram para quem os fazia de uma clareza de cristal, nos quais, se a regra elementar do *Deve* e do *Haver* era, de certo modo registado, a ortografia nem sempre se conformava com as subtilidades inaccessíveis a certos cérebros pouco propensos a elas.

Trabalho magnifico, muita satisfação sentimos em assinalar a sua aparição nestas páginas, alvitando ao seu distinto Autor o seu desenvolvimento em obra de maior fôlego.



CENTENÁRIO DA PONTE PÊNSIL. *Exposição comemorativa inaugurada no dia 17 de Fevereiro de 1943.* Palestras e Catálogo. Publicações da Câmara Municipal do Pôrto. 63 págs. illust.

Divide-se este trabalho, que é o n.º XII da magnífica colecção *Documentos e memórias para a história do Pôrto*, em duas partes. A primeira é constituída por três conferências realizadas por ocasião das comemorações do 1.º centenário da célebre Ponte Pênsil; a segunda consta do catálogo da exposição iconográfica por ocasião dessas comemorações, da qual diversos aspectos do Pôrto de então e da Ponte se publicam neste opúsculo.

A 1.ª das conferências — «Das barcas

de-passagem-à Ponte Pênsil» — é da autoria do sr. dr. António Cruz, proficiente Director do Gabinete de História da Cidade, e nela se compendiam as disposições legais, que vigoraram através dos séculos, respeitantes à passagem do rio Douro junto da velha cidade de que nos orgulhámos de filho, embora obscuro.

A 2.ª — «A ponte e os artistas» — é da autoria do malgrado dr. Pedro Vitorino, recentemente vitimado por horrível desastre que todos ainda recordam consternados. Nela se refere o ilustre Autor a alguns trabalhos em que artistas portugueses e estrangeiros escolheram para terna a velha ponte.

A 3.ª — «O Pôrto na época da Ponte Pênsil» — deve-se à pena brilhante e operosa do sr. dr. A. de Magalhães Basto, e nela se evoca a sociedade romântica e tumultuosa da época, quando o Pôrto era um vulcão sempre a ameaçar rebentar em erupção violenta e destruidora.

É trabalho de muito merecimento que guardaremos amorosamente entre a nossa modesta colecção de estudos portualenses, como preito à velha cidade de D. Hugo, «baluarte do trabalho» e terra de homens livres.



CARLOS RAMOS. Colectânea organizada pelo seu amigo António de Castro Henriques. 1944. Livraria Tavares Martins. Pôrto, xxxi. 353 págs. illust.

A dedicação amiga do sr. dr. A. C. H. reuniu cuidadosamente grande parte do espólio de Carlos Ramos, disperso por revistas de efémera duração, e de jornais, mais efémeros ainda, enfeixando-o todo num grosso volume elegantíssimo e ornado com fotografias do autor dos artigos, e de retratos devidos ao lápis glorioso de mestre António Carneiro.

C. R. foi um temperamento nervoso de

lutador e de místico, chama a arder que atravessou a vida como meteoro de fulgor excepcional e desapareceu na eterna Sombra deixando atrás de si rasto inapagável, quer no coração dos amigos que com êle conviveram, quer, agora, no livro que a amizade fez coligir e editar. Vibrátil e emotivo, combativo e sonhador, C. R. foi um tanto o D. Quixote da nossa terra, sempre na brecha para se bater por ideais que reputava nobilísimos e exequíveis, indo para isso até à temeridade.

Mas a sua emotividade fazia-o, também, cuidar amorosamente da Arte, entre cujas facetas mais caras ao seu espírito e ao seu coração se encontrava a Música. Por isso a maior parte dêste volume é preenchida com estudos, ensaios, conferências e artigos de crítica musical, como o encantador « Romance heróico de Schumann », verdadeiro

mimo literário, inspirado e alado, o estudo sôbre « João Sebastião Bach », as admiráveis conferências sôbre « Beethoven » e « Schubert » e os numerosíssimos artigos de crítica musical publicados durante anos no *Primeiro de Janeiro*.

Encerra mais o volume artigos de crítica literária e outros — entre os quais salientaremos o da « Fantasia sôbre Lisboa Velha », « Nótulas do seu caderno de aviador » e, finalmente, os « Versos póstumos », inspirados e emotivos, alguns cheios de encanto musical.

Abre o volume com um longo prefácio em que o sr. dr. A. C. H. evoca, comovidamente, a figura do amigo prematuramente morto e cuja lição êle procura fazer decorar pelos moços de hoje, homens de amanhã.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas (*)

Oferta dos editores:

Edições Gama, Lisboa:

Profissão de fé, por *Henrique de Patva Couceiro*.

Claro Dilema (Monarquia ou República?), por *Mário Saraiva*.

O sábio que sabia tudo e outras histórias, por *José de Lemos*.

Pro-Domo, Lisboa:

Os caracteres da monarquia, por *Gouveia Pinto*.

Domingos Barreira — Editor, Pôrto:

Obras selectas de *Nicolau Tolentino*.

Livraria Tavares Martins, Pôrto:

Poesia de Amor, selecção e prefácio de *José Régio e Alberto de Serpa*.

Homens brancos nos trópicos, por *Erling Bache*.

Editorial Aviz, Lisboa:

Crónicas de Londres, por *Eça de Queiroz*.

Cartas de Eça de Queiroz.
Entre corais e tubarões, por *Hans Hass*.

S. P. N., Lisboa:

Cadernos do Ressurgimento Nacional — Obras Públicas.

Ibero-Amerikanisches Institut, Hamburgo:

Die Iberische Welt im Denken *J. G. Herders*, *Von Wolfgang Kayser*.

Die Entwicklung des portugiesischen Nationalbewusstseins, *Von Albin Eduard Beau*.

(*) Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados.

João de Azevedo Coutinho

Herói nacional

O homem que tão altos serviços prestou ao país, que foi benemérito da Pátria, herói das campanhas de África, marinheiro e soldado e Lugar-Tenente de um Rei e de um Príncipe, morreu serenamente, com 79 anos de idade, na tarde do dia 7 de Dezembro de 1944, na sua casa de Lisboa, rodeado dos seus familiares.

De entre os homens que a história imortalizou, o Conselheiro João de Azevedo Coutinho, ao lado de Serpa Pinto, Roberto Ivens, Capelo, Anchieta, Vítor Cordon, Paiva Couceiro e tantos outros, era o último representante de uma *élite* de heróis que tão nobremente souberam, ao serviço da Pátria, construir um grande Império. Com a sua morte, perdeu o país um dos maiores vultos da sua brilhante história colonial.

O seu livro *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*, dedicado à Mocidade Portuguesa, é o testemunho vivo de um passado glorioso que jamais perecerá.

Ao prestar homenagem, em nome da Nação, ao valoroso combatente, o dr. Alberto dos Reis, na Assembléia Nacional, disse que «com o valente marinheiro, desaparecia uma das últimas figuras dessa valorosa pléiade portuguesa que, na segunda metade do século XIX, confirmaram as suas altas virtudes da raça tão brilhantemente assinaladas nos séculos XV e XVI.

«E entre os heróis da ocupação João Coutinho marcou um dos mais altos lugares pela sua bravura indómita, pelo seu patriotismo ardente, pela sua ânsia ilimitada de servir a Nação. O solo da colónia de Moçambique está cheio das pisadas gloriosas de João Coutinho. O herói verteu aí o seu sangue, mas afirmou triunfantemente a nossa soberania.»

Também o dr. Hipólito Raposo ao fazer o elogio do ilustre colonialista disse que com estas duas palavras, Português e Soldado, bem poderia compor-se o lacónico, mas eloquente epitáfio de João de Azevedo Coutinho, glorioso filho que a Nação acaba de perder.

O despojo mortal de João Coutinho foi acompanhado à sepultura pelas palmas e troféus da sua glória, pelos admiradores da sua espada,

pelos amigos do seu coração, por velhos e novos súbditos do Rei e pelo próprio Governo da República, para exemplo de justiça e por dever de civismo.

A sua lendária bravura, os seus esforços e sacrifícios foram agora exaltados para lição de quantos ainda os desconhecessem, pois que em Portugal nenhuma função melhor se cumpre do que a do esquecimento colectivo.

Morre o Filho Glorioso, a alma da Pátria inclina-se com respeito e amor sentido, enquanto a terra recolhe em seu seio o corpo de um soldado que a soube muito dignamente servir com o sangue do seu sacrificio.

João António de Azevedo Coutinho Fragozo de Siqueira, descendente de uma velha e ilustre família, era natural de Alter do Chão e nasceu no dia 3 de Fevereiro de 1865.

Estudioso e apaixonado pela literatura, especialmente pelos livros de capa e espada ou pelas descrições das grandes viagens e aventuras que, como êle o afirma, tiveram alguma influência na formação do seu espírito e carácter, entrou aos 15 anos de idade para a Politécnica e a 13 de Outubro de 1880, assentou praça em Cavalaria 4. Dois anos depois era aluno da Escola Naval.

Terminado o curso com distinção, seguiu o jovem guarda-marinha, com outros companheiros, para Inglaterra a bordo do «África», para fazerem parte da guarnição da nova corveta «Afonso de Albuquerque», mandada construir nos estaleiros britânicos, na qual se manteve até ser transferido para a canhoneira «Vouga», que ia partir para Moçambique.

Na Zambézia, haviam ocorrido graves acontecimentos, principalmente na região de Massingire, que se revoltara. Por êsse motivo, deliberara o então Ministro da Marinha, o grande historiador Manuel Pinheiro Chagas, que a «Vouga» seguisse imediatamente para Moçambique a fim de castigar os insurrectos que haviam barbaramente queimado vivas as filhas do comandante e praticado outras atrocidades.

Embora a ambição de Azevedo Coutinho e de outros camaradas fôsse seguirem para o Oriente, que exercia, pelas suas maravilhas exóticas, grande influência no espírito da gente moça, a «Vouga», em missão de soberania, demandou as terras de África que mais tarde ilustrariam o seu nome.

Tinha então 20 anos quando recebeu o seu baptismo de fogo. Ia começar a sua gloriosa carreira de marinheiro, soldado, administrador e político.

A nossa ocupação em Moçambique, naquelas alturas de 1885, era bastante reduzida, mas o respeito pela bandeira nacional era, de uma ma-

neira geral, respeitada embora em determinadas regiões a influência dos régulos fôsse maior que a dos funcionários governamentais, o que dava origem a que não houvesse de parte a parte boa vizinhança.

Praticava-se clandestinamente o comércio de escravatura do Mogin-qualé, no Infuse e em Sangage e para lá seguiu a «Vouga» a fim de suprimir o tráfico negreiro.

Acêrca da acção de Azevedo Coutinho nesta primeira campanha, escreveu o Tenente-Coronel Belo de Almeida o seguinte, que se transcreve com a devida vénia:

«Depois de muitos actos de pirataria e contrabando, o xeque de Sangage achava-se na ocasião ameaçado de represálias, da parte de um régulo insubmisso, sobrinho do Mussá Quanto, que exigia a adesão à sua causa. A ocasião era propícia para a autoridade portuguesa procurar garantir-se contra alguma eventualidade e proceder à instalação de um pòsto em Sangage na povoação do xeque. Todavia a missão cometida à expedição era arriscadíssima por ser cheia de perigos, atendendo à exiguidade dos seus efectivos e carência absoluta de recursos militares de que então dispunhamos, caso se esboçasse opposição, da parte dos numerosos elementos fortes e aguerridos de que dispunha o xequado de Sangage, sendo por isso necessária grande energia, firmeza e ponderação da parte do Comandante da expedição... Foi encarregado de comandar esta expedição e de entabular negociações com o xeque, o guarda-marinha João de Azevedo Coutinho que deu completo cumprimento à sua missão sem dar um tiro, mercê do alto critério, energia, perícia e patriotismo com que se conduziu nessas negociações, encetando a série ininterrupta de acções gloriosas em que se achou envolvido pela vida fora, durante a sua relevante... carreira ligada a páginas... da vida nacional. João de Azevedo Coutinho, para o desempenho de tão importante e perigosa comissão de serviço, contava apenas com 24 praças de marinha e diminuta força do exército colonial, destinada à guarnição do novo pòsto e que por terra havia partido do Parapato, ao seu encontro.»

De facto, tendo desembarcado com os seus homens, o xeque de Sangage, que se fazia acompanhar pomposamente dos notáveis da terra, reconhecia, não sem alguma dificuldade, a soberania do Rei de Portugal e autorizava o estabelecimento de um pòsto militar.

Resolvido o que se pretendia, seguiu a «Vouga» para Moçambique aonde o esperava a nomeação de comandante interino do iate «Tungue», para, nessa qualidade, ir cumprir uma importante comissão de serviço.

O destino era Infuse.

Comandante interino da «Tungue», já depois de o haver sido do iate «Lúrio», Azevedo Coutinho, segundo as instruções recebidas do Comandante da Divisão Naval, devia dirigir-se imediatamente ao Moginqual com o principal objectivo de impedir que ali se praticasse também o nefando comércio da escravatura.

Pelo êxito desta missão foi, por portaria do Governador Geral, Augusto de Castilho, louvado «pelos importantes trabalhos executados e reconhecer assim públicamente o zêlo, inteligência e coragem de que deu provas na comissão que lhe foi cometida».

Tendo chegado a Lisboa em Janeiro de 1889, seguiu meses depois para Lourenço Marques, encarregado de «Verificar e porventura rectificar as cartas hidrográficas do rio Zambeze e... acumulando esta comissão com o comando de um dos vapores «Cherin» destinados à nevagação do referido rio».

Devido à influência estrangeira que se fazia sentir cada vez mais junto de alguns régulos, foi instalada uma guarnição militar no Massingire e uma capitania-mor em Mopeia. Para patrulharem o Zambeze, o Chire e o Niassa, foram mandadas aprontar rapidamente algumas canhoneiras para assim assegurarmos a defesa da nossa soberania. Foi também resolvido que o capitão-tenente António Maria Cardoso, com alguns homens, fôsse percorrer algumas regiões a fim de se certificar da fidelidade de alguns régulos e instalar, onde o julgasse conveniente, missões e guarnições militares. Pelo lado do Zambeze, Chire e Ruo, seguia uma missão científica chefiada pelo major Serpa Pinto.

Pretendia-se, assim, para salvaguarda dos interesses nacionais, submeter os negros que comandados pelos emissários dos régulos Macololos, Melaure, Compata e outros se mostravam hostis ao domínio da Coroa.

Os acontecimentos agravavam-se dia a dia e mais se agravaram com o ataque à expedição de Serpa Pinto, o que deu origem a que Azevedo Coutinho fizesse um reconhecimento em forma visto correr o boato dos negros estarem a entrincheirar-se — com a protecção das missões e dos agentes britânicos — com o propósito de atacarem Chilomo.

O boato confirmou-se. Poucas horas depois da «Cherin» haver levantado ferro, naquela madrugada de 17 de Novembro de 1889, a escassa tripulação recebia os primeiros tiros das margens do Chire e do Chilomo, que se transformou numa verdadeira fuzilaria.

Embora não dispusesse de forças suficientes para castigar, como me-

reciam, os atacantes, resolveu Azevedo Coutinho desembarcar com o pessoal disponível: 4 brancos e 28 pretos.

Foi um autêntico massacre feito debaixo de intenso fogo que durou horas. A sua extraordinária coragem e sangue frio se deve a libertação de Chilomo, o que lhe permitiu aumentar ainda mais a sua fama de grande cabo de guerra, já de há muito admirada e respeitada em toda a África e no continente, onde os seus feitos eram proferidos com entusiasmo patriótico.

Averiguou-se oficialmente que em Chilomo haviam mais de 4.000 negros, muitos dos quais estavam armados com armas modernas de origem estrangeira.

Para perpetuar o feito glorioso, que foi celebrado ruidosamente pelo gentio, deu Serpa Pinto, como prêmio, o nome de «Vila Coutinho» a Chilomo.

Governador Militar do Chire, aos 24 anos de idade, a sua acção estendeu-se desde as margens do Ruo ao Milange. Como afirmou Serpa Pinto, conseguiu pacificar o país, convertendo os vencidos em amigos.

A acção civilizadora de Portugal mantinha-se através de todas as intrigas e de todos os obstáculos.

Sobre a delimitação das fronteiras da Guiné, — chave nevrálgica de uma questão que havia de ter tão trágico fim — foi assinado entre Portugal e a França um tratado cujo artigo 4.º era do seguinte teor: «O Governo da República Francesa reconhece a Sua Majestade Fidelíssima o direito de exercer a sua influência soberana e civilizadora nos territórios que separam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, sob reserva dos direitos anteriormente adquiridos por outras potências, e obriga-se, pela sua parte, a abster-se ali de qualquer ocupação.»

No «mapa côr de rosa», que fazia parte daquele tratado, estava claramente definida a nossa zona de influência, que a Alemanha reconhecia por um tratado assinado a 30 de Dezembro desse mesmo ano.

Entretanto a Inglaterra reclamava negando-se categoricamente a reconhecer os nossos direitos aos territórios que ligavam as nossas províncias de Angola e Moçambique, alegando, entre outras coisas, que não dispunhamos de forças suficientes para «manter a ordem, proteger os estrangeiros e vigiar os indígenas».

Depois de várias reclamações em que Portugal defendeu desassombadamente os seus direitos àqueles territórios, Barros Gomes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, propôs uma arbitragem a que a Inglaterra respondeu brutalmente com o *ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890,

em que exigia que se enviassem «imediatamente instruções telegráficas ao Governador de Moçambique» para que as fôrças portuguesas que houvessem «no Chire ou nos países dos Macololos e Mashona», retirassem. Se nesse mesmo dia não fôsse dada uma «resposta satisfatória» à sua «intimação», o seu representante diplomático abandonaria Lisboa e com elle todos os demais membros da legação.

A indignação da Nação não teve limites e o govêrno viu-se obrigado a ceder ante a fôrça, embora não deixasse de levar o seu protesto aos signatários da Conferência de Berlim.

Com esta questão de tão grande repercussão internacional, mais se celebrizou o nome de Azevedo Coutinho, que tudo fizera para evitar tal fatalidade.

A sua acção continua. Por incumbência do então Governador Geral de Moçambique, Joaquim Machado, foi Azevedo Coutinho, já como segundo-tenente, incumbido de uma espinhosa e importante missão: a de vingar a morte do tenente Valadim. Esta expedição tinha por finalidade: «Ir ao território do Mataca aonde foi trucidada a expedição Valadim e vingar êsse monstruoso crime, castigando algumas povoações principais, prendendo ou matando quando resista, o próprio Mataca, sendo possível, ou alguns dos principais chefes.»

O tenente Eduardo Valadim, outro mártir da civilização, oficial valente e impulsivo, e outro companheiro, foram barbaramente assassinados. Os negros que faziam parte da expedição foram mortos e os que conseguiram escapar ao morticínio foram vendidos no mercado de escravos de Zamzibar. Dos crânios dos dois brancos fêz o Mataca copos para beber *pombe*.

Tudo se tentou para levar a bom têrmo a campanha, mas dada a impossibilidade de ser organizada naquela altura uma expedição em condições de vingar a morte dos dois desditosos portugueses, foi a mesma, com a aprovação do Ministro António Enes, transferida para uma melhor oportunidade, o que só foi possível, com honra para a bandeira nacional, alguns anos depois.

Novamente em Lisboa, em gôzo de licença, aonde chegou a 11 de Janeiro de 1891, precisamente no dia do primeiro aniversário do *ultimatum*, houve por bem o govêrno distinguir João de Azevedo Coutinho, agraciando-o com o officialato da Torre Espada, com a legenda: «Benemérito da Pátria por resolução das Côrtes».

Pouco tempo se demorou o herói na capital, aonde só recebeu homenagens. Por determinação de António Enes, regressou de novo a Moçambique onde a sua presença era necessária.

A sua acção no ataque à aringa do Mafunda, na madrugada do dia 19 de Novembro de 1891, só por si revela a bravura e a reputação da sua gloriosa carreira militar.

Resolveu Azevedo Coutinho tentar levar a aringa inesperadamente pelo assalto. Mas a falta, como quasi sempre acontecia, de forças regulares bem armadas e equipadas, dificultaram o bom êxito da campanha forçando-o a ceder.

O general Teixeira de Sousa, esclarece-nos:

«Foi diante dêste formidável obstáculo que pela solidez fazia lembrar a aringa dos Bongas, em Massangano, que Azevedo Coutinho se encontrou em 19 de Novembro de 1891 com uma coluna que, se numerava um efectivo importante, carecia de tropas regulares, que pudessem inspirar confiança.

«Começou o combate pelo fogo de artilharia, a que o inimigo respondeu enèrgicamente. Não tardou que se reconhecesse que as munições eram péssimas, quasi inutilizando as bocas de fogo de que a coluna dispunha. Não obstante, os nossos avançavam corajosamente, sofrendo baixas cruéis, pelo fogo do inimigo. O combate durava com grande encarniçamento havia dez horas, dos nossos contavam-se já umas 350 baixas, o desânimo começava a manifestar-se, quando a explosão de um cunhete de pólvora matando Carlos de Paiva Raposo e o guarda-marinha Barba de Meneses, e ferindo gravemente o comandante da coluna e outro official, impôs a retirada, sob pena de fuga de muitos cipais.»

Aires de Ornelas, o ilustre colonialista, descreve-nos como se deu o desastre que ia vitimando Azevedo Coutinho.

«Todos esperavam curiosamente o efeito do tiro tão cuidadosamente apontado; todos sentiam iminente o desfecho de tão prolongada luta. Nesse momento João Coutinho era ferido no braço esquerdo. logo a seguir disparava-se o tiro da peça, e ainda o seu estampido se não apagara, quando rebentava uma formidável explosão, envolvendo todos em chamas, e impelindo-os por força irresistível. Uma bala de *planqueta* furara o cunhete e determinara o desastre.

«Em montão, revolviam-se envoltos em fogo brancos e prêtos, de onde saíam gritos angustiosos: — «Quem me acode!» «Ai que endoideço!» «Eu morro!» Envolto em chamas, cego pela dor, Barba de Meneses corria como louco na direcção da aringa. Era Álvaro de Barros que o agarrava e agüentava. O valentíssimo tenente Andrade era talvez o mais

queimado; Carlos Paiva Raposo também sofria horrivelmente; e o João Coutinho, o seu fiel prêto Ávista arrancava-lhe o fato ao mesmo tempo que farrapos de pele.»

Dois meses esteve Azevedo Coutinho entre a vida e a morte, com o corpo cheio de queimaduras, os braços em carne viva e a vista enfraquecida, de tal forma que acabou por perder a noção das coisas.

Do seu corpo foram tirados, com o auxílio dos bicos de uma tesoura, grãos de pólvora do tamanho de ervilhas.

Depois de haver recuperado totalmente a vista e a gravidade do seu estado não oferecer cuidados especiais, partiu para Moçambique onde se conservou durante o tempo da sua convalescença e dali para Lisboa, ao encontro de sua Mãe e da noiva, que o esperavam ansiosas.

Em nome de El-Rei, foi João de Azevedo Coutinho louvado «pela bravura com que se portou em tôdas as comissões de que tem sido encarregado».

Na campanha contra os Namarrais, que Mousinho de Albuquerque superiormente dirigiu com a sua alta competência, coube a Azevedo Coutinho um papel de excepcional importância, que a história classificou como glorioso feito das armas portuguesas.

Quando o herói de Chaimite foi nomeado Governador Geral de Moçambique, a 25 de Novembro de 1896, a sua principal preocupação — como afirma — «foi tornar efectiva a posse e domínio português em todo o território que de direito nos pertencia.

«A primeira coisa a fazer... era proceder à ocupação militar... com uma coluna suficientemente forte para vencer qualquer resistência e bater as fôrças inimigas, ocupar alguns pontos que reputava mais importantes estabelecendo comandos e postos fortificados.

«Foram árduos e trabalhosos os princípios dessa ocupação e até por pouco que a primeira tentativa, verdadeiro reconhecimento em fôrça, não redundava num desastre (a Mugenga). Mas à fôrça de persistência, consegui estabelecer diversos postos e comandos sendo primeiro necessário fazer sentir aos indígenas que lhes era impossível resistir.»

Azevedo Coutinho tomara parte nesta campanha, como comandante da fôrça expedicionária de marinha que de Lisboa partira para Moçambique, a fim de reforçar as colunas de Mousinho contra os Namarrais.

Conta-nos João Coutinho êste curioso episódio trágico-cómico, ocorrido num intervalo das hostilidades.

«Tendo-me despidido completamente e tendo à mão o fato e armamento, deliciava-me com a frescura da água *aliás pouco límpida*, quando súbitamente rompeu o tiroteio em cima dos gastadores. Colhidos assim de surpresa, não tendo, é claro, tempo para me vestir nem enxugar, peguei na espada atirei um pontapé à *barraquinha improvisada* (era uma pequena barraca de lona desmontável que acompanhava A. C. nas suas campanhas) e vim num pulo mesmo nu e descalço para o centro do pequeno quadrado *pronto* a comandar o fogo dos meus marinheiros e dos soldados landins naqueles *trajes menos que sumários*... Ainda verguei a espada em arco às pranchadas nas costas de uma dúzia de macuas auxiliares que entraram espavoridos dentro do quadrado no primeiro momento de alarme, mas que consegui fazer deitar por terra.»

O conde de Vilas Boas, jovem guarda-marinha, que pela primeira vez entrava nas guerras coloniais, relata-nos uma passagem da campanha contra os Namarrais.

«...o comandante João Coutinho e os oficiais passaram para a frente do pelotão, os marinheiros excitadíssimos estavam difíceis de conter... Ele avançou uns passos, serêno, no meio de um fogo que lhe era especialmente dirigido. E apontando com a espada para o inimigo, voltou-se para nós e gritou:— «Marinheiros, avançar!...» E largou a correr. Aquela voz de comando, que *não vinha precisamente no regulamento*, atiramo-nos todos atrás dêle com uma carreira louca.

«Quando a valente 1.^a companhia de valentes landins e os cipais que tinham recebido ordem do nosso comandante de carregar ao mesmo tempo, chegaram à povoação do Ibraísmo... a povoação ardia por vários lados, os poucos Namarrais que haviam escapado vivos tinham-se *evaporado* e no largo principal o 1.^o pelotão de Marinha com os uniformes esfarrapados pelo mato, cheios de lama, alagados em suor e alguns em sangue, e de fileiras abertas, apresentavam armas à bandeira, que um grumete içava em mastro improvisado, enquanto o corneteiro de ordem do comandante, com as veias do pescoço inchadas a estalarem e os olhos a saltarem fora das órbitas tocava a marcha de continência em um compasso... que nos fazia vibrar de orgulho...»

Com a segunda parte da campanha estava praticamente acabada a guerra aos Namarrais. «Acabou, como disse Mousinho, a lenda dos Namarrais, ficou livre o caminho às caravanas do interior onde só em tempos fôra um português o falecido negociante Borges.»

Só mais tarde, em 1905, quando João Coutinho foi nomeado Governador Geral de Moçambique, foi possível, com a colaboração de Massano de Amorim, Baptista Coelho e Ernesto de Vilhena, subjugar completamente todos os focos de rebelião, que se tornava vergonhosa e uma afronta para a nossa dignidade de colonizadores.

Convidado por Mousinho de Albuquerque para governar a Zambézia, onde começara a sua carreira de colonial, para ali partiu Azevedo Coutinho pouco depois da ocupação definitiva dos territórios rebeldes.

«A Zambézia — tal como a definiu Augusto de Castilho — foi em todos os tempos o país das intrigas e traições... as intrigas surdas que em todos os tempos tem acendido desinteligências e inimizades naquele país, com grave prejuizo do seu sossêgo, do desenvolvimento da sua agricultura, da liberdade dos seus povos e do comércio...»

Mousinho dizia anos depois: «Na Zambézia, como já disse, exerciam grande predomínio os chamados *mozungos*. A história desta gente é um encadear contínuo de barbaridades, actos de banditismo, fraqueza e por vezes criminosa cumplicidade por parte do govêrno» e adiante «a despeito destas contrariedades melhorou muito com a administração do 1.º tenente João de Azevedo Coutinho. O grande prestígio pessoal que ali tem, a sua justificada reputação de valente, generoso e justiceiro, a atenção que prestava às questões indígenas... bem como o conhecimento que tinha dos usos e costumes dos povos que governava, suprimam... e conseguiu assim, que houvesse ordem em muitos pontos onde mandava o capricho e bárbaros instintos de prêtos e mulatos arvorados em senhores medievais. O crescimento das receitas foi a consequência imediata dêste regime».

Na baixa Zambézia, especialmente nos prazos de Sena, da jurisdição da Companhia de Moçambique, os negros, comandados por Cambuena, amotinaram-se praticando as maiores tropelias e assassínios. Duas peças de artilharia «Hotchkiss» e outro material de guerra que o comandante de Tete enviara para reforçar a defesa, eram roubadas, depois da pequena tripulação do barco, que as transportara, haver sido morta ou aprisionada.

A situação era grave e mais grave se tornaria se não se esmagasse a rebelião imediatamente. De facto, assim aconteceu, graças à decisão enérgica de Azevedo Coutinho que à frente dos seus homens atacou a aringa *Mavuca* onde, se dizia, estaria o chefe da revolta. A palissada era defendida pelas duas peças e grande número de negros. As peças pouco tempo estiveram na posse dos revoltosos porque depois de um encarniçado duelo

de tiroteio, caíam em poder das forças regulares. Cambuena fugira com os seus, mas antes da fuga incendiara a aringa e cortara as cabeças dos artilheiros por os tiros não terem atingido os soldados brancos. Os homens que tão inglòriamente encontraram a morte, eram dois militares que tinham sido aprisionados quando do assalto ao barco e a quem haviam prometido a vida, no caso de, com as peças, dizimarem as forças, o que não se verificou.

Depois de um merecido descanso das tropas, a perseguição ao inimigo continuou mais violenta do que nunca.

Durante o avanço das colunas de operações, por caminhos mais que impossíveis, deram-se 20 combates e arrasaram-se 18 aringas.

Sob o ponto de vista militar e político a campanha fôra um êxito.

Maganja da Costa foi para Azevedo Coutinho um novo triunfo a acrescentar à sua brilhante fôlha de serviços.

Diz o ilustre colonialista: «Maganja continuava a estar, numa anómala e curiosa situação. Não estava revoltada e não estava submetida! Não praticavam os maganjeiros realmente actos de agressão, recebiam o governador do distrito, os grandes discutiam com êle, recebiam representantes da autoridade (?) não deixando de fazer bonitas promessas mas, continuavam a considerar-se independentes, não acatavam as ordens do *comandante* militar que no entanto consentiam na aringa, e a respeito de pagamento de mussôco ou de prestação de qualquer ordem de serviços é que não!»

Augusto de Castilho foi, como governador e como administrador, um homem de iniludível valor, castigando implacavelmente todos os actos de insubmissão ou rebeldia do gentio que não acatava o domínio da Coroa.

Praticava-se o tráfico de negros entre a foz do Tejungo e a outra margem do rio. Para suprimir tão miserável negócio, ofereceu-se prontamente o tenente da Armada Simeão de Oliveira, que exercia o cargo, nesse ano de 1887, de capitão de *todos* os portos de Moçambique, para, com uma pequena tripulação disfarçada convenientemente, fazer um reconhecimento.

Meses depois soube-se vagamente da sorte dos valentes marinheiros do pangaio: Simeão de Oliveira e a sua gente tinham sido descobertos e trucidados pelos indígenas nas praias de Qisungo.

Coube a Azevedo Coutinho a honra de vingar a morte do ilustre oficial, com o auxílio de 4.000 voluntários que abertamente quiseram acompanhar o grande chefe na luta com a gente da Maganja da Costa.

Os assassinos foram julgados por um tribunal marcial, presidido por

Massano de Amorim, e imediatamente passados pelas armas com a aquiescência dos grandes da aringa.

Com a sua larga experiência das campanhas de África sabla, como poucos, fazer-se obedecer e assim, tôda a região da Maganja da Costa estava completamente submetida. Antes de expirado o prazo para a entrega do material de guerra ali existente, fôra muito entregue em Quelimane, como o ordenara João Coutinho, como prova de vassalagem e submissão.

Esta gente que gozava de grande prestígio pela sua reputação de temíveis guerreiros, prontos a praticarem as maiores selvejarias, submetia-se perante um Homem que em nome de El-Rei exigia obediência absoluta.

Como recompensa, fôra elevado à dignidade de comendador da Ordem Militar da Tôrre e Espada.

Por incumbência do Ministro da Marinha e do Ultramar, conselheiro Teixeira de Sousa, foi Azevedo Coutinho, que se encontrava então na capital, encarregado de submeter algumas regiões do Barué que se mantinham em constante estado de guerra.

Informações colhidas na Beira e na Zambézia, sabia-se que mais de 15.000 guerreiros, bem preparados, estavam na firme disposição de venderem cara a liberdade e a vida.

O plano de operações nas suas linhas gerais para a campanha do Barué, que foi sàbiamente estudado, resumia-se:

1.º — *Coluna principal:*

•Era esta a coluna que, sob o meu imediato comando, devia operar no Barué. A ela pertencia, pois, bater os prazos tongas e os Macombes, estabelecer o maior número de postos de ocupação, decompor-se nas colunas auxiliares de irradiação, e ficar ainda suficientemente forte para qualquer eventualidade que pudesse ter lugar.

•2.º — *Coluna auxiliar da Gorongoza:*

Destinada a observar a gente do mozungo Luís Santiago em cuja lealdade, firmeza e neutralidade não me podia fiar, esta coluna carecia ter, pelas condições em que se achava, uma constituição muito especial. •

Havia ainda as colunas auxiliares do Luemba e de Macequece, esta última constituída especialmente com o fim de evitar que aventureiros fugidos da Rodésia se introduzissem no Barué.

« É opinião minha bem assente, bem firme, que quando em África preparamos uma campanha para castigar rebeldes, devemos fazê-lo com todos os cuidados e cautelas e por forma a ter quasi a certeza de os esmagar completamente. Sujeitar-nos a ser batidos por súbditos nossos revoltados é, quanto a mim, muito pior e muito mais deprimente para a nossa autoridade, do que ficarmos vencidos em uma campanha contra inimigos externos. »

A coluna da Macossa aprisionou Cambuena e perseguiu tenazmente o grande e poderoso Macombe, que acabou por se refugiar em território estrangeiro, acabando assim o seu prestígio, que era enorme. Morreu abandonado por todos.

Durou a campanha do Barué cêrca de dois meses tendo-se, após violentos combates, arrasado 71 aringas e feito grande número de prisioneiros. Nenhum soldado branco morreu durante a ocupação, o que é caso raro nas guerras de África.

Seria difícil, senão impossível, tentar descrever num simples artigo a vida extraordinária de João de Azevedo Coutinho. Raros foram os homens que tiveram na nossa época tão brilhante e rica biografia.

João Coutinho foi sempre um soldado das primeiras linhas e alguns episódios ocorridos nas províncias ultramarinas, aqui singelamente relatados, provam eloqüentemente de que têmpera era dotado êste homem valente e generoso.

Exerceu altos cargos oficiais, entre os quais, o de governador civil de Lisboa, após a morte de El-Rei D. Carlos, e o de Ministro da Marinha, êste último por duas vezes.

Quando da queda das instituições monárquicas, colaborou incansavelmente em vários movimentos para a sua restauração.

Foi Lugar-Tenente de D. Manuel e mais tarde de D. Duarte Nuno.

Escreveu obras valiosas sôbre assuntos coloniais, entre os quais justo é destacar, o seu admirável livro de memórias.

Possuía, entre outras condecorações nacionais e estrangeiras, as grã-cruzes do Império Colonial, da Tôrre e Espada, de Cristo e da Estrêla Brilhante de Zamzibar, o grande oficialato da Legião de Honra, de França, e a comenda de Mérito Naval e Militar, de Espanha.

Nasceu em 1865 e morreu em 1944. Viveu 79 anos ao serviço de Deus, da Pátria e do Rei.

ABÍLIO COELHO.

O problema do descobrimento da Madeira

(Continuação da pág. 21)

II

A LENDA

É inegável — e julgamos que hoje ninguém, por certo, o negará — que foram os portugueses quem cientificamente abriu ao mundo o caminho do desconhecido. Mas parece-nos não haver razões para se negar em absoluto ter havido, desde a mais remota antiguidade, povos com o conhecimento de regiões que só o trabalho formidável dos portugueses veio a tornar conhecidas muitos séculos depois. Cataclismos por um lado, guerras, e devastações resultantes delas, por outro, tudo concorreu para desaparecerem centenas ou milhares de obras onde estava consignado o saber de egípcios, caldeus e gregos, privando dêsse modo os tempos modernos de conhecerem factos que muito poderiam contribuir para o progresso da civilização. ¿ Quem pode calcular a soma de conhecimentos e de factos desaparecidos com a destruição da famosa biblioteca de Alexandria? E, se descermos de era tão recuada para os nossos dias, ¿ poder-se-á fazer idéia das riquezas de saber acumuladas, durante o período dos descobrimentos, na Casa da Índia, e em poucos minutos destruídas por completo pelo terramoto de 1755?

Se não fôsem desastres semelhantes, possivelmente não teria havido a epopeia maravilhosa que, iniciada pelo infante D. Henrique, transformaria Portugal de pequeno reino rural, batido pelas ondas do Atlântico, num grande império que espantou o mundo, e isso porque o mundo conheceria mais cedo regiões remotas, esquecidas no decurso dos tempos.

Mas a verdade é que o vasto mundo ocidental devia ser já conhecido dos egípcios (cuja cultura ainda hoje é mistério), e os fenícios talvez não ignorassem a ciência dos sacerdotes do Egipto. Tudo isto são

factos conjecturais, é certo, mas perfeitamente plausíveis e que podemos inferir de certas tradições correntes na Idade Média; faltam os documentos, base de tãda a história, mas há as inferências que se podem tirar de outros factos e de algumas obras.

Os homens deviam saber da existência das regiões ocidentais, quer pelo conhecimento directo proveniente de explorações, quer pela narrativa casual de escravos de povos exóticos, coisa vulgaríssima nas guerras da antiguidade. Claro está que nessas eras recuadas, não havendo a civilização atingido ainda progresso comparável ao de hoje, tais conhecimentos não poderiam deixar de ficar na posse de um número restrito de indivíduos. Daí a sua imperfeição; daí a sua passagem de geração em geração e concomitante transformação deformada, a qual acabaria por gerar as lendas que espantaram de terror os povos durante a Idade Média.

Conhecem-se muitos relatos da antiguidade até nós chegados através de escritores como Aristónico, Heródoto, Estrabão, Plínio, Cornélio e Pompónio Mela. E se alguns dêles, como o primeiro, não podem merecer absoluta confiança, não vemos razões para negarmos *in limine* tudo quanto na antiguidade se escreveu acêrca de viagens marítimas e de exploração. O Atlântico não era totalmente virgem de explorações europeias, e se não podemos crer no pretenso périplo da África por fenícios ao serviço do faraó Neco, não nos parece poder relegar-se para o limbo das lendas o relato de Plutarco que, na biografia de Sertório, referindo a fuga dêste proscrito para a Espanha, escreveu que aqui o illustre partidário de Mário «*rencontra quelques patrons de vaisseaux qui revenoient tout nouvellement des Isles Atlantiques*», que eram as Canárias, pois continua dizendo serem «*des iles séparées l'une de l'autre par un petit bras de mer, & éloignées de l'Afrique de deux mille stades. On les appelle, les Isles des bienheureux*» (1).

Mas êsse conhecimento obliterou-se com os tempos, ficando dêle apenas vagas tradições, geradoras de algumas das lendas que faziam do Atlântico a antecâmara do Inferno.

Como exemplo dessas lendas com remoto fundo de verdade temos, em primeiro lugar, a decantada Atlântida de que nos fala Platão, primeiro no *Timeu* e depois no *Crítias*, a qual era um vasto continente,

(1) Não tendo à mão o texto grego ou a tradução latina do notável autor das *Vidas paralelas*, transcrevemos da tradução que Dacier delas fêz para francês e impressa em Paris em 1778. Os passos transcritos pertencem ao tãmo vi, pág. 115.

a que o grego illustre, pela bôca de Sócrates, chama «ilha», e que estava situada «em frente da passagem que vós chamais, como dizeis, colunas de Hércules». E acrescenta: «Essa ilha era maior que a Líbia e a Ásia reunidas» (1). Esta Atlântida tem feito correr rios de tinta, e até hoje nada de positivo se tem obtido a seu respeito além do que o já citado Platão refere, e é muito pouco. O único facto saliente é o de tal tradição não poder ter sido forjada pelo próprio Platão, apesar do seu génio, nem por Sócrates, nem por Sólon (na bôca de quem é posta a narração de Sócrates no *Timeu*), antes, em nosso entender, deve provir de qualquer conhecimento, embora imperfeito, que chegaria à Grécia por intermédio do Egito.

Os europeus teem o mau hábito de supor que a cultura só surgiu na terra depois de a Grécia derramar as suas luzes no mundo, e esquecem que quando na Hélada ainda não florescia a primitiva civilização micénica, nem mesmo ainda havia traços da que, muito antes dela, se desenvolveria na fabulosa Creta, já no Egito e na Caldeia brilhavam duas admiráveis culturas, para não falarmos nessa misteriosa China, que só em plena Idade Média iniciou as suas relações com os povos do Ocidente.

Mais tarde os fenícios também empregaram esforços para adquirirem conhecimento directo dos povos que habitavam para além das Colunas de Hércules; a tal interêsse, porém, era absolutamente alheia qualquer curiosidade cultural, antes provinha em linha recta do interêsse mercantil que os animou e transmitiram mais tarde à filha dilecta Cartago.

Dos cartagineses sabe-se terem estado em relações constantes não só com os povos da periferia do continente africano banhado pelo Mediterrâneo, mas também com os do interior, e não devem ter deixado de obter notícias da existência de outros povos para além do deserto que limitava ao sul o território da República Cartaginesa. Mas a ciência adquirida a tal respeito desapareceu, talvez, com a destruição de Cartago; se Roma a conheceu, tampouco a legou aos povos que tutelou e à sua sombra Augusta progrediram.

Ao findar, pois, a Idade Antiga, tudo o que se referia às regiões para além do estreito de Gibraltar estava envolvido em lendas, que muitos e muitos anos envolveram as famosas ilhas Antília ou das Sete Cidades, de S. Brandão, do Brasil, de Cipango e de tantas outras atrás

(1) Platon, *Œuvres complètes*, tómo x. «Timée-Critias». Texte établi et traduit par Albert Rivaud. Paris, Société d'édition «Les Belles Lettres», 1925, pág. 24 c (136).

de que também correram os nossos navegadores. Todo o Atlântico era um vasto pélago de lendas em que a verdade mal podia vislumbrar-se e à qual só a coragem decidida, a energia persistente e o saber exacto dos portugueses conseguiram retirar a vasta «ganga» que a envolvia para a apresentarem em tóda a sua resplandecente nudez. E não nos admiremos se os homens acreditaram nessas lendas tantos séculos. Em pleno século XV, às portas do Renascimento e já quando os portugueses conheciam o Atlântico até à ponta meridional da África e, possivelmente, haviam chegado à Terra Nova, Colombo também nelas cria, não obstante a larga aprendizagem das coisas do mar feita em Portugal, e não obstante, ainda, os papéis que possuía e haviam pertencido a seu sogro, aquêlê Bartolomeu Perestrelo a que já nos referimos e foi o primeiro capitão donatário da ilha de Pôrto Santo.

Tais lendas deviam, pois, ter provindo, como atrás dissemos, da lenta alteração de factos verídicos e conhecimentos exactos, e não se generalizaram por variadíssimas razões, das quais a primeira foi, com certeza, a dificuldade de comunicações entre os povos da Antiguidade. Pode chamar-se-lhes, com certa propriedade, lendas cíclicas, porque deviam ter chegado à sua forma, então actual, por ciclos que eram estádios da modificação de uma verdade imperfeitamente conhecida ou cuja tradição era antiga de mais ou se havia quási perdido.

Mas outras lendas há cuja formação é recente e pouco ou nada tem do maravilhoso que naquelas abunda. Estas só podem, com verdade, chamar-se lendas por surgirem tódas feitas em época recente, sem haver qualquer documento comprovativo dos factos que só são lendários por isso mesmo. Está neste caso a célebre história do descobrimento da Madeira pelos inglêses Roberto Machin e sua amante Ana d'Arfet, lenda que encontra ainda hoje quem nela creia e tome a sua defesa, apesar da ausência absoluta de documentos ou narrativas fidedignas a comprová-la. Os seus defensores baseiam-se, para afirmar-lhe a veracidade, no passo do *Tratado dos Descobrimentos*, do famoso António Galvão, que escrevendo em 1563, século e meio passado sôbre o povoamento da Madeira, diz que «tambem querem que neste meyo tempo fosse a Ilha da Madeira descuberta [...] por hum Ingres que se chamava Machim, que vindo de Inglaterra pera Espanha com huma mulher furtada, torão ter à Ilha com tormenta, e sorgirão naquelle porto que se agora chama Manchico de seu nome tomado, e pella amiga vir do mar enjoada sahio em terra com alguns da companhia, e a nao com tempo se fez à vella, e ella faleceo danojada. Machim que a muito amava pera sua sepultura fez

huma Ermida do Bom Jesu, e escreveo em huma pedra o nome seu, e della: e a causa que os alli trouxera, e poslha por cabeceira: e ordenou hum barco do tronco de huma arvore, que alli havia muito grossos, e embarcouse nelle com os que tinha, e forão ter à Costa Dafrica sem velas, nem remos. Os Mouros houveraõ isto por cousa milagrosa, e por tal os apresentaraõ ao Senhor da terra, e elle pella mesma causa os mandou a ElRey de Castella» (1).

Esta a parte lendária, que o próprio Galvão não afirma, como o querem alguns escritores, mas apresenta como variante do descobrimento dizendo que *tambem querem*. Seria êste o relato mais antigo que possuíramos da lenda, se não fôsse publicado há pouco mais de 30 anos um outro de Valentim Fernandes e recentemente reeditado com o seu célebre manuscrito a que já fizemos referênciã no capítulo anterior dêste estudo.

Escreveu o impressor alemão:

«Ylha de Madeyra como foy primeyramente achada e per quã e de que maneyra foy pouorada.

«Hũ caualleyro de Ingraterra q̃ auia nome Machyn q̃ foy degradado por seu delicto de Ingraterra. E determinou de se hir pera Espanha. E cõprou hũa barticha q̃ he nauio de 40 tonees cõ gauiã e meteo toda sua fazêda dêtro do nauio, cõ hũa sua mãçeba e alguõs criados, e assi meteo cabras pera seu comer, foy seu camjinho. E em vijdo atraues das Berlingas deu tal tempo nelle q̃ ho fez correr a balravêto e foy dar cõsigo aa ilha do Porto Santo e se espãtarõ quãdo virõ terra, arribarõ a ella e deçerõ em terra a buscar agoa e lenha q̃ auia mester. E assy as cabras e bodes q̃ lhes ficauã por serẽ magros e mortos de fome os lâçarõ a paçer e esta terra era a ylha do Porto Santo agora assi chamada.

«E elles assi estãdo esclarecêdo o tempo virõ mais terra ao mar e fizerõ vela e forõ ver q̃ terra era e arribarõ a huũ porto onde agora chamã Matschiquo.

«E poz nome ao dito porto Machym e depois os castellanos corrõ-perõ ho vocablo e chamarõ no Malchico.

«Ao dito caualleyro yngres pareceo bem o porto e a terra deçoõ nella e mãdou leuar huũ triquete vela pera hũa tenda e machados e fouçes e barrijs e todo o q̃ auia mester pera comer e repousar em terra, ho qual mãdou armar a sua tẽda sobre a borda da ribeyra, a qual era muy

(1) *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*, Lisboa, 1731, pág. 19.

graciosa e desafodadiço de muytos peixes e muytas aues másas atec as tomarê cõ as mãos.»

Depois Machim percorre a ilha durante três dias até que, ao regressar ao ponto de partida, já não viu o navio em que viera. «E os criados nõ vëdo o nauio no porto disserõ ao Senhor q̄ lhes parecia mal e q̄ entendiã q̄ era fugidos os marinheyros cõ o nauio. E elle esforçãdoos como boo caualleyro dizêdo q̄ elles nõ fariã tal ruydade, mas antes stariã tras algũa põta, porq̄ lhes poderia vëtar alguũ vento ê quãto elles andariã fora, ou cortar algũa marra e caçariã.»

Então Machim, vendo-os desanimar, exorta-os com um discurso em que lhes fala das maravilhas da terra a onde tinham vindo.

Entretanto o «mestre e marinheyros como virõ partir seu senhor pera as serras, mostrãdo q̄ auiã medo delle q̄ queria pouorar aquella terra cõ elles e os ter allí, mas a verdade era q̄ *por* cobijça das riquezas q̄ tinhã na nao determinarõ a fugir. E requererõ a mãceba que ficaua em a tãda e assi huũ moço pequeno cõ ella se queria hir com elles, q̄ elles determinauã de fugir. E ella disse q̄ nõ q̄ nõca Deus quisesse q̄ ouesse de leixar seu senhor. Emã partirõ o mestre cõ seus marinheyros e fizerõ vela.

«Acõteçeo q̄ hindo elles assi pello mar deu tempo nelles q̄ forõ ter a costa de Barbaria e perderõ se em huũs baixos ee scaparõ delles pera terra os quaes os mouros catiuarõ e os outros morrerõ.»

Enquanto isto se passava, o «caualleyro yngres chegou onde tinha sua tãda armada q̄ achou a mãceba e o page, e de como erã fugidos os marinheyros pesou lhe muyto nõ no dãdo entẽder aa sua cõpanhia, mas antes os esforçaua e fazia q̄ nõ daua nada por ysso dãdo lhes muytas razões e esforços e assy das bõdades da terra como mãtjrmãtos q̄ nella tinhã.» E animava-os com a esperanza do surto de qualquer navio que passasse e os levasse. «Sem embargo de todollos esforços nõ prestou a amara da mãceba porq̄ de pasmo morreo. A qual foy a primeyra q̄ enterrarõ nesta terra em hũa jrmida q̄ elle tinha feita aa qual pos nome Sancta Cruz.»

Depois disto construíram um batel «cõ algũas ajudas de paos caudados cõ tornos de paos», forneceram-se de carne de peixe sêco e de aves e fizeram-se ao mar, indo ter à costa de Marrocos onde foram reduzidos à escravidão e onde encontraram os traidores que os haviam abandonado na ilha. Machim ao vê-los «arremeteo a elles pera os matar. Quando os mouros aquillo virõ apartarõnos e pregãtarõ lhe a causa da sua peleja, pello qual estauã espãtados por elles serẽ todos christãos, ho

qual lhes foy todo cõtado. E logo o alcaide dy *ho* espreueo a elrey de Fez seu senhor todo ho passado, assi das ilhas q̄ acharõ como da cousa acõteçida deste caualleyro yngres. E logo per elrey de Fez foy mädado de o leuar amte sy, e elle ho cõtou todo por seu trusymã (1) do q̄ lhe fora acõteçido».

O rei de Fez, porém, «veëdo q̄ se nõ podia aproueitar de taes ylhas e terras» mandou Machim ao rei D. João I de Castela para lhe contar a aventura, com a qual poderia aproveitar. Mas o monarca, ocupado com a guerra «q̄ tinha naquelle tempo cõ elrey de Portugal», não pôde fazer nada naquela ocasião; entretanto Machim morreu, ficando o caso no esquecimento.

Contudo o gado que o inglês levava para a ilha «multiplicou em tãta quãtidade q̄ a ylha era toda chea» e os castelhanos, ao voltarem de uma das suas expedições às Canárias, desembarcaram na ilha (a que o pitoresco narrador chama de *Pôrto Santo*) e ali se abasteceram de gado, passando a ir lá tôdas as vezes que se dirigiam às Canárias. É então que o autor relata o caso passado com Gonçalves Zarco, tal como o narrámos no anterior capítulo (2).

Ignoramos as fontes a que recorreu Valentim Fernandes, que foi, no tempo, o primeiro a dar curso à lenda, embora bastante diversa da forma que posteriormente tomou a partir de António Galvão. Êle ouviu, possivelmente, a alguém tal narração, e a tradição desta devia ser ainda recente na data em que a escreveu. Como se formou a lenda? Que fundo de verdade há nela? São perguntas a que não se pode responder, porque nenhuma base existe sôbre a qual possamos assentar uma certeza. O que nos parece é que, se havia qualquer relação escrita do descobrimento da Madeira referida ao suposto ou verídico Machim, tal relação desapareceu, a não ser que fôsse exclusivamente oral, por ninguém, antes do impressor alemão, a ter recolhido. Seria o MS. d'este que António Galvão leu e referiu, depois, no *Tratado*? Talvez fôsse, porque as narrativas pouco diferem uma da outra. Se Galvão, por um lado, diz que Machim viera «de Inglaterra pera Espanha com huma mulher furtada [...] e sorgirão naquelle porto que se agora chama Manchico», e Valentim Fernandes, por sua vez, relata o caso de «hũ caualleyro de Ingraterra q̄ auia nome Machyn que foy degradado [...]

(1) Deve ser forma corrompida de *dragoman*, intérprete, do árabe *targuman*.

(2) O *Manuscrito «Valentim Fernandes»*. Lisboa, MCMXI, pág. 106-9.



Leiria — Torre do Bispo e o Castelo

(Aquarela de Malticira)



Santa Maria de Alcobaça

(Aguarela de Maltieira)

E determinou de se hir para Espanha [...] cõ hũa sua mãçeba [...] e arribarõ a huũ porto onde agora chamã Matschiquo», também ambos são concordes na morte da companheira de Machim, na desapareição do navio — que Galvão diz que «com tempo se fez à vela» e Valentim Fernandes que «determinauã de fugir» —, na ida do Machim a Marrocos, onde caiu em poder dos habitantes, e na subseqüente passagem a Castela, onde contou ao Rei a sua aventura.

Mas Galvão não poderia, por certo, ter lido as *Crônicas* do impressor alemão, visto como o MS. foi para Munique (1). E. A. Bettencourt que publicou parte do relato na *Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira* em 1875, diz que o extraiu «de uma copia autentica do livro de Valentim Fernandes, feita em 1848, e existente na bibliotheca particular de sua magestade el-rei de Portugal» (2). Será esta cópia a existente hoje na Biblioteca Nacional? Não pudemos averiguá-lo. Se de facto é a mesma, então é mais que certo que Galvão não teve conhecimento, nem de perto nem de longe, das *Crônicas* do alemão, pois a cópia é recentíssima. A não ser que o MS. original, hoje em Munique, para ali fôsse mais tarde e ainda pudesse ser compulsado pelo famoso rei de Ternate. Como quere que seja, a mais antiga relação impressa da lenda e a mais antiga escrita não diferem senão em pormenores de pouca monta; mas uma e outra não se apoiam sôbre quaisquer documentos ou testemunhos invocados que as abonem. Veremos como com o andar dos tempos ela tomou duas feições distintas, uma românticamente literária (D. Francisco Manuel) e outra acentuadamente prosaica e com fim manifesto de tirar a Zarco a glória de povoar as ilhas redescobertas (Dr. Manuel Constantino).

(Continua).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

(1) Major, cuja interessante obra não pudemos consultar, vendo-nos, por isso, na necessidade de a ela nos referirmos através de outros autores, diz: «Logo depois da compilação d'aquelle documento, em 1508, passou para as mãos de Conrado Peutinger [...] e ficou em seu poder até que morreu em 1547 [...] a narrativa de Fernandes sempre d'ahi por diante se conservou na Allemanha.» Vd. Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. II, pág. 238. Ignoramos que fundamentos teve Major para afirmar o que se leu. Talvez obtivesse a informação dos drs. Halm e Kunstmann a quem recorreu para lhe darem cópia do MS. de Valentim Fernandes.

(2) *Loc. cit.*, pág. 11.

O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo

Cultor do Classicismo Latino

(Continuação da pág. 26 — Conclusão)

CAPÍTULO IV

TRADUÇÃO DO CARME "QUESTUS IN FORTUNAM."

Queixa contra o destino

Ah! ¿de que me serve acusar o destino cruel que até agora decidiu usar de rigor para comigo?

Foram-me desferidos golpes muito maiores do que os meus queixumes e não se permite ao meu ódio impotente revoltar-se contra a ira do destino. Êste é mais cruel do que o que possa dizer-se ou imaginar-se.

Mais vale que eu refreie as dores e contenha as lágrimas, não vá a sorte perversa insultar um desventurado e exultar com o seu pranto e aumentar o seu regozijo à custa da minha tristeza, se acontecer que me ouça queixar.

Assim, comigo mesmo lamentarei os meus males e imaginarei, para mim mesmo, o meu aspecto digno de compaixão.

Admirar-te-ás, quem-quer-que isto leias, e, ou me sejas adverso ou hostil, derramarás lágrimas amigas, ainda que um coração de ferro habite o teu peito, e sejas insensível como a pedra de um duro rochedo.

¡Ai de mim, como eu era!... ¡com que golpe me feriu a fúria do destino, a mim, a quem há pouco a multidão viu pairar nos altos cumes e exaltar, ao som da lira, os que me estimavam, e chegar até aos astros com os meus cantos!

Ah! eis-me jazendo nas trevas, na dor e na imundície, profundamente sepultado no pó — espectro miserável!...

Os olhos estão embotados pela inacção.

A cruel imundície, a barba crescida, os cabelos desgrenhados e prematuramente encanecidos, a pavorosa magreza, o aspecto disforme, tornam-me num fantasma horrendo da treva nocturna.

Oh! fatalidade! até as minhas ruínas morreram em mim... Nem o campo em que outrora existiu Tróia está sepultado sob tantos destroços!
¿Quem acreditaria que o destino pudesse ter usado de tanto rigor contra mim?...

Os golpes juntaram-se aos golpes; os males acrescentaram-se aos males.

Não há parte alguma que esteja tão isenta de feridas de sorte que uma segunda não anteceda a que há-de vir e afaste uma recente.

Novas desventuras se sobrepueram às antigas; não há tempo de me queixar, porque recentes dores vieram ocupar o lugar das outras.

Eis que foi desferido um novo golpe ao infortunado; eu não sucumbi lenta e gradualmente, de maneira a cair com mais suavidade.

O destino fez-me rolar súbitamente de um alto cume, num girar vertiginoso, e fincou-me ao solo; e eu não dei conta de que me precipitava antes de ter conhecimento da minha queda pelo seu som retumbante.

A vós, caros amigos (se é que me restam alguns...) e a vós, discípulos, a quem dei as melhores lições da língua e da vida, peço, aqui, que junteis as vossas lágrimas ao meu infortúnio.

Oh! compadecei-vos de mim, porque a mão rigorosa do Senhor me tocou e submeteu com o gládio terrível! — e Aquêlé fulmina-nos com a dextra armada do raio.

Feriu-me mais severamente do que a Job, pois não o privou da luz, nem permitiu que, em sofrimento tão grande, o ódio de um inimigo lhe apagasse os olhos do espírito.

Extinguiu-se o brilho da minha reputação e a infâmia tirou-me tôda a glória e mergulhou-me o espírito em cruel treva.

A Job nada mais se maltratou além do corpo, e até a um inimigo foi concedido conservar o espírito.

Contra mim usou-se indistintamente de crueldade, e o destino, que me causou tantos males, pôs ao alcance dos que me odiavam o meu corpo e o meu espírito.

Sofrendo aprendi quanto valia.

Vivei felizes, desde agora, homens indiferentes à minha dor: nada há de que os fados não possam obter meios de me prejudicar!

O próprio talento e o meu ânimo completamente acabrunhado con-

fessam que as suas forças estão esgotadas: abatidos, abandonam-me, arrastam uma triste existência, gemem e arquejam.

Não que me queixarei de que se permitisse tanto mal, mas de que houvesse poder para tanto e me fôsse dado poder suportar tantos golpes.

Semelhante a Títio renovei as entranhas para o castigo, eu que vivi ditoso e único acima de todos os homens e agora vivo... oh! que vergonha!...

¿Pois de que aproveitará que eu tenha vivido difamado e prisioneiro?

A treva sinistra da infâmia desce sôbre os meus olhos.

Aborreço a vida... Já não há ninguém que me convença de que a morte é o maior dos males: o que eu sofro vai além da morte!

Uma só morte não me teria contentado, se eu pudesse recuperar a perda da minha reputação. Preferia morrer muitas vezes e acreditar que esta paga era comum.

Mas isto tortura-me muito mais e dilacera-me o mais recôndito do coração porque tenho a consciência disso e me resta o uso da razão para ver e deplorar o meu infortúnio.

Há em mim uma sensibilidade aguda que aumenta com os meus males.

É por isso que eu quis retardar a confissão dêstes, para sofrer menos, se alguém quiser saber quais tenham sido as causas da minha dor.

Questus in fortunam

- 1 *Heu! quid ego crudelem et adhuc saevire parantem
Fortunam incusem! multo grauiora querelis
Ulnera sunt illata meis, nec surgere in iras
Imparibus fas est odliis; immanior illa est,*
- 5 *Quam dici, fingiue queat: fraenare dolores,
Et lacrymas satius; ne, si me audire dolentem
Accidat, insultet misero, lacrymisque triumphet
Improba, deque meo firmet sibi gaudia luctu.*
- Mecum ergo mea damna querar; spectacula fingam*
- 10 *Ipsae mihi miseranda mei: mirabere quisquis
Ista legis, licet infensus, licet hostis, amicas
Impendes lacrymas; quamquam tua pectora ferrum
Occupet, et duro rigeas de pumice saxum.*
-

- Hei mihi qualis eram! quali me percussit ictu*
15 *Fatorum rabies! modo quem per summa uolantem*
Culmina uiderunt populi, strepituque fauentum
Attolentem animos, et sidera uoce sequentem!
Heu laceo in tenebris, in luctu, in sordibus, alto
Puluere demersus, spectrum miserabile! torpent
20 *Ora situ, dira illuues, promissaque barba*
Inculti crines canis properata senectus,
Horribille macies, species deformis, et umbrae
Nocturnae horrentis facies! periere ruinae
In me etiam (proh fata!) mei: nec puluere tanto
25 *Est campus, quo Troia fuit! quis crederet in me*
Saeuiri tantum potuisse? paremque furori
Esse locum tanto? Adiecti sunt ictibus ictus,
Uulnera uulneribus cumulata; nec ullus ab ictu
Tam uacuus locus est, ut non prior occupet alter
30 *Uenturum, excludatque nouum, uenere recentis*
In plagas ueteres plagae: non ulla dolendi
Est regules, aliis alii incubuere dolores.
Ecce aliud uulnus misero; nam non ego sensim,
Perque gradus cecidi, ruerem quo mollius, alto
35 *Culmine me subito traxit fortuna rotatu*
Praecipiti, affixitque solo; nec me ante ruentem
Sensi quam sonitu agnouit stridente ruinam.
Hic ego uos chari, si qui superestis, amici;
Uos saltem, uos discipuli, quibus optima linguae
40 *Et uitae documenta dedi, precor addite nostris*
Uulneribus lachrymas, nostri o miserescite! nam me
Dura manus Domini tetigit, gladioque subegit
Fulmineo, dextra cum fulminat ille rubente.
Heu grauius lobo tetigit! nec enim abstulit illi
45 *Lumina, et in tantis oculos extinguere poenis*
Non tulit hostilem rabiem: mihi lumina famae
Sunt extincta meae, solidamque infamia lucem
Abstulit, atque animam dura in caligine mersit.
Iobo saeuitum non ultra est corpus, et hosti
50 *Praeceptum seruare animam: discrimine nullo*
In me saeuitum; corpusque, animamque furenti
Fortuna obiecit, quae tot mihi damna parauit.

- Quantus eram didici patiendo: uivite iam nunc
 Mortales nostro securi uulneri: non est,
 55 Fortuna unde queat capere instrumenta nocendi.
 Ars in me, uirtusque omnis consumpta, fatetur
 Ipsa sibi exhaustae uires: lassata recedit
 Caedendo, trahit aegram animam, suspirat, anhelat.
 Non ego, cur tantum licuit, querar: at querar illud,
 60 Cur tantum potuit? durare in uulnera tantum
 Cur mihi posse datum? Tytio par corda nouauit
 Ad poenas, utriusque adeo super unus in omnes,
 Et uiuo, pudet heu! quid enim uixisse iuuabit
 Infamemque, reumque? oculis nox atra pudoris
 65 Incubat; heu taedet lucis! mortem esse malorum
 Nec mihi iam quisquis summum persuaserit; ultra est,
 Quod patior, mortem! O utinam dispendia famae
 Possem emere! haud una contentus morte fuisset.
 Mallem saepe mori, pretiumque hoc uile putarem:
 70 Hoc adeo torquet magis, et magis intima rodit
 Uiscera, quod uideo mente, et uis integra restat
 Iudicii, ut uldeam, ut doleam mea uulnera; sensus
 Acer inest, crescitque malis. Quae signa doloris
 Si quis nosse cupis, fuerint; quod tardior esse
 75 Nunc primum uolui, quo uel minus ipse dolerem.*

MARIA EMÍLIA ALVES.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1845

Guimarães há 100 anos

Abril

Dia 2 — Faleceu Fr. João de Jesus Almeida, o «Roto», egresso do extinto convento da Costa, de que foi organista. Actualmente era organista da Colegiada, Morava na Rua de Santa Maria e foi sepultado com o hábito de frade de S. Jerónimo no claustro do convento de S. Domingos. (P. L.)

Dia 4 — Ao romper da aurora, ao meio dia e à noite repicaram os sinos por ser o dia natalício de S. M. a Rainha. Embora a Câmara tivesse mandado deitar Bando, as luminárias, à noite, foram poucas. Em Braga houve um grande baile, promovido pelo general da divisão e officialidade do regimento n.º 8, para o qual foram convidadas várias pessoas de diferentes terras da provincia, indo daqui alguns carros e imensos tabuleiros de flores, as mais mimosas. Apesar de serem muitos os convidados, poucos foram ao baile, em virtude do mau tempo. (P. L.)

Dia 12 — Faleceu Pedro Lobo de Sousa Machado Correia de Castro e Couros, irmão de Rodrigo Lobo, fidalgo e morador na Rua Sapateira. Foi depositado e sepultado no dia seguinte, com grande pompa, no jazigo da sua família, na igreja de S. Francisco (capela dos Azenhas). Tinha 30 e tantos anos. (P. L.)

Dia 18 — Com 43 anos de idade faleceu D. Ana Freitas, viúva de João de Melo Pereira de Sampaio, moradora na Rua de Santa Maria. Foi depositada e sepultada com grande pompa, no dia 20, na igreja da Colegiada, junto da sepultura de seu marido, falecido há 8 meses. (P. L.)

Dia 27 — Pelas 9 horas da noite e contando 83 anos, faleceu, na sua Casa do Costeado, D. Joaquina, morgada da mesma Casa e viúva de José Lourenço, filho 2.º da Casa de Simões. Foi depositada no dia 29, na igreja de S. Domingos, e sepultada na capela-mor dos 3.ºs dominicos. (P. L.)

Maio

Dia 15 — Para fazer a guarnição da vila chegou aqui um forte destacamento do regimento de infantaria 8, estacionado em Braga. (P. L.)

Dia 17 — A requerimento do Conselheiro-Juiz da Relação de Lisboa, José Duarte Machado Ferraz, foi, por Alvará, concedida mercê de fidalgo cavaleiro a José Joaquim Machado Ferraz, natural de Guimarães, filho legítimo de António Duarte Ferraz.

Dia 28 — Faleceu José Joaquim da Silva Pinheiro, boticário que foi da Misericórdia e que morava à Porta da Vila. Tendo uma grande fortuna, distribuiu-a em obras pias,

deixando a Quinta da Fonte Santa, por morte de sua mulher (era uma das de maior valor, calculado em mais de 6.000\$000 réis), aos entevados e 400\$000 à Misericórdia. Este grande homem pôs em toda a sua vida um grande desvelo a favor dos entevados, concorrendo para uma grande parte do seu sustento e dando principio à casa nova que se fez ao pé de S. Paio, pedindo a Misericórdia o terreno para esse fim. A pobreza perdeu muito com a morte deste homem e as suas lágrimas o testeficaram por muito tempo. Morreu com todos os sacramentos e depois de uma penosa enfermidade, tendo sempre uma grande resignação. Finalmente viveu e morreu como um verdadeiro cristão. Foi depositado e sepultado no dia seguinte na igreja da Misericórdia. (P. L.)

Junho

Dia 9 — Na casa do Nicolau do Cavalinho houve uma grande reunião de miguelistas, setembristas e cartistas amuados, para tratarem do modo de fazerem opposição ao Governo nas proximas eleições. Entre o grande número de pessoas que assistiram a esta reunião contavam-se o Visconde de Azenha, o Barão de Almargem, Luis Barroso, etc. O resto, com raras excepções, era composto de proletários e homens revolucionários, sem moral e sem religião. Fo-

ram nomeadas diferentes comissões, presidindo à comissão eleitoral o dono da casa, Nicolau de Arrochela, tendo como secretários José Inácio e Domingos da Paz. (P. L.)

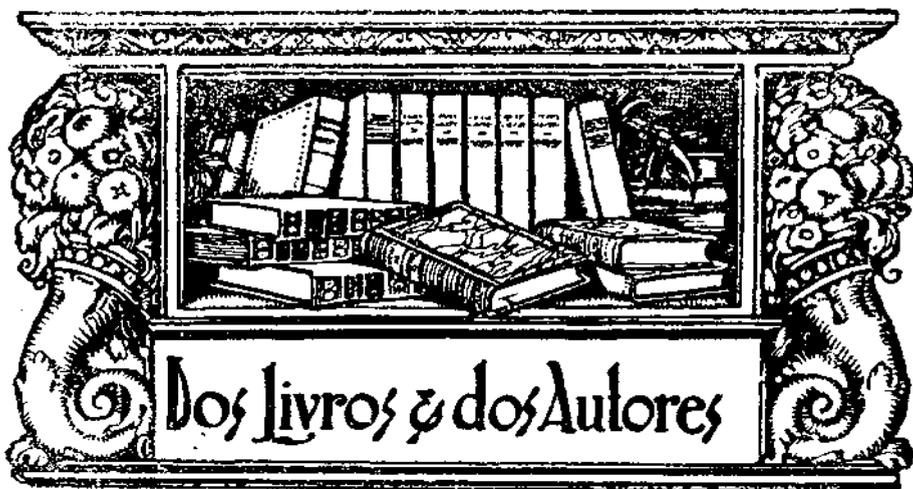
Dia 11 — Houve uma grande reunião, em Vila Pouca, de vários individuos de todas as classes, entre os quais se achavam o dono da casa, Barão de Vila Pouca, António de Nápoles, Luis de Melo, Luis Martins, presidente da Câmara, Meireles Guerra, Juiz de Direito, Oliveira Cardoso, administrador do concelho e muitos proprietários, eclesiásticos, negociantes e gente boa. Esta reunião foi para trabalhar a favor do Governo, tendo o Barão de Vila Pouca sido eleito presidente da respectiva comissão.

Dia 14 — Alvará confirmando a nomeação de contraste do ouro feito pela Câmara a João António da Cruz.

Dia 17 — A Mesa e o Definitório da Misericórdia deferem os requerimentos das Ordens Terceiras de S. Francisco e de S. Domingos, isentando-as do pagamento de 1\$800 réis pelo entêrro de cada um dos irmãos terceiros pobres que falecessem dentro dos hospitais da Misericórdia, ficando assim alterado o contrato feito em 13 de Abril de 1825.

JOÃO LOPES DE FARIA.





FREDERICO O GRANDE, por *Macaulay*.
Editorial «Nós». Braga, 1944.

O Grande Rei não encontrou em Macaulay um biógrafo impecável. É mesmo diz que o seu trabalho «não compreende a parte mais interessante do reinado de Frederico», pois não vai além da Guerra dos Sete Anos.

E é pena porque a vida de Frederico fica incompleta. O criterioso tradutor também o reconhece e esteve tentado a concluir o trabalho do historiador, idéia que pôs de parte, sobretudo por diferença de critério na apreciação dos actos do Rei da Prússia.

Homem de génio singularíssimo, a projecção da sua figura é de tal ordem que o trabalho de Macaulay a não abrange e apenas nos dá uma das suas facetas mais extraordinárias.

Como divagação curiosa não queremos deixar de salientar que foi no reinado de Frederico que o «Hotel Köning von Portugal» (Hotel Rei de Portugal), em Berlim, se tornou famoso e o símbolo dessa época. Situado a meio de Burgstrasse, cons-

titui um padrão da agitada vida dêsse tempo, por ser freqüentado, principalmente, por estrangeiros ilustres e por fidalgos que iam à Côrte.

Theodor Fontane, Lessing e, mais recentemente, Ina Seidel referiram-se a êle nos seus trabalhos. Fica em frente à parte mais antiga do Palácio de Berlim e por isso Fontane tem êste comentário ao referir-se ao hotel e a Frederico o Grande: — «Quantos velhos aristocratas, quantos jovens fidalgos teriam olhado das suas janelas para o palácio fronteiro, uns alegres, outros preocupados, pois o Rei que nêle envelhecia era tão justo e bondoso como severo!»

À perfeita tradução do trabalho de Macaulay aliam-se as anotações valiosas de António A. Dória a justificar ou esclarecer os passos que pudessem parecer obscuros e para melhor se compreender o texto do historiador. De resto a intenção de Dória foi revelar Macaulay ao público português, como confessa no *Prefácio* (págs. 9). Porém, para conhecimento mais completo da figura de Frederico II é de recomendar à «Nós» uma tradução do trabalho de Cantacuzêne.

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

À LAREIRA DE CASTELA, por António Sardinha. Edições «Gama». Lisboa, 1943.

Edições «Gama» continuam na benemérita cruzada de reunir em volumes a valiosa obra dispersa de António Sardinha.

Neste, como esclarece a «Nota dos Editores», reúne-se o que António Sardinha escreveu «em defesa do seu conceito de *Hispanismo*, — a favor de uma aproximação espiritual que encerrasse o parêntesis de ignorância e de indiferença, senão de quasi hostilidade, em que viviam as duas nações do extremo ocidente europeu».

Depois do fracasso da tentativa de restauração monárquica, em Janeiro de 1919, António Sardinha tomou assento *A Lareira de Castela*. Ali, em contacto com os intelectuais espanhóis, foi colhendo impressões e elementos para estes estudos que constituem, por assim dizer, esboços dos capítulos com que construiu a sua tão malsinada e discutida teoria de *A Aliança Peninsular*.

Nas conferências da Liga Naval, em 1915, marcou o Integralismo a sua posição clara e inofismável perante o Iberismo.

Fazendo algumas rectificações ao que então afirmou, como declara no capítulo «A Descoberta de Espanha», António Sardinha não modificou, no entanto, a sua atitude no combate ao Iberismo. Apenas, como acentua, do seu convívio mais atento com a erudição de Espanha chegou a novas conclusões de que o seu nacionalismo «só tirou raízes mais fundas e mais documentadas» (págs. 4).

E como prevenção, bem abertos os olhos às realidades, António Sardinha frisa: — «Refugiada na dureza da sua meseta, jamais Castela poderia, porém, ser nossa, nem nós, enquadrados na depressão ocidental da Península, vivendo do mar e para o mar, permaneceríamos muito tempo reduzidos pela pressão centrípeta de Castela. As razões da nossa autonomia não são apenas razões dinásticas, para que só na prudência sábia

dos governantes hajam de se encorajar e proteger» (págs. 7).

Na «Nota dos Editores», a que já nos referimos, afirma-se que este livro «contém páginas que se lêem hoje com maior proveito ainda do que no momento em que foram escritas, — porque os acontecimentos deram razão inteira ao pensamento de Sardinha, que uma vez mais se trespassou do sentido profético que animava sempre a sua acção política.»

Temos a confirmação, por exemplo, no capítulo «O Exército Espanhol» quando, já em 1917, antevia aproximar-se a hora «em que a previsão de Spencer começa a ser realidade» (págs. 10).

Sardinha foi auscultando a política espanhola, cuja situação era já então gravíssima e o levou a concluir «que imperativamente o dilema cada vez aperta mais os seus termos implacáveis: — ou bolchevismo ou unidade do poder.» Caída a Monarquia, a Espanha teve de optar ou pelo bolchevismo ou pela ditadura, depois de ter sofrido os horrores da guerra civil.

Escrito em português escurrito, *A Lareira de Castela* é livro que merece leitura cuidada.



NA TERRA DA GRANDE IMAGEM, por Maurício Collis. Livraria Civilização — Editora. Pôrto, s/d.

É com satisfação que vemos Collis enfileirar ao lado dos escritores estrangeiros que, como Sanceau, Prestage e outros, se vem dedicando ao estudo da acção missionária e colonizadora dos portugueses.

Maurício Collis, que viveu na Índia, segue, na narrativa, as *Viagens* feitas por Fr. Sebastião Manrique, natural do Pôrto, monge Agostinho, que pelas terras misteriosas desse ainda misterioso oriente exerceu acção missionária e abriu, como diz Collis, «as portas a um mundo que apenas se encontra nos romances.

A Ásia portuguesa, de 1628, data em que Fr. Sebastião foi transferido para Bengala, — a 1643, — data em que regressou à Europa — transparece neste livro, de maneira a prender-nos a atenção.

Como o tradutor nos previne, há, nêle, por vezes, «severa apreciação do Autor aos actos dos portugueses na Índia e na Indo-China». Mas, sem pruridos *chauvinistas*, seja-nos permitido perguntar: — qual será o país com domínios na Ásia ou em qualquer outra parte do globo, que nos pode atirar a primeira pedra? De resto, logo de entrada Collis afirma que «A Ásia portuguesa não era uma especulação puramente mercantil como os estabelecimentos britânicos da Índia. Os portugueses, que descobriram o caminho marítimo para a Ásia, que fundaram fortalezas do Gôlfo Pérsico ao estreito de Malaca e até mais longe ainda, que ergueram Goa e lá estabeleceram a Inquisição, eram uma classe de gente muito diferente dos directores, dos sócios e dos funcionários da Companhia das Índias. Eram idealistas, cruzados, conquistadores e também negociantes, ao passo que os membros da Companhia, surgida, na cena do Mundo, um século depois, eram homens de negócios que tinham por fim o dividendo» (págs. 15).

Também Collis, por deficiência das fontes de informação, afasta-se, algumas vezes da verdade. Assim, a págs. 20, diz que D. Sebastião, «misto de D. Quixote, de Byron e de herói rafaelita, levou a sua nobreza à expedição contra Marrocos, não por razão de Estado mas por se considerar a si próprio cavaleiro cristão na tradição de S. Luís». De facto, durante muitos anos, D. Sebastião foi-nos apresentado como um rei fanático e aventureiro. Mas, agora, depois da revisão que se tem feito da nossa História, a afirmação de Collis já não tem razão de ser e revela, apenas, que êle, em 1943, ao publicar *The Land of the Great Image* continuava a ignorar o verdadeiro significado do portuguesíssimo sonho que, por

nosso mal, ficou para sempre sepultado nos areais de Alcácer.

A tradução de António Dória é do melhor que se pode desejar e enriquecida de notas que mais valorizam *Na Terra da Grande Imagem*. A edição primorosa, ornada de gravuras e mapas, honra a Civilização — Editora, que há já alguns anos se vem dedicando à edição de trabalhos valiosos.



REBELDIA, por Artur Tojal. Edições «Alvorada». Porto, 1942.

Artur Tojal, estranha sensibilidade de poeta original, dá-nos em *Rebeldia* uma nova faceta da sua maneira de ver-sejar.

Há, neste seu livro, melhor harmonia e mais prometedor equilíbrio. Os seus versos são mais perfeitos, mais musicais.

Florbela, a malograda poetisa, exerceu uma benéfica influência em Artur Tojal, o que registamos com satisfação, pois, assim, mais se radica em nós a esperança — quasi íamos a escrever a certeza — de que, em novos trabalhos, o Autor conquistará o lugar que lhe deve pertencer entre os poetas contemporâneos.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Revistas :

BOLETIM DA UNIÃO DE GRÊMIOS DE LOGISTAS DE LISBOA.

Êste Boletim, que já vai no seu IV ano de publicação, é, presentemente, dirigido pelo nosso prezado camarada e distinto colaborador sr. Fernando Campos.

Como afirmou o também nosso antigo colaborador dr. Pedro Teotónio Pereira «da transformação da mentalidade das classes patronais depende em grande parte o ritmo mais ou menos acelerado das realizações do

Estado Novo no campo económico e social».

O Boletim atinge bem este fim, pois a sua colaboração é escolhida e variada e orientada numa feição essencialmente informativa e corporativa.



REVISTA DO INSTITUTO DE CULTURA ALEMÃ.

O Instituto de Cultura Alemã, em Lisboa, publicou o primeiro fascículo desta Revista, que se destina a estreitar os laços culturais entre Portugal e a Alemanha.

Dirigida pelo Prof. Dr. Wolfgang Kaiser, insere os seguintes estudos: — *As culturas Neo-Latinas e o Espírito Germânico*, por Karl Vossler; *Física Atómica e Filosofia*, por Karl Friedrich von Weizsäcker; *Marcial de Gouveia und seine Beziehungen zu Erasmus und Melanchthon*, por Mário Brandão; *Die portugiesische Literatur der Gegenwart*. Na *Miscelânea* lembra-se o centenário de Hölderlin, publica-se uma curiosa carta de Strauss, trata-se da política dos preços na Alemanha e refere-se a obra inédita de Leonhard Thurneisser zum Thurn sobre Portugal. Publica uma secção bibliográfica, em que são apreciados alguns livros portugueses e alemães.

Registo de obras recebidas

Oferta dos editores:

Edições Gama, Lisboa:

Fôlhas do meu cadastro, por *Hipólito Raposo*.

As grandes riquezas dos jesuítas na história e na actualidade, por *Amado González*.

Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa:

D. Gualdim.
Doutrinas Económicas.

Gráfica, Leiria:

Contos, por *Mário de Freitas*.
Títiri, pelo *P.º João de Marchl*.

Edição do Santuário da Fátima, Cova da Iria:

Palavras de um médico, por *J. A. Pires de Lima*.

Editorial Patrícia, Ld.ª, Pôrto:

O sr. *Júlio Dantas, Rousseau e «Os meus Cadernos»*, por *Lusol (Mariotte)*.

Editorial Aviz, Lisboa:

Eu e Elas, por *Maria Archer*.

A Bolsa do Livro, Lisboa:

A Higiene na Escola Primária, pelo dr. *José Crespo*.

Instituto Alemão da Universidade de Coimbra:

O Apóstolo, por *Gerhart Hauptmann*.

Domingos Barreira — Editor, Pôrto:

D. Francisco Manuel de Melo escreveu a «Arte de Furtar», por *Joaquim Ferreira*.

Instituto Britânico, Lisboa:

Rhetoric and English Composition, por *Sir Herbert Grierson*.

William Nicholson, por *Marguerite Steen*.

Livraria Tavares Martins, Pôrto:

A nova Rússia, por *Henri Massis*.
Europa e os seus Fantasmas, por *João Ameal*.

O PRÍNCIPE REAL

NUM templo católico da Suíça, baptiza-se hoje o primeiro filho dos Senhores Duques de Bragança, descendentes e actuais representantes dos antigos Reis que pela autoridade do Ceptro e pela dignidade da Coroa, durante séculos souberam manter e engrandecer a Nação Portuguesa.

Há duas semanas nascido para o mundo em ditosa condição humana, pelo fervoroso desejo com que por tantos corações era esperado, das águas do Sacramento agora renasce êsse Menino, assistido pela Graça que o santifica para o sobrenatural destino do resgate cristão.

Se um legítimo regozijo festejou a boa-nova do nascimento dêst'outro Duque de Barcelos, com extremado júbilo agora sabemos que êsse Príncipe é hoje recebido no seio da Igreja, fazendo seus Augustos Pais a entrega da sua vida e da sua alma aos desígnios da Providência, como nos tempos do Reino solenemente faziam na Côrte os Reis Fidellssimos, seus Avós.

Festa de um lar que a todos os lares então se estendia, nesta hora apenas é festa daquelas famílias que à Dinastia exilada se consideram ligadas por sua fidelidade e amor.

Ninguém se surpreenda, ninguém se moleste com as demonstrações de alegria dos monárquicos portugueses. Respeitem todos a sinceridade do seu grande contentamento, por ter vindo ao mundo em instante tão conturbado e sombrio, um neto dos Reis de Portugal, *são e belo*, bem nascida segurança da continuidade dinástica, natural fiador da independência da Pátria para aquêles servidores do Ideal que Êle há-de vir a personificar.

Esta alegria dos tradicionalistas por tal acontecimento, parecerá um eco distante, mas vivo, daquelas férvidas exaltações de que outrora se tomava o Povo Português, desde as câmaras do Paço Real até aos cardenhos coímadados das serranias. Eram os tempos da boa ética política, da salubridade monárquica, quando a Família Real pertencia a tōda a Gente Portuguesa.

Muito desejaríamos que a nossa ventura fôsse partilhada por todos os bons Portugueses, como acontecia nessas felizes épocas de unidade nacional e de grandeza histórica.

Por tristeza e infortúnio colectivo, há mais de um século que a Nação começou a ser retalhada pelos excessos, desgraças e violências sanguinárias da guerra civil, abrindo-se logo para subsistir até hoje, o divórcio de grande parte do Povo e da Dinastia.

Hoje, depois de tantas experiências e desilusões, cremos que aos nossos próprios contraditores de boa índole e de altos intentos nacionais, não deverá ser indiferente que viva e se continui a Primeira Família Portuguesa, primeira no dever do serviço e no exemplo do sacrifício: *Regnum non est propter regem, sed rex propter regnum*. O sentido dêste conceito medieval, tão conciso e luminoso, pode encontrar-se na equivalência dada em língua portuguesa pelo juriconsulto-restaurador, João Pinto Ribeiro: *Os Reys não foram criados, & ordenados para sua utilidade, & proveito, se não em beneficio, & prol do Reyno*.

Esta elementar verdade deveria sempre informar a justiça da História, e em extremo caso de salvação pública, quando se impusesse o recurso às disciplinas tradicionais, bem poderia persuadir os adversários da Monarquia a aceitar patrioticamente que o ceptro dos nossos Reis, para não ficar em mãos estrangeiras, fôsse entregue a um descendente por varonia de D. Afonso Henriques, D. João I e D. João IV, ao neto-representante do Santo Condestável.

Não havendo agora trono em Portugal, o nascimento de um menino de estirpe real, não provoca entusiasmo colectivo, é certo, mas também não estimula a animadversão de ninguém entre os portugueses dignos e os patriotas de boa lei.

A chorar e a sorrir entre rendas, nas faixas dos linhos enviados de Portugal para um lar de exílio, é mais uma criança que entra na senda da vida, rodeada pela ternura e natural amor dos seus progenitores e parentes, e pelos sentimentos de esperança e dedicação de muitos Portugueses.

Deus lhe dê boa sorte!

* * *

Em feliz hora de justiça e de consciência histórica, houve uma decisão do Governo da República que é dever louvar e aplaudir neste momento: os descendentes de El-Rei D. Miguel I que o consenso geral nunca

cessara de considerar exemplares portugueses, deixaram de ser legalmente proscritos, como se criminosos fôsem, e pelos registos dos nossos consulados obtiveram há anos o jurídico reconhecimento da sua e nossa nacionalidade. Pela abolição de uma lei injusta e deshumana, Príncipes e Infantes de Portugal hão-de cumprir os deveres e usar de direitos iguais aos dos seus concidadãos.

Actualmente, os filhos do Senhor D. Duarte e de sua Augusta Espôsa que sempre nasceriam portugueses de alma e coração, assim também são agora considerados por condição legal, desde que se observem as prescrições do direito vigente, applicáveis aos que nascem no estrangeiro.

Até há pouco, pela terra e pela água que desde há noventa e três anos (Infanta D. Maria das Neves) começaram a ser enviadas para o lar da Família Real Proscrita, significava-se mensagem de amor e indirecto protesto contra uma lei sectária e iníqua. Agora, a terra e água há dias tomadas em Guimarães, no Campo de Aljubarrota, em Fátima, no Castelo de Lisboa, em Vila Viçosa e outras povoações, levaram apenas o testemunho do affecto dos Portuguezes fiéis à Dinastia, desejando-se que à chegada do novo Príncipe da Família de Bragança a este mundo, no nascimento e no baptizado por êsses símbolos se considerasse presente o legítimo Portugal, o sempre novo Portugal da Esperança.

O advento desta criancinha entre tantas que nesse dia viram a luz em terra portuguesa, reveste-se de um significado de comoção e de firme tranquillidade que não comprehendem os adversários do Trono, nem as pessoas alheias a preocupações do govêrno político dos povos.

Para êsses indiferentes e para os insubmissos ao milenário prestígio da Realeza, para os ignorantes da sua grande experiência histórica, este solene respeito nosso, esta íntima convicção da identidade do interesse de uma Família com o interesse comum da Família Nacional pela lei da sucessão hereditária do Poder, não passam de lastimosas superstições, caducas sobrevivências de eras arcaicas.

Contudo, nesta hora inquieta da paz, com ameaças de tantos desvarios, nada mais actual e justificado do que o alcance dessa verdade politico-social: foi ela que permitiu à Grã-Bretanha manter a grandeza e domínio do seu império, constituindo-se o principal factor da celebrada vitória da maior guerra do mundo.

A propósito deste natal no lar dos Senhores Duques de Bragança, lembramo-nos de registar que vai para cinqüenta e seis anos nasceu o último príncipe em Lisboa (D. Manuel II), e há trinta e três que no exílio veio ao mundo a última infanta de Portugal (D. Maria Adelaide).

Quando o trono dos nossos velhos Reis reverdece em novo e robusto rebento, mal sabem como agradecer a Deus tão grande mercê aquêles que, após tantas adversidades, perseguições e sacrifícios, em tal certeza podem encontrar a satisfação de um alto prêmio.

No aparecimento desta aurora de sangue real, no sorriso e graça de um inocente se revela a cândida promessa em que os nossos corações sentem viver e renascer do passado o melhor futuro de Portugal.

28 Maio de 1945.

HIPÓLITO RAPOSO.



D. CARLOS I E O SEU REINADO

EVOQUEMOS, primeiro, o homem, na evidência das suas qualidades morais e da sua tantas vezes demonstrada affectividade pessoal; falemos, depois, do artista, apaixonado sempre pela paisagem do seu querido Alentejo e pelos infinitos horizontes 'do mar; e, por fim, veneremos no soberano, mártir do seu grande sonho de português, mais um exemplo do doloroso sacrificio que o destino, inexorável na sua vontade, para nós quasi sempre incompreensivel, não se cansa nunca de impor a todos os *antecipados*.

Quem conhece um pouco de História não pode deixar de, insensivelmente, aproximar o perfil do Rei D. Carlos do do fundador da dinastia de Bragança. É de D. João IV que nos lembramos, com effeito, quando estudamos o carácter, a sensibilidade, o talento diplomático, o equilibrio político, numa palavra o bom-senso rural dêsse simpático e bondoso lavrador alentejano, que, como o Senhor de Vila Viçosa, foi, no fundo da sua personalidade, o monarca assassinado no Terreiro do Paço. A mesma bonomia, — aliás, traço tónico de quasi todos os Braganças —, o mesmo gosto pelo torrão natal, a mesma serenidade aparentemente desdenhosa diante das contrariedades e das misérias (tão patentes num como noutro reinado) da vida politica interna, e que os levavam a procurar refúgio na arte e na diplomacia, — músico um, pintor o outro, ambos habilíssimos negociadores de alianças e de tratados com que fortaleciam e prestigiavam a Nação enfêrma que lhes coubera em sorte governar.

E tanto D. João IV como D. Carlos I se irmanavam igualmente na simpatia profunda pelos humildes, — pedra de toque dos corações bem formados. A despeito da difamação e da calúnia, que conseguiram, por vezes, encobrir o verdadeiro retrato dêstes dois grandes Reis, a História regista um sem-número de testemunhos confirmativos dessa sua inclinação sincera pelos soffredores e pelos pobres. Os escritores liberais — veja-se

a que contradições pode levar o facciosismo! — chegaram a censurar a aceitação que no Paço do *Restaurador* tinham os simples vendedores ambulantes, caricaturando o monarca, democrata no melhor sentido da palavra, que honrava a *Maranhão* com um lugar no seu coche de passeio. Os *Apótemas* de Supico narram-nos vários episódios que confirmam em absoluto quanto D. João IV se sentia, pelo coração, próximo dos mais obscuros dos seus vassallos. Pois de D. Carlos outro tanto se pode dizer. Quantos o serviram, grandes ou pequenos, da mais alta nobreza aos mais modestos dos seus criados, são unânimes em afirmar as delicadezas da sua sensibilidade, os primores do seu carácter e do seu coração. E não foi preciso que a perspectiva do tempo focasse para a posteridade êsse aspecto primordial da superior individualidade de D. Carlos. Contra a turba ululante e rancorosa dos difamadores e dos inimigos do Rei, não se cansavam de afirmar os que com Êle de perto privavam a injustiça flagrante dos juízos de que a *Imprensa* pervertida, os conciliábulos despeitados, o próprio Parlamento monárquico se faziam eco.

Do artista, profundamente impregnado de são portuguesismo, falou-nos Ramalho Ortigão com a autoridade da sua pena magistral: — «Êste Príncipe não é um pintor palaciano, intérprete de elegâncias privilegiadas, retratista das duquesas etéreas e das vaporosas princesas que nas telas brasonadas de Lawrence, de Reynolds, de Gainsborough, de Largillière ou de Sargent, nos sorriem magnânimamente, dignando-se de vir para a gente, destacadas das perspectivas áulicas de antigos parques adormecidos de ócio feudal, por cima de relva secular, de uma espessura de veludo precioso, entresachada, como nas tapeçarias góticas, nos armoriais e nos devocionários do século XV, de altas flores estéticas, simbólicas e heráldicas... O que êle elege do mundo e da natureza para, no afago da transcrição artística, concretizar a sua pessoal maneira de sentir e de pensar perante a misteriosa sugestão das coisas, é o mar da costa de Portugal, é o estuário do Tejo, é a baía de Cascais e é a sua província do Alentejo na mais rústica e mais popular expressão da simples vida agrária. As suas paisagens são comovidas evocações do torrão alentejano e da campina do Ribatejo, dos lugares, dos casais, dos montes, das vastas searas, da charneca perfumada a esteva, a rosmaninho e a urze, e da longa e ondeante estrada carreteira, amarelenta, empoeirada, pespontada de piteiras, trilhada pelo carro alpendrado, de duas rodas, engatado a mulas nédias, de arreo árabe, ligeiras e ariscas, em direcção ao povoado longínquo, de que sobressai no céu, cintilando ao sol, o campanário azulado da igreja matriz».

O reinado de D. Carlos I pode dividir-se em três fases distintas, correspondentes a outros tantos aspectos da política interna portuguesa de então. Na primeira fase, que decorre nos meses que se seguem imediatamente à ascensão ao trono do novo monarca, pretende-se inaugurar um período de regeneração política, que substitua a cansada demonstração partidária do governo de D. Luis. A agitação patriótica que, antes e depois da crise de 91, ocupa o primeiro plano da vida nacional, obriga a pensar na necessidade de uma profunda reforma de costumes administrativos e numa mudança do pessoal dirigente. O jovem soberano, alvo de tôdas as esperanças, vem cheio de boa vontade. Tenta-se o máximo que se pode tentar dentro do condicionalismo constitucional. É o apêlo à *Vida Nova* — aos restos do que dêsse ensaio reformador ainda subsiste — é a chamada ao poder de individualidades alheias à intriga baixa do partidarismo. Sabe-se o que daí resultou: — esforços inúteis que se podem simbolizar no sacrificio inglório de Oliveira Martins.

Um sobrinho do evocador de *A vida de Nun'Alvares*, o sr. F. A. Oliveira Martins, deu-nos, num curioso estudo intitulado *D. Carlos I e os Vencidos da Vida*, o panorama dessa primeira tentativa de rejuvenescimento político do Rei-Mártir. Por êle se verifica o papel importante que então desempenharam alguns dos componentes do famoso grupo intelectual. O Conde de Sabugosa, Carlos Lôbo de Avila, Oliveira Martins, Soveral, Arnoso, o Conde de Ficalho e António Cândido estiveram estreitamente ligados aos primeiros acontecimentos do novo reinado. O monarca — que a si próprio se intitulava *Vencido suplente* — procurava o apoio dêsses homens eminentes para a realização do seu programa de renovação nacional. Nada se conseguiu nessa altura. Mas os *Vencidos da Vida*, na sua quási totalidade, passam a ser, directa ou indirectamente, instrumentos da política do Rei. Soveral é o seu braço direito na obra diplomática. Arnoso, o seu amigo mais próximo. O sonho de Oliveira Martins como que se concretizaria, mais tarde, na ditadura franquista. Ramalho prestaria ao monarca a justiça completa que lhe era devida. Só um dêsses intelectuais seria inimigo irreconciliável do Rei, armando até, com as sugestões do seu verbo ritmado, a pistola e a carabina dos bandidos de 1 de Fevereiro. As estrofes arripiantes do *Caçador Simão* foram como que um còro de tragédia antiga que acompanharia todo o reinado, ora sussurrado nas alfurjas revolucionárias, ora clamorosamente entoado nas diatribes da praça pública.

Entra-se, assim, na segunda fase do governo de D. Carlos. O rotativismo continua, embora em plena deliquescência. Como a tentativa

régia de reorganização política e administrativa falhara, talvez por prematura, o soberano parece desinteressar-se do que internamente se passa. É o período máximo do caciquismo deletério, dos corrilhos nefastos, da politiquice no seu mais sórdido aspecto. Portugal asfixia entre S. Bento e o Terreiro do Paço. Os melhores espíritos divorciam-se da vida pública. A propaganda revolucionária, explorando o equívoco entre a Nação e o Estado, ganha terreno. Progressistas e regeneradores (a ironia destas designações!), caminhando para a sua própria ruína, mostram-se insensíveis a tudo o que possa representar um valor genuinamente português. Mas a coroa não está inactiva. Manietada pelas peias da lei fundamental, ela nada pode fazer, por enquanto, limitando-se a uma aparente indiferença para o que se passa neste *canapé da Europa*. Mas Portugal não é apenas o feudo caciqueiro que vai do Minho ao Algarve. Portugal é também o Império que criamos e que era mister conservar com honra. É para o Império, pois, que o Rei olha — e com que devoção! Essa segunda fase do seu reinado, enquanto os partidários do sr. Hintze Ribeiro e do sr. Luciano de Castro servem de imortal modelo às caricaturas do Eça, caracteriza-se, pois, pelo prosseguimento da epopeia africana e pelas vitórias diplomáticas obtidas junto das grandes chancelarias europeias. D. Carlos serve a Nação o melhor que pode, muitas vezes contra os políticos que só a rebaixam.

Abra-se o belo livro de Luís Vieira de Castro e verificar-se-á como muitos acontecimentos da nossa política colonial só foram possíveis depois de se terem criado determinadas condições de ordem internacional. Assim, a ocupação efectiva de Moçambique e de Angola foi consequência directa da hábil acção externa do Rei-Mártir. As combinações das chancelarias prepararam as horas gloriosas da luta no sertão. O político de largas vistas europeias antecedeu e encaminhou o soldado heróico, desde Mousinho aos outros chefes inesquecíveis. Marracuene, Chaimite, Missongue, a campanha dos Dembos, a expedição dos Cuamatos, talvez nunca existissem sem as árduas refregas travadas por D. Carlos em Londres, em Berlim, em Paris. É a hora-zénite do nosso prestígio na Europa: — revigora-se a aliança inglesa, o soberano português visita as grandes côrtes, Lisboa hospeda os grandes soberanos da época.

Mas para que de tão bela sementeira se colhesse o maior número de frutos tornava-se premente a necessidade de *arrumar a casa*. Com o andar dos anos, a crise interna, o vício constitucional do sistema vão tornando quási impossível a vida nacional. A dissolução partidária, a anarquia política, a desordem administrativa, o amolecimento dos caracteres

por virtude da farândola eleitoral e da comédia parlamentar, ameaçam muito de perto a própria existência de Portugal. Volta-se à primeira forma, agravadas as causas, multiplicadas as conseqüências do mal. De novo se esboça no escol da Nação um desejo sincero de vida nova. Já não existem muitos daqueles em que o Rei pensara, quando do incio do seu reinado. Mas outros surgiram — e um dêles, com provadas qualidades de animador, inspira ao soberano a confiança necessária para se tentar um esforço de resgate. Era tarde, porém. O mal avassalara quasi tudo. O monarca e os verdadeiros portugueses ficam isolados, como náufragos no mar imenso. E — quando D. Carlos se preparava para, de visita ao Brasil, coroar a sua admirável tarefa diplomática (neste ponto ainda com uma visão semelhante à de D. João IV nas conversas com o Chevalier de Jant) — sabe-se o que succedeu: — o desabar do sonho naquella tarde fatídica de Fevereiro...

A Europa, ainda então pouco saturada de emoções, recebeu com espanto a noticia do crime. Ficou célebre a expressão de horror e de desprezo com que, falando de Portugal, Eduardo VII nos classificava como um país onde se podiam assassinar impunemente a uma esquina dois cavaleiros da Jarreteira. O gigante tombara. Dominando pela audácia uma Nação inteira, que, ao dobre angustioso dos sinos das igrejas, mal acreditava no que se acabava de passar, ficavam agora, senhores absolutos do campo, os pigmeus inconscientes e os aventureiros sedentos de sangue e de poder.

Poucas vezes a História das sociedades tem registado uma tão absurda demissão de toda a dignidade individual e um tão estranho suicidio colectivo. Para varrer este apodrecimento total — e à falta de uma reacção salutar tornada impossível por muitos anos — pedia-se uma onda vigorosa de lodo. Ela não se faria esperar, até para que se verificasse que havia mais profetas entre os literatos da época. Junqueiro previra a caçada do *Caçador Simão*; mas Eça de Queirós e Antero de Quental, olhando ainda para mais longe, tinham podido anunciar — numa antecipação que só pecaria por ser fotograficamente exacta — um, a *balbúrdia sanguinolenta*, que ia chegar, o outro, a *república de garotos* com a *nação a atufar-se em lama e asneira*, o que só a tragédia do Terreiro do Paço tornaria possível...

RODRIGUES CAVALHEIRO.

COUSAS DA MADEIRA

Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

(Continuação da página 160 do volume XX)

O milagroso bálsamo

: : de Santo Elói : :

In illo tempore, in illo tempore, nesses bons e sãdios tempos dos nossos Senhores Reis, numa época em que o nosso santo povo tinha *querer*, e conhecia o seu *querer*, nessa felicíssima idade do Portugal verdadeiro, longe ainda das falsidades e falsificações estranhas que ao govêrno da Grei nos trouxe o pedreiro-livre ateu e anti-nação, em um tempo em que ainda se vivia crendo em Deus e com Deus se vivia nos corações sem mácula, era Santo Elói patrono dos ourives da prata.

Por todo êsse Portugal fora esteve o officio arruado, tendo regimento, representação na tão portuguesa Casa dos Vinte e Quatro, e confraria ou irmandade com capela ou, pelo menos, altar privilegiado. E seu santo patrono foi Santo Elói ⁽¹⁾, Bispo de Noyon (Séc. VII), e de quem o *Flos Sanctorum* nos diz que «do baixo estado de ourives foi pelo Senhor exaltado à primeira dignidade de Ministro na Côrte do Rei de França; e depois Bispo ilustre por santidade, e por milagres, das cidades de Noyon, e de Tourne».

Em Lisboa sabe-se terem tido os confrades de Santo Elói capela na parochial da Madalena, onde havia altar privilegiado, e Ermida na Rua dos Ourives da Prata ⁽²⁾.

O officio, com sua confraria dos lavrantes da prata, em Lisboa, ainda em Julho de 1725, expunha à veneração dos fiéis, no seu altar privilegiado

(1) Em Lisboa tiveram altar ainda dois Santos Patronos menores: Santo Andrónico, ourives e Santa Atanásia, mulher de Santo Andrónico e filha de outro lavrante.

(2) Vide Luis Pastor de Macedo, *Lisboa de lés a lés*, 1, 217.

da igreja da Madalena, o vulto de Santo Andrónico, ourives de profissão, e o de Santa Atanásia, sua mulher *cujo pay exercitou tambem a mesma arte*; houve luminárias e fogo preso, e ao dia seguinte festa grande com missa cantada e sermão laudatório, tendo o Senhor D. João V visitado a igreja no dia 23 (1).

O mister de lavrante era então dos mais honrosos e dos mais ricos.

A festa em honra de seu Santo Patrono, sempre rija e de *arromba*, costumava ter lugar no seu dia próprio do Calendário, a 1 de Dezembro de cada ano, e ainda outra se repetia com grande luzimento no dia aniversário da trasladação de Santo Elói, a 25 de Junho, «*E tanto em hũ como em outro dia assistirão todos os Confrades, deixando fechadas as portas das suas loges*» (2).

Curioso seria percorreremos os compromissos das irmandades de êsse tempo, mas isso fica para trabalho que trazemos (3). E não tendo aqui lugar seu estudo, remetemo-vos, leitor amigo e apressado, para as obras que tratam da especialidade (e felizmente já muitas são!), ou para os livros dos compromissos (4) (que alguns existem).

A corporação dos ourives da prata da vila do Funchal também teve a sua capela privilegiada.

Tinha Santo Elói altar na igreja de S. Sebastião.

Da igreja do mártir S. Sebastião pouco conhecemos; e dêsse pouco já lhe fizemos referência nestes nossos ensaios de história e análise psicológica do povo da Madeira (5).

Ficava o templo ao Campo do Duque, onde hoje temos o Largo do Chafariz. A data da sua fundação é ponto controvertido; naquele nosso ensaio, ao descrevermos a lenda que anda presa à demolição desta igreja, demos a nossa opinião, pelo que para lá remetemos o leitor mais interessado e que se ache comprador nas velharias.

Era administração do Senado da Câmara do Funchal, a quem cum-

(1) Pastor de Macedo, *lug. cit.* A Rainha e os Senhores Infantes ali haviam feito oração no dia anterior.

(2) Pastor de Macedo, *lug. cit.*

(3) «Os officios embandeirados e as Artes na Madeira» — Estudo de corporativismo local.

(4) Para os ourives da prata, o L.^o do *Compromisso da Irmandade do bemaventurado Santo Eloy pertencente ao Officio de Ourives de Prata novamente acrescentado no anno de 1750 annos*, in-*Arquivo da Associação dos Ourives Lisbonenses*. O Sr. Pastor de Macedo, *lug. cit.*, dá sùmula dêste livro.

(5) Vide *Coisas da Madeira — Lendas de outrora e de sempre*, II, pág. 22.

pria celebrar a festa do Mártir no dia que a Igreja lhe marca. Era 20 de Janeiro dia santo de guarda em tôda a diocese, quando em procissão solene ali ia o cabido e tôda a câmara.

A igreja de S. Sebastião era *suficientemente grande*, tôda azulejada com painéis da vida do Mártir. Na Capela-mor estava o glorioso S. Sebastião em vulto, tendo às ilhargas belas pinturas, com o S. Vicente, também mártir, e S. Bento, o religioso abade a quem o Bispo D. frei António Telles da Silva, monge da sua mesma religião, sempre honrou em seu dia próprio, com festa soleníssima.

Aos lados do templo, em altares colaterais, tínhamos S. Braz da parte da Epístola, com confraria e concurso de fiéis ⁽¹⁾, e da parte do Evangelho se achava a milagrosa imagem do milagreiro Elói do santo bálamo.

Este altar fôra edificado por Álvaro Annes da Rua, q̃ *nelle deixou algumas missas por obriguação da sua terça*, como consta de seu testamento, e de epitáfio que existiu em sua sepultura, junto ao mesmo altar ⁽²⁾.

Ali tinha a corporação dos ourives da prata do Funchal sua confraria; já em 1471, ano em que consta ter falecido o instituïdor do altar, esta confraria dos ourives ali servia ⁽³⁾.

E de Santo Elói se conta o estupendo milagre do óleo que continuamente destilava por uma unha de um dos seus pés.

Para que nada se perca na narrativa que do milagre nos conta o clássico, fazemos transcrição daquilo que se lê nas suas *Memorias*.

« Foise frequentando a devoção do S.^{to} com o notavel prodigio, q̃ obrava lançando pella unha de hum pe, hum licor oleozo, q̃ recebido em algodões, e applicado a qualquer dor das q̃ chamamos, pontada, era preciozo balçamo para o dito mal. »

E foi êste o motivo que « fez constituir ao Sancto orago do altar, cuja Imagem hé de vulto de quatro palmos de alto, metido dentro de hum nicho e nos lados duas excellentes pinturas hũa das quais hé da Senhora da Piedade, sua primeira Protectora » ⁽⁴⁾.

(1) S. Braz é advogado contra a tosse, e ao seu patrocínio se deve a vida de muita criança na epidemia de 1720, pelo que se lhe faz novena de graças.

(2) Henrique Henriques de Noronha, in-*Memorias Ecclesiásticas e Seculares*, cap. II, tit. V, « *Em que se escrevem as Igrejas Seculares do Funchal* ».

(3) Tômo I dos *Resíduos*, fl. 13, ano de 1589.

(4) Devemos referir que este altar edificado primitivamente, como dissemos, por Álvaro Annes da Rua, escudeiro do Infante D. Fernando, fôra dedicado pelo fundador a N. S. da Piedade que sempre se venerou naquele altar, mesmo depois de Santo Elói ali ter sua acolhida.

«Continuavão se os votos com particulares festas no seo dia, e p.^a resguardar o preciozo liquor, mandou hum dos Prelados desta Diocesi pôr huã chapa de prata no pé do Santo», e assim esteve «*durante mais de dois seculos esta maravilha, de q. ainda testificam pessoas antiquas de toda a fee*».

E, em 1722, entendia o probo Noronha que a razão de em sua época já não haver derramamento do precioso líquido estava no facto de, com o século, se ter esfriado a devoção, *athe q. de todo faltaraõ naõ só os antigos festejos com q se aplaudia, mas tambem as missas, por se ignorar ao tempo quem fõsse o administrador da capela.*

No entanto, diz Noronha que, embora cessasse a fluência do bálamo, com a mesma fé se buscava ainda, naqueles anos, a protecção do Santo porque êste continuando milagreiro, obrava os mesmos efeitos com *qualquer algodão tocado naquella parte e applicado com fee ás proprias dores.*

Felizes tempos aquêles em que a nossa gente acreditava ainda em milagres. Hoje já nada mais nos resta do que a memória dêstes casos.

A fama no entanto ficou e de esperar é que com a morigeração nos costumes se torne a crer nos Santos milagreiros com aquella mesma ingenuidade que sempre caracterizou os povos desta *pequena casa lusitana.*

A lição para que se não perca fixa-se nas memórias do tempo; a semente boa está na tradição que acordará, pois não faleceu nas âlmas; o fruto vinga para além do pesadelo que sufoca o mundo em procela por via das falsificações que no govêrno dos homens-bons, os homens lhe introduziram.

A semente temo-la da melhor na lição das nossas crónicas, nas memórias, e na tradição; a sementeira será excelente e o dia de amanhã retornará com Deus aos corações, e de novo se regressando ao Portugal verdadeiro da Primeira Dinastia com Deus caminharemos.

Salva do joio, a safra está para breve e será excelente...

Os milagres tornarão, volvidos aos homens bons dos nossos concehlos, que ao tanger das Trindades desbarretando-se, e rezadas as Avé-Marias, erguidos ao alto na fé dos seus corações, farão entoar hino de louvor como agradecimento pelas graças recebidas no suor das lidas honradas dêsse dia e bendizendo o Senhor lhes pedirão, como antigamente, a Sua bênção sôbre os campos de tôda a terra portugalense e para o seu destino.

(Conclui no próximo fascículo).

FERNANDO DE AGUIAR.

FRAQUEZA

Ao Alvaro, cujo sentir procurei interpretar

*«Custa tanto ser bom...» O Erro existe
E fala, grita em nós a cada instante!
Sente-se n'alma um pêso torturante:
Que vale rir, cantar? A dor persiste!*

*«Custa tanto ser bom...» Se tôda a gente
Nos ensina a maldade, o êrro, o vício,
E em cada dia um novo precipício
Surge ante nós, temível e atraente...*

*Ténue candeia acesa, em nosso peito
Nunca se extingue a ânsia, a sêde ardente
De perfeição. Mas tudo é impotente
Quando o espírito ao mal já anda afeito!*

*«Custa tanto ser bom...» E no entanto
É tão triste também queimar a vida
Inutilmente e ver a alma, nascida
Para subir, às vezes descer tanto...*

*Quebrar para sempre os laços que nos prendem
Ao êrro, ao mal, a tudo que é mesquinho
Quem pudera! Seguir novo caminho,
Erguer os olhos que p'ra terra pendem!*

*Ser simples, bom e puro! Procurar
Ter na vida sem mancha um Ideal
E servi-lo, esquecendo todo o mal
Do passado, que o tempo há-de apagar!*

.

¿Mas que poder ou fôrça mist'riosa
Nos amarra ao passado, à mesquinhez
Do orgulho, do egoísmo, à pequenez
Duma vida banal e mentirosa?

Um simples gesto às vezes bastaria
Para tudo salvar... E no entanto
O gesto não se faz... Se «custa tanto
Ser bom», vencer o orgulho que nos guia...

E os dias vão passando, sempre iguais.
Quantas horas inúteis ou perdidas,
Quantas pequenas faltas cometidas,
Leves embora, que não esquecem mais?!

Por isso grita em nós o sofrimento
E o remorso constante nos tortura!
¿Como arrancar do peito esta amargura
E a paz restituir ao pensamento?

Triste fraqueza humana! Eternamente
Somos prêsa do êrro, e tôda a vida
Levamos nesta luta, em que vencida
Noss'alma é tanta vezes duramente!

.
Mas que importa? Tenhamos fé, lutemos,
Que desta hesitação, dêste tormento,
Pode brotar a luz, que num momento
Nova fôrça nos dê que hoje não temos!

«Custa muito ser bom...» Mas custa mais,
É mais duro viver indiferente
Ao apêlo da alma que, fremente,
Nos lembra os seus destinos imortais!

.

O problema do descobrimento da Madeira

II

A LENDA

(Continuação da pág. 57)

Depois de Galvão é o Dr. Gaspar Frutuoso quem, nas *Saudades da Terra*, volta a referir-se ao pseudo-descobrimento, e com pormenores tais que parecem ser um desenvolvimento *ad libitum* da breve narrativa do autor do *Tratado*. Para não alongar demasiado este já longo estudo, vamos transcrever os passos mais importantes ⁽¹⁾:

•No tempo del Rey Duarte de Inglaterra ⁽²⁾ ouue hum nobre Ingrez afamado caualeiro a que chamauão dalcunha o Machim, o qual por ter altos pensamentos, como tambem honrosos feitos, andaua damores com hũa dama dalta linhagem, a que chamauão Anna de Harfet [...] Os parentes della [...] a casaram em Bristol com hum homem de alto estado; Machim foi disto mui lastimado, e ella muito descontente não tendo nenhum meo a paixão, e dor destes extremos, com que ambos se uirão mostrando com lagrymas ardentes a lastima deste casamento, acordando com grande segredo fugirem para frança, com quem Inglaterra então tinha grandes guerras. E falandosse Machim com alguns agrauados, e parentes [...] derãose as fees, e jurarão de irem todos com elle para frança. E para melhor porem em effecto esta partida, forão secretamente poucos e poucos ter a Bristol onde estauão certas náos de mercadores carregadas pera Hespanha determinados metterse em hũa dellas, e por força fazendosse á uela passaremse a frança, fazendo saber com todo secreto este seu acordo a Anna de Harfet para uir ter com elles,

(1) Na edição de 1925 do *Livro 2.º das Saudades da Terra* (com introdução e notas do sr. Dr. Damião Peres) a descrição do descobrimento ocupa os capítulos IV a VI, de págs. 43 a 52. Mas a lenda vai de págs. 43 a 49.

(2) Trata-se de Eduardo III que reinou de 1327 a 1377.



Reflexos — Amarante

(Aguarela de Maitleira)



Portal do Fidalgo — Arnoia — Celorico de Basto

(Aguarela de Malteira)

& fugirem. E ordenado o dia, que as naos estivessem despejadas da gente principal, hum dia de festa, sendo o mestre, e mercadores em terra, estando Anna de Harfet ausada caualgou o mais secretamente, que pode em hum palafrem, e leuando consigo hum crucifixo, e todas suas ioyas de preço, deu consigo no lugar ordenado, onde estauão já esperando com hũ batel. Metteosse no batel com o seu Machim, que com seus criados, e amigos a recolherão, e leuarãona a hũa das naos, q̃ tinham prestes, a qual fizerão fazer logo á uéla, & cortadas as amarras recolherão o batel.» Levantou-se um temporal e, no receio de as outras naus lhes irem na peūgada e breve os apanharem se se dirigissem logo a França, os fugitivos resolveram desembarcar na Gasconha ou em Espanha. «E como o piloto, e mestre ficarão em terra, e os que hião na não não sabião tomar a terra, nem a altura della, achando uento prospero correrão para onde os leuaua a uentura com todas as velas por não os alcançarem; e em poucos dias se acharão em hũa ponta de hũa terra braua toda cuberta de aruoredado até o mar, de que ficarão espantados, e confusos.»

Logo os mareantes forçados desembarcaram e admiraram a profusão de árvores existentes naquela terra desconhecida. Depois de verificarem não haver animais nem quaisquer outros seres, voltaram a bordo com a noticia, e «entendendo que era terra nova poserão em vontade de a pedirem aos reis de Hespanha: Anna de Harfet como hia mareada, e enjoada do mar rogou ao Machim, que a leuasse a terra a uer aquella Ribeira, e desmareasse alguns dias do enjoo». Machim concordou e desembarcaram os dois com alguns companheiros. Mas ao terceiro dia levantou-se tão forte temporal que a nau garrou, indo dar à costa de Marrocos, onde os mouros os reduziram à escravidão.

«Quando amanheço, e os que ficarão em terra não uirão a não ficaram muy tristes, dandosse logo por perdidos, & desesperados de mais poderem dalli sair. A dama de Machim de se uer ficar alli pasmou, e nunca mais falou, e dahi a três dias morreu: Machim peilo muito que lhe queria, de paixão arrebertaua, e uendosse desterrado de sua patria, e seu amor morto na alhea, que era todo o conforto de seu desterro não lhe lembraão já saudades da terra, só as tinha insofríueis da sua Anna de Harfet, que diante de si tam prestes uia feita terra; com estas com que ficaua, e com ardentes sospiros, e lagrymas com que a acompanhaua, alli onde estauão agazalhados, a mandou enterrar, e poslhe hũa cruz de páo á cabiceira, e hũa mesa, ou campaa de pedra com o seu crucifixo sobre ella, e aos pes do crucifixo pos hum letreiro em latim em que conta

todo o seu tristíssimo successo, e o que naquella uiagem tam sê uentura lhe tinha acontecido, pedindo q̃ se em algum tempo alli uiessem ter christãos, fizessem naquelle lugar hũa igreja da inuocação de Christo. Acabado isto pediu aos companheiros, que com a roupa que tinhão, e aues que tomassem se fossem aonde a uentura os guiasse, pois a elle não tiuera de lhe uiuer sua amiga, que queria alli ficar, e morrer, onde matara Anna de Harfet, só com sua soidade acompanhando seu corpo morto, pois ella o acompanhara uiuendo.» Mas os companheiros não o abandonaram; não obstante, cinco dias depois morria e os sobreviventes do drama enterraram-no junto da amante, meteram-se no barco que lhes restava e lá foram ter à inevitável costa de Marrocos, onde vieram a acamaradar com os que primeiro lá haviam chegado.

Temos neste ponto já uma variante das duas narrativas anteriores: a morte do Machim na ilha; quem passa à África são os companheiros, depois de o haverem enterrado.

Continuando, diz Frutuoso que então «auiam em Marrocos muitos captiuos antre os quaes estaua hũ castelhano per nome Joam damores homem do mar, e bom piloto muy entendido na arte de nauegar, o qual como la uio estes ingrezes que da Ilha uierão desgarrados, quis saber delles que uentura os trouxera a Berberia, e os chegara àquelle estado de captiueiro auendo grande dó delles [...] e [...] elles lhe contarão a Joam damores os amores de Machim meudamente e como a fortuna o aportara a hũa Ilha noua, e o que passarão nella na morte do Machim, e de sua amiga, e como desesperados de poderem uiuer cometerão o mar, e a uentura que alli os aportou tanto sem uentura. O Joam damores era homem experto nas cousas do mar, e sobre tudo curioso [...]. E como [...] tinha amor a sciencia, ou arte que aprendera, perguntou a estes companheiros de Machim de que porto de Inglaterra partirão, & que tempo trouxerão, e que derrota leuarão, e em quantos dias uierão ter á costa de Berberia: e sabido tudo meudamente segundo era habil, e de bom engenho tomou tudo na memoria, e pouco mais, ou menos entendeu onde esta terra podia estar, pello q̃ aconteceu aos Ingrezes que de tudo o instruirão. Neste tempo faleceo em Castella o mestre de Sanctiago pessoa de grande estado, e deixou em seu testamento, que por sua alma tirassê certo numero de captiuos de Africa: e antre elles tirarão o piloto Joam damores, e como no mesmo tempo auia guerra antre Portugal, e Castella, andaua por capitam de hũa armada Joaõ Giz Zargo, guardando a costa do Algarue, porque fazião nella muito dño os biscainhos, e andando assi na costa de Andaluzia ouue uista do nauio, em que uinha de Africa Joam

damores com outros resgatados, o qual alcançou e tomou. O piloto Joam damores como se uio em poder de christãos, foisse logo ao capitam, e contou-lhe tudo o que tinha passado, e sabido dos ingrezes, e da terra noua, que acharão, que podia pertencer a el Rey de Portugal, o capitão ficou muy alegre com o que lhe ouuio, e lançou logo mão deste piloto trazendoo comsigo, e largando o nauio dos captiuos, que se fosse embora : e fazendo uolta para o Algarue trouxe o piloto ao iffante Dom Henrique, que estaua neste tempo em Sagres, no cabo de Sam Vicente com determinação de mandar descobrir a costa de Africa do cabo Bojador por diante, que com a uinda do piloto ficou muy alegre, e muito mais pellas nouas, que lhe deu da terra noua, mandando logo a Joam Gonçaluez que fosse com o piloto a Lixboa offerecelo a el Rej seu paij, & dar-lhe conta do que passaua ».

D. João I ficou muito satisfeito «com a noua» e deu uma armada a Zarco, o qual levou João de Amores como piloto, dirigindo-se para Pôrto Santo «que auia dous annos que era descoberta por hũs nauios de castelhanos». Lá chegado, e a conselho do piloto castelhano, Zarco resolve ir ver o que seria «hũ negrume muy grande e espantoso [...] que nunca se desfazia» e «era tam temido por a sua negra, e medonha sombra, que se afastauão delle, e fabulauão grandes cousas da sua obscuridam». E assim se descobriu a Madeira...

Esta prolixa narração do dr. Frutuoso mostra o propósito de embrechar a lenda na história, ligando o nome de Machim a Zarco por intermédio do piloto João de Amores. Ao observador descuidado poderá parecer natural tudo o relatado; há, porém, uns pequenos nadas que atiram por terra tão bem architectado castelo.

Primeiro consideremos a cronologia. «No tempo del Rey Duarte de Inglaterra» não pode ser senão no de Eduardo III, como atrás deixámos dito, pois a ser no reinado de qualquer outro rei do mesmo nome, a narrativa ainda seria mais inverosímil. Eduardo III reinou de 1327 a 1377. As «grandes guerras» que êste rei teve com a França iniciaram-se em 1337, quando Eduardo tomou o título de Rei de França na qualidade de filho de Isabel, filha de Filipe o Belo. Por conseguinte, a aventura de Machim só poderia ter sido levada avante após 1337. Suponhamos, porém, que o caso se passou no último ano do reinado de Eduardo, isto é, em 1377. Daqui até 1416, ano que Diogo Gomes dá como início das explorações do Infante, decorrem 39 anos. Da narrativa do dr. Frutuoso depreende-se claramente que João de Amores teve conhecimento da aventura pelos próprios ingleses. ¿Seria verosímil que êle estivesse cativo dos mouros pelo menos 39 anos? Não parece provável.

Em segundo lugar há aquêlê passo onde se diz que «no mesmo tempo aua guerra antre Portugal, e Castella», o que não é verdade. A guerra da independência terminou, definitivamente, em 1411. Como é que Zarco praticou, em 1416 (ou 1418?), um acto de corso? E depois ¿que entusiasmo foi o do piloto João de Amores que «como se uio em poder de christãos, foisse logo ao capitam, e contou-lhe tudo o que tinha passado, e sabido dos ingrezes, e da terra noua, que acharão, que podia pertencer a el Rey de Portugal»? «Ora é realmente curioso — diz o illustre Visconde de Santarém — que o piloto castelhano fosse revelar isto a um portuguez e não aos seus compatriotas!» (1). De resto o piloto seria muito melhor recompensado pelo seu Rei, se lho contasse, sabido como por essa época já os castelhanos faziam viagens regulares às Canárias e, no testemunho dos próprios divulgadores da lenda, já tinham descoberto Pôrto Santo. Ainda se compreenderia que o piloto, sem esperança de voltar à pátria, contasse em Portugal a história. Mas pela narrativa de Gaspar Frutuoso vê-se que é no próprio momento da captura que êle a conta a Zarco, pelo que êste, de contente, largou o «nauío dos captiuos, que se fosse embora». Parece isto generosidade bem pouco de acôrdo com os costumes bárbaros da época.

Também, no testemunho do mesmo Frutuoso, Rui Pais, companheiro de Zarco ao desembarcar na Madeira «com os da sua companhia» foram «dar no tronco do páo grande, onde Machim estiuera; e acharão a mesa e o crucifixo, que os Ingrezes deixarão, e as sepulturas com as cruzes á cabeceira» (2). «Como é que isto escapou aos escriptores primitivos?» pergunta o douto Visconde de Santarém (3). Realmente é de estranhar que uma narração tão bem deduzida e com tantos visos de verdade não fôsse confirmada pelos que primeiro escreveram sôbre o descobrimento.

Resta ainda a afirmação de que o Infante D. Henrique «estaua neste tempo (1416? 1418?) em Sagres, no cabo de Sam Vicente», quando a verdade é que o Infante só à volta de 1440 ou 1443 ali se teria estabelecido, como se sabe.

Depois do dr. Frutuoso é o P.^e António Cordeiro quem na sua *História Insulana* dá curso, não só à lenda de Machim, mas também ao redes-

(1) *Estudos de Cartographia Antiga*, vol. II, pág. 165.

(2) *Op. cit.*, pág. 51.

(3) *Op. cit.*, pág. 166.

cobrimto por Zarco, encostado ao autor das *Saúdaes da Terra*, embora menos prolixo (1).

No fim do século de Quinhentos é o dr. Manuel Constantino, já atrás citado, quem toma a seu cargo divulgar a lenda, em latim, mas de modo inesperado e prosaico. Em 1599 publicou êle em Roma a já referida *Insvlæ Materiæ Historia* de que modernamente fêz no Funchal uma tradução o sr. P.^o João Baptista de Afonseca. É dessa tradução, pois não pudemos consultar o original latino, que passamos a dar extractos para o leitor poder fazer o confronto com as versões anteriores.

A ilha da Madeira, diz o dr. Constantino, «foi descoberta, pela primeira vez, por Machim, no decurso do reinado de D. João primeiro, quando navegava do Norte para o Sul com fins comerciais.

«Nesta sua viagem, a nau em que ia, acossada por violenta tempestade, perdeu o rumo, vendo-se êle forçado a deixá-la singrar à mercê dos ventos contrários para não naufragar, e assim, bem contra o seu desígnio, aportou a uma Ilha, que desistiu de explorar pelo receio que tinha de perder a sua mercadoria ou fazenda.

«Portanto, logo que o mar serenou, Machim impaciente por continuar a sua rota e ultimar a sua viagem, apenas apanhou monção favorável, fez-se à vela e dentro em pouco chegava ao Promontório de Sagres.

«Porém de ali, ao aproar a Cádiz, teve a infelicidade de cair nas mãos dos piratas da Mauritânia, que o prenderam e levaram cativo para a África.

«Ora por êsse tempo os portuguezes andavam em porfiadas guerras com a Mourama com fins de religião e expansão territorial e, de parte a parte, havia a usança de resgatar os cativos.

«Machim, pois, escreveu ao Rei de Portugal D. João, pedindo e supplicando que por sua singular piedade, que não excluía nenhum cativo de qualquer país cristão, houvesse por bem quebrar-lhe as algemas dos inimigos, e que se lhe fôsse concedida esta graça esperava, em breve, mostrar a sua gratidão, por tamanho benefício, garantindo que havia de dar-lhe a conhecer uma Ilha, rica e bellíssima, até o presente inteiramente desconhecida, para a qual fôra arremessado há bem pouco ainda, por ventos desencadeados, e que também lhe parecia, que, no futuro estaria essa Ilha destinada a ser um padrão de glória e um empório de grandes riquezas.

(1) Liv. III, caps. IV e V.

«Recebida, pois, a missiva, logo o Rei reuniu o Conselho, ao qual pormenorizadamente expôs tudo o que lhe dizia a carta de Machim.

«Por êsses tempos o Rei de Portugal e vários nobres julgavam que a pequenês do território nacional e a exigüidade dos seus recursos, não estavam em proporção com a densidade da população e a glória militar conquistada, e por isso os Reis portugueses ciosamente almejavam dar ao reino e à religião maior expansão e amplitude, e assim haviam resolvido aplicar em prol desta aspiração os meios de que dispunham, e portanto custear as despesas com as guerras, que naturalmente deviam dar-se.

«E assim, com plena aprovação de todo o Conselho, foi resolvido que, sem perda de tempo, se enviasse para a África a soma bastante para libertar Machim, o que de facto se fêz dentro de poucos dias.

«Êste, pôsto em liberdade, veio para Lisboa, e tendo apresentado a El-Rei o seu mais comovido agradecimento e havendo-o informado de tudo o que sabia acêrca da famosa Ilha — mandou logo o Rei uma frota a estar pronta à primeira voz e entregou-lhe o comando a fim de descobrir a Ilha.

«Machim fêz-se então ao largo com vento brando, e como da primeira vez não houvesse bem atendido à situação precisa da Ilha e ignorasse por isso a quantos graus estava, durante muitos dias andou errante, ora por aqui ora por acolá, até que alfim, casualmente ou antes mais por boa sorte do que por conhecimento de causa, a desejada terra apareceu aos olhos deslumbrados de Machim e dos seus companheiros, que logo nela saltaram todos com a maior alegria.

«E depois de haverem dado graças ao Céu, Machim, com alguns botes, começou a percorrer em exploração a Ilha, para porventura saber a que raça pertenceriam os seus habitantes, que costumes e índole teriam e qual o seu clima, a sua flora e a sua fauna.

«Mas, feita a exploração de quási tôda a Ilha, não encontrou além da solidão, mais do que árvores muito altas e algumas pombas, cabendo-lhe, por isso, antes o nome de floresta ou de soberba vegetação que de Ilha, pois que só aparentemente dir-se-ia ser daí o nome de *Madeira*, em espanhol, vocábulo que na língua latina se traduz com tôda a propriedade por *Materia*.

«Machim depois de haver-se bem certificado da amenidade do lugar e do seu clima, concluiu que o terreno, por sua natureza, era apto para produzir tôda a casta de frutos, e além disso topou com muitos caudais de águas e numerosas ribeiras, e voltou para o ponto de partida, que ainda hoje conserva o seu nome e onde primeiramente desembarcara, e aí

se estabeleceu, por então, por haver para as naus ancoradouro melhor e também água doce em abundância.»

Segue-se a descrição dos trabalhos de colonização da ilha, que é relatada pormenorizadamente, atribuindo-se ao suposto Machim tudo quanto os relatos citados na primeira parte dêste trabalho atribuem a Zarco e a Tristão.

O sr. P.^o Fernando Augusto da Silva, prefaciador e anotador da tradução atrás citada, manifesta, neste passo, a sua estranheza, dizendo :

«O autor do presente opúsculo, aceitando a veracidade do caso de Machim, cautelosamente se distanciou dos outros narradores da lenda até o momento em que uma violenta tempestade lançou os náufragos nas praias de uma ilha desconhecida. A partir, porém, dêste ponto deu largas à fantasia, atribuindo ao lendário descobridor feitos e acções, que ninguém mais, antes ou depois, se lembrou de atribuir-lhe. Poderemos admitir que Manuel Constantino tivesse acreditado no cativo de Machim em Marrocos e no resgate que D. João I lhe proporcionou, mas não sabemos plausivelmente explicar a categoria afirmativa de considerar o mesmo Machim como o primeiro colonizador da Madeira. Não conheceria, porventura, os documentos que incontestavelmente atestam a colonização e povoamento iniciados por João Gonçalves Zargo, Tristão Vaz e Bartolomeu Perestrelo, mas não deveria ignorar que os últimos donatários do Funchal, seus contemporâneos, eram os legítimos e directos representantes dos primitivos povoadores, conservando, como verdadeiros títulos de nobreza, os serviços prestados pelos seus ascendentes na primeira colonização do arquipélago. Por motivos que ignoramos, parece ter havido o intencional propósito de ofuscar a fama e glória dos antigos capitães donatários e primitivos colonizadores, não se fazendo sequer menção dos nomes ilustres de Gonçalves Zargo e Tristão Vaz, tão indissolúvelmente ligados aos heróicos trabalhos da primeira povoação desta ilha » (1).

(1) *Op. cit.*, pág. 6, nota. Segundo o testemunho do sr. dr. Gonçalves Rodrigues, esta obra do dr. Manuel Constantino é um plágio flagrantíssimo de uma obra publicada em 1574 em Placência, sob o título de *La descrizione de l'Isola de la Madera, già scutta ne la lingua latina, dal molto ill. Signor Conte Giulio Landi, et hora tradotta dal latino ne la nostra materna lingua, dal Reverendo M. Alemanio Plini*, cujo autor esteve em 1530 na Madeira e escreveu sobre a ilha uma relação que se conservou manuscrita até à sua publicação em 1574 em tradução italiana.

«A versão de Landi — escreve aquêlê Senhor —, que pela data (1530) se coloca entre as de V. Fernandes e António Galvão, faz de Machim um mercador francês acidentalmente levado à ilha por uma tempestade. De regresso é feito prisioneiro por

Tal versão, como se viu, é francamente prosaica. A «manceba» ou a amante não intervém para nada na viagem de Machim, que, em vez de ser um fidalgo ou gentilhomen, é simples mercador, de nacionalidade duvidosa, e que se sobrepõe a Zarco em tudo quanto a êste é atribuído. Não podemos imaginar aonde o dr. Manuel Constantino iria buscar material para urdir esta versão, nem mesmo conjecturamos quais fôsem as razões que o levaram a omitir os nomes de Zarco e Tristão, clàssicamente admitidos como primeiros povoadores da Madeira, não só no testemunho dos historiadores do século XV e no do próprio Infante, mas também, como diz o anotador da tradução portuguesa, porque «os últimos donatários do Funchal, seus contemporâneos, eram os legítimos e directos representantes dos primitivos povoadores».

A nosso ver estas discordâncias entre as várias versões da lenda provam só contra a sua veracidade; se alguns visos de verdade tivesse, êsses mesmos se deveriam encontrar em tôdas as versões.

E chegamos, finalmente, ao grande divulgador da celebrada lenda — D. Francisco Manuel de Melo, fidalgo, diplomata, escritor e militar, o homem por cujos méritos ela teve o condão de chamar o interêsse dos estrangeiros para a história lendária do descobrimento da ilha da Madeira. Como se sabe o ilustre escritor, clàssico em duas línguas, incluiu nas suas belíssimas *Epanáforas* uma jóia de alto valor, a que chamou *Epanaphora Amorosa*, a terceira das que compõem o volume, e escrita em 1654 e dedicada a «hum Amigo» anónimo. Na epístola dedicatória que precede a epanáfora, D. Francisco Manuel discorre, como vimos já, sôbre as razões que o levaram a escrever «a relação de algum successo grande que pertencesse a este Reyno, procedido, ou illustrado, de affectos amorosos» (1).

uma armada mourisca, ao largo da costa do Algarve; conduzido à África escreve ao Rei de Portugal, prometendo-lhe em paga do resgate, informações sôbre uma ilha desconhecida e riquíssima. O dinheiro é enviado, e Machim vem pessoalmente a Lisboa, onde convence o soberano (que o conde julga ser D. João II) a organizar uma frota de cujo comando encarrega o infante D. Henrique, *su fratello*. Encontrada a ilha, o feliz *Machim* inicia a exploração desembarcando-se das florestas por meio de um incêndio que durou seis meses, preside à faina colonizadora e lá morre pacificamente como um patriarca bíblico rodeado de abundante prole. E em sua honra se chamou *Macingo* ao lugar onde primeiro desembarcou» (D. Francisco Manuel de Melo e o descobrimento da Madeira. Eds. Biblion. Lisboa, 1935, pág. 14).

Como se vê uma imaginação fantasiosa ou uma fantasia delirante. ¿De onde teria o autor colhido tantas informações acêrca de um facto que então só António Galvão registava, por estarem inéditos todos os outros depoimentos?

(1) *Epanáforas de vária história portuguesa*, 3.ª edição, Coimbra — 1931, pág. 211.

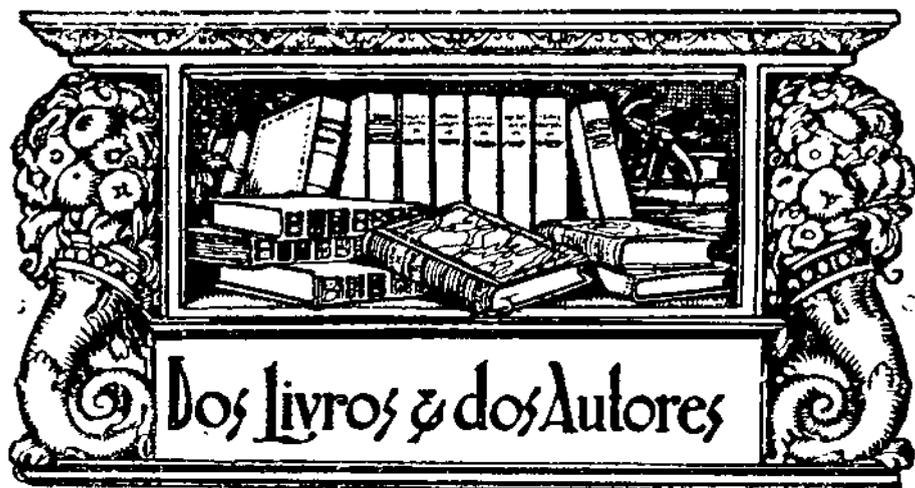
E falando dos que antes dêle se haviam referido ao caso do descobrimento da Madeira — Barros, o dr. Manuel Constantino (a que, por lapso, chama Clemente) e o poeta Manuel Tomás, autor da *Insulana* —, êle cita um «Francisco Alcaforado, escudeiro do Infante D. Henrique» o qual «fez de todo o sucesso huma relação, que offereceo ao mesmo Infante, tão chea de singeleza, como de verdade, por ser hum dos companheiros neste descobrimento; a qual relação original, eu guardo como joya preciosa, vindo á minha mão por extraordinario caminho» (1).

Ninguém sabe quem foi êste Francisco Alcaforado, e em parte alguma, a não ser na obra referida, se lhe menciona o nome. E parece também coisa de maravilhar que só o fidalgo escritor visse, e ninguém mais antes nem depois dêle, a famosa relação de que, como ao diante veremos, há pelo menos uma cópia moderna. Possivelmente D. Francisco Manuel bebeu a sua inspiração no MS do dr. Gaspar Frutuoso, na *História* do P.^e Cordeiro ou quiçá, no próprio *Tratado* de Galvão. É a descrição de Frutuoso a que mais se aproxima da do autor das *Epanáforas*, e deve ter sido talvez sôbre esta que êle architectou a sua novela. Verdade seja que a aproveitou sãbiamente para a ligar à história do povoamento da ilha por Zarco, Tristão e Perestrelo. A questão da famosa relação do famigerado Alcaforado continua, como veremos, no mesmo pé que até aqui.

(Conclui no próximo fascículo).

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

(1) *Op. cit.*, pág. 213.



RHETORIC AND ENGLISH COMPOSITION,
por *Herbert J. C. Grierson*. Edição
de Oliver and Boyd Ltd. Edinburgh,
London, 1944. 157 págs. (6 sh.).

Muita gente há que desconhece hoje o que seja a retórica, enquanto muita mais tem sobre ela idéias bastante estranhas. O facto parece-nos simples de justificar: quanto aos primeiros, pelo abandono ou quasi abandono dos estudos clássicos nos nossos Liceus; quanto aos segundos, pelo abuso que dela se fez no púlpito, no fóro, na Academia e, até, no próprio livro, a partir, sobretudo, do século XVII, a época áurea do gongorismo na Península.

Ora se, como queria Aristóteles, a retórica é a arte de persuadir, todos nós, pelo menos os que algum dia sentimos necessidade de convencer alguém, temos precisão de a conhecermos, ainda que não seja senão nas suas linhas gerais. Os princípios da arte da retórica, tão admirável e racionalmente lançados pelo Estagirita, tem tanta actualidade como nos tempos recuados contemporâneos das Guerras Sagradas e da invasão de Filipe de Macedónia. Por isso são sempre bem-vindos os tratados e até os simples manuais em que

as suas leis sejam expostas e exemplificadas com clareza e precisão.

Este manual, que ora temos presente, é um volume precioso para quem pretenda conhecer bem as normas e princípios da retórica e da arte de bem escrever. Divide-se em oito capítulos, cinco dos quais constituíram lições do Autor na Universidade de Aberdeen, estabelecimento que tem uma longa tradição no ensino da retórica.

No primeiro capítulo dá-nos Sir H. G. um breve mas substancioso conspecto da retórica na antiguidade, particularmente da retórica de Aristóteles. Segue-se a explicação do que chama «o ponto de vista», quer dizer, o tema que o orador ou o escritor há-de desenvolver; a escolha das palavras; a linguagem figurada; a dição dos poetas; a construção, quer da frase, quer do parágrafo; e termina com um breve estudo, considerando a composição em conjunto.

Revela a obra um conhecimento profundo da arte de retórica, quer entre os autores antigos, quer entre os posteriores, sendo a exposição (contrariamente a tantos autores do continente, que se esquecem das normas que pretendem impor aos estudiosos ao falarem sobre determinado assunto)

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

feita com sobriedade, mas sem concisão, e em estilo equilibrado e elegante. Por todo o livro abundam os exemplos demonstrativos dos pontos de vista do Autor, exemplos tirados na sua maioria de autores ingleses, como Milton, Swinburne, Gray, Shakespeare, Macaulay, Johnson e muitos outros de menor nomeada.

Trabalho perfeito, muito perdem com o ignorar os que desconhecem a língua inglesa, pois bons ensinamentos da sua leitura poderiam tirar.



ANGÚSTIA, por *Duarte de Montalegre*.
Editorial «Nós». Braga, s/d. 183 págs.

É o 2.º volume da colecção *Cancioneiro «Nós»* e, como o anterior, é de excelente apresentação: óptimo papel e nítida impressão.

O Autor não é um estrepante, pois já publicou, pelo menos, um volume — *A Pergunta de Pilatos* — cujas poesias o poeta Teixeira de Pascoais, em carta ao Autor, considera «nascidas e não feitas, denunciando o ímpeto espontâneo da inspiração», o que, em sua opinião, é «a característica dos poetas autênticos».

Ora a poesia é, ao que parece, flor espontânea em Portugal, e julgamos ser ave rara o português que, em certa época da vida, não sentiu dentro de si um fogo a impeli-lo a pulsar a tira e a lançar aos ventos esse tumultuar de impressões que está — ou deve estar — na base de toda a poesia.

Duarte de Montalegre não poderia, pois, vir a constituir excepção. Lemos as suas poesias e, quasi desde a primeira, formamos idéa aproximada da inspiração que as originou, espécie de melancolia, de inquietação espiritual e de angústia, entrecortadas, aqui e ali, por um amoralismo com seu quê de sensual, traduzido por ve-

zes em prosa lírica, de correcto recorte literário, mas flutuante como nuvem esfarrapada empurrada pelo vento. É esta a sensação, melhor a impressão geral do livro, que abre com uma interpretação magnífica do conhecido «Cântico ao irmão Sol» de S. Francisco de Assis.

O verso é (ou devia ser) antes de mais mera música; não foi por acaso que, nas idades longínquas da infância da poesia, o poeta era simultaneamente cantor, o que se viu ainda na Idade Média com os trovadores e os tropeiros. Sujeitar, por moda, por snobismo, por capricho, a linguagem poética a malabarismos verbais parece-nos ilógico e, sobretudo, anti-artístico. D. de M. tem talento bastante para prescindir desses efeitos verbais que desfeiam algumas das suas melhores poesias.

Esperamos que o Autor da interpretação magnífica do *Cântico* de S. Francisco nos dê, em breve, nova obra do seu estro, que o imponha e o consagre.



A SERVIDÃO DE BARCELÓS A GUIMARÃES, por *J. Mancelos Sampalo*.
Câmara Municipal de Barcelos. 1943.
67 páginas.

O caso tratado exhaustivamente (e desnecessariamente) neste livrinho é dos tais que se podem classificar de *lana caprina* e que é ocioso ressuscitar ou retirar de sob a imensa camada de pó que os séculos fizeram sobre eles acumular. E' para lamentar que o Autor, com qualidades de investigador paciente, perdesse o seu tempo (coisa preciosíssima para quem trabalha, dizemo-lo por experiência) na exumação de um caso definitivamente morto e que pode considerar-se verdadeira historieta sem fundamento histórico algum e sem importância de maior nem na história do nosso país

nem na de qualquer das duas cidades nela envolvidas. E lamentamo-lo por sabermos que há tantos casos enigmáticos sem esclarecimento ou solução, com conseqüências de primacial importância para a interpretação de muitos factos históricos, que continuam ainda hoje à espera do investigador idóneo com capacidades para nêles entrar.

A edição é muito cuidada e em óptimo papel.



O PROBLEMA DAS «ÉLITES» NO MUNDO MODERNO, por *Carlos Selvagem*. Edição «Pro-Domo». Lisboa, MCMXLIV. 84 páginas.

O Autor ilustre do *Entre giestas* e de *O Herdeiro* parece ter pôsto definitivamente de lado a sua actividade de dramaturgo, sem favor um dos primeiros entre a nossa escassa pléiade de escritores de teatro, para enveredar peia literatura de idéias, o que é uma compensação para quantos o admiramos e lamentávamos vê-lo afastado do teatro. E brilhantemente inicia essa nova fase da sua brilhante carreira literária com um trabalho perfeito, escrito em linguagem de suma elegância e com uma riqueza de pensamento que causa a nossa admiração.

O problema das *élites* não é de hoje, mas talvez em nenhuma idade como na nossa ele tenha sido pôsto de modo tão claro e, digamos, tão lancinante. Todavia nem todos comprehendem bem o que seja, na verdade, *élites*. Na nossa época, em presença do progresso vertiginoso do último século, morta definitivamente a velha concepção de uma *élite* fundada no sangue, só podem admitir-se *élites* baseadas no talento e na capacidade individual ao serviço de um alto ideal moral. E' da incompreensão dêsse facto que tem resultado a confusão sangrenta dos nossos tempos, em que uns propõem um nivelamento, que a pró-

pria natureza contradiz e renega, enquanto outros defendem a restauração da nobreza fechada dos tempos idos.

O sr. C. S. põe o problema com singular clareza, traçando um conspecto da evolução histórica da Europa desde a Grécia até aos nossos dias, para demonstrar qual tem sido o papel das *élites* no decurso dos tempos, para concluir que da guerra actual «sairão vencedores apenas aquêles agregados nacionais ou sociais — sem distinção de raças nem de ideologias — que em si contiverem as energias e intuições capazes de gerarem, por um processo de selecção natural, sob o signo de um alto ideal moral e ao abrigo de instituições próprias, as *élites* ou aristocracias dos nossos tempos, as *élites* necessárias às emprezas do futuro, mas verdadeiras *élites*, ao serviço de uma verdadeira cultura e de uma instância superior, e não as pseudo-*élites* orgulhosas e cúpidas do século que está morrendo» (pág. 85).

O volume é o 1.º da colecção «Cultura política» que a novel editorial «Pro-Domo» lançou no mercado, apresentado em elegante edição muito cuidada.



A PAIXÃO DUM HOMEM RICO. Romance, por *Fernão Dantas da Gama*, v. I. MCMXLIII. 310 páginas.

Creemos ser esta a estreia do Autor, que é herdeiro de um nome ilustre no Romantismo português. Preferíamos que o sr. F. D. G. não tivesse na família a tradição literária que ela usufrui, porque, a ser assim, não sofreria a influência do processo de Arnaldo Gama, processo admirável no seu tempo, hoje, porém, absolutamente desaconselhável.

As situações carecem, muitas vezes, não já de simples naturalidade, mas até mesmo

de verosimilhança, como a da queda de Susana, caso que poderia ter ocorrido na vida real — não o negamos —, mas que não nos parece facilmente aceitável por quem quer que saiba o que é o romance. De facto, não basta que um facto, um acontecimento, uma situação tivessem existido; é necessário, principalmente, que tenham verosimilhança, que não repugnem à sensibilidade ou à inteligência do leitor.

E o modo como o sr. F. D. G. conduz a narrativa para nos levar, quasi abruptamente, à cena culminante do cap. xx da Segunda Parte, não é de molde a convencer-nos de que, na realidade, as coisas poderiam ter ocorrido *assim*.

O Autor possui qualidades. Urge que as aproveite, observando a vida com os seus próprios olhos e procurando vazá-la em novelas e romances com a naturalidade que é o segredo dos grandes mestres. Fazendo-o, o sr. F. D. G. terá conquistado o lugar de relêvo de que é digno pelas qualidades reveladas neste livro, apesar dos grandes defeitos da obra.



PARA ALÉM DA GUERRA, por *Roldão Prêto*. Edições «Gama». Lisboa, 1942. 114 págs.

Quasi três anos vão passados sobre este opúsculo, só agora chegado às nossas mãos. Muitas afirmações do Autor se mantêm, enquanto outras caducaram. Isto não invalida o valor da obra, que é escrita com aquela vibração que caracteriza os escritos do sr. dr. R. P. Todavia, hemos de concordar que, voltada a última página, no nosso espirito continuam de pé as mesmas dúvidas que nos assaltaram antes de o abrimos. ¿Que vê o Autor além da Guerra? A chegada da «hora do Homem, finalmente realidade viva, pensamento e acção, espirito

e corpo — e não o mito, êsse simples mito que, algeinado, o levou a tôdas as catástrofes» (pág. 113).

Mas ¿não será esta uma visão, como tantas outras, optimista, fruto do desalento que de nós se apossou no dealbar desta guerra tremenda, jamais sonhada por qualquer homem? ¿Não será isso resultante do ardente desejo do Autor de uma sociedade melhor em que a força só possa ser utilizada em defesa do direito e nunca ao serviço de ambições particulares e, tantas vezes, criminosas?

Parece-nos que sim, mas nem por isso deixaremos de louvar o sr. dr. R. P. pelo seu depoimento sincero, pois nos tempos em que vivemos são vulgares as atitudes dúbias dos que não querem perder o que tem, nem tampouco arriscar-se a deixar de alcançar aquilo que ambicionam.

Quando passar o violento tufo que assola a Terra, e se fizer o balanço da contribuição dos intelectuais para a futura organização do mundo na paz, o depoimento do dr. R. P. não será dos que menos atenção mereçam, pela alta lição que encerra e pelos princípios que preconiza.



UMA NOTA DE MÚSICA, por *Rosamund Lehmann*. Romance. Tradução portuguesa de *Natércia Freire*. 1944. Livraria Tavares Martins. Porto. 322 páginas.

A primeira Grande Guerra, ou melhor os tempos imediatamente posteriores a ela puseram em moda uma palavra, de que há uns anos se tem usado e abusado e que presentemente se ouve a cada passo, até na boca dos menos fadados para a compreenderem: é a palavra *Inquietação*. Pelo visto, os homens do século xx julgam que só eles

eram ou são dignos de se sentirem inquietos no meio da sociedade em que vivemos. Estava, em sua opinião, o mundo à espera do nascimento do século actual para ouvir, ver e sentir os efeitos dessa inquietação, como se, mais de cem anos antes, pre-românticos e românticos não fôsem, embora à sua maneira, verdadeiros inquietos, como se o despertar tumultuoso dos tempos do Renascimento não gerasse grandes inquietos, como se a pléiade admirável de santos da Idade Média — S. Tomás, S. Francisco, Santo António, S. Bernardo, S. Bento, e *tutti quanti* — não sentissem a inquietação a aguilhoá-los... E se mais remontarmos no tempo, ¿ não encontraremos muitos mais inquietos? Positivamente, o homem do século XX é demasiado estulto por se julgar o centro do mundo!...

Dessa suposta *inquietação* (que muitos, acacianamente dizem *inquietude*...) originou-se toda uma literatura, que hoje é capaz de encher uma biblioteca, e na qual abundam mais as espécies inferiores do que propriamente as obras de génio. Bem feitas as contas é mesmo muito possível que essa literatura *inquietada* não haja gerado nenhuma obra de génio. Admitamo-lo, porém, para não nos acoimarem de insatisfeitos.

Essa espécie literária, a que a primeira Grande Guerra deu o ser, é caracterizada, principalmente, por aspirações mais ou menos vagas, nem sempre traduzidas em linguagem compreensível ou mesmo perceptível, mas que, às vezes, se concretizam charramente (é o termo) numa ânsia revolucionária de infringir todas as normas da mais elementar moral. E' por isso que a maioria das obras que se classificam de filhas da inquietação moderna, são pura e simplesmente obscenas. Claro está que, mesmo dentro da obscenidade, há gradações. Até nisto senhores!... Eis também por que certas obras, consideradas decentes, bem analisadas são apenas imoralíssimas pelas ilacções que tiram ou pelas conse-

quências que podem ter nas almas menos preparadas para as compreenderem.

Rosamund Lehmann é uma autora moderna, cuja obra prima *A Note in Music* a Livraria Tavares Martins resolveu incluir na sua colecção «Contemporâneos», e, contrariamente ao que aconteceu com as obras anteriores dessa colecção, não foram os Editores felizes na escolha. Embora muitos críticos a considerem uma obra de mérito, a verdade é que, desde as primeiras páginas, a narrativa descosida e incolor (apenas com uma breve página de descritivo realmente belo) deixa o leitor, como dizem os ingleses, *at a loss*.

Uma Nota de Música é um romance de *inquietação*. Mas nos «tipos» que a autora escolheu essa *inquietação* é resultante, sobretudo, da paixão amorosa levada a conseqüências pouco consentâneas com a moral. E se de facto a pedra do escândalo — o jovem Hugo Miller, pateta e pretencioso — retira para longe não chegando ao ponto de aceitar o amor que lhe é oferecido, quasi descaradamente, a verdade é que não nos parece muito próprio do tema de um romance moderno duas mulheres casadas e amigas, apaixonadas por um rapaz que tem a recomendá-lo apenas as suas formas apolíneas, e também esse outro amor ignorado de uma prostituta encoberta que vende o corpo para cuidar de um irmão idiota. Eis a síntese do livro infeliz que, para cúmulo, se deve à pena de uma mulher!

Imoral a obra? Aparentemente não. Mas o severo critério formalista e puritano dos editores ingleses negou-lhe as honras da 1.ª edição, pelo que os livros de R. L. tiveram de ser editados na América do Norte, onde a moral é um pouco (bastante) mais lassa do que na terra clássica dos nevoeiros.

A tradução, embora correcta no geral, não prima pela elegância formal.

A edição, como todas as da livraria Martins, é muito elegante.

MEDITAÇÕES DE FÁTIMA, por José Pequito Rebêlo. 2.ª edição. Edições «Gama». Lisboa, MCMXLIV. 114 páginas.

Já nos referimos oportunamente a esta obrzinha, quando da aparição da 1.ª edição, pelo que nos limitamos aqui a assinalar esta 2.ª edição, impressa em melhor papel e de muito mais elegância de apresentação, o que contribuirá por certo para se esgotar como a edição anterior.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



REVISTAS:

IBERO-AMERIKANISCHES ARCHIV. Jahrgang XVII. Oktober, 1943 — Januar, 1944. Heft 3-4. Berlin.

Publica, entre outros estudos *Nationale Elemente in der deutschen und spanischen Kunst*, da sr.ª dr.ª Gertrud Richert e *Gemeinderechtlliche neverungen nationalspaniens*, de Martin Finke, além da habitual secção de crítica biográfica.



UNIVERSIDAD. *Revista de cultura y vida universitaria*. Año XX. Julio — Diciembre de 1943. N.ºs 3 e 4. Año XXI. Enero — Marzo de 1944. N.º 1.

Desta importante revista editada pela Universidade de Saragoça, destacamos os seguintes estudos e ensaios: *El primer romanticismo alemán*, por Ludwig Flachs-kampf; *Poesía y lenguaje místicos de San*

Juan de la Cruz, por Jesús Manuel Aida Tesán; *Historia y técnica del hexámetro latino*, por Vicente Blanco García; *La Biblia de Lérida*, de Teófilo Ayuso Marazuela; *El personalismo católico en las leyes de Indios*, por Felipe Aragués Pérez; além de muitos estudos científicos — médicos, jurídicos, matemáticos —, informações bibliográficas, decretos referentes ao ensino universitário espanhol, etc., que tornam esta revista sobretudo valiosa.

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS, *Arquivo Municipal de Guimarães*. Vol. VIII. N.ºs 3-4. Guimarães, 1943.

Publica abundante quantidade das *Cartas de Reis* dirigidas ao Senado da Câmara desta cidade no decorrer dos sécs. XVI a XXI, e continua as *Inquirições sobre a pureza do sangue*, curiosíssimas pelas informações que fornecem.



BOLETIM CULTURAL. *Câmara Municipal do Pôrto*. Vol. VII. Junho-Outubro de 1944. Fasc. 2-3.

Entre outros, destacamos: *Os Franceses no Pôrto em 1809*, valioso estudo histórico do sr. Conde de Campo Belo, *Notas de arqueologia portuense*, do malogrado dr. Pedro Vitorino, e *Os primeiros vinte anos da vida de Alberto Pimentel*, curiosa e interessante conferência devida à pena do sr. dr. A. de Magalhães Basto.

Registo de obras recebidas

Oferta dos Autores:

José de Paiva Boléo: 1 — Algumas razões com que se pretende justificar o aborto;

2 — Caridade e Assistência Social;

3 — Tendências psicológicas e morais da mocidade escolar.

Amorim de Carvalho: — Paz.

D. João de Almeida: — Algumas lembranças de El-Rei D. Miguel I.

Prof. Joaquim Roque: — Mondando em seara alheia... nos domínios da filologia.

A. L. de Carvalho: — Os Mestres de Guimarães (V).

Oferta dos Editores:

Livraria Civilização, Editora — Pôrto:

História de Portugal Restaurado (vol. 1), do *Conde da Ericeira*.

S. P. N. — Lisboa:

1 — A linda história de uma família no tempo de D. Maria II.

2 — Portugal e a Paz.

Livraria Tavares Martins — Pôrto:

1 — A nova Rússia, por *Henri Massis*.

2 — Europa e os seus fantasmas, por *João Ameal*.

3 — O homem é forte, por *Corrado Átvaro*.

4 — A Revolução Francesa, por *Pierre Gaxotte*.

5 — Primavera, por *Sigríd Undset*.

6 — A oração, pelo *Dr. Alexis Carrel*.

Pro-Domo — Lisboa:

1 — A crise do Mundo Moderno, por *Leonel Franca*, S. J.

2 — As idéias políticas de Gil Vicente, por *F. E. de Tejada Spinola*.

3 — A chave da História de Portugal, por *José Augusto Vaz Pinto*.

4 — Ourique em Espanha, por *P. Miguel de Oliveira*.

5 — Um apóstolo na tormenta, por *João Ameal*.

6 — O Rei dos Reis e Mensagem ao Mundo Lusitana, por *Pitúio Salgado*.

7 — Cardeal Cerejeira (1.ª fasc.), por *Moreira das Neves*.

8 — O escândalo do espírito, por *Antero de Figueiredo*.

9 — Grandeza e Miséria, por *Denis da Luz*.

Editorial Aviz — Lisboa:

O grão-tirano, por *Werner Bergengruen*.

Edições Gama — Lisboa:

Pela dedução à Monarquia (2.ª ed.), por *José Pequito Rebelo*.

Livraria Figueirinhas — Pôrto:

Guerra Junqueira e a sua obra poética, por *Amorim de Carvalho*.

Editora Educação Nacional — Pôrto:

Vida de Miguel Angelo, por *Romain Rolland*.

A ALMA AMOROSA DE CATULO

A TODOS OS MEUS IRMÃOS

Ainda te lembras, João, daquela manhã de um outono já distante, gélida e soalheira como o viver, em que tu e o António me levastes para longe da nossa casa? Lembras?

Aqui deixa a memória dessa viagem para a vida que vos deve e muito agradece

o vosso

ALVARO.

PRÓLOGO

A impressão que fica da poesia de Catulo, quando lida a saltitar de fragmento a fragmento, rindo aqui com uma graça que a outros faria corar, surpreendendo além conversa ou monólogo cheirando a podridão, é a de que êste poeta latino não merece nem estudo nem mesmo simpatia de qualquer espécie.

Parece um devasso com tendências de alienado, perigoso cronista e fomentador do vício imundo que os moços teem de evitar para bem seu e da sociedade.

Quem o vê assim queda-se nisto: Catulo é o protótipo do realismo em Literatura, na acepção comum da palavra como sinónimo de porcaria, de vício carnal. Sem decêro nenhum, grita-nos ao ouvido obscenidades e mete-nos pelos olhos dentro cenas detestáveis de pecado a recordarem a vida corrupta do mundo antigo. Não fazia uso dos princípios inatos da Moral para regular tôda a sua actividade, andava caído

no mais fundo da degradação humana onde respirava, de onde não fugia; só gostava de ambientes abafadiços e parasitários.

Que conceito faria êle do amor, se a preocupação única era a sensualidade? Que altos pensamentos o poderiam dominar, se era inquieto gozador dos bens da vida que, por isso, tão cêdo lhe faltou?

Deve-se evitar, repelir o convívio de Catulo como o dos leprosos: êstes infectam os corpos, êle arruína as almas...

Juízos tais, formulados a respeito do nosso poeta, tem relativa consistência, não o nego. Todavia andaria mal quem, lendo ou estudando Catulo, não collocasse à sua volta a sociedade do tempo, não observasse as suas relações pessoais, não auscultasse o motivo ocasional da produção poética.

Mas será êsse, de facto, o retrato autêntico do amoroso filho de Verona?

* * *

Em face de qualquer problema, cuja solução interesse, a imparcialidade ocupará o primeiro lugar na acção do apreciador que, só depois de examinadas tôdas as provas dadas com o cuidado exigido pela importância da matéria e pelo escrúpulo da consciência, pronunciará, com segurança, o juízo definitivo.

É que as aparências iludem, quer na vida quotidiana, quer na Literatura. E tanto assim é que não basta, para avaliar qualquer obra literária, ler as primeiras, as médias e últimas páginas, principalmente quando ela é formada, como a de Catulo, por peças independentes, nem tão-pouco convém que o leitor se prenda em demasia com a letra, descurando tudo o mais que concorra para a compreensão da mesma, nem que não retrograde até ao meio histórico e geográfico que por qualquer via estejam ligados necessariamente ao que se lê.

Na crítica há intuição, compreensão, mas, igualmente, observação. Às vezes não se atenta nisto, confundem-se épocas, uniformizam-se caracteres, extinguem-se barreiras intellectuais, e a consequência lógica será a admissão de um só modelo, de um só processo e de um só valor.

Todo o crítico precisa de justiça e do mínimo de transigência para ir ao encontro do seu objecto e não estar à espera de êle.

Terá ou não sido assim a apreciação feita à obra de Catulo?

Julgo irreflectido, enfermeado dos defeitos apontados, o juízo dos que consideram Catulo poeta imoral, a quem não são capazes de tolerar

a linguagem desbocada, o riso sardónico, as descrições vergonhosas de que se ocupa, apesar de que nem sempre é assim em tôdas as composições.

Isto quis eu mostrar, e talvez conseguisse, afirmando em Catulo, ao lado da paixão pela ingrata Lésbia, a existência do amor religioso, patriótico e familiar, que atenuam os defeitos que se lhe possam reconhecer.

O poeta, sensível como era, reagia orgulhosamente contra tudo e contra todos, sempre que a sua vida interior se sentia ferida, e esta reacção ou era lamento dirigido ao Céu ou imprecação azeda.

O amante de Lésbia não foi um poeta imoral, porquanto não escreveu o que escreveu por acinte de corrupção, com prazer semelhante ao do animal chafurdando na lama.

Se olharmos bem, ver-se-á Catulo idealista a servir um pensamento de justiça e perfeição que paira sôbre o seu realismo. Não fantasia a vida segundo um tipo imaginário, mas pinta-a depois de a tocar e para a melhorar.

Imoralidade em Catulo?

Antes desabafo de homem atormentado, castigo de imorais, e condição poética. Sim, êle o diz claramente ao defender-se de acusação idêntica feita por contemporâneos, alegando que a imoralidade da poesia não é espelho da imoralidade do autor, senão graça, vivacidade viril para tornar atraente a mesma poesia.

* * *

O coração e a inteligência — não o esqueçamos — teem também as suas exigências. Necessitam de vocábulos precisos, de imagens sugestivas, para se tornarem conhecidos.

Sentimos em dados momentos inquietação acabrunhante por não ser possível manifestarmos com nitidez tudo que nos vai na alma, porque a palavra não voa tão alto e longe como o pensamento e tem de ficar rasteira e humilde com desejos de ascensão para junto do que representa.

Os olhos vulgares só vêem o que está à superfície da terra que, por isso mesmo, nada terá de celeste.

Que admira então a aparência baixa da obra do poeta, se ela é nem mais nem menos a expressão apropriada e natural de uma alma possuída de amor forte que só pode ser traduzido à custa de tons violentos?

Por se não compreender êste paralelismo de expressão e sentimento até o *Cântico dos Cânticos* — obra de inspiração divina — se tem apontado como exemplar de torpe realismo e tem sido invocado por autores, se à sombra dêle querem sacudir das suas obras o labéu da imoralidade.

Ainda hoje, volvidos já tantos séculos sôbre o ambiente que viu aparecer a obra de Catulo, e não obstante o avanço verificado nos costumes e nas idéias, não faltam aos olhos dos escritores pessoas e coisas que Catulo conheceu e presenciou, e que da mesma forma aproveitam para motivo de romances, crônicas e poesias, com igual intuito de edificarem destruindo e não perveterem escrevendo.

Desta maneira entendo eu a imoralidade de Catulo (1).

* * *

Ora está êle de permeio entre a censura de vil realista e a de vaidoso cultor da arte pela arte, por revelar na sua obra, em certo grau, sentimentos nobres com o sinal iniludível da sinceridade, da correspondência fiel entre o que se escreve e o que se pensa e vive.

Esta circunstância extremamente simpática contribuiu bastante para a escolha do assunto de que me estou ocupando no presente estudo. E faço-o com agrado.

Trabalhos desta natureza tem o condão de me apaixonarem e de me proporcionarem enorme prazer espiritual, feito de ar e sol — tão bem respiro nêles! — de amor que ri ainda quando os olhos choram.

(1) Em *O Primeiro de Janeiro* de 11-x-944 escreveu Gaspar Simões o seguinte, no artigo «O Realismo como escola literária»: «Real e verdadeiro são, em parte, coisas afins. Isto explica que o realismo tenha aparecido estreitamente associado à verdade, o que, como era natural, levou a estabelecer entre realidade e verdade um nexo de natureza moral. [...] Dir-se-á que para chamar os artistas à realidade se torna necessário incutir-lhes a idéia de que só é verdadeiro, justo e bom o que é real. [...] A finalidade moral e social da arte converte-se em dogma. Realista é sinónimo de moralista, não obstante o clamor que se levanta contra o facto de o realismo ter obrigado os novos artistas a fixarem a sua atenção sôbre os lados menos edificantes da realidade. [...] Não há outra coisa a fazer senão arrancar da sombra o que na sombra jaz e mostrar tudo isso, sob a luz mais crua, àqueles que se esqueceram de que a arte é dêste mundo. [...] Não há necessidade de eleger em escola princípios que fazem parte própria de tóda a verdadeira obra de arte. Na arte o realismo não pode ser uma escola, porque é um principio eterno.»

Gosto muito de auscultar tôdas as almas, preferindo as que no mundo teem deixado marcada a sua passagem com um clarão de amor profundo ou de pensamentos de beleza que faz bem conhecer de perto.

De almas se alimenta a alma!

Por isso leio romances, história e poesia para que se me desvendem as tragédias íntimas de tantas vidas onde sempre posso ver algo da minha, que, afinal, é a vida de todos...

Não admiro a secura do gesto ou o som da voz que duram tão fugazmente. Só a alma resiste à morte e é a Literatura que nos fala dos seus anseios de imortalidade.

No momento em que trato de uma alma amorosa e do meu gosto pela Literatura, ganha foros de oportunidade a menção de um sacrifício que, sendo aceite, não deixou de ser acompanhado de revolta, infructifera mas intimamente consoladora para mim, sacrifício que me torturou os quatro anos em que freqüentei as cadeiras de Línguas e Literaturas Clássicas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sem ouvir nunca uma lição sequer de Literatura!!!

Se por outras vias eu nada soubesse do mundo grego e latino, do seu pensar e viver, da sua filosofia e arte, ser-me-ia lícito afirmar a falsidade da beleza antiga que não consegue prender a atenção de quem se senta em cátedras universitárias nem, tão-pouco, despertar uma parcela de interêsse a favor dos alunos.

Será tudo isso coisa desprezível?

Não quero discutir a superioridade da Literatura em relação à Filologia ou vice-versa, nem as preferências individuais, nem a competência e método dos que ensinam, nem a substância das lições feitas, nem o desconhecimento ou abandono das regras pedagógicas, para encontrar explicação ao facto; mas ninguém negue o dever que pesa sôbre os mestres nem o direito que assiste aos discípulos — já que as cadeiras são de Literatura — de dizerem uns, de ouvirem outros, algumas palavras acêrca das correntes espirituais, idéias estéticas, paixões, vícios e virtudes, acêrca de tudo aquilo que caracteriza os povos e os indivíduos que melhor os representam.

Procedendo como se procede, gasta-se a memória, prejudica-se a intelligência, alquebra-se a saúde dos que aprendem — melhor será dizer dos que estudam — e não se evita, antes se agrava injustamente, o descrédito das Línguas Clássicas. Que há-de fazer o aluno condenado diariamente a decorar páginas e páginas de regras e excepções morfológicas e sintácticas, ou enclausurado na sala de aula para traduzir sem a

ajuda do mestre e desprovido do auxílio indispensável dos dicionários, um texto que nunca viu nas suas lições?

Considera-se, certamente, um vencido sem contentamento algum na sua carreira académica, sofrendo dia a dia com sofrimento crescente a decepção da primeira aula na Faculdade, e maldirá a pouca sorte que parece nunca mais acabar, de estar sujeito a quem perfeitamente encarna o que Tristão de Ataíde chama, num ensaio, absolutismo catedrático.

Felizmente para todos os estudantes, ainda há catedráticos que não são absolutistas...

É destes e não dos outros que eu espero um olhar de compreensão para as páginas que amorosamente redigi a propósito da alma amorosa de Catulo.

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.



OS DOIS MANUÉIS

MANUÉIS HOUVE DOIS:

— UM FOI O VENTUROSO
OUTRO FOI O DESDITOSO...

UM VIU CHEGAR O OIRO EM NAUS CARREGADAS
DE ESPECIARIAS RARAS, CUBIÇADAS;

O OUTRO RECEBEU — POBRE CRIANÇA! —
UMA ABSURDA HERANÇA.

UM PÔDE SER SENHOR DE TODO O MUNDO
POR OBRA E GRAÇA DE JOÃO SEGUNDO;

O OUTRO, SOB O PÁLIO ENSANGUENTADO
DE CARLOS, REI E PAI,
PRINCIPIOU NA DOR O SEU REINADO.

UM ESCORRAÇOU OS JUDEUS,
O OUTRO, TEMENTE A DEUS,
POR JUDEUS FOI ESCORRAÇADO.

ENTRE O GAMA E A ÍNDIA
DESCOBERTAS, CONQUISTAS, AMBIÇÕES,
O VENTUROSO ADIVINHOU CAMÕES!

NO SEU TRONO MINADO E VACILANTE,
O DESDITOSO ADIVINHOU EXÍLIOS
RANCORES E PERSEGUIÇÕES.

MENINO AINDA, EM SER E PROCEDER,
QUANDO FOI REI NÃO O DEVIA SER;

REI-INFANTE DO SONHO E DA QUIMERA
QUANDO O DEVIA SER JÁ O NÃO ERA...

.....

O OUTRO, SIM!
LEVOU A ESPADA E A CRUZ ATÉ AO FIM DO FIM
E DE AVENTURA E CIÊNCIA FEZ SINÓNIMOS
EM ORMUZ, EM MALACA, NOS JERÓNIMOS...

EM DESTINOS DE TANTA DISCORDÂNCIA
SE UM FOI MATURIDADE, O OUTRO FOI INFÂNCIA.

MAS NA HISTÓRIA QUE EXIGE E QUERE HERÓIS
MANUÉIS HOUVE DOIS:

— UM FOI O VENTUROSO
OUTRO FOI O DESDITOSO.

CARLOS DE MACEDO.



O problema do descobrimento da Madeira

II

A LENDA

(Continuação da pág. 93 — Conclusão)

Começa D. Francisco Manuel a sua novela por se referir a «Roberto o Machino, nobre de segunda ordem» que, vivendo em Londres, no meio da ociosa nobreza, quando na Inglaterra «governava pacificamente o grande Rey Dom Duarte terceiro», «desprezando os jogos e banquetes, a que o persuadião seus iguaes, com praticas e exemplos, se singularizava em pensamentos mais altos». Logo depois entra a referir as prendas que exornavam «Ana de Arfet, donzella fermosissima», a cujo «matrimonio aspiravão príncipes da corte, provincia e reyno, estimada como huma maravilha de muitas maravilhas». Ana e Roberto viram-se e amaram-se, mas «foy logo escandalo a correspondencia; porque a inveja, vestida de zelo, começou a solicitar como emenda o que era vingança». Daí os pais da donzela exigirem o castigo do moço que, com tal atrevimento, tão alto punha seus olhos, castigo traduzido para êle em prisão, para que, entretanto, os pais zelosos casassem a jovem «com hum Milord de alto estado», com o qual «tinhão já feito capitulação, juntamente de seu matrimonio e seu desvio». E enquanto Roberto geme na prisão, os noivos vão albergar-se em Bristol, depois do que Roberto é solto. «Então lhe pareceo que já era tempo de desagrar o amor, o gosto e a honra. E porque sempre foi força confiar de quem he preciso valer, descobrio a parentes, amigos e criados, a ousada resolução em que se achava», a qual era passar a Bristol, falar a Ana e fugir com ela para França. E com tanta sorte que, depois de uma série de peripécias cuidadosamente urdidas, Roberto e os seus familiares, tendo escolhido previamente um navio cujos tripulantes se encontravam em terra, raptam Ana de Arfet e desferem o pano em direcção a França.

«Cinco dias havia que navegavão, sem que a terra, que hião bus-

cando, se lhes descobrisse; porque a falta de governo e sobejo vento, que de ordinario corria, fora causa de que insensivelmente se apartassem da costa de França.» Mas a viagem alongava-se e «por horas conhecião os miseraveis navegantes caminhavão à perdição, com aquelles proprios passos que ignoravão [...] Quasi desabrigada de todo governo, corria depois de treze dias de viagem a nao de Roberto, pelos largos e perigosos desertos do mar oceano, quando ao amanhecer, à parte do ponente se descobrio assás visinho o semblante da terra, que, segundo cada instante, com os rayos do sol que nella descansavão [...] se hia mostrando altissima, e povoada de barbaro arvoredo [...] Nenhum dos companheiros conhecia aquelle lugar, e os mais experimentados na navegação duvidarão pudesse aver terra em huma paragem do mundo, nunca até então descuberta dos homens.

«... A cobiça, ou por melhor dizer, a necessidade, levou diligentemente ao porto os mais ousados, armando por esse effeito, com sufficiente guarda, o batel do navio. Quis Roberto ser dos primeiros, mas nem Ana, nem os amigos lho consentirão. Porém intentada e sucedida, sem algum desastre, a viagem da não à marinha, tornárão brevemente cheos de alivio e esperança de cousas mayores; e havendoa reconhecido, relatarão que a terra era deserta, mas saudavel e pacifica; e que verdadeiramente era terra, e não illusão, do que ainda muitos se não certificavão. Chegadas as novas, que se esperavão, para desembarcarem, logo a desembarcação se poz em effeito, saindo do navio Ana e Roberto [...] Com tão breve apresto, e doze dos melhores que o seguiam (e erão as pessoas com quem Roberto tinha mayor parentesco e confiança), se passarão à terra, deixando a não guarnecida do resto da gente, e com suave navegação chegarão à marinha, nunca até alli pisada de pé humano.

«... Pouco distante da praya, se descobria hum sitio, donde parece que a natureza havia esmerado todos os seus primores. Formava hum campo breve e redondo; cujas paredes erão loureiros, iguais na rama e altura; a quem, como verde tapeçaria de folhagens, armavão bastissimas eras. Em a parte superior se via huma arvore, que como mais mimosa dos elementos, sobia sobre as outras: [...] Havia o tempo aberto em seu tronco huma capaz morada, toda cuberta de finissimo e dourado muzgo.

«... Reconhecido este lugar, foi logo occupado de Roberto e Ana, e todo o resto entregue ao descanso e morada de seus companheiros; para que alli edificassem os reparos convenientes, contra a inclemencia dos tempos, o tempo que na terra se detivessem.

«... Em paz se possuiu tres dias a paz do porto; os quaes alguns gastarão em saboroso commercio da terra ao navio, outros em penetrar e descobrir atentamente o sertão da ilha.» Mas na noite do terceiro dia levantou-se «tão subitamente huma tão rigurosa tempestade [...] que sem respeito às forças, ou industria humana [...] a não foy impelida dos ventos e das ondas, e como despojo de ambos, de improviso arrebatada, em tal maneira, que mais perdidos se julgavão os que hião com tanta violencia, que os que ficavão em tanta desesperação. Viose depois como forão iguais os perigos, mas por mais breve, foy menor o dos navegantes; os quaes em dous dias puserão termo aos trabalhos do mar, trocandose-lhes aos de hum miseravel cativo, porque naufragando em as areas de Africa, passárão da tumba, podemos dizer, à sepultura; tanto monta, da não às masmorras de Marrocos.

«... Amanheceolhes mayor tempestade a Roberto e Ana, que a mesma que hião padecendo seus companheiros; quando havendo passado a tormenta de aquella noite, virão pela manhã o porto e não virão o navio; [...] Com tudo não tomou este golpe desaperecebido o leal coração de Ana; porque fidelissimo conselheiro, desde o primeiro passo de seu caminho, ou de seu descaminho, lhe prometia hum fim lamentavel; mas como a presença dos males seja horrivel, [...] o espirito de Ana se estreitou tanto, que desde aquella hora, até a de sua morte, nunca mais as palavras lhe souberão o transito do coração à boca.

«... Tres dias gastou a morte em acabar esta empresa. [...] Morreu Ana, e Roberto não acabou a vida; porque lhe ficavão ainda muitas lastimas que negociar, primeiro que acabasse.»

Aconselham-no os amigos e parentes, visto ter-lhe morrido a amante, a utilizarem-se do pequeno batel em que tinham vindo do navio, e, aproveitando os mantimentos que lhes restavam, fazerem-se ao mar.

«Despois de largo e lastimoso debate, foy mais lastimoso o concerto, prometendo Roberto aos seus, que se a vida lhe durasse cinco dias, elle se embarcaria com os mais, para donde a fortuna quizesse lançallos; mas que se sua morte se succedesse primeiro, elles se fossem logo, dando antes a seu corpo sepultura, junto ao cadaver de Ana; o qual com comum consentimento e proluxas lagrimas, havião já enterrado ao pé de aquelle altar que constituirão; servindo-lhe de cabeceira e docel, o tronco e rama da fermosa arvore, que ao principio dissemos. Ornárão de huma grande cruz de madeira aquelle barbaro e piadoso tumulo, por testemunho de sua religião; apar do qual, em versos latinos elegiacos, escreveu Roberto

sua historia, na maneira que fielmente procuramos referilla ⁽¹⁾; acabando-se em hum elegante apostrofe em que pedia, que se em algum tempo alguma gente da ley de Christo viesse a povoar aquelle deserto, por reverencia do Senhor Crucificado [...] quizesse edificar em o lugar proprio [...] hum templo a Jesu Salvador.

«... Em quanto o saudoso amante se occupava em suas lagrimas e exclamações, [...] os mais se entretinham em preparar agoada, matar e secar aves, acomodar as vélas e reparar a embarcação, a que pretendião entregar, segunda vez, as vidas. Não só o termo concedido ao mancebo, mas o tempo os detinha, até que [...] a menhã do dia quinto depois da morte de Ana, indo buscar o triste Roberto, miseravel vista! o achá-rão morto sobre o mesmo teatro. [...] Em fim [...] foi aberto hum igual sepulcro a Roberto, ao que fora para Ana a sepultura, e com semelhante inscrição de sua morte o deixarão ⁽²⁾, de tantos trabalhos, repou-sar em paz para sempre.

«... Em fim, embarcados os peregrinos Ingrezes, foram em breves dias fazendo a propria viagem, que antes em a não haviam feito seus companheiros. Deulhes porto a propria inimiga arêa de Africa, que elles saudarão como de salvação, sendolhes de pesado cativoiro.

«... Erão então [...] as masmorras de Marrocos occupadas de grande

(1) Jerónimo Dias Leite, cónego da Sê do Funchal e autor dum ms. em que relatava a lenda, dá os seguintes como sendo os versos de Machim :

*Hic jacet in duro veneranda sepulchro
Anna Harfet: gelidâs jam bene nota plagis.
Haec reliquos omnes sprevit generosa Britanos,
Me solum sponsum malit habere Machim.*

*Heu quos vera fides in amore litgaverat uno,
Fluctibus ejectos, terra inimica capit.
Ecce jacet livens calido sine sanguine corpus,
Unde mihi (quæ me sic amat) uxor erit.*

(Vide António Gonçalves Rodrigues, *D. Francisco Manuel de Melo e o descobri-mento da Madeira (A lenda de Machim)*, Lisboa, 1935; pág. 16).

Pelo que nos diz D. Francisco Manuel os versos deveriam ser mais, pois os transcritos são apenas mero epitáfio de amante choroso da bem amada, nunca podendo ser tomados como relato de tão extensa história.

(2) No dizer do já citado Dias Leite, os versos eram os seguintes (*loc. cit.*):

*Hoc tumulo Machinus adest, expulsos iniquis
Casibus a patria, crudeli sorte peremptus.*

numero de Catholicos, com igual lastima que injuria da Cristandade; entre os quaes se achava hum cativo, de nação Castelhana, natural de Sevilha, cujo nome era João de Moraes (a quem João de Amores, chamarão erradamente alguns antigos, quiçá por quererem fazer de amores toda esta historia (1): era Moraes homem prático na arte de navegar, que largos annos em officio de piloto havia experimentado, segundo a rudeza com que naquelles tempos a navegação se exercitava. E como, por pessoa industriosa nas cousas do mar, se afeiçoasse mais eficazmente à relação que lhe fazião os Ingrezes, procurou durante sua companhia, que foi de largos annos, entender delles a situação, paragem, sinais e noticias de aquella nova terra, da qual tão maravilhosas cousas lhe referião; e foi de sorte a diligencia que pos no exame e memoria de tudo, que se fez igualmente capaz que os proprios de quem aprendia, em o mesmo que lhe ensinãrão: donde procedeo, que pella grande esperança, presagemente concebida de aquelle segredo, elle o guardou para si sómente, todos os annos que tardou em não poder delle aproveitarse.»

Começa agora o escritor a embrechar a história na lenda. Refere-se à empresa de Ceuta e aos primórdios das navegações do Infante, que occupava nas primeiras viagens de exploração, entre outros, a João Gonçalves Zarco, o qual, em 1418, tinha já, «como acaso, descoberto a Ilha do Porto Santo, vindo arribado por razão de grandes tormentas da viagem, que aquelle verão fizera, em demanda do Cabo Bojador». E para dar mais verosimilhança ao acto de apresamento de uma caravela castelhana por Zarco, na ocasião em que Portugal e Castela se encontravam definitivamente em paz havia oito anos, D. Francisco Manuel diz que não «estavão ainda as contendias de Portugal e Castella por este tempo tam acabadas, que entre os subditos não houvesse algumas ocasiões de discor-

(1) Parece-nos ser este o argumento mais forte contra a presunção de que D. Francisco Manuel seguiu a relação do suposto Alcoforado, porquanto, como vemos adiante, a pseudo-relação publicada no *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid* e transcrita pelo sr. dr. Gonçalves Rodrigues no livro citado, fala sempre de João de Amores, bem como o dr. Gaspar Frutuoso, como vimos. Onde teria o fidalgo escritor ido buscar o nome de *Moraes*? Possivelmente, como no resto, o autor ilustre da *Carta de Guia de Casados* fantasiou, e, para dar mais verosimilhança à narrativa, afirma que «chamarão erradamente alguns antigos» João de Amores ao não menos suposto Juan de Moraes. Dos «antigos», isto é, dos que escreveram antes de D. Francisco Manuel, apenas o dr. Frutuoso e, na peugada deste, o P.^o Cordeiro, se referem ao piloto e sempre chamando-o «de Amores». Verdade seja que o nome *Moraes* tem mais probabilidades de ser encabeçado num castelhana do que o *de Amores*, que tresanda a novela de muito longe...

dia, donde procedia que Portugueses e Castelhanos costumavão prender-se, quando no mar se achavão, sem outro pretexto que julgarse o agressor mais poderoso».

Como o falecido Mestre de Calatrava «deixára em seu testamento hum rico legado por sua alma, para que de Marrocos fossem resgatados muytos cativos Castelhanos», João de Morales foi compreendido nesse número, e passou com os outros libertos à Espanha, «em huma fusta», que João Gonçalves Zarco tomou; «mas o capitão, atentando a miseria dos rendidos, como tam certo da clemencia do Infante Dom Henrique, lhes deu logo liberdade, reservando só para si a João de Morales, que como pessoa mais prática e de longo cativeiro, quis apresentar ao Infante (1); entendendo poderia alcançar delle algumas das noticias que buscava; do qual propósito sendo certificado João de Morales, tam pouco recusou a nova prisão, que como homem astuto se ofereceu voluntariamente para servir com huma grande oferta, á curiosidade do Infante Dom Henrique; praticando desde logo a João Gonçalves parte do segredo da nova terra, que esperava inculcarlhe, e corroborando as noticias que della tinha, com a historia do Ingrez Roberto, segundo de seus companheiros a havia entendido».

Depois, claro está, a narrativa segue seu rumo. O piloto Morales é levado ao Infante, êste entrega nada menos que uma armada a Zarco, com a qual vai a Pôrto Santo, e depois descobre-se a Madeira, não sem formal opposição dos portugueses companheiros de Zarco, pois que, pretendendo êste cometer «certa escuridão continua e cerrada, desde a agoa ao ceo», a conselho de Morales, o qual entendia que essa escuridão deveria ser a ilha descoberta por Machim, êles achavam que o piloto, «por ser Castelhana e mortal inimigo do nome Portuguez, pretendia expôr a tanto perigo os circumstantes». Mas Zarco, um fenício, no dizer de Oliveira Martins, «ou curioso celta indagador como foi depois D. João de Castro, arrostou com o medo, metteu-se no varinel, e largou» (2). E a Madeira descobriu-se. Zarco desembarcou e lá encontrou «as duas agrestes sepulturas, saudandose com igual saudade. As cruces e os epi-

(1) D. Francisco Manuel, que, com certeza, seguiu o MS. de Frutuoso, notou as incongruências dêste e procura dar-lhe aquêlo fio de lógica bastante para tornar a narrativa aceitável aos mais cépticos. Infelizmente o pormenor da cronologia não é, facilmente, aceitável, e o autor illustre deveria substituir aquêlo «grande Rev Dom Duarte terceiro» do começo da novela.

(2) *Os Filhos de D. João I*, 4.ª ed., Lisboa, 1922, pág. 65.

tafios confirmavão o primeiro testemunho» e no lugar onde Roberto e Ana haviam erigido o seu altar foi levantado outro em que celebraram missa os descobridores.

Desde aqui tem sido um não mais acabar de divulgadores da lenda, desde os tradutores estrangeiros que a espalharam pelos respectivos países, até os que a aceitando como verdadeira, de Major a Nordenskjöld, partem sempre dela para explicarem o achado da ilha maravilhosa. Major, sobretudo, aceitou-a com tal entusiasmo que Camilo Castelo Branco julgou prudente rebater-lhe as opiniões quando da publicação da versão portuguesa do livro sobre a vida do Infante (1). E ainda em nossos dias há quem a aproveite, pelo menos em parte, para justificar o descobrimento da ilha sobre que os autores mais antigos, como Diogo Gomes e Zurara, guardam o mais desesperador silêncio.

Um historiador da seriedade de Sophus Ruge escreveu, como se viu oportunamente, que em «1419 arrojó una tempestad á Juan Gonçalves Zarca y á Tristan Vaz Teyxeira á Porto Santo, isla del grupo de Madeira, á cuya última isla volvieron los dos al año siguiente con el piloto Juan de Morales» (2), no que foi seguido pelo sr. C. Beazley no seu *Prince Henry the Navigator*. É uma espécie de aproveitamento da lenda para explicar o que se apresenta confuso. Em nenhum historiador aparece o nome de Morales como guia de Zarco no descobrimento da Madeira. Quando muito, fala Diogo Gomes no piloto Afonso Fernandes, que não pode, pelo nome, confundir-se de modo nenhum com Morales. Êste aparece exclusivamente em D. Francisco Manuel, como vimos atrás. Nem Sophus Ruge nem o sr. C. Beazley citam qualquer documento ou obra a justificar sua dogmática asserção, pelo que supomos que os sábios historiadores dos descobrimentos tomaram como verdadeiro tudo quanto D. Francisco Manuel escreveu e lá por fora corre em traduções mais ou menos completas.

Nordenskjöld também, no dizer de La Roncière, aceitava a lenda, pelo menos no que se refere à existência de Machim, que aquêl explorador propôs se lesse *Mac Kean* (3), sendo o nome de Machim (Machin,

(1) *A Lenda do Machin. Reflexões à Vida do Infante D. Henrique por Mr. Richard Henry Major*. In-Sentimentalismo e História.

(2) *Historia de la época de los descubrimientos geográficos*, Barcelona, s. d., pág. 36. O sublinhado é nosso.

(3) Ch. de la Roncière, *op. cit.*, vol. II, pág. 35.

Machino ou Macham, pois por todos êles é conhecido o famoso herói) uma corruptela daquele nome escossês.

De resto o grande argumento invocado pelos defensores da lenda tem sido o nome de *Machico* dado a uma das principais povoações da ilha da Madeira. Para êles aquêl nome é corruptela do nome de *Machim*, sendo tal vila fundada no local onde primeiro desembarcara o infelizmente par de amantes. A questão da etimologia do nome «Machico» debateu-se vezes sem conta, e todos os historiadores ou simples curiosos, que se occuparam do descobrimento da Madeira, a ela se tem referido com maior ou menor desenvolvimento. Dentro das leis fonéticas não pode justificar-se a transformação de *Machim* em *Machico*. Sabe-se que é o trabalho dos séculos que altera a fonética e a grafia dos nomes, as quais muitas vezes resistem ao próprio tempo. Ora desde o desembarque do suposto Machim na Madeira, facto que teria ocorrido no último quartel do século XIV, até ao redescobrimento da ilha e seu povoamento nos fins do primeiro quartel do século immediato, vão escassos 50 anos, durante os quais nunca poderia dar-se tão profunda alteração na pronúncia da palavra ao ponto de ela assumir a forma que hoje tem. Não é para aqui desenvolver mais êste ponto, fora do âmbito dêste estudo, que pretende ser, sobretudo, histórico.

O falecido general Brito Rebêlo teve a sorte feliz de encontrar um documento, ou melhor indícios da existência de um documento datado de 1417 da era de César (que equivale a 1379 da era cristã, quando reinava entre nós D. Fernando o *Formoso*), pelo qual «o dito Senhor deu umas casas que stam na rua noua de Lisboa, que partem com casas do capitam moor e com joham pirez canellas a machico mestre da sua barcha», por onde se prova que na segunda metade do século XIV vivia em Lisboa um marinheiro com o nome ou a alcunha de *Machico*, nome que poderia muito bem ser o que, anos andados, viria a ser dado à povoação madeirense. Posteriormente o mesmo General encontrou outro documento comprovativo de que havia um *Machico* (talvez o mesmo) proprietário de uma nau, de onde concluiu o distinto investigador que se poderia estabelecer a conjectura de ser êsse Machico (ou qualquer descendente seu) quem «foi á ilha da Madeira na primeira ou em alguma das primeiras viagens; por velhice, doença ou outro acidente falleceu em certo ponto da costa; os seus companheiros enterraram-no, assignalando o logar da sua sepultura com uma cruz tosca de pau. Seria esta a que se recolheu á primitiva igreja, quando se fundou, o que a lenda figurou depois como retirada da sepultura de Machim, e o sitio ficaria

sendo designado pelo nome do primeiro, que honrou com os seus despojos a terra até ahí deshabitada!» (1).

A história não se faz com hipóteses, é certo, mas com documentos, e embora a conjectura de Brito Rebêlo não passe disso, o facto é que é muito mais aceitável do que a dos românticos amantes ingleses, sua morte na ilha, e, sobretudo, a inverosímil viagem da Madeira para a costa marroquina, num simples batel, sem remos nem vela, numa distância de mais de 500 quilómetros contra os ventos dominantes na região. Muito mais plausível, por isso, é admitir o nome do marinheiro «mestre da barcha» do tempo de D. Fernando como étimo do da vila madeirense, do que o de Machim.

Admitindo, porém, a hipótese de ser a cruz do coval do Machico a que, nos dizeres de Frutuoso, Zarco e os seus companheiros encontraram quando, guiados por Morales, chegaram à Madeira, ¿ como é que tal facto passou sem Zurara, Diogo Gomes e Cadamosto o referirem? Desconcerta, realmente, que os primeiros povoadores da ilha não encontrassem rastros da passagem do homem quando lá chegaram, a despeito do que nos dizem os divulgadores da lenda; se o tal Machico houvesse dado o nome à povoação que fundou, evidentemente tal facto deveria figurar nas crónicas mais antigas; mas, como sabemos, as crónicas não falam no descobrimento da ilha. E se foram os primeiros povoadores quem deu esse nome à povoação em homenagem ao primeiro descobridor, também o facto deveria ser registado. A não ser que os divulgadores da lenda fizessem sistemático silêncio sobre o facto para ela se tornar mais aceitável. Se o nome de Machico proviesse de um simples «mestre da barcha», ali arribado na época em que os portugueses ensaiavam as suas primeiras viagens de navegação, lá se ia por água abaixo a romântica história de Machim e da sua Ana de Arfet. Parece-nos, todavia, muito mais racional aceitar o nome da vila do Machico como proveniente do nome ou alcunha de um marinheiro, do que derivado, por corruptela, do de um sujeito que não figura em parte alguma digna de crédito, e cujo nome só com muito boa vontade se pode admitir como étimo de «Machico» (2).

(1) Vide Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho*. Lisboa, 1899. Vol. 1, págs. CXXII-CXXIII.

(2) O sr. dr. Gonçalves Rodrigues, no já citado trabalho, refere que o Rev. Samuel Lysons, em 1861, no n.º 1 da *Gloucestershire Illustrations*, publicou um trabalho sob o título de *Machin and Madeira*, no qual, a par de muita fantasia, há «valiosos frutos da investigação caseira». Segundo o Rev. Lysons uma família de nome *Machin* «pa-

Quanto ao famoso Francisco Alcoforado também teremos que pô-lo de quarentena, pelo menos enquanto não fôr definitivamente relegado para o limbo das fábulas, como criação fantasiosa do autor ilustre das *Epanáforas*, e enquanto não se provar que o MS. ou antes a cópia manuscrita da relação do pseudo Alcoforado, existente na Biblioteca Nacional de Madrid, e publicada em 1875 no *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid*, é uma piedosa fraude tal como a das actas das Côrtes de Lamego e outros «documentos», célebres nos anais da história falsificada. «Se houve um Francisco Alcoforado, — diz Camilo — companheiro de Zarco, e relator testemunhal do descobrimento da Madeira, o Infante devia dar a essa relação inteiro crédito, e, como tal, comunicá-la ao cronista Azurara, quando o encarregou de escrever a crónica de Quiné. Azurara de certo não omitiria o testemunho de pessoa tão importante. Mas a crónica está impressa, e não contém a história de Machin nem ponto algum que frize com as referências da *Epanáfora* às fábulas da suposta relação de Alcoforado» (1).

rece ter-se estabelecido desde tempos imemoriais no condado de Gloucestershire e nos adjacentes de Hereford e Somerset; durante séculos, membros dela ocuparam cargos administrativos menores, e ainda hoje se encontram representantes seus na vizinhança de Bristol, em posições sociais variadas. As *Foedera* de Rymer registam o nome de John Maykin ou Machin, como capitão de um dos navios de Eduardo III em 1352. Roberto seria seu filho, banido por essa altura, — *utlegatus* é a palavra que durante dezenas de anos se encontra ligada ao seu nome. Uma entrada nos *Parliamentary Rolls* deste período é eloquente na sua simplicidade: *Machin banished-time extended.*» Vidê *op. cit.*, pág. 40.

Mas isto não é razão bastante para se concluir que a existência de uma família *Machin* no condado de Gloucester seja suficiente para nela se entroncar um sujeito que se tornou o herói de uma narrativa romântica de que ninguém mais fala senão alguns escritores portugueses, ou melhor de quem os primeiros a falar são os portugueses. De resto todos os estrangeiros que se fazem eco da lenda a foram beber a D. Francisco Manuel directamente ou nas versões que dela foram feitas. O nome «Machim» parece ter sido alcunha dada ao herói, e o «Machin» do Rev. Lysons é nome patronímico. Embora ténue, esta diferença existe e deve ter-se em consideração. Se a memória nos não falha cremos que no Pôrto existe um súbdito britânico com esse nome, e julgamos que este é bastante comum entre ingleses.

Valentim Fernandes fala (*op. cit.*, pág. 193) num *Machin* de Trapana, corsário, que se estabeleceu em Portugal, e o sr. Ayres de Sá revela-nos a existência de um *Machim* Fernandes, grumete de uma das naus que acompanharam Tristão da Cunha. (Vidê Visc. de Sentarém, *Estudos de cartographia antiga*. Lisboa, 1919, vol. 1, pág. CXII).

(1) *Op. cit.*, 6.ª ed., Pôrto, s/d., pág. 225.

Mas o sr. dr. António Gonçalves Rodrigues, no seu livrinho citado, dá conhecimento ao público de um documento que, na sua opinião, «foi de facto fonte directa da *Epanáfora*», documento que é nada mais nada menos que a famosa e lendária relação de Francisco Alcoforado publicada, como já se disse, em 1875 no *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid* por Cesareo Fernandez Duro. O referido senhor acha que «a mais rápida comparação de textos basta para destruir pela base a crítica de Rodrigues de Azevedo (1) e verificar que a relação descoberta foi de facto fonte directa da *Epanáfora*» (2). E como Barros na *Ásia* afirma que os «herdeiros de Joam Gonçalves têm escriptura muy particular deste descobrimēto» (3), o sr. dr. Gonçalves Rodrigues acrescenta :

«¿Seria esta *escriptura muy particular* a relação de Alcoforado? O facto de esta ter ido parar às mãos de D. Francisco Manuel, descendente de Zarco (ainda que por fêmea e bastardia), parece confirmar-lhe a identidade. Atente-se ainda em que os desvios já postos em relêvo na *Epanáfora*, poucos, e tocando pontos inessenciais, só podem confirmar a crença do autor na autenticidade do manuscrito medievo. Ninguém forja documentos para dêles se afastar. E não podem ser falsas as páginas que adiante reproduzimos, cheias do mesmo assombro ingénuo que levou Pero Vaz de Caminha a escrever a D. Manuel a sua *Carta do Achamento do Brasil*» (4).

Isto estará evidentemente certo se se provar, por qualquer forma, que o MS. existente na Biblioteca Nacional de Madrid é cópia de outro autêntico. Mas nos dizeres de Fernandez Duro, e que o sr. dr. Gonçalves Rodrigues transcreve, a cópia do tal MS. «pelo carácter da letra, ortografia e abreviaturas parece feita em meados do século XVII, vindo a comprovar esta presunção o nome *Dom Antonio de Atalde* que em letra do mesmo calígrafo se vê à margem da primeira página, indicando, ao que parece, a pessoa a quem a cópia se destinava» (5). Pergunta-se: ¿é a cópia extraída de documento autêntico anterior ao século XVII ou

(1) O erudito madeirense que, em extenso apêndice à sua edição das *Soudades da Terra*, do dr. Frutuoso, impugna a veracidade da lenda de Machim e a existência de Francisco Alcoforado.

(2) António Gonçalves Rodrigues, *ob. cit.*, pág. 32.

(3) *Ed. cit.*, pág. 17.

(4) *Op. cit.*, pág. 37.

(5) *Op. cit.*, pág. 31.

foi forjado como tal no mesmo século? Serviu-se dela D. Francisco Manuel consciente ou inconscientemente? Representa a *Epanófora III* mero exercício de imaginação, como parece inferir-se da epístola dedicatória, ou o seu autor cria piamente na veracidade da relação que consultou? Tudo isto são perguntas a que por enquanto não nos parece fácil dar pronta resposta. A asserção de a relação de Alcoforado ter sido forjada por D. Francisco Manuel não pode mais sustentar-se, desde que aquela foi publicada nos meados do século passado, mas a de que o tal Alcoforado fôsse testemunha do descobrimento e seu «pittoresque historien» (1), essa é que nada nos autoriza a sustentá-la. O MS. de Madride é, no dizer de Fernandez Duro, cópia do século XVII, e é justamente neste século que D. Francisco Manuel dá relêvo a uma história que, embora já conhecida de outros, se encontrava inédita. Para mais temos para nós que a versão seguida pelo fidalgo escritor deve ter sido o MS. de Gaspar Frutuoso, só muito tarde publicado, e não a *Insulana* de Manuel Tomás, como supõe Camilo (2). Cotejando palavra por palavra a relação publicada em apêndice pelo sr. dr. Gonçalves Rodrigues e os caps. IV e V das *Saudades da Terra* verifica-se uma grande identidade de dizeres e até de frases inteiras, o que nos leva à conclusão que um é cópia do outro. Ao acaso, e para ilustrar esta afirmação, citamos os passos seguintes:

FRUTUOSO

No tempo del Rey Duarte de Inglaterra ouue hum nobre Ingrez afamado caualeiro a que chamauão dalcunha o Machim...

E ordenado o dia, que as naos estiuesses despejadas da gente principal, hum dia de festa, sendo o mestre, e mercadores em terra, estando Anna de Harfet auisada ... caualgou... em hum palafrem, e leuando comsigo hum crucifixo, e

RELAÇÃO

No tempo deste Rey Duarte de Ingraterra houve hũ nobre Ingres afamado de bom caballeyro a q̄ chamao de Alcunha o Machim...

... e ordenado o dia q̄ as naos estiuessẽ despejadas da gente principal, ... Hum dia de festa sendo o mestre e mercadores em terra, estando ella auisada, caualgou num palafrem, e levando consigo hũ crucifixo e joyas de preço ... foise ao

(1) Ch. de la Roncière, *op. cit.*, vol. II, pág. 36.

(2) *Loc. cit.*, pág. 230.

FRUTUOSO

todas suas ioyas de preço, deu consigo no lugar ordenado, onde esta-uão lá esperando com hũ batel.

... esperando de ir tomar as derradeiras partes de França em Gasconha, ou Hespanha: E como o piloto, e mestre ficarão em terra, e os que hião na não não sabião tomar a terra, ... achando uento prospero correrão para onde os leuaua a uentura com todas as uelas por não os alcançarem; e em poucos dias se acharão em hũa ponta de hũa terra braua toda cuberta de aruoredado até o mar, de que ficarão espantados, e confusos...

... e dalli se forão á praya an-tre o aruoredado, e o mar até darem em hũa fermosa ribeyra de bõa agoa que por antre o aruoredado sahia ao mar não achando animal nem bicho nenhũ: porém acharão muitas aruores, e uirão o aruoredado tam grosso e espesso, que os pos em espanto: antre outras aruores acharão junto do mar hũa muito grande, & grossa, que da antiguidade tinha hum oco no pé, onde entraraõ como em hũa casa, tornando com esta noua á não o machim e companheiros entendendo que era terra nova poserão em vontade de a pedirem aos reis de Hespanha...

... perguntou a estes companheiros de Machim de que porto de In-

RELAÇÃO

lugar ordenado onde a estavaõ esperando com hũ batel...

... esperando ir tomar as derradeiras partes de frança em Gasconha, ou Espanha, e como o Piloto e mestre ficarãõ em terra e os q̄ hiaõ na nao naõ sabiaõ do mar, achando o vento prospero correrãõ por onde o vento os levava cõ todas as velas, por naõ serẽ alcançados, em poucos dias acharãõse em huã punta de huã terra brava, toda cuberta de arvoredado ate o mar, de que ficarãõ espantados e confusos.

Forãõse a praya entre o arvoredado, e o mar ate darem em hũa ribeyra de fermosa agoa, q̄ por antre o arvoredado sahia ao mar, naõ acharãõ animal nẽ bicho nenhũ e m.^{tas} Aves [árvores?], viraõ o arvoredado tam grosso e espeso, q̄ os pos em espanto, entre outras arvores acharãõ ao par do mar hũa arvore m.^{ta} grande e grossa, e da antiguidade tinha hũ oco no pee onde entraraõ como em hũa casa, tornaraõ á nao cõ esta nova o Machim e companheyros entenderãõ q̄ era terra nova, puserãõ em vontade pediremna aos Reys de Espanha.

... perguntou de q̄ porto de Ingraterra partiraõ e cõ q̄ tempo, e q̄ ca-

FRUTUOSO

glaterra partirão, & que tempo trouxerão, e que derrota levarão, e em quantos dias ulerão ter á costa de Berberia... tomou tudo na memoria, e pouco mais, ou menos entendeu onde esta terra podia estar...

O piloto Joam damores como se uio em poder de christãos, foisse logo ao capitam, e contou-lhe tudo o que tinha passado, e sabido dos Ingrezes, e da terra noua, que acharão, que podia pertencer a el Rey de Portugal, o capitão ficou muy alegre com o que lhe ouuio, e lançou logo mão deste piloto trazendo comsigo, e largando o nauio dos captiuos... trouxe o piloto ao iffante Dom Henrique, que estaua neste tempo em Sagres, no cabo de Sam Vicente com determinação de mandar descobrir a costa de Africa...

RELAÇÃO

minho leuaraõ, e em quantos dias foraõ ter naquela terra noua... e em quantos dias fora dar a costa... tomou tudo na memoria, e pouco mais o menos onde esta terra podia estar.

O piloto Joaõ de Amores como se uio em poder de christaos, foise logo ao Capitaõ e contou-lhe tudo o q̃ tinha sabido dos Ingreses, e da terra noua q̃ acharaõ, q̃ poderia pertencer a el Rey de Portugal. O capitão folgou m.^{to} com o q̃ lhe disse o Piloto, e lançou maõ delle, e o nauio dos catiuos deixou passar, e trouxe logo o Piloto ao Inf.^e Dom Enrique, q̃ estaba entonces em Sagres determinando de descobrir a costa de Africa para balxo.

Êstes breues extractos são suficientes, cremos nós, para se fazer uma idéia da perfeita identidade que existe entre o MS. de Madrid e a obra do dr. Frutuoso. Citámos apenas alguns dos mais extensos passos, mas não há, pode dizer-se, período em que as palavras de um não sejam *mutatis mutandis* as do outro. De modo que havendo grande identidade entre a *Epanófora III* e o MS. de Madrid, essa identidade existe, por conseguinte, entre ela e a obra de Gaspar Frutuoso. E, ou a relação do suposto Alcoforado é cópia modificada do MS. das *Saudades da Terra*, ou então é êste subsidiário daquêle. Nesta última hipótese, ¿ qual teria sido o original? Cremos que nunca existiu, a não ser que os acasos de uma investigação cuidadosa levem ao seu descobrimento. Como quere que seja, deve ter sido o MS. de Frutuoso o inspirador de D. Francisco Manuel e deve ter sido êle o a que o ilustre clássico se refere, embora, como era de uso nos romances antigos, o atribuisse a outrem para efeitos de arte.

Mas tudo isso é nada em face da história. E esta, já se provou, não pode basear-se senão nos testemunhos mais antigos e da confiança mais absoluta, os quais, como vimos, nem de longe se referem a Machim, a Alcoforado ou a Juan de Morales, antes falam da ilha como se ela fôsse já conhecida dos marinheiros portugueses e de João Gonçalves Zarco, seu primeiro colonizador por vontade expressa do Infante D. Henrique.

Tôda esta fantasiosa narrativa teve, porém, um grande, um enorme mérito: o de ter dado ocasião a que no diadema fulgente das obras de D. Francisco Manuel fôsse engastada a límpida gêma que é a *Epanáfora Amorosa*, uma das poucas novelas que nos legou o século XVII, a única que escreveu o seu autor, e uma das páginas mais belas e mais sentidas de tôda a nossa literatura.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1845

Guimarães há 100 anos

Julho

Dia 2 — Procedeu-se à eleição da Mesa da Misericórdia, saindo eleitos: — *Provedor*, José Joaquim Vieira e *escrivão*, o Cônego José Dias Pinheiro. Êste não aceitou, nem o segundo mais votado, que era João de Castro Sampaio, pelo que, no dia seguinte, voltaram a reunir-se os eleitores que nomearam *escrivão* o bacharel António Joaquim de Eça e Leiva, que já tinha sido Provedor. (P. L.)

Dia 8 — Repicaram os sinos ao romper da aurora, ao meio dia e à noite por passar o aniversário do desembarque do Sr. D. Pedro em Labre, e mais o seu exército. Não houve luminárias pelo desgosto em que todos estavam. (P. L.)

Dia 9 — Com a assistência de algumas pessoas de bem, convidadas pelo provido, tomou posse o Cônego Manuel Joaquim de Gouveia, que se apresentou com tôdas as insignias de cônego, no maior apuro. Pouco tempo depois foi agraciado com o Hábito de Cristo. (P. L.)

Dia 14 — Principiaram-se os trabalhos da estrada para o Pôrto, chamada Estrada Nova, que vai até à Madalena, pela Cruz de Pedra, seguindo o mesmo leito da antiga. A estrada foi feita pelo sis-

tema de Macdonel e nela foram empregados 300 homens, mulheres e rapazes. Esta estrada, assim como a do Pôrto para Braga, e outras, foram contratadas pelo Govêrno com uma empresa em que figurava o inglês Locote, que depois a passou a uma companhia. Os operários ganhavam de 160 até 240 réis de jornal. (P. L.)

Dia 19 — Para render outro, chegou aqui um forte destacamento do n.º 8, comandado por um major, 6 subalternos e 160 praças.

Veio em maior força e com mais oficiais por motivo das eleições. (P. L.)

Dia 31 — O administrador do concelho, dr. João António de Oliveira Cardoso, convida os vimaranenses a irem à urna na eleição dos deputados, que era brevemente, e aconselha-os a que votem em «homens constitucionais que façam a pública prosperidade».

— A Câmara mandou deitar Bando convidando os habitantes a pôrem luminárias em comemoração do aniversário do juramento da Carta Constitucional. Ao romper da aurora, ao meio dia e à noite deram-se bastantes foguetes, saindo, depois do toque de recolher, bastantes soldados do destacamento de infantaria n.º 8 com uma música, cantando hinos e dando vivas, acompanhados da policia e pouco

povo. As luminárias foram mais que em qualquer outra ocasião, por presumir-se que a colisão composta de miguelistas e setembristas tentava fazer uma *bernarda* no dia 3 de Agôsto, por ocasião das eleições. Pelo menos as autoridades tomavam medidas enérgicas para a evitarem. (P. L.)

Agôsto

Dia 2 — Chegaram 20 soldados de cavalaria n.º 6 para patrulharem as estradas no dia seguinte, enquanto se faziam as eleições.

— Os trabalhadores da estrada nova vieram receber a féria, tocando tambores e zabumbas. As bandeiras das divisões vinham guarnecidas de flores. (P. L.)

Dia 3 — Às 8 horas da manhã formaram na Praça do Toural os soldados de cavalaria que tinham chegado ontem, vindo depois a policia e um forte trôço de infantaria 8. Passado algum tempo chegou o administrador do concelho com os seus empregados e bastantes pessoas de tôdas as classes, dirigindo-se à igreja de S. Sebastião, que era a igreja destinada a círculo eleitoral da vila e de muitas freguesias da aldeia. Seguidamente o Juiz de Direito e os seus empregados, e o ex-capitão-mor Domingos Cardoso com bastantes pessoas de diferentes classes, dirigiram-se à mesma igreja, dando-se início à eleição, que deu o seguinte resultado: — *Electores de provincia*, Barão de Vila Pouca, Luis Martins da Costa, Luis de Melo Pereira Sampaio, Domingos Cardoso, o tesoureiro-mor José Joaquim de Abreu, o Juiz de Direito Jerónimo de Meireles Guerra e o bacharel António Leite de Castro. A opposição abandonou a eleição, tanto neste como nos outros círculos.

Fez-se tudo com o maior sossêgo, retirando-se logo a tropa e a policia para os seus quartéis. (P. L.)

Dia 12 — Por decreto desta data foi concedido o título de visconde de Vila Pouca ao 2.º barão do mesmo titulo, Rodrigo de Sousa Teixeira da Silva Alcoforado.

Dia 18 — Fez-se a eleição dos Deputados, tendo sido eleito pela provincia do Minho, entre outros, o Juiz de Direito desta comarca Jerónimo Meireles Guerra. Pelo Pôrto foi eleito José Martins de Al-dão. Eram ambos governamentais. Em quási todos os círculos eleitorais do reino venceu a lista do govêrno, «concorrendo para isso os meios violentos que o mesmo empregou, senão venceria decerto a opposição». (P. L.)

Dia 22 — O Cabido determinou representar à rainha sôbre a lei que obrigava à contribuição do Quinto, e, entre outras coisas, lembrar-lhe que com o decreto de 30 de Junho de 1832, que extinguiu os dízimos, ficou muito diminuído o rendimento da Colegiada.

Dia 26 — Pelas 8 horas da noite chegou o Ministro da Fazenda, Conde do Tojal, que era aguardado pela Câmara e autoridades e outras pessoas de distincção. Os trabalhadores da estrada para o Pôrto levantaram nela alguns arcos até à entrada da vila e os empregados públicos puseram luminárias. Estralejaram foguetes e tocaram-se repiques em tôdas as tôrres. O conde hospedou-se em casa de Domingos Cardoso, a quem vinha recomendado e onde pernitoou, tendo-lhe êste preparado um grande jantar. Na manhã seguinte foi ao castelo e visitou os quartéis, dirigindo-se, depois, à Colegiada onde foi recebido por uma deputação do Cabido. Da Colegiada seguiu para casa do Barão de Vila Pouca que lhe ofereceu um magnífico almôço. Pelas 4 horas da tarde partiu para o Bom Jesus do Monte, sendo acompanhado até fora da vila pelas

mesmas pessoas que o tinham ido esperar. Quando passava no Toural deram-se alguns assobios, motivados por constar que o referido ministro concordara com o traçado da nova estrada para Braga, feito pelos engenheiros, que era levada pelo fundo do extinto convento de S. Domingos, perto dos Pombais, na direcção de Caneiros. (P. L.)

Setembro

Dia 2 — São desta data 2 Breves pontifícios concedidos à Ordem Terceira de S. Domingos, um privilegiando o altar de N. S. das Dores e o outro concedendo aos irmãos 3.^o jubileu na 3.^a domingo da Quaresma, bem como jubileu das 40 horas na domingo de Setembro em que se festejam as Dores de N. Senhora. Obteve beneplácito régio em 5 de Janeiro de 1846.

Dia 18 — Neste dia e nos dois seguintes fizeram-se preces na Colegiada para

Deus Nosso Senhor dar sol, pois já há bastante tempo que havia continuadas chuvas, estando as colheitas muito atrasadas. (P. L.)

Dia 24 — Pela mesma intenção das preces iniciadas na Colegiada, no dia 18, saiu em procissão N. Senhora das Dores, dos 3.^{os} Dominicis. (P. L.)

Dia 28 — Pelo mesmo motivo da procissão do dia 24, foi tirada em procissão a imagem do Senhor dos Passos, do Campo da Feira, que foi acompanhada de muito povo. Há já 3 dias que havia sol. (P. L.)

Dia 30 — Locote, Conde de Laranji, que tinha vindo de Braga, foi, acompanhado das Sr.^{as} do Arco, ver as obras da Estrada Nova. À sua chegada à Cruz de Pedra, os trabalhadores deram vivas e queimaram foguetes. (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.





SONETOS DE CAMÕES, com prefácio e notas de *Joaquim Ferreira*. 1942, Domingos Barreira — Editor. Pôrto. 172 págs.

Constitui êste volume o n.º 12 da «Colecção Portugal», em que o sr. dr. J. F. vem vulgarizando há anos as melhores páginas dos nossos escritores. Como os anteriores, está organizado com critério e é precedido de um substancioso *Estudo crítico* de Camões e do seu lirismo, que tem nos sonetos a obra máxima.

Apesar de vulgarizadíssimos por diversas edições, algumas de valor discutível, os sonetos camonianos são sempre actuais. Êle foi bem português no seu lirismo, e não é de ânimo leve que os estrangeiros, particularmente os ingleses, o consideram principalmente poeta lírico, até mesmo nos *Lusíadas*, obra que fêz que muitos esquecessem a outra faceta do génio camoniano. Não podia, realmente, a «Colecção Portugal» deixar de incluir os sonetos de Camões entre as obras dos autores já editados, como natural seqüência dos excertos dos *Lusíadas* já saídos na mesma colecção.

No *Estudo crítico* o seleccionador faz uma análise do lirismo do poeta e refere-se

à influência profunda de Petrarca, terna sempre obrigado em quem quiser estudar e compreender o lirismo camoniano.



AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E COMERCIAIS ENTRE A SUÉCIA E PORTUGAL DE 1641 A 1670, por *Edgar Prestage* e *Karl Mellander*. Tradução do inglês de *A. Gonçalves Rodrigues*. Edições «Gama». Lisboa, MCMXLIII. 148 págs.

As Edições «Gama» resolveram, em boa hora, iniciar uma «Colecção Histórica», que, no dizer do sr. dr. Rodrigues Cavalleiro, seu director, «tem por missão principal dar a conhecer aos leitores portugueses, em traduções cuidadas, algumas obras de importância para o estudo do nosso passado, saídas dos prelos de além-fronteiras». Abre a colecção com chave de ouro, pois o faz com mais um trabalho notável do ilustre e operoso lusófilo inglês Prof. Edgar Prestage, cujas obras nenhum português deve ignorar, e muito menos

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares.

ainda quem se propuser tratar, ao de leve que seja, a nossa história da Restauração.

O Prof. E. P. publicou já muitos e variados trabalhos respeitantes à acção dos nossos diplomatas da Restauração, tendo há anos sido editadas pela extinta Imprensa da Universidade de Coimbra as *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. O volume agora apresentado pelas Edições «Gama» é o complemento natural daquela obra notável, e vem lançar nova luz sobre as nossas relações com a Suécia quando este país começava a entrar na penumbra depois de ter brilhado esplendorosamente na época de Gustavo Adolfo. Fundado em documentação inédita, principalmente existente na Suécia, é um novo e precioso documento da acção diplomática de Portugal durante o longo e angustioso período da guerra da Restauração, e a ele terá de recorrer forçosamente o futuro autor da *História da Diplomacia Portuguesa*, que ainda não possuímos para vergonha nossa.

Uma revisão cuidada poderia ter evitado deslizes que aqui e ali surgem, como na pág. 39, em que se chama «Catarina» à Rainha da Suécia, a pág. 60, onde se dá como travada em 1643 a batalha de Montijo, a pág. 64, onde se fala de Filipe II quando era o IV do nome, os quais, embora de pouca monta, deveriam evitar-se em trabalhos desta natureza.



CRISTO, SINAL DE CONTRADIÇÃO, por Raúl Machado. Edições «Gama». MCMXLIII. 318 págs.

Não estamos muito habituados a ver obras destas em língua portuguesa, e isto só pode ser desfavorável aos católicos de Portugal que, salvante uma escassa minoria de indivíduos cultos, é de uma pobreza franciscana no que respeita à cultura histó-

rico-religiosa. Se não receássemos ofender o sr. P.^o R. M. pelo recurso a um estafado lugar comum, diríamos que a sua obra veio preencher uma lacuna. Isto mesmo o acentua, sem vaidade, o Autor na breve *Nota-prefácio* com que abre o volume.

Longe teríamos de ir se quiséssemos dar aos leitores as nossas impressões de um trabalho destes, até porque aqui e além as nossas discordâncias teriam de fundamentar-se em bases que não pudessem rebater-se. Não é, porém, a nossa opinião pessoal que interessa ao leitor, mas tão somente o saber se se trata de trabalho sério ou não. E quanto a isso diremos que é obra séria, honesta e reveladora da vasta cultura especializada do sr. P.^o R. M., que teve de percorrer vastíssima bibliografia, o que já é muito, para a compendiar, cerzindo-a, nestas 300 páginas, o que é muito mais.

Em resumo diremos que nesta obra se estuda a figura de Cristo nos seus diversos aspectos, começando pela investigação das fontes históricas, pesando-lhes a autenticidade e a historicidade. A seguir, depois de referir-se às interpretações racionalista, liberal, judaica e modernista da figura de Cristo, o Autor estuda o Cristo da fé, encara de frente a filosofia do milagre — sua razão, sua possibilidade, objecções contra elle —, estuda os milagres de Cristo e conclui, no «Sinal de Jonas», resumindo a doutrina exposta de modo acessível e claro, o que duplica o valor desta obra.



PSICOLOGIA DO AMOR, por Mário Gonçalves Viana. Domingos Barreira — Editor. Porto, 1944. 361 págs.

Sem melindre para o distinto e operoso Autor, parece-nos demasiado ambicioso o título dado a esta obra que é, sobretudo, de vulgarização. Na realidade, ainda antes de se ler, percorrendo o índice sinóptico

fica-se com a impressão — que a leitura depois fundamenta — de que o Autor acumulou casos sôbre casos de amor, prolixamente, com um critério selectivo discutível e em linguagem correcta, é certo, mas nem sempre dentro dos moldes rígidos de uma terminologia filosófica, tal como o impõe o título escolhido. E, a nosso ver, é esse o defeito capital desta obra, que, no entanto, se lê com agrado e, por vezes, com interesse.

Se bem compreendemos o pensamento do sr. dr. M. G. V., o fim da «Biblioteca de Cultura Portuguesa» (outro título ambicioso a impor responsabilidades pesadas) é meramente divulgador, e assim o demonstrou a anterior *Psicologia da Amizade*, a que oportunamente nos referimos, como o demonstra agora esta *Psicologia do Amor*. Ora o que o distinto Autor fez nada mais foi do que falar de casos concretos, tirados da história, da literatura, da arte, à mistura com considerações de tal modo terra-a-terra (v. g. pág. 127, um caso entre tantos que se encontram dispersos pelo livro) que tiram à obra o carácter que pensou dar-lhe com o título que escolheu.

Não pretendemos diminuir os méritos do sr. dr. M. G. V., demonstrados em tantas obras saídas da sua pena fecunda, e a que temos prestado justiça nestas mesmas páginas, e isto porque temos o maior respeito pelo trabalho alheio por sabermos, com a experiência pessoal, quanto custa a erguer uma obra, por pequena que seja. Mas isso dá-nos especial autoridade, cremos nós, para formular o juízo de que este novo fruto do labor do sr. dr. M. G. V. é inferior ao que elle poderia fazer, parecendo escrito com certa precipitação, não tendo sido previamente passado pelo crivo de uma crítica severa, embora serena, do próprio Autor.

Em muito menos páginas do que as que constituem o volume, poderia o sr. dr. M. G. V. ter publicado realmente uma *Psicologia do Amor*, que não é o livro a que elle serve de título.

ORTODOXIA, por Gilbert Keith Chesterton. Tradução portuguesa do Professor Eduardo Pinheiro. Com um estudo-prefácio de João Ameal: «A Revolução de Chesterton». 1944. Livraria Tavares Martins. Porto, xxii. 252 págs.

É a primeira tradução portuguesa de Chesterton, e isto já diz muito. Se, sob certos aspectos, a nossa cultura anda relativamente adiantada, procurando acompanhar o que de mais importante se publica lá fora, noutros o seu atraso é lamentavelmente grande. E só assim se explica que um autor como Chesterton fôsse traduzido pela primeira vez agora, quando as suas obras correm já há anos em outras línguas da Europa, até de países com menor tradição cultural do que o nosso. De felicitar é, pois, a iniciativa do distinto director da colecção «Filosofia e Religião» na qual esta obra saiu pela primeira vez.

Mas um livro de Chesterton não é dado a toda a gente lê-lo, e estamos em crer que muitos o acharão maçador, soporífero ou rebarbativo, enquanto outros se sentirão chocados pelo tom quasi agressivo com que, muitas vezes, defende os seus pontos de vista, as suas opiniões e as suas idéias. O defeito capital (a que alguns chamarão qualidade) de C. é precisamente esse, e talvez seja por essa razão que certos espíritos pouco calmos o fecham enfadados lidas as primeiras páginas.

Ortodoxia, sem ser um livro de polémica, é uma obra polémica em que se procura «discutir o facto real de que a teologia central cristã (suficientemente resumida no Símbolo dos Apóstolos) é a melhor fonte de energia e de crítica sã» (pág. 8). E é isso que o Autor faz nos oito ensaios que se seguem e cujos títulos, por vezes, são desconcertantes. Devemos, porém, prevenir antecipadamente o leitor descuidado que tal obra precisa de ler-se com a maior cautela, dada a maneira especial de discussão

de C. Efectivamente êle tem um hábito corrente, diríamos inveterado, a que os portugueses não estão habituados (e os próprios ingleses, para quem o livro foi escrito se sentiram chocados, o que explica as críticas acerbas e os ataques à obra quando apareceu): sobe, remonta cada vez mais alto no céu puro das idéias, deslumbra o leitor, estonteia-o, quasi o convence, e, de repente, com o mesmo riso cínico com que Mefistófeles arrebatou Fausto, larga o leitor e deixa-o cair prosaicamente em qualquer sitio pouco limpo por meio de uma daquelas suas comparações tão frequentes que nos levariam a pôr em dúvida as suas convicções religiosas se disso não tivéssemos a certeza prévia.

Talvez por isso, talvez pela linguagem agridoce de muitos passos, o livro não agrade ao grande público português. Mas a obra de C. nem por isso deixa de constituir um documento valioso da sua sinceridade, essa sinceridade de convicções que falta a tantos que se dizem cristãos.

João Ameal apresenta a obra em larga introdução que denominou « A Revolução de Chesterton », elogio ao Autor e da obra e iniciação ao seu pensamento.

O Prof. Eduardo Pinheiro, tradutor inteligente do livro, anotou-o aqui e além. Pena foi que algumas das anotações não fôsem mais completas e outras não se fizessem onde se impunham, para esclarecimento do pensamento do Autor, atendendo a que o livro foi escrito para uma certa espécie de público da lingua inglesa que o Autor pressupunha conhecer factos e idéias a que por vezes se referia de leve.



ESCOLA FRANCISCANA (*História e Filosofia*), pelo P.^e *Ilídio de Sousa Ribeiro*, O. F. M. Edições «Gama». Lisboa, MCMXLIII. 203 págs.

Creemos que o leitor culto sabe do que se trata quando se fala em « Escola Francis-

cana », que o Autor dêste trabalho define, logo de entrada, como « aquêl complexó doutrinal sistematizado no século XIII pelos Mestres eminentes da Ordem franciscana e seguido communmente na mesma » (pág. 9). E isto define o livro, que não é para leigos, mas para os que já possuem « um certo conhecimento da filosofia medieval, dos seus representantes, das suas fórmulas e dos seus conceitos » (pág. 5). Por aqui se vê não ser obra para todos, mas para alguns, o que lhe restringe o âmbito de acção.

Começa o sr. P.^e I. S. R. por uma « Introdução geral histórica », breve, embora substanciosa, passando depois em dois capítulos únicos — « Teses gerais quanto ao método » e « Teses gerais de doutrina » — a desenvolver o pensamento da Escola franciscana, o que nem sempre é feito com bastante clareza, queremos crer que por deficiência nossa em o seguirmos na sua exposição. Evidentemente que, por isso mesmo, nos abstemos de formular um juízo sobre esta obra, cujo mérito, no entanto, reconhecemos, até pela valiosa documentação bibliográfica, da mais moderna, sobre que se apoia. E quando assistimos à plenitude do renascimento do Tomismo na Europa, parece-nos bem que alguém apareça a quebrar lanças pela filosofia franciscana, não queremos dizer antagonica do Doutor Angélico, mas afastando-se dela em muitos e variados pontos.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



CARTAS de José da Cunha Brochado. Livraria Sá da Costa, Editora. Lisboa, s/d. 163 págs.

Na sua famosa colecção de clássicos incluiu a Livraria Sá da Costa estas *Cartas* de José da Cunha Brochado, ainda inéditas, que se guardavam, avaramente, na Biblioteca Pública de Braga.

Cunha Brochado pela acção desenvolvida em Paris, em Londres e em Madrid como diplomata, dá-nos nestas *Cartas* elementos preciosos da Europa do século XVIII, envolvida na Guerra da Sucessão, em Espanha e nas contendas em que foi fértil o reinado do Rei Sol.

Dória prestou mais um relevante serviço aos estudiosos, não só com a publicação destas *Cartas* como, também, com a identificação de alguns dos destinatários, o que constitui esforço canseroso, digno de louvor.

O mesmo se pode dizer das anotações e do *Prefácio* onde se foca a psicologia de Brochado e se descreve o ambiente histórico em que viveu esse quasi ignorado diplomata português de quem Dória nos promete a publicação de todos os manuscritos existentes na Biblioteca de Braga acompanhados de um estudo desenvolvido sobre quem foi « um dos poucos portugueses europeus do séc. XVIII ».



PAIVA COUCEIRO — POLÍTICO-MILITAR-COLONIAL, por *Francisco Manso Preto Cruz*. Lisboa, 1944. 146 págs.

É dedicado este livro « Aos queridos companheiros, soldados de Paiva Couceiro — de Vinhais, Chaves e da Monarquia do Norte » e nele se evoca a figura extraordinária do Comandante, falecido em 11 de Fevereiro de 1944.

Trata este primeiro livro da *Política Internacional*, pois outro nos promete o seu A. sobre *Política nacional*, dois problemas que absorveram a inteligência e o coração de Couceiro.

A Aliança com a Inglaterra, tal como era sentida e compreendida no reinado de D. Carlos, foi devidamente tratada pelo Caudilho num artigo publicado em Agosto de 1906 na *Revista de Artilharia* e transcrito em *The Royal Engineers Journal* no

seu n.º I do vol. V, referente a Janeiro de 1907. Esse artigo, agora reunido neste volume, tem flagrante oportunidade, apesar de já decorridos tantos anos sobre a sua publicação.

Assim o trabalho do dr. Manso Preto Cruz dá-nos uma excelente biografia do Grande Português, fornecendo-nos muitos pormenores da agitada vida do Patriota.

A edição é primorosa e muito ilustrada e constitui uma justíssima homenagem à memória de Couceiro, ao mesmo tempo que é uma manifestação de apreço e de admiração pelo talento e obras do Caudilho, de cuja vida se extrai admirável lição.



A REVOLUÇÃO FRANCESA E AS SUAS CONSEQUENCIAS, por *António de Séves*. Pro-Domo. Lisboa, 1944. 120 págs.

Muito se tem escrito sobre as origens e as conseqüências dessa sangrenta tragédia que foi a Revolução Francesa, filha dos subjectivismos ideológicos de Rousseau.

Já Joseph de Maistre, Bonald, Rivarol, Taine, Madelin, Le Bon e Gaxotte, entre outros, trataram dessa época revolta e deram-nos elementos seguros para uma apreciação crítica e sensata desse período agitado.

António de Séves, escritor valoroso, vem, com este seu trabalho, dar-nos, também, o seu contributo para o esclarecimento da verdade.

Com o elogio da Revolução, — disse Le Play — « Perverteu-se o senso intelectual e moral do nosso país, fazendo-lhe crer que a liberdade data entre nós de 1789. Quanto mais eu observo e estudo, mais verifico que semelhante data indica até uma diminuição gradual da liberdade. »

António de Séves também reconhece que « As modernas repúblicas, os neo-cesarismos, os comunismos recentes — todos os

conceitos materiais da vida que hoje se chocam e mal deixam ouvir uma ou outra voz de fino timbre ocidental, são, indiscutivelmente, o resultado de quanto ergueu e lançou, na Europa, a chamada Revolução Francesa».

Desassombradamente analisa as causas da Revolução, originadas nos velhos privilégios de reminiscências feudais, e não em qualquer tirania a vingar, e as suas consequências: — «os privilégios dos feudais saídos, no século XIX, da oculta aliança do capitalismo com as influências políticas», para concluir que só o Poder Real, apontando a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda e as Monarquias Nórdicas como exemplo, «sabe conciliar a autoridade forte e a brandura compreensiva, o trabalho e a riqueza, a igualdade e a escolha dos melhores, a liberdade e a dignidade do Homem e o interesse e a grandeza do Estado».



A RAINHA D. MARIA FRANCISCA DE SABÓIA, de António Álvaro Dória. Livraria Civilização, Editora. Porto, s/d. 332 págs.

Este ensaio biográfico que António Álvaro Dória escreveu sobre a Rainha D. Maria Francisca, trata um dos sucessos mais melindrosos da nossa História.

Saído do movimento restaurador, Portugal procurava vencer as dificuldades que iam surgindo a entrar o reconhecimento dos seus direitos. A acção diplomática desenvolve-se. O triunfo da revolução libertadora perder-se-ia sem essa acção.

D. Afonso VI, inutilizado pela «febre maligna» que o atacou quando tinha a idade de quatro anos, viria a ser um dos desafortunados reis da dinastia de Bragança.

Criada a nova dinastia, depois do golpe

patriótico de 1640, teve o Rei Restaurador necessidade de estabelecer aliança com um Estado que nos pudesse auxiliar.

Não estava então a nossa velha aliada em condições de o prestar em virtude da crise que atravessava e da luta existente entre o rei Carlos Stuart e o Parlamento. Só a França nos poderia auxiliar e foi para lá que se voltaram as esperanças dos portugueses.

O Conde de Castelo Melhor começou a orientar a acção diplomática nesse sentido e daí nasceu o casamento do rei com *Mademoiselle d'Aumale*, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia Nemours, casamento que iria rematar no drama que teve o seu epílogo numa sala do Palácio de Sintra, transformada em cela de D. Afonso VI.

Da acção desenvolvida e dos acontecimentos ocorridos entre nós nesses meados do século XVII, dá-nos Dória um trabalho perfeito, se bem que ainda incompleto, baseado nos documentos existentes nas nossas bibliotecas e arquivos e constituídos não só pela valiosa correspondência da Rainha, como, também, pela de Southwell, Verjus e Saint-Romain.

Da correspondência de Saint-Romain e da de Southwell ressalta a luta de interesses já então existente entre a França e a Inglaterra, sobre o nosso país.

Também se verifica da intervenção do Juiz do Povo na deposição de D. Afonso VI, o prestígio que o representante do povo tinha na corte, antes da Liberdade que lhe deu pseudo-soberania.

O livro de Dória é valioso para o estudo dessa época de efervescência patriótica que, libertando-a do jugo estranho, deu novos rumos à nossa Pátria.

A edição é primorosa e honra, por tudo, a Civilização-Editora.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA

e a posição portuguesa em face da unidade europeia nos alvares da liberal-democracia

1. Em 31 de Julho de 1797, com a idade de 27 anos, o professor de Lógica do Colégio das Artes de Coimbra, Silvestre Pinheiro Ferreira, deixou clandestinamente a sua Pátria e acolheu-se à hospitalidade estrangeira.

Meses antes, tinha sido convidado a entrar para a maçonaria, mas, devido ao "...seu espírito de justiça e de moralidade..." (1), achou bem recusar-se. O desassombro com que, assim, defendeu a sua dignidade e a sua independência não podia deixar de trazer-lhe conseqüências desagradáveis. Como nos seus cursos, baseado nos coevos filósofos europeus, criticava o decadentismo escolástico, o farisaísmo daqueles que abusavam de exterioridades religiosas para capa de privilégios e de domínio, aliou-se ao poder das alfurjas contra o vigoroso inimigo comum que surgia.

"Jacobino", "espírito forte", "conspirador", tudo lhe chamaram, para o abaterem, num ódio feroz que não perdoa. E, quando em fins de Julho se encontrava em Lisboa, recebeu a notícia de que, em Coimbra, havia sido passada busca aos seus papéis, estando presos vários dos seus amigos.

A sua liberdade estava em perigo.

A boa prudência e os conselhos do Reitor da Universidade, o Principal Castro, levaram-no a retirar para Setúbal, donde, mediante os bons officios do cônsul holandês, embarcou sem passaporte num barco prestes a levantar ferro.

Foi a tempo. A polícia, ida especialmente de Lisboa, estava quasi a deitar-lhe a mão.

O seu projecto inicial era fixar-se em Paris. Porém, o navio aportou a Dover e o govêrno inglês, velho defensor do Direito, da Liber-

(1) A. A. Teixeira de Vasconcelos, in-*Glórias Portuguesas*, tōmo 1, Lisboa, MDCCCLXIX, pág. 3

dade e dos oprimidos, não consentiu aos passageiros a viagem para Calais... Encaminhou-se para Londres e, aí, o Abade Correia da Serra (1) e outros portugueses empregaram os seus esforços e empenharam os seus recursos para êle seguir o seu destino via Holanda (2), como efectivamente succedeu.

Em fins de Setembro já estava em Paris donde endereçou uma exposição ao nosso govêrno a pedir que o julgassem legalmente. Afinal, os seus sentimentos patrióticos eram tão evidentes que a resposta foi o encargo de secretariar a nossa embaixada.

Convidado para ir na expedição napoleónica ao Egipto e atraído pelo "...famoso estabelecimento químico de mr. Pelletier..." (3), renunciou àquela e a êste e acompanhou à Holanda, como secretário da legação portuguesa nos Países Baixos, o seu amigo António de Araújo até então uma das vítimas que a Liberdade encarcerara no Templo!

Esta resolução marcou um passo decisivo na vida de Silvestre Pinheiro Ferreira. Abriu-lhe a carreira diplomática e preparou-lhe o primeiro contacto com a Alemanha.

2. Na companhia de António de Araújo e do Morgado de Mathews (4), percorreu a Alemanha do Norte desde Outubro de 1798 a Dezembro de 1799. Demorou-se sobretudo em Hamburgo, Berlim e Dresden. Esta viagem permitiu-lhe aprender o alemão e dedicar-se a estudos de botânica e mineralogia de que as suas obras, entre elas *Prelecções Filosóficas* (5), nos dão notícia.

Entretanto, António de Araújo regressa a Lisboa trazendo consigo Silvestre Pinheiro Ferreira que, em 1801, entra como oficial para a secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Pouco tempo se demorou neste cargo porque, em 1802, é chamado a desempenhar as elevadas funções de Encarregado de Negócios em Berlim onde permanece até 1807.

As suas funções diplomáticas deixavam-lhe, contudo, o tempo suficiente para completar e aprofundar os seus estudos de Ciências da Natu-

(1) M. A. Ferreira Deusdado, in-*Educadores Portugueses*, Coimbra, 1909, pág. 411.

(2) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 6.

(3) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 9.

(4) D. José Maria de Sousa, embaixador em Paris de 1802 a 1803, *História de Portugal*, edição de Barcelos, VI, págs. 289, 290 e 293.

(5) *Prelecções Philosophicas sobre a Theorica do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceosyna, e a Cosmologia por Silvestre Pinheiro Ferreira*. Rio de Janeiro. Na impressão Régia, 1813. Com licença de S. A. R. 696 págs.

reza. Dedicou-se durante êsses cinco anos aos estudos de Mineralogia «...com Karsten e Werner, applicando-se também à Química, e frequen-tando a sociedade dos investigadores da natureza...» (1) em Berlim.

Em 1804, recebeu o encargo de ir a Freyberg comprar, para a nossa Universidade, o gabinete de Mineralogia de Polst de Oheim, tarefa em que de muito lhe valeram os seus directos conhecimentos da referida ciência. Silvestre Pinheiro Ferreira não limitou, pois, a sua actividade, na Alemanha, ao mero expediente oficial. Contribuiu, pela sua attitude pessoal e pelos seus esforços diplomáticos, para estreitar as relações culturais luso-alemães. Casado com uma alemã da família Leidholdt, teve a noção exacta de uma ampla política de colaboração europeia e procurou servi-la integralmente do pôsto que occupava. Por isso, ao conhecer os planos hegemónicos de Napoleão dentro do continente e sobretudo no que se refere à Península, receando, porventura, mais que os exércitos franceses, a organização maçónica por êles reforçada em tôda a parte, esclareceu, a propósito, o nosso govêrno e deve ter indicado o melhor caminho a seguir. Entalados, porém, entre os exércitos imperiais e as esquadras britânicas, tivemos que sofrer as duas invasões — a francesa e a inglesa —, cabendo a Silvestre Pinheiro Ferreira «a honra de ser perseguido por Napoleão» com a exigência de que o nosso govêrno «o riscasse do quadro da diplomacia...» (2) portuguesa.

Isso, contudo, não obstou a que, em 1806, António de Araújo lhe cometesse o encargo de contratar «um numeroso grupo de operários espingardeiros alemães, para virem trabalhar no Arsenal do Exército de Lisboa»; «o contrato foi assinado em Hamburgo a 16 de Outubro de 1806, outorgando aquêle diplomata e os fabricantes de armas da Real Fábrica de Potsdam»; e «os operários devem ter correspondido ao que dêles se esperava, pois a 17 de Março de 1807 foram contratados outros operários», alguns dos quais «seguíram para o Rio de Janeiro e para S. Paulo» com a Côrte, regressando a Portugal, também com ela, em 1821, donde «muitos voltaram à sua Pátria em 1823» (3). O «filósofo

(1) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 10.

(2) M. A. Ferreira Deusdado, op. cit., pág. cit. Cf. Henrique Perdigão, in-*Diccionario Universal de Literatura*, 2.ª ed., pág. 212, onde se lê: que as qualidades do seu modelar civismo eram «bem conhecidas do próprio Napoleão, que chegou a persegui-lo, suspeitando que êle pudesse contrariar-lhe os planos que tinha a respeito da Península».

(3) *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, por E. A. Strasen e Alfredo Gândara, Lisboa, 1944, págs. 235-36. Cf. A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., onde se diz que Silvestre Pinheiro Ferreira adiantou para o contrato dinheiro do seu bôlso.

e publicista famoso» (1), «como patriota» (2), não se limitou a suportar a raiva napoleónica nesta emprêsa de libertação europeia porquanto comprometeu a sua pessoa e os seus haveres, pelo que fica demonstrado, em benefício da Nação portuguesa de sempre contra as inovações do «mal francês» que assolou o Mundo até aos nossos dias.

Ao contratar os espingardeiros que dessem a Portugal as armas precisas à nossa defesa, Silvestre Pinheiro Ferreira foi, nos alvares da liberal-democracia — consciente ou inconscientemente, pouco importa agora — um eco peninsular da unidade europeia a florada pela Santa Aliança com Metternich.

3. Com a mudança da Capital de Lisboa para o Rio de Janeiro, Silvestre Pinheiro Ferreira teve ensejo de servir o seu país e as suas idéias em posições cada vez mais elevadas e sempre com o apurmo e a coerência que lhe são peculiares.

Prevendo o que ia dar-se e como bom conhecedor da efervescência revolucionária que das *lojas* supurava para tóda a Europa, já em 1814 aconselhou o rei D. João VI «a que concedesse espontâneamente o que depois seria forçado a aceitar, se não quisesse expor os seus Estados a uma conflagração geral...» (3).

E ela veio.

A Convenção de Evora-Monte, entregando Portugal ao estrangeiro, não foi o seu epílogo: foi a sua confirmação.

Considerado visionário, foi-lhe impossível fazer triunfar o seu ponto de vista.

A revolução liberal de 1820, que nos libertou da ocupação inglesa, teve o seu reflexo no Brasil com o pronunciamento de 26 de Fevereiro de 1821.

Para o novo ministério entrou Silvestre Pinheiro Ferreira, sobraçando as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. De regresso a Lisboa, conservava ainda as convicções de 1814, pois ao ler ao Congresso o discurso real, por êle redigido, afirmou *ipsis verbis*:

«Que se depois da reunião das côrtes seria um acto de despotismo querer legislar sem o concurso dos representantes do povo, haveria da

(1) Joaquim de Carvalho, *História de Portugal*, Barc., vii, pág. 113.

(2) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 11.

(3) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 14.

mesma maneira uma oclocracia, se as côrtes fizessem leis sem o concurso e consentimento do rei» (1).

O veto real era um dos pontos em que não transigia com o intuito de manter indiscutível a autoridade do Chefe de Estado. Esta atitude desassomburada provocou tumultos e êle pediu a demissão.

Feito ministro pela revolução liberal, ¿era Silvestre Pinheiro Ferreira, na verdade, um liberal convicto? Há quem o afirme categòricamente. Os factos, por seu lado, parecem falar outra linguagem. O realismo político de que deu provas aconselhava-o a manter-se na luta, rectificando posições, sustentando pontos de vista, contrariando ou torcendo o inimigo, para o substituir, e conservar, dessa maneira, um lugar defensivo para futuros empreendimentos. Entretanto, as desilusões serenariam os ânimos convulsos e, depois da orgia libertária, a Nação tinha que exigir ordem e autoridade.

Em seguida à crise ministerial de 31 de Agôsto de 1821, D. João VI volta a confiar-lhe a pasta dos Negócios Estrangeiros. Durante os vinte meses que dirigiu a nossa política externa, êle que tinha sido anti-napoleónico, procurou garantir-nos, com uma aliança peninsular, a estabilidade nunca obtida através da unilateral e falaciosa «aliança» inglêsa.

A aliança peninsular que Silvestre Pinheiro Ferreira visionou era um «tratado de reciproca defesa de Portugal e Espanha» (2) e constituiu mais um marco a atestar a sua consciência europeia contra as insídias de potências semi-continentais. Não se chegou a assinar; mas, se o houvesse sido, é natural que o estado de decadência, de desconhecimento e de desunião a que chegaram as duas nações peninsulares se tivesse evitado e, com êle, a expoliação pela gula internacional do património histórico por ambas trazido à civilização europeia.

A instabilidade dos governos espanhóis e as algemas parlamentares do govêrno português goraram o formoso projecto de Silvestre Pinheiro Ferreira. Não obstante, «um dos seus pensamentos mais queridos foi sempre um tratado de aliança com a Espanha, tomando por base principal que os súbditos das duas nações fôssem considerados como nacionais em qualquer delas. Êste pensamento fecundíssimo em resultados, oferecendo quási tôdas as vantagens da confusão das duas nações em uma só sem nenhum dos inconvenientes. . . » (3), abriu uma frutuosa precedência

(1) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 17.

(2) *História de Portugal*, Barc., VII, pág. 114.

(3) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 19.

às concepções históricas de Oliveira Martins, à filosofia política de António Sardinha e à diplomacia de Salazar.

Apesar disso, a sua noção do complementar dualismo histórico e antropológico-geográfico da Península não é a única idéia-matriz que o recomenda à nossa atenção de nacionalistas construtivos.

4. A monarquia, para Silvestre Pinheiro Ferreira, afastava-se «tanto do absolutismo real, como do jacobinismo democrático de tipo rousseauiano» (1), isto é, furtava-se ao regalismo tipo D. José I, sob a férula pombalina, e à demagogia corrupta em que descambaram todos os parlamentarismos europeus. Afigura-se-me que no espírito do filósofo e jurista eminente se desenhou a monarquia que mediava entre a monarquia tradicional com as suas *côrtes, juizes do povo e orgânica profissional*, como travões de uma prepotência sempre possível, e o Estado moderno, *representativo mas responsável e autoritário*.

Vejamos.

O seu *Projecto de Associação para o melhoramento da sorte das classes industriais* (2) é bastante expressivo. «Nesse estudo traçava o nosso filósofo-social o plano de um Estado industrial ao lado do Estado civil, *mas sem absorver o primeiro no segundo*. Procurava estabelecer a independência do Trabalho ou «esfera industrial» sôbre a base da *associação livre entre trabalhadores e empresários*, dentro de moldes a que hoje se dá o nome de corporativos e segundo uma idéia económica fundamental que hoje se designa pela expressão de economia «auto-dirigida». P. Ferreira é, cremos, o verdadeiro precursor em Portugal da idéia de um Estado corporativo nos seus aspectos mais importantes e, inclusivamente, no da existência de uma assembléia ou câmara corporativa com representação de tôdas as forças vivas da nação, não só económicas como espirituais» (3). Espírito francamente europeu, Silvestre Pinheiro Ferreira distanciou-se cem anos do seu tempo; e, porque o país não estava à altura de o compreender — segundo a observação de Lousada de Magalhães (4) — «o seu nome caíu no mais injusto esqueci-

(1) L. Cabral de Moncada, in-*Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal (1772-1911)*, 2.ª ed. Coimbra, 1938, pág. 37.

(2) Publicado em Paris em 1840.

(3) L. Cabral de Moncada, op. cit., pág. 38, nota 2.

(4) J. J. Lousada de Magalhães, *Silvestre Pinheiro Ferreira sein Leben und seine Philosophie*, Bonn, 1881. Na *Contribuição para a História da Filosofia Portuguesa*, de

mento por parte do país, do qual foi aliás um dos mais ilustres filhos no século XVIII-XIX» e, como doutrina, «nem no domínio filosófico, nem no político, nem no social a sua lição frutificou» (1) enquanto foi vivo.

Primeiramente, tinha que escoar-se, pelos declives do tempo, a enxurrada democrática que transbordava, alterosa, da utopia francesa para o remanso da ingenuidade ocidental; e, a seguir, era preciso dar tempo ao jacobinismo para saciar os seus apetites desordenados na carne viva da Pátria.

Entretanto morreu Silvestre Pinheiro Ferreira.

Já lá vão cem anos e o filósofo, que «no direito internacional é um dos grandes nomes da Europa» (2), cujas «idéias foram discutidas por Proudhon e inspiraram algumas das de Louis Blanc na sua *Organisation du travail* (1845)» (3), muito embora ainda mal estudado, só hoje começa a passar da teoria à prática e a sair do pó das bibliotecas para as realidades da vida nacional. Tinha que ser assim, mas só podia sê-lo quando Portugal despisse o figurino estrangeiro e, paulatinamente, reencontrasse as instituições sociais que lhe deram vida e prosperidade durante meio milénio de europeísmo universalista.

Silvestre Pinheiro Ferreira, pelo equilíbrio dos seus princípios filosóficos, políticos e sociais, acorda em nós a alma que a liberal-democracia pretendeu extinguir para sempre.

A Europa em que êle foi um grande nome, em que êle nos representou com o seu saber e nos honrou sobremaneira com os seus trabalhos de mestre, conheceu-o melhor que nós. Teixeira de Vasconcelos, que foi seu discípulo, diz que, depois da sua morte, «...em algumas fôlhas francesas apareceram inéditos do sr. Silvestre Pinheiro Ferreira, relativos às ciências que professava...» (4). Em Portugal, só por milagre topamos actualmente, nas bibliotecas públicas, algum raro dos seus muitos livros...

Lothar Thomas, 1, Lisboa, 1944, pág. 27, lê-se esta observação clarividente: «O autor, no essencial, segue a Lopes Praça. Mas êste ensaio, o único até hoje de, em língua alemã, chamar a atenção do mundo culto para a Filosofia Portuguesa, *pode considerar-se como não existente, pois nada de novo trouxe*». Na verdade, L. Magalhães nem as *Prelecções* consultou e elas são fundamentais.

(1) L. Cabral de Moncada, op. cit., pág. 36.

(2) M. A. Ferreira Deusdado, *Esbôço histórico da Filosofia em Portugal no século XIX*, apud J. M. da Cunha Selxas, in-*Princípios gerais da Filosofia*, Lisboa, 1898.

(3) L. Cabral de Moncada, op. cit., págs. 38-39.

(4) A. A. Teixeira de Vasconcelos, op. cit., pág. 37.

5. Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu em Lisboa no dia 31 de Dezembro de 1769 e veio a falecer, vítima de uma pneumonia, na manhã do dia 1 de Julho de 1846. Viajou e permaneceu nos principais países europeus do seu tempo: Inglaterra, Holanda, França e Alemanha. Conservou-se 12 anos no Brasil e, perseguido por vezes, nunca deixou de servir, pelas funções que exerceu, pela sua cultura de enciclopédico e pela sua inteligência penetrante, o país em que nasceu e a civilização a que pertencia. Professor, diplomata, homem de Estado, filósofo, jurista, economista, cientista e gramático, contribuiu não só para as relações de Portugal com a Europa mas também para as relações de outros países europeus entre si.

Com êsse fim, compôs um *Essai sur les rudements de la grammaire allemande* (1), *Tableaux sistematiques des terminaisons et des penultimes des noms et des verbes de la langue allemande* (2), e outros *de la langue française à l'usage des allemands* (3), além dos *Quadros systemáticos das terminações dos nomes e verbos da língua francesa* (4).

A sua bibliografia anda à volta de trezentos números entre obras publicadas e inéditas escritas em português, alemão, francês e inglês que tratam de filosofia, psicologia, ontologia, mecânica, diplomacia, teogonia, teologia, ensino, moral, associações de socorros mútuos, finanças, caminhos de ferro, monte-pios, política internacional, assistência aos órfãos e viúvas e, em mais vasta escala, de direito: constitucional, criminal, público, administrativo, das gentes, internacional, canónico, etc.

Esta produção intelectual abrange memórias, documentos, esboços, observações, projectos, compêndios, notas, cursos, princípios, relatórios, manuais, indicações, prospectos, ensaios, prelecções, etc., etc.

Entre os inéditos de Silvestre Pinheiro Ferreira contam-se (5) uma *Memória justificativa, à cerca da comissão dos espingardeiros em Berlim* para inteligência de sua mulher e de seus amigos, datada de Londres a 15 de Julho de 1809, e a *Carta a um diplomata seu amigo em Berlim sobre a política da Prússia e potências do Norte relativamente à península ibérica*, datada de Paris, 1825.

Êstes e outros trabalhos, em que Silvestre Pinheiro Ferreira esclai-

(1) Paris, 1836.

(2) Paris, 1842.

(3) Paris, 1842.

(4) Paris, 1842.

(5) Apontados por A. A. Teixeira de Vasconcelos.

rece, justifica e anota actos da sua vida diplomática, são documentos da maior importância para o estudo das nossas relações com a Europa e, de modo especial, com a Alemanha.

Para o ano que vem faz cem anos que êle morreu. E como se trata, inegavelmente, do nosso maior filósofo contemporâneo e de um dos nossos maiores estadistas — como H. de Barros Gomes, se não pelo que fez, ao menos pelo que intentou fazer e as circunstâncias não lhe permitiram que fizesse — é bem mais justo, por se tratar de quem é mais ignorado e muito superior, reeditarem-se os seus livros, publicarem-se os manuscritos e traduzirem-se os vindos a lume em língua estrangeira do que estamparem-se novas edições dos bem conhecidos Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, etc. Se êstes são valores marcantes — ninguém o contesta — Silvestre Pinheiro Ferreira supera-os a todos porque nos legou uma obra e uma vida de labor construtivo e em beneficio da Nação, enquanto êles criticaram, ridicularizaram, demoliram, anarquizaram...

Com tal comemoração centenária beneficiariam singularmente a cultura portuguesa e a cultura europeia, enriquecidas com a divulgação dessa « vastíssima obra enciclopédica e infelizmente impossível de reunir hoje de uma maneira completa » (1).

Ao mesmo tempo, impõe-se o estudo exaustivo da sua personalidade sob todos os aspectos possíveis, incluindo à luz da sua correspondência que é de presumir traga copiosos esclarecimentos de toda a ordem para o exacto conhecimento da nossa vida política, social e mental em relação com a Europa nos primeiros atribulados cinqüenta anos do século XIX (2).

6. Ferreira Deusdado (3), Lousada de Magalhães (4), L. Cabral de Moncada (5), Newton de Macedo (6), entre outros autores, quasi todos

(1) L. Cabral de Moncada, op. cit., pág. 32.

(2) O autor destas linhas tem completamente pronto, mas ainda inédito, o estudo sistemático *Um filósofo português — Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) — Vida, Acções, Idéias*, cujos capítulos compreendem: a « Biografia »; « O Estadista »; « O Jurista »; « O Filósofo »; « As Prelecções Filosóficas »; « O objecto das Prelecções »; « Idéias Psicológicas »; « A teoria das ciências »; « A Filosofia da Linguagem »; « Da teogonia antiga ao monoteísmo »; e « Idéias menores ».

(3) M. A. Ferreira Deusdado, *Esbôço* cit., pág. IX.

(4) J. J. Lousada de Magalhães, op. cit.

(5) L. Cabral de Moncada, op. cit.

(6) Newton de Macedo, *História de Portugal*, Barc., VII, pág. 668.

lendo pela mesma cartilha e glosando o mote comum, referem o «sensualismo eclético» (1) de Silvestre Pinheiro Ferreira ou apontam-no como «sensualista confesso» cuja orientação filosófico-jurídica se filia em Bacon, Locke, Condillac e, sobretudo, no utilitarismo de Bentham (2) com hostilidade para Leibniz, Wolff, Kant e, de um modo geral, para com a metafísica alemã que o acusam de tratar superficialmente (3).

Isto não é filosoficamente a expressão do seu pensamento.

Silvestre Pinheiro Ferreira — não nos esqueçamos de que era enciclopédico, de que não foi só filósofo, de que apontou erros a todos e, mormente, de que condicionava as suas visualizações espirituais ao Portugal de sempre no Mundo de então — raciocionava e construía intelectualmente com um objectivo teleológico. E, mesmo as suas palavras são claras no tocante à *formação* e nunca à *causa* originária do nosso conhecimento.

¿ Há nas suas obras princípios vizinhos do hedonismo, do utilitarismo e, por isso mesmo, do sensualismo? Não esqueçamos, entretantes, que êle foi um estadista e que, nessa conformidade, tudo colocou, para frutificar, ao serviço da Nação. Os seus princípios tinham que ser praticáveis. É verdade que, no seu tempo, não venceram a corrente de subserviência que arremetia de encontro a uma tradição de mais de seis séculos. Isso, aliás, não é motivo suficiente para destruir a intenção. Silvestre Pinheiro Ferreira trabalhou e pensou como quem semeia a messe que há-de produzir abundantemente. A inclemência do temporal destruiu-lhe a precisão dos cálculos; todavia, o material carregado permanece e a doutrina conserva a primitiva limpidez.

Êste modo de ver parece-me tanto mais verosímil quanto mais se arreiga em mim a certeza de que na sua filosofia brilham as premissas de filosofia social, em que se estribam as comunidades nacionais dos nossos dias na sua facêta político-económica onde o individuo não aparece de geração espontânea, mas é um átomo accidental na realidade colectiva e perene do seu Povo. Demais a mais, nos seus livros há a mistura dos termos com os conceitos em muitas passagens, isto é: com as expressões de que dispunha, Silvestre Pinheiro Ferreira disse o que pensava e não o que elas aparentavam.

(1) M. A. Ferreira Deusdado, in-*Esbôço* cit., e Newton de Macedo, in-loc. cit., empregam a mesma expressão: «sensualismo eclético». Parece que os expositores, em vez de investigarem, se limitam a repetir-se uns aos outros...

(2) L. Cabral de Moncada, op. cit.

(3) J. J. Lousada de Magalhães, op. cit.

Por exemplo :

«Cresce a civilização com a descoberta de novos prazeres, que vindo a ser outras necessidades, nos põem na dependência de um maior número de homens. E por tanto pode-se dizer, que o máximo da civilização é inseparável do máximo de dependência» (1).

O termo *prazeres* tem aqui o significado biológico-social de *conforto* como «instrumentos necessários à nossa felicidade».

Por isso, o mesmo conceito é imperativo nacional e estímulo da produção económica :

«Não depender de outra Nação para objectos que interessam essencialmente a própria existência; a menos que não seja de uma nação a quem se possa ditar a lei; é o primeiro daqueles três princípios» cuja inobservância é a causa do abatimento das nações pobres de recursos, ainda que ricas de braços.

Qual o remédio? Autarquia? Atenção :

«É o segundo princípio: Não depender de nenhuma outra nação ainda para os objectos de medíocre interesse, em maneira que se não possam haver ou suprir por outra via, logo que aquela dependência se torne desvantajosa» (2).

E, já agora, a visão do *clearing* :

«É finalmente o terceiro princípio: Dar a preferência no mercado, ainda sobre os próprios Naturais, àquela nação que fôr melhor comprador dos produtos do nosso território, ou da Indústria, que mais nos afiançam a nossa prosperidade nacional» (3).

Hedonismo?

Utilitarismo?

Sensualismo?

De qualquer maneira, nacionalismo implícito e Economia Dirigida.

7. Vai sendo tempo de considerarmos Silvestre Pinheiro Ferreira como intérprete da filosofia europeia, sim, mas dentro de uma nítida tradição mental bem portuguesa.

Lousada de Magalhães interpreta parte da verdade ao dizer que êle pretendeu «levantar o nível intelectual do seu país propagando e vulga-

(1) *Prelecções*, pág. 518.

(2) *Prelecções*, pág. 518.

(3) *Prelecções*, pág. 519.

rizando os estudos filosóficos» no que «foi original» (1). Mas, depois de citar o Padre João Baptista de Castro (2), Luís António Verney (3), o Padre Teodoro de Almeida (4), Ferreira Deusdado diz que só depois dêles a filosofia trilhou «... novas veredas mais amplas e independentes, sob a direcção de alguns homens superiores, um dos quais foi Silvestre Pinheiro Ferreira» (5). A verdade é que foi êle quem nos conduziu, em grande parte, ao âmago da filosofia europeia. E, com isso, não deixou de ser original e nem deixou de ser superior aos portugueses seus contemporâneos.

As *Prelecções Filosóficas* são — nos dizeres de Mendes dos Remédios (6) — um trabalho lúcido, metódico e bem organizado e, se o vimos sem *parti pris*, um trabalho filosófico original, uma visão tanto quanto possível completa do mundo. É lá que êle aprecia Condillac cuja História da Filosofia lhe parece «uma das mais infieis exposições das opiniões dos Filósofos dos diferentes tempos, tanto antigos como modernos» (7); é lá que êle argumenta, em certos aspectos contra Kant, Schelling e outros. E — isto merece apontado — é lá que êle informa ser sua intenção acrescentar aos trabalhos dos filósofos anteriores a êle «as observações que, na pequena proporção que me permitiram meus talentos, me ocorreram...» (8), pois, di-lo sem rodeios, onde os outros acertaram, nada tinha que emendar e nem o seu intento era copiá-los!

Silvestre Pinheiro Ferreira combate o transcendentalismo de Kant e a Razão Pura. Nós sabemos hoje que tinha razões epistemológicas para o fazer. Mas, com o mesmo vigor, combate os falsos discípulos de Aristóteles; a Escola Escocesa com Hutchinson, Reid, Stewart, Smith, Berkeley, Condillac e tantos mais, naquilo em que a sua intelligência concebia a Verdade filosófica sob outros aspectos.

Em quem se baseia então?

(1) J. J. Lousada de Magalhães, apud Deusdado, *Esbôço* cit., pág. xxv.

(2) Oratoriano, com *Filosofia aristotélica restituta e illustrada*.

(3) Com o *Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja*, 2 vol., e com o *Curso de Filosofia*.

(4) Oratoriano, com a *Recreação Filosófica ou diálogo sobre a filosofia natural, para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas*, 10 vol.

(5) M. A. Ferreira Deusdado, *Esbôço* cit., pág. xxiv.

(6) Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa*, 5.ª ed., 1921, pág. 459.

(7) *Prelecções*, Índice, pág. 13.

(8) *Prelecções*, Índice, pág. 98.

Todo o percurso do seu pensamento é feito arrimado a velho bordão aristotélico; êste, apesar da preferência, não o inibe de passar em revista a história de filosofia em tudo quanto interessa ao fio discursivo das suas idéias, assentes em argumentos seus.

Além de Aristóteles, o mago da lógica, Silvestre Pinheiro Ferreira encontra ainda outros amparos no seu caminho. Algo aproveitou dos tão escarpelizados Berkeley e Condillac, não cabe negá-lo; manda, contudo, a verdade que se diga admitir o filósofo português a intuição apriorística de Kant, espaço e tempo; a teoria das mónadas de Leibniz, bem como a harmonia pré-estabelecida.

As grandes traves do pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira repousam em Aristóteles e em Leibniz, portanto num intelectualismo-racionalismo.

De um e de outro, infere-se a sua concepção metafísica fundamentalmente católica e jamais idealista.

11-1-945.

JORGE VERNEX.



COUSAS DA MADEIRA

Credos & Superstições Milagres & Outros Sucedimentos...

(Continuação da pág. 81 — Conclusão)

"Pragas com razão nem ao meu cão"

«Deus não castiga o homem nem com paus nem com pedras», recomenda a sabedoria dos povos, que também nos ensina: «quem dá o pão torna o castigo». Manda ainda a filosofia caseira que «não desejes o mal ao teu vizinho para que o teu te não venha pelo caminho». Acertados provérbios que andam na bôca das gentes como lei verdadeira a segurá-los contra as ciladas dos maus passos e a preveni-los contra as más palavras ruins. A ingenuidade dos povos de vez em quando assovi-na-se com os exemplos e da sua sementeira colhe lição para firmar mais rente em seus peitos o profundo respeito pelas coisas sobrenaturais. Por isso mesmo, o isleno costuma botar avisos aos «crianços», ainda no berço ou na desmama, do perigo enorme que lhes advém do praguejume. E quando a razão dita em momentos de grande sofrimento essas palavras de maldição, porque «*pragas com razão nem ao meu cão*», e como no *rogar da praga* se encontra muitas vezes *as portas do Céu abertas*, desgraçados dos dois quando isso acontecer; aquêlê que deu origem ao praguejório não passará até o fim dos seus dias contados de um *desinfeliz*, sempre na sua sêde de mais justiça dos homens, castigo que lhe cabe por haver praticado com o seu gesto a perdição de uma alma revoltada. A pobre alma do rogador da praga, alma perdida, mirrada às portas do inferno à espera do dia do juízo, essa servirá para calçar o caminho que leva ao reino de Satanás e onde as cabeças das penadas se juntam como alfinetes. O rogador arrastará até o fim do mundo as grilhetas da sua miséria votada na eterna condenação ao fogo maldito. O praguejado, sofrendo o castigo na terra pela injustiça dos homens,

êsse mais tarde poderá merecer por suas acções a verdadeira paga no Céu. Encontra-se nos Evangelhos e está escrito no Apocalipse — dizem as gentes mais entendidas nestes negócios do bem da alma.

E como a lenda se enrosca tôda ela prendendo as malhas da história à memória dos povos, procurando explicar-nos dêste modo aquêles factos que mais lhes chamou a atenção e os guiou algum dia, os homens criaram para se transmitir de geração em geração em forma de lenda, o milagre ou o castigo com que procuram explicar o fenómeno. E êstes, tomando vulto em suas imaginações, enchem-lhes o peito sadio e afoito, couraçando as almas no amor do próximo e na prática boa das virtudes.

O milagre e uma lenda andam assim sempre vivos na alma terna das nossas gentes e só dêles devemos acreditar no destino bom da Pátria, mau grado os tristes tratos que ela há sofrido de muito comicieiro bem falante ou de arrivista político, esganado no videirismo do partido que está de cima.

Não fôsse o milagre ou a lenda a alimentar as gentes contra as diabruras da sorte mofina, a ampará-las nas prepotências dos senhores da política mais dos partidos e elas a esta hora já se teriam perdido. A alma popular lusíada prende-se a um milagre, a uma lenda, mito ou símbolo. Como se não tivesse nascido a Nação Portucalense de um milagre — o milagre de Ourique; não tivesse a resgatá-la a lenda, o mito e o símbolo — o símbolo em El-Rei D. Sebastião, o mito no sebastianismo que guardou nos corações o amor à Tradição e criou a Independência, a lenda gerando um D. Sebastião mitológico, robustecedor das virtudes portuguesas e engendrador do milagre da Restauração da Independência histórica e verdadeira de nossos Maiores! E quando se esqueceram as gentes de quanto deviam ao milagre que as tornou povo livre, à lenda, ao mito e ao símbolo que as lançou no destino e sempre as guiou e as trouxe aos lumes da História, entrou Portugal no desfalecimento e na agonia lenta de si mesmo, perdidas as luzes da sua inteligência e desatento às suas responsabilidades de pregoeiro da civilização cristã. O milagre e a lenda andam assim pela vida dos séculos em fora, sempre presentes na alma viva e cordata das nossas gentes.

E foi com a lenda, a que se juntou o milagre, que a terrível aluvião que devastou o Funchal e andou por tôdas as mais partes da Ilha em estropelias de morte e em arrancos de vinganças, — foi com a lenda, que os islenos explicaram e fizeram gravar na memória dos povos essa tremenda e grande desgraça. Aí nasceu o milagre que tomando vulto atestou para todo o sempre o alto poderio do Céu, e houve o castigo para

punição de quem fôra tentado a *rogar pragas* quando as portas do Céu estavam abertas de par em par.

Unidos, milagre e castigo, — o castigo para bom desagravo e experimenta das famílias, o milagre como perdão e bênção — dão ambos a lição e a prática da vida no sucedido... E foi assim, com o milagre e o castigo, que as gentes explicaram a calamidade da aluvião e com ambos amassaram a lenda, sempre fermento bom na vida da Nação.

O dia 9 de Outubro dêsse ano mau de 1803 amanhecera melhor do que todos os doze dias seus anteriores, nos quais sempre chovera com várias intermitências. O Sol prometera mesmo uma aberta, um sorriso seu como a acariciar a cidade. As janelas abriram-se para respirar os ares vindos da serra. Os passeantes deixaram de ser fustigados pelos chuviscos de «molha tolos», e acorriam às margens das ribeiras a olhar os seus caudais engrossados pelas águas das chuvadas.

Deviam ser oito horas. Tornaram as nuvens a botar mais água, sem nunca o Céu se cansar de largar bâtega sôbre bâtegas. À chuvarada sucedeu-se pancada sôbre pancada, chuveiro em cima de chuveiro, cada vez a mais e mais. O aguaceiro dos demónios bate que bate, para nunca acabar, aumentou com as trovoadas. Diz-se até, com foros de veracidade, que certo sujeito que no clube gracejara e em seu dito dissera andarem *lá por cima* em arrumos de cadeiras, ao entrar em casa, fugido à tempestade, encontrara seu lar desmanchado pelos efeitos da trovoadas. Relampejava e mal sua mulher dera pelo fenómeno correr a cerrar tôdas as janelas e a cobrir com cobertas de lã os espelhos e os metais, mas não tivera tempo porque o raio entrou, lambeu todos os ouros e sumiu-se pelo chão sem bolir na pobre senhora. Fôra o castigo contra o blasfemar do incrédulo.

Com o trovejar aumentaram as chuvadas, cresceram as águas nas ribeiras, e, para a tragédia ser completa, o mar começou a subir invadindo os lugares mais costeiros. É o dilúvio, e todos à uma pensam na submersão da Madeira. Mesmo na tristeza de horas mínguadas ainda a lenda os ampara. Uma lenda quási tão antiga como a Madeira ensina aos povos que a Ilha se sumirá no mar no dia do regresso do Encoberto. Foi profecia de S. Sebastião, quando lhe demoliram a sua capela para em seu lugar montarem o mercado. Alguém o encontrou dias seguidos nos passos da Capela em demolição, ali para os lados da Sé, e o Santo votara a sorte da Madeira, se se ateimasse na destruição da sua casa. Arrasara-se a capela indo-se com os trabalhos por diante, apesar do aviso do seu patrono; a Madeira seria um dia breve, arrasada, e o Pico onde

fica o Castelo será então o ancoradouro seguro para os barcos da carreira do Reino.

Os homens, pensando nesta maldição do Santo, fogem, mas muitos de entre êles são arrastados na leva de mares de pedregulho, ou soterrados nas terras que desabam, em prédios que se desmoronam. A cheia sobe e ao descer varre em ânsias de sofreguidão as vidas que a tolhe em seu maior espraiair. Desaparecem ruas inteiras no atêrro. O mar sem fundo engole em arrebatamentos de leão, o mais afoito nas andanças de salvamentos. É o fim do mundo — palavras que andam no ar, de mistura com a lembrança do afundamento da Ilha. Lábios ressequidos e corações incrédulos balbuciam orações e rezam padre-nossos em voz alta a Santa Bárbara e a S. Jerónimo, ambos patronos contra as trovoadas. Os céus, em fúria, parecem querer cair com tanta tempestade. Com as preces e os cânticos erguem-se vozes de moribundos com confissões de última hora. Os trovões, os aguaceiros que não têm momento de descanso, os ventos soltos aos quatro pontos em redemoinho, o berreiro ensurdecedor das gritarias e dos gemidos, as correrias desadvertidas dos imprudentes, tudo isso em mar encapelado de águas e de lumes caídos do Céu com o raio zigiguezagueante, estonteia os mais sisudos. Há choros e lágrimas, abraçam-se inimigos da véspera, estreitando-se amizades no esquecimento de ódios antigos, e por actos de desabafo para perdão se descobrem, com o arrependimento, pecadilhos ocultos e ruindades de alma.

Foi a calamidade maior de que rezam as memórias dos povos que ainda a guardam como castigo do Céu, e a que as crónicas e os documentos do tempo se referem como sendo o mais terrível temporal que até hoje assolou os lugares da Ilha e afligiu as suas gentes. Ruas inteiras arrastadas, e levadas para o mar em fumaças de touro, berrando ameaçadoramente em seu brau-áu constante, enervante. A ribeira, engrossado o seu volume, com as águas recebidas das chuvas, rebentara por três pontos, e as suas águas galgam as margens derramando-se pelas vizinhanças e provocando, na aguagem, a cheia. Casas que se desmoronam como com o simples assôpro se desfaz o castelo edificado com cartas de jogar para entretenimento das crianças. A Igreja de Nossa Senhora do Calhau rui, e o solar que lhe ficava à ilharga abate ao pêso da enxurrada causando fragor que estremece tôda a cidade. E ao vir abaixo deixa sepultadas nos seus escombros as habitadoras da casa — mãe e filha, ambas pertencentes à melhor fidalguia da terra.

Ali, naquele palácio, tivera origem o mal que trouxera a desgraça a

tôda a Ilha, — amainada a tempestade, disso começou a correr fama por todos os lugares.

* * *

O caso anda na tradição e conta-se em dois dedos de cavaco.

Filho-morgado de família das principais, e de sangue limpo, namoriscava em derricho de muito amor e graça para casório, apalavrado entre os dois e ajustado com o testemunho de juras eternas, a uma terna, simples mas gentilíssima vilôa, filha de gente humilde, agasalhada lá para as bandas do Girão, onde ficam as terras de sesmaria dos pais do rapaz, ambos descendentes do povoador e com grandes prosápias nesse parentesco. A mãe porém, mais altiva, mais aferrada aos pergaminhos herdados de seus antepassados declara-se intransigente no negar da permissão para casamento tão desigual. O pai, mais humano nestes negócios do coração, mais compassivo com os ardores da juventude, e portanto mais compreensivo, êsse era todo pelo rapaz. É possível mesmo que o casal, — pela opposição da mãe, grande zeladora dos pergaminhos e muito dada às honrarias e pelo assentimento bondoso e a prudência cautelosa do pai, — trouxesse já as naturais divergências com os seus arrufos caseiros.

A Dona, na sua teimosia, conseguira, movidas as influências da parentela, provisão do Prelado — o 19.º Bispo do Funchal, D. Luís Rodrigues Vilares, — proibindo a qualquer pároco lançasse as bênçãos nupciais em semelhante casamento, sob a ameaça das mais severas penas. Era a interdição...

Mas os males do coração curam mazelas e operam milagres, — diz no seu acêrto o antigo dito popular.

Havia certo padre que por castigado e privado de paróquia não recebera a provisão. Descuidara-se êste; pensara-se em todos menos nesse que por castigado não tinha paróquia. Em Igreja não poderiam êles ser *arrecebidos* por marido e mulher, pois a tôdas se remetera a interdição. Lembrou-se então o padre, desavindo com o seu Bispo e que dêste modo queria tirar partido na vingança e desforra da proibição de paróquiar, de que lá para os lados do Estreito, em terras da própria família do rapaz, existia certa capela abandonada, mas que, embora arruinada, poderia ainda servir o culto.

Pai e filho demoravam pelas fajãs do morgadio em lidanças de vindimas, quando o sacerdote os procura e se oferece para casador dos *desinfelizes na sorte do mundo* — como de razão os dois já seriam apontados pelos vizinhos dos lugares, quando pelos domingos, ouvida a missa

do dia, a missa dos fidalgos, se entretinham cá fora no adro da Igreja a falaciar sôbre o assunto e a tomarem partido contra algum que defendesse a fidalga. E vai daí, pai e filho tomando conselho, aproveitada a ocasião, a dona-fidalga estava na cidade com a senhora-menina, libertados ambos de mais outros cuidados e tirados os proclames à sucapa, distribuídas as costumeiras esmolas pelos casais mais pobrezinhos, como era no uso da casa, aceitou-se o oferecimento do padre e aprazou-se logo ali, dia próximo para o *arrecebimento*, nessa arruinada capela solarenha.

Houve reboliço lá na terra quando se conheceu do casório. O rapaz era fidalgo, mas muito achegado aos rapazes do povo, todo falas com êles; a rapariga, linda moçoila como melhor não as havia nas partilhas do concelho, trazia o juízo dos moços a arder e conseguira famas de muito aquietada na compostura de suas maneiras. Era a menina dos olhos de seus pais e a fada de seus irmãos, a menina-bonita do sítio.

Depois de ambos confessados e comungados em freguesias vizinhas — não fôsse o diabo tecê-las e algum invejoso botasse a deitar aviso do caso à Dona, além de que o padre casamenteiro não tinha as ordens para ouvir de confissão — lá foram os dois, desta feita tornados em felizes na bôca do mundo, lá foram êles, em companhia de padrinhos e mais na do pai do rapaz, a ser *arrecebidos* como marido e mulher.

Havia lá nessa lonjura uma afillhada da Dona que por ingenuidade e desconhecedora dos factos meteu a caminho da cidade logo ao dia seguinte pela manhãzinha, com prenda para a madrinha.

O Céu, que nos dias anteriores só botara águas sem mostrar um paninho do seu azul, nesse dia até se rasgara todo para melhor deixar ver os campos verdes do orvalho e das chuvas da véspera, em promessas de abundantes colheitas. Era a bênção do Céu para os recém-casados. E a rapariga, estugado o passo apressurava-se tôda para vir dar a boa nova à madrinha. Na atrapalhação de querer ser a primeira a dar os parabéns, quási voava sem palmilhar a «*dessopante*» jornada do tamanho da légua da Póvoa. O Sol apareceu subindo nas montanhas cara a cara com a rapariga, e logo começou a fazer suas sombras na estrada e, brincando e retoçando, cedo principiou a mangar com a moçoila, ora em jeitos de esconder-se por detrás de alguma nuvem para depois melhor a cegar nos seus lindos olhos, ora a correr para ela, passos mal andados sempre a sair-lhe a caminho. Parecia até que com esta razão o próprio Sol queria festejar o acontecimento, mostrando-se pela primeira vez, depois de sua longa ausência dos doze dias antes, e abrandado o ralhar

dos Céus, descobrindo-se, sorri de novo com a sua bênção sôbre os campos e sôbre os casais.

Atravessada a ponte dos «assocorridos» e afadigada já nos limites da cidade, a rapariga largou a correr na aflicção de querer ser a primeira a dar a grande novidade, e narrar as alegrias do povolêu. Quando dobrou o ribeiro sêco botou aos varadouros no tempo de um credo e de ali deitou a Nossa Senhora do Calhau, onde chegou com os bofes ao pé da bôca. Embora o cedinho da visita, a dona já andava em lidas da casa.

Subindo as escadas, a rapariga, inda largando lume da corrida, em arfar de peito abaixo peito acima, e de voz mal segura, prêsa pela tremura do cansaço, pediu a bênção da madrinha e logo despediu sem mais aquelas nos seus desejos de muita felicidade ao menino morgado mais à sua esposada na companhia de todos os seus. A dona não acreditou, e interrogou-a àasperamente. A rapariga suspendeu-se, e reparando no afogoeado e nas ânsias da madrinha vacilou na resposta; quis emendar a mão mas, atrapalhando-se, largou a chorar. A fidalga bateu com o pé em arremêso de revoltada. E pôs-se a perguntar. Então os presentes eram por via dêsse casamento desigual e por ela sempre amaldiçoado, que ela sempre tanto prejudicara. Como era possível isso, se não existia em tôda a roda da Ilha um padre capaz de os casar. Olhou em volta, e viu todos os seus avoengos orgulhosos na sua prosápia de grandes senhores, horrorizados lá do outro mundo, amofinados por tanto insulto e como que a pedirem-lhe contas da sem vergonha do descendente, seu filho dela, que assim se unia para tôda a vida a vilôa sem sangue e sem nome, e sem a «presunção» herdada em pergaminhos. Resmungou ainda, tornou a bater com o pé, levantou os braços à altura da cabeça e pouco segura de si, ainda na esperança do desmentido, inquiriu de novo da certeza da triste nova. Um frio de morte passou, e meteu-se entre as duas a separá-las, a afastá-las uma da outra. A fidalga fechou os olhos a cismar. Ela, vigilante da honra, mai'los pergaminhos da família, já que o marido esquecera quanto devia aos seus antepassados, todos da casa do Senhor Infante, pundonorosa e assim ultrajada, calcando bem no fundo do seio o seu amor de mãe — a Dona sem vergar a impulsos que não sejam os de vingança e de ódio contra a intrusa que, além-serra já em propriedades suas pensava por certo em vir substituí-la no govêrno da casa de seu descendente, irritada e caprichosa, botando faíscas dos olhos — (tudo isto levou menos tempo a acontecer do que se leva a contar) —, vai ao oratório e toma de lá a imagem da Senhora Santa Ana, a Santa como era conhecida então, e que

tinha muitos fiéis por tôda a Ilha. Era a Santa máxima da sua devoção, padroeira da casa de seu marido lá nas bandas do poente. Trazendo-a para o peitoril de uma das janelas, olhando a Santa e apontados os jardins e as portarias do palácio, a fidalga ajoelha em frente da imagem e solta a terrível maldição, a praga que dentro de minutos converte o Funchal, e depois tôda a Ilha em inferno de mar e fogo, em cemitério de vivos e desesperados, em cidade de agonisantes e arrependidos.

A dama ofendera gravemente a Deus e só com castigo exemplar que deixasse vestígio na lembrança dos vindouros se aplacaria a Divina cólera.

A afilhada fugira aterrada pela terrível maldição. A Dona na loucura dos seus ódios contra marido, filho e a pobre da vilôa, soltara hedionda invectivação. — «*Senhora Sta. Ana «permitei»* — teria dito a desvairada e iracunda dama — *que quando meu espôso e meu filho voltarem não encontrem porta por onde entrarem*». E a moçoila já andava a espalhar a terrível maldição pelos quatro cantos da cidade, quando a chuva começou a cair, cai que cai. Os relâmpagos sucedem-se, o ribombo do trovão cada vez se ouve mais perto, e dentro por pouco a trovoada paira sôbre a cidade. A ventania, a chuvada rija, o trovejar, engrossam a ribeira que, em pedregulhar constante, arrasta e leva tudo para o mar.

O hortelão do palácio que vê todo aquêl poder de Deus, chama a senhora Dona e a menina e grita-lhes que «*af vem o dilúvio universal*». É êle quem o conta mais tarde, de grupo em grupo, e depois de passada a tormenta. Achegara-se às escadas e berrara para cima; as fidalgas, mãe e filha, desceram mas, ao ficarem no patamar, a dona lembrou-se do baú onde guardavam as pratas, e a filha subira por via dêle. A mãe também tornou a subir. Mal trepadas ao andar de cima, deu-se o desabamento do palácio e ambas ficaram enterradas no entulho da derrocada. O hortelão não quis presenciar mais e aterrado fugiu quando deu que as ruínas da casa juntamente com a Igreja de N. S. do Calhau que rufra, eram arrastadas para o mar.

Dias depois, acalmado o tempo e os habitantes da Ilha já aquietados, encontrou-se boiando alto mar, na linha da barra em frente à cidade, o cadáver da menina, filha da Dona. Guardava ainda, na mão fechada, a chave do baú das pratas (1).

(1) Ainda há pouco tempo foi-nos dado admirar parte destas pratas em casa de um dos descendentes desta família, nosso querido e velho amigo a quem devemos alguns dos elementos acima.

A Dona levou tal sumiço, que nunca mais os homens souberam dela. E certo é que quando volveram à cidade, nem o senhor fidalgo, nem seu filho encontraram porta por onde entrar. Muito menos tornaram a ver a mesquinha praguejadora.

Castigo do Céu! — sentiram as gentes.

Lenda, punição... o certo é ter-se dado a aluvião, e correr na memória dos povos com foros de cidade e usos de grande veracidade que a fidalga fôra a causadora da terrível tempestade e daí os homens recomendarem para a boa economia das almas o não serem praguejadoras.

E se a praga foi rogada ou não; se a aluvião foi castigo do Céu contra a pragüenta Dona, ou contra a cidade no vício, como afirmam as gentes, ou mero acaso como berregam os chamados espíritos fortes; se a lenda aqui como em tantos outros passos da nossa História anda aliada dos sucessos a emprestar-lhe mais senso — de nosso conhecimento é ter a Madeira suportado a aluvião de 9 de Outubro, ainda hoje tomada pelo maior castigo que do Céu caiu sôbre aquêle chão bendito.

* * *

E como não poderia dar-se o castigo, sem o testemunho do milagre para mostrar a razão da cólera divina, também aqui nos não faltou êsse milagre.

Diz a tradição que por ocasião da cheia que arrastou ao mar parte da Igreja de N. S. do Calhau, um padre destemido mas muito temente a Deus se deitou contra a torrente e foi salvar o Santíssimo, e que êle foi e veio a salvamento com a protecção e a bênção de Deus e a gratidão dos homens.

Foi o milagre que recompensou de sobejo todos os assistidos.

Também para atestar mais fortemente o milagre ficou de pé a capela-mor da Igreja que a provisão régia de 12 de Março de 1805 (passados dois anos mal preenchidos) ordenava se conservasse sempre no mesmo estado em que a deixou a aluvião, para lembrança aos vindouros do sucedimento mais horroroso de quantos eram na memória das gentes. E durante muito tempo ficaram as ruínas no mesmo estado, como se ordenava na provisão. Mas, certa edilidade infeliz da faustosa e libertadora era das luzes liberais logo as mandou demolir para em seu lugar

se traçar moderno e bem arejado mercado que afirmasse aos povos uma «união liberal» de pensamento livre. Foi quando em Portugal, por mal de nossos pecados (e não houve castigo semelhante contra essa praga do homem), se começou no reinado império dos apelidados «espíritos fortes».

É sina dos povos cedo se esquecerem dos castigos e não tomarem a lição nos factos da História... porque assim não se deixariam tão facilmente iludir pelas patranhas dos chamados filósofos curandeiros da alma popular pela liberdade do partido.

Assim reza a tradição de como sucedeu a aluvião e das suas razões e efeitos. O bairro mais sacrificado foi sem dúvida o de N. S. do Calhau onde morreram para cima de 200 pessoas. E por tôda a cidade pereceram para mais de 500 homens. Uma narrativa do acontecimento fixa em cêrca de 1.000 almas, entre os mortos e os desaparecidos por tôda a Ilha.

Foi nesta aluvião que a gloriosa Imagem do Senhor dos Milagres do Machico foi arrastada pelas ondas e levada até alturas da América, e do seu salvamento pela galera americana e dos trabalhos que então se passaram já se deu notícia noutro lugar dêstes ensaios.

* * *

Muitos mais factos mereceriam entrada nestes ensaios, mas revela-se mais do que tempo de fazer descansar o leitor que nos leu.

Os sucessos que aqui faltam não nos esqueceram (1).

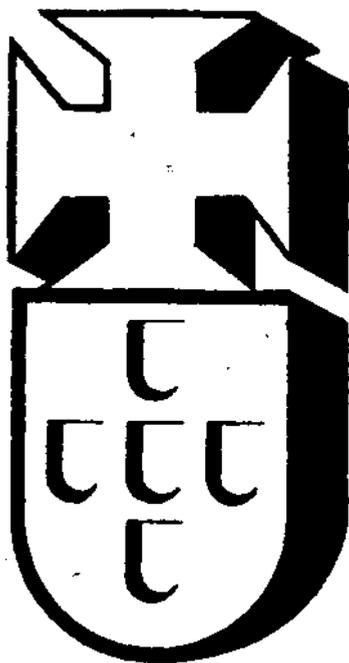
Ao leitor devemos uma explicação porém: êstes pequeninos ensaios, alinhavados quási todos à mesa do café, estão incompletos. Dá muitas insuficiências, e tantos outros vícios na sua formosura. Porém como ao fazê-los só um objectivo tivemos — o de se ajuntar materiais que nos auxiliassem na composição da nossa *História da Província da Madeira*, que há alguns anos temos em trabalhos, — e como o obtivemos, parece-nos ser merecedor do perdão da Grei, a quem procuramos bem servir, por muito a amarmos.

(1) Merecerão referência numa próxima série dêstes ensaios: IV — *Milagres de outras eras...*

Para a feitura de estudo da natureza de aquêles que nos propusemos — o estudo sério e consciente dos factos históricos da Madeira e Pôrto Santo, e a análise psicológica, sentida e vivida, dos da Grei, seus costumes e seus credos, suas lendas e suas tradições, — achamos que nada melhor do que o ensaio, leve e despido de preocupações de outro talento na sua arte mais do que o da sua honestidade, para nutrir matéria com que proceder-se à construção do edificio. O ensaio considera-se como pedra-mestra da história, cuja abóbada deve estar no «sentir» lusíada, na Alma simples e terna das nossas gentes.

Lisboa, 1940-1941.

FERNANDO DE AGUIAR.



Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1845

Guimarães há 100 anos

Outubro

Dia 11 — Esteve um bellissimo dia, a contrastar com o dia e noite antecedentes que estiveram muito tempestuosos, o que aliás já acontecia há bastante tempo e de tal maneira que se não puderam fazer as colheitas, pelo que se fizeram preces na maior parte das igrejas da vila. (P. L.).

Dia 23 — Na Câmara Municipal apresentaram-se os advogados e muita gente de tôdas as classes sociais para deliberarem sôbre o que se devia adoptar para inutilizar o plano de levar a estrada nova para Braga quasi pelos Pombais e dali pela Carrazeda e Caneiros, pouco mais ou menos, segundo a demarcação que os engenheiros tinham feito. Foi decidido requerer, em nome da Câmara, ao Juiz de Direito, o embargo da estrada por onde estava marcada. O Juiz indeferiu êsse requerimento e a Câmara agravou do Despacho para a Relação, representando, também, ao Governo. A extravagante idéia da direcção que queriam dar a essa estrada fêz com que os habitantes desta vila se pronunciassem contra esta disparatada lembrança. (P. L.).

Dia 30 — Escritura em que a Misericórdia, na sua nota, concede licença às

Ordens Terceiras de S. Francisco e de S. Domingos para poderem enterrar os seus confrades falecidos na Santa Casa sem por isso lhe pagarem os 1\$800 réis de Tumba, alterando-se, assim, em parte, o contrato que as mesmas três corporações haviam feito em 13 de Abril de 1825.

Novembro

Dia 5 — A Câmara transigiu com o Cabido âcerca da demolição da torre de S. Bento a que o Cabido se opôs por entender que a pedra lhe pertencia. Deu-lhe a Câmara 540\$000 réis para a demolição da capela de S. Bento. A capela ficaria, depois, encostada ao muro e feita metade por cada parte (nunca se fêz).

Dia 30 — A Ordem Terceira de S. Francisco trouxe em procissão, da igreja de Santa Clara, a milagrosa imagem de S. Francisco por ter cessado o motivo pela qual tinha sido levada para Santa Clara (as muitas chuvas que tinham havido no S. Miguel e que não deixavam fazer as colheitas). O povo que acompanhava a procissão era imenso, tocando uma banda de música. Na procissão também se incorporaram tôdas as irmandades existentes em S. Francisco, havendo, ao recolher, Sermão e *Te-Deum*. (P. L.).

Dezembro

Dia 5 — Vésperas de S. Nicolau. — Logo de manhã fêz-se uma exhibição arremedando os engenheiros das estradas. Depois dos estudantes se terem recolhido, o administrador mandou, por edital, proibir as máscaras, mas os estudantes pediram ao administrador para que tolerasse o saírem as máscaras, o qual anuiu desde que lhe apresentassem, por escrito, uma declaração dos empregados das estradas pela qual mostrassem que se não achavam ofendidos. (P. L.).

Dia 6 — Houve função de S. Nicolau, segundo o antiqúissimo costume, não saindo um carro e uma dança chinesa, por causa da chuva. A dança ficou transferida para outro dia. (P. L.).

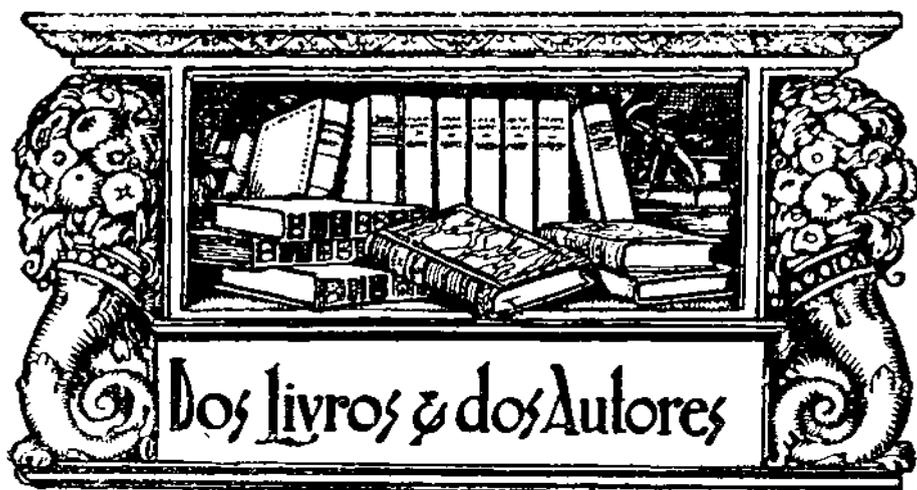
Dia 7 — Chegou aqui o Inspector das Obras Públicas do Reino, coronel de engenharia Barreiros, acompanhado do Conde de Locote e de outros engenheiros, para informarem o Govêrno das entradas das estradas de Braga e Pôrto nesta vila. Logo que o inspector chegou à Estrada Nova (do Pôrto), os empregados deram muitos foguetes, e quando passou no Toural principiou uma música a tocar, a qual, depois, foi em seu seguimento até à hospedaria da Joani-

nha, onde êle se hospedou. À noite os trabalhadores vieram com as suas esquadras, com archotes e uma banda de música, a dar vivas até à Praça da Senhora da Oliveira, onde estava o inspector, dando-se muitos assobios por onde êles passaram. Na Praça da Senhora da Oliveira esteve o povo a passar a vias de facto. Durante a manifestação dos trabalhadores deram-se repiques em algumas tôrres da vila, com admiração da maior parte dos habitantes. (P. L.).

Dia 9 — Os estudantes saíram com um carro com Minerva (não tinha saído no dia de S. Nicolau por causa da chuva), e outras figuras, indo adiante uma dança de 8 pares vestidos à chinesa, todos mascarados, tocando uma música instrumental. O carro e as figuras iam muito asseados. Também saiu outra dança de Pescadores, composta igualmente de estudantes mascarados e acompanhados de outra música instrumental. (P. L.).

Dia 13 — Os Terceiros Franciscanos fizeram exéquias ao seu beifeitor Manuel Luis, falecido em 10 de Dezembro de 1844, que deixou uma grande soma de dinheiro à mesma Ordem. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



AVIEIROS, por *Alves Redol*. Romance. 2.^a edição. Portugália Editora, Lisboa. 325 págs.

O sr. A. R. é um ribatejano que conhece bem a sua terra, não no aspecto superficial em que muitos dizem conhecer o torrão natal (êsse aspecto palsegístico, mero cliché de propaganda turística), mas no outro aspecto, mais profundo, o humano, o da alma das gentes que lá vivem. E porque conhece a alma do Ribatejo, pensou que algum bem poderia fazer aos seus habitantes (pelo menos aos que se empregam na safra da pesca no Tejo, os que vivem no rio e do rio) dizendo ao resto do país da sua miséria, das suas dores, das suas revoltas reprimidas, da sua epopeia de humildade, que por si só bastariam para impressionar qualquer alma sensível. Daí nasceu a série de romances que o A. escreveu já, com a gente ribeirinha do Tejo por protagonistas: *Gaidéus*, *Marés* e *Avieiros*.

O sr. A. R. pôs a sua pena e o seu talento ao serviço de uma causa justa e nobre, não à maneira violenta de Zola, ou ao modo revoltante de Dostolewsky, mas um pouco (guardadas as distâncias do tempo e das respectivas psicologias)

à maneira de Dickens. Isto não é, de modo nenhum, pôr em confronto a obra do grande novelista inglês com a do distinto romancista português, o que poderia parecer impertinência nossa, mas tão somente apontar que os intuítos do sr. A. R. assentam na mesma base profundamente humana e natural sôbre que Dickens ergueu a sua obra.

O romance português parece estar em maré de renascimento, depois do colapso que se deu com a morte de Eça de Queirós, pois o «caso» de Malheiro Dias (prometedor discípulo do grande mestre da ironia) passou fugaz. E se entre os romancistas actuais a quantidade não é animadora, valha-nos ao menos a qualidade, que é das melhores. O sr. A. R. é, sem favor, um dos nossos bons romancistas vivos, com pouco ou nada de comum com os grandes mestres mortos (exceptuada a «garra» que os caracteriza a todos) e pouquíssimo com os grandes romancistas portugueses de hoje (entenda-se os romancistas portugueses de *Portugal*, porque a pléiade dos romancistas portugueses do Brasil é grande em quantidade e em elevação).

Avieiros, cuja 2.^a edição nos chega às mãos com três anos de atraso (não é

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

caso de espantar entre nós, que tão lentos somos em tudo), é a história profundamente humana e sentida de uma rapariga originária de Vieira de Leiria, praia da Beira Litoral de onde emigram tantos para o Ribatejo à busca de trabalho menos incerto, embora mais rude, do que no mar. Desde o seu nascimento — objecto do capítulo inicial — até que traiçoira cheia do Tejo a deixa sem lar, depois de casada com um pescador ribatejano, a tudo assistimos durante a leitura deste livro tão humano e tão sentido, apesar de nêle não se descobrir o apêlo deliberado à humanidade e ao sentimento do leitor. E êsse é o mérito principal da obra.

O sr. A. R. soube «contar uma história» aos seus leitores, sem cair na vulgaríssima trivialidade de encadear monotonamente os capítulos como nas fitas americanas em série.

Avieiros é romance porque conta uma história em que se movem personagens com psicologia própria, agindo em certo meio e à volta de um incidente que tem o seu ponto nodal (*climax* dizem os ingleses) na parte final do livro. Mas os capítulos desse romance são autónomos, pequeninos quadros ou aquarelas que nos revelam facêtas de cada um dos personagens da obra ou dos comparsas. Notemos de passagem que entre os primeiros personagens não é o menos importante o rio Tejo, cujos aspectos aprendemos a conhecer em todos os capítulos, de tal modo êle se encontra intimamente ligado à vida da Maria Carramillo e do Tóino da Vala. Êle nos aparece correndo sereno, de mansinho, deixando vogar lentamente os barcos puxados a rémo pelos braços possantes dos «avieiros» ou à força das velas vermelhas, enquanto pelas margens homens e mulheres labutam em misteres que são ainda subsidiários do grande senhor que é o Tejo. Ou então vemo-lo nos im-

petos de uma grande cheia, em que as suas águas já não são carícias para ninguém, mas trazem a morte, a ruína e o luto, rolando impetuosas no meio das ondas. Vemo-lo de manhã, com o sol dourado a espelhar-lhe nas águas e as sombras a alongar-se ainda pelas margens, e vemo-lo à tarde, tingido pelo ruborescimento do crepúsculo, já não reflectindo o disco avermelhado que descaí com lentidão para o mar.

E é assim que o Tejo vem a ser o verdadeiro protagonista do livro, sem o qual se tornaria incompreensível a humaníssima narrativa do A.

Se no aspecto formal não podemos considerar *Avieiros* verdadeira obra de arte, faltando-lhe como lhe falta o culto da palavra como o entendiam os parnasianos e como, entre nós, o entenderam Eça, Latino Coelho e Fialho (para só falar em alguns dos maiores), não podemos deixar de considerar esta obra digna de emparceirar com os melhores romances dos últimos anos. O sr. A. R. é, ao que supomos, escritor ainda moço. Não atingiu ainda a sobriedade, o equilíbrio e a elegância na arte de narrar que só a idade é capaz de dar. Sobralhe, porém, talento para escrever páginas magníficas como as que encerra esta obra em que se mostra já senhor de uma técnica que o há-de elevar à categoria de mestre na arte difícil do romance.



FOGO MALDITO! (Poema), por *Jerónimo de Almeida*. Livraria Latina Editora. Pôrto. 32 págs.

A' alma sensível do distinto poeta vimaranense sr. J. de A. comoveu-a profundamente o espectáculo horroroso da crueldade da guerra recentemente acabada, e, erguendo as mãos para o céu, fêz subir até Deus as suas súplicas, «no

ardente desejo de que a Paz volte ao seio da Humanidade, dando novamente lugar a que o Espírito, iluminado pelos sagrados princípios evangélicos, paíre acima das rudes materializações em que se tem atgemado a vida», como nos diz em breves palavras de abertura.

A pequenina obra, a que o A. chama poema, é escrita naquela redondilha tão portuguesa e que parece tão cara ao sr. J. de A., porque a vem utilizando nas suas últimas obras com predomínio absoluto. Nesta a redondilha é adaptada à quintilha, forma poética por que mostraram decidida preferência os poetas de Quinhentos.

Apesar de tudo não parece muito claro o pensamento do A., que aqui lembra um pouco a «maneira» quasi sibilina do Bernardim Ribeiro das *Éclogas*.

A edição é de grande elegância e de belo aspecto gráfico.



O LINHO PARA FIBRA — SUA CULTURA, por Flávio Martins. Ed. da Empresa Fabril do Norte, Ltd.* Senhora da Hora, s. d. 83 págs.

A cultura do linho intensifica-se cada vez mais no nosso país. Todavia não é pela abundância da sua cultura que é melhor, pois, neste caso como em tantos outros, a rotina longe de a valorizar desvaloriza-a. O nosso lavrador é, por via de regra, rotineiro, por razões que aqui não importa assinalar, mas que convém acentuar. Por isso tôdas as achegas são boas quando pretendem arrancá-lo a êsse mal secular.

O livrinho do sr. F. M. tem êsse fim em vista e por isso é bem vindo. Escrito em linguagem chã, embora sem cair na vulgaridade de tantos chamados «folhetos de vulgarização agrícola», lê-se com agrado.

PRINCÍPIO E INTERMÉDIO (Poemas), por Vaz Craveiro. Editorial «Nós». Braga, 1944. 116 págs.

A nossa terra foi sempre a pátria bem amada das Musas, mas parece-nos que em idade alguma o foi com tão justas razões como hoje. Efectivamente, percorrendo, ainda que distraidamente os escaparates dos livreiros, vê-se larga profusão de livros de versos, que o são de facto, ou que pretendem sê-lo. E como se isso não bastasse, ainda as várias «páginas literárias» dos jornais e as revistas nos mimoseiam com poesias de vária ordem, em que, infelizmente, só por excepção há verdadeira poesia.

Na verdade só há poesia onde há, primeiro, ritmo, harmonia, música, seja rimado ou não o verso; e depois, a idéia, cuja ausência tantas vezes se oculta sob a riqueza vocabular, a sumptuosidade da forma, como em certas poesias «néo-gongóricas».

Felizmente que o dr. V. C. enfileira na pléiade dos bons poetas. Autor de uns oito livros de poesias, porque, infelizmente, não os conhecemos senão de nome, não sabemos se *Princípio e Intermédio* confirma os seus créditos. Da sua leitura apenas podemos dizer (e já não é pouco) que o impõe à consideração dos que não vêem na poesia mero passatempo e ali vão buscar algo que satisfaça a sua sêde de beleza e responda às suas inquietações espirituais. É um livro que se lê para se reler, e que se destaca, sem necessidade de reclames luminosos ou sonoros, entre o *mare magnum* das obras em verso que todos os dias estão a aparecer.

Um senão tem a obra: o pouco cuidado que houve na selecção das críticas a outros livros do Autor, umas públicas, outras de cartas particulares, principalmente estas em que há afirmações de um exagêro (v. g. a primeira da pág.

109) que o pudor do distinto Autor deveria ter impedido de publicar.

A edição, como tôdas as do *Cancioneiro «Nós»*, a que pertence, é mimosa, a despeito das diferentes qualidades de papel em que foi impressa, culpa dos tempos incertos que decorrem.



EDUCAÇÃO DA CASTIDADE, pelo R. P. *Ruiz Amado, S. J.* Tradução portuguesa de Luís Gonzaga Alvares Ribeiro. Livraria Tavares Martins. Pôrto, 1944. 182 págs.

Incluído na colecção «Problemas da Sexualidade», a algumas obras da qual nos temos já referido, êste livro é um verdadeiro breviário da educação sexual para os pais e os educadores. Simplesmente, em nossa modesta opinião, discordamos do ponto de vista fundamental do Autor, e de que tôda a obra é a discussão. Efectivamente o P.^o Ruiz Amado manifesta-se adversário dos métodos modernos de educação sexual que consistem em prevenir o mal da iniciação oculta indo ao encontro dêsse mal, demonstrando-o previamente, no momento oportuno, aos jovens em perigo moral.

Segundo o A. a criança deverá permanecer na ignorância até à época mais tardia possível, só se fazendo a iniciação da educação sexual antecipadamente caso se torne em absoluto necessário.

Iriamos longe se tivéssemos a pretensão de discutir aqui esta tese. Não nos furtaremos, porém, a dizer para já que em países, como Portugal, a Espanha e a Itália, em que é frequentíssima a precocidade sexual, se a iniciação não se fizer com seriedade pelos pais, pelos mestres ou pelos médicos na devida oportunidade, ela se fará, ao contrário de tôdas as normas e preceitos educati-

vos e higiênicos, pelo primeiro mal-intencionado que a isso se proponha.

Concordamos com as razões do Autor na generalidade: é preciso conservar a inocência da criança. Não concordamos com elas na especialidade: essa inocência deve conservar-se até à idade mais tardia. Pelo contrário, entendemos que a revelação deve fazer-se logo que a natureza dê o rebate. O contrário é contribuir para a hipocrisia do adolescente, que sempre verá nas origens da vida um acto repugnante e, por isso, merecedor de que jamais a êle se aluda.



DIANTE DA VIDA. «*Últimos indícios*», por António Pôrto-Além. *Cadernos III*. Pôrto, 1943. 42 págs.

Pequenos solilóquios reveladores de uma atitude mental perante a vida, nos quais se adivinha certo pessimismo e desalento, próprios de uma alma contemplativa que anseia por melhores horizontes do que os que lhe oferecem os dias que correm. Escritos com o mesmo espirito dos dois cadernos anteriores, a que já nos referimos nestas mesmas columnas, são uma espécie de pequenino diário espiritual do Autor a a quem a vida, com as suas misérias, as suas brutalidades e as suas pressões chocantes desalentam e impressionam no mais profundo da alma.



UM GRANDE AMOR (Romance), por *Augusta Falcão da Costa*. A. Figueirinhas, L.^{da}—Editores. Pôrto, 1944. 242 págs.

É para estranhar a facilidade com que certos autores classificam de «romance» qualquer livro de narrativa que,

muitas vezes, nem simples novela é. Sem medirem bem a responsabilidade que impõe o género, e, na maior parte dos casos, sem lhe estudarem profundamente a técnica, abalançam-se a publicar narrativas folhetinescas, em estilo cinematográfico, que deixam bem entrever a rapidez com que foram escritas e a ânsia de serem publicadas obras que tudo impunha fôsem passadas previamente pelo severo crivo da crítica idónea.

Está neste caso, infelizmente, *Um Grande Amor*, cujo estilo não tem vibração nem plasticidade, cujos personagens falam uma linguagem vazada no mesmo padrão, deixando entrever a Autora por detrás dos seus bonecos, e cujo tema não nos parece dos mais aconselháveis para uma obra que, além de ser escrita por uma Senhora, faz parte de uma «Biblioteca das Famílias» em que parece não haver o cuidado da selecção baseada no bom gosto, pois ao lado de autores como Bourget e Bordeaux, aparecem outros como Delly, Ardel e Chantepleure, tudo quanto há de mais falso em literatura, tudo quanto há de mais oposto à verdadeira arte. É pena que ainda haja editores que se deixem levar

pelo preconceito de que o que importa antes de mais é que um livro se venda, sejam quais forem as conseqüências que dêsse livro possam surgir. Nem sempre são os livros francamente libertinos que espalham o mal entre os jovens. Outro tanto acontece com a maioria dos chamados «romances brancos», pela concepção errada e errônea que dão da vida.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.



«ALÉO»

É com a mais viva satisfação que registamos o aparecimento de *Aléo*, — nosso destemido colega no bom combate, — como semanário.

Com variadas e bem dirigidas secções *Aléo* é o semanário que se desejava (o diário de que se precisa), actual, vibrante, bem português, desassombrado nas suas afirmações, nas suas atitudes claras, na sua doutrinação perfeita.

Jornal de novos que sabem o que querem e porque o querem, daqui o saudamos, desejando-lhes as maiores prosperidades.

Registo de obras recebidas

Oferta dos autores:

A ternura que me deste (poesia), por *Elísio Vasconcelos*

O exemplo de Paiva Conceiro, por *Francisco Manso Prêto Cruz*.

O crime de um homem bom (romance), por *Nuno de Montemor*.

Nova Tese — *Francisco Sanches* é

português nascido em Valença, por *José da Mota Lopes*.

Ainda «Roaz» ou «Ruaz?», pelo *Prof. Joaquim Roque*.

Oferta dos editores:

S. N. I., Lisboa:

1 — Portugal e a Paz.

2 — História breve da música no Brasil, por *Gastão de Bettencourt*.

3 — Mocidade Portuguesa.

Editora Educação Nacional, Pôrto:

1 — Vida de Miguel Angelo, por *Romain Rolland*.

2 — Pedra do Felício, por *Ferreira da Costa*.

3 — Entre colunas partidas..., por *M. Alvaro V. Madureira*.

Livraria Tavares Martins, Pôrto:

1 — A oração, pelo *dr. Alexis Carrel*.

2 — Primavera, por *Sigrid Undset*.

3 — O Super-Heterodino, por *Alain Boursin*.

4 — O Povo Bíblico, por *Daniel-Rops*.

Edições Gama, Lisboa.

1 — O Duque de Bragança, por *Manuel de Bettencourt e Galvão*.

2 — O aspecto espiritual da aliança inglesa, por *José Pequito Rebêlo*.

3 — Meditações críticas sobre a Língua Portuguesa, por *Vasco Botelho do Amaral*.

4 — O problema da Europa, por *J. da Silva Dias*.

5 — ...E ao próximo como a nós mesmos, ensaios de *C. S. Lewis*.

Biblioteca Nacional de Lisboa:

Guia de Portugal — *Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa*.

Pro-Domo, Lisboa:

1 — Cartas de um português, por *Da Cunha Dias*.

2 — A Democracia no pensamento de Sua Santidade Pio XII.

3 — A mensagem Artística de Antero de Figueiredo, por *Domingos Maurício, S. J.*

4 — Da Instituição Real e sua disciplina, por *D. Jerónimo Osório*.

5 — Cardeal Cerejeira (fasc. 2 e 3) pelo *P.ª Moreira das Neves*.

Editora José Cruz, Angra do Heroísmo:

1 — Noventa milhas num barco de papel.

2 — The History.

3 — A História dos Açores.

4 — An Every Day Story.

Editorial «Nós», Braga:

Os amantes das nuvens, de *Vincenzo Spinelli*.

Domingos Barreiro, Editor, Pôrto:

Psicologia do Dinheiro, por *Mário Gonçalves Viana*.

Perfil do Marquês de Pombal, por *Camilo C. Branco*.

Edições Universo, Ltd.^a, Lisboa:

...E mesmo contra a maré, por *Lopes de Oliveira*.

A mulher educadora, por *Emília de Sousa Costa*.

Publicações da Câmara Municipal do Pôrto:

Os Franceses no Pôrto em 1809, apontamentos coligidos pelo *Conde de Campo Bello (D. Henrique)*.

Tip. Andrade, Angra do Heroísmo:

Cândida, por *Raimundo Belo*.

Duas cartas de Ramalho Ortigão à viúva de Eça de Queirós

PUBLICAMOS a seguir duas cartas muito curiosas de Ramalho Ortigão, dirigidas à viúva do grande romancista de *Os Maias* pouco tempo depois do falecimento dêste, ocorrido — como se sabe — a 16 de Agosto de 1900.

Importantes sob vários aspectos, revela-nos uma que foi Júlio Brandão quem reviu carinhosamente as provas de *A Ilustre Casa de Ramires* e da *Correspondência de Fradique Mendes*, volumes que já se achavam no prelo aquando da morte de Eça. Igualmente ficamos a conhecer os primeiros passos que deu Ramalho Ortigão para a publicação do espólio literário do seu grande amigo e companheiro das aventuras de *O Mistério da Estrada de Sintra* e dos caderninhos irreverentes de *As Farpas*. Pena foi que a privilegiada sensibilidade crítica que nos deu *O Culto da Arte em Portugal* não tivesse escrito o estudo que sôbre a personalidade de Eça de Queirós devia anteceder *A Cidade e as Serras*, — revista em parte, pela meticulosidade honestíssima de Ramalho Ortigão, certeza que se adquire, na segunda carta dirigida à Sr.^a D. Emília de Eça de Queirós.

É de salientar a opinião de Ramalho sôbre o belo livro que é *A Ilustre Casa de Ramires*, — opinião nascida de uma sôfrega leitura de um dia inteiro. «O livro é lindíssimo» — ainda hoje, sempre que o relemos, confirmamos o juízo do estilista de *A Holanda*. Em todo êle, de facto, como escrevia Ramalho, palpita o espírito de Eça de Queirós, «tão encantadoramente jovial, com uma intensidade tão viva», que se tem a impressão positiva «que não morre de todo quem como êle deixa numa obra de arte uma tão grande parte do seu ser». Assim é, na verdade.

Quanto à *Cidade e as Serras*, nessa mesma carta de Ramalho Ortigão se documenta a intervenção que êle teve no seu aparecimento. O manuscrito do belo romance, encontrado pelo autor do *John Bull* entre os papéis de Queirós, estava então (fins de 1900) já na

imprensa e Ramalho seguia o trabalho tipográfico «com todo o zêlo que o meu mais sagrado dever me impõe», — escrevia êle à Sr.^a D. Emília de Eça de Queirós. Nesta carta comunica Ramalho Ortigão ter desistido do projecto, que durante algum tempo acalentara, de escrever para *A Cidade e as Serras* um prólogo sôbre a personalidade do romancista. Como se achava completo o original do «magnífico livro» — assim denominava Ramalho, com inteira justiça, o notável romance póstumo de Eça — resolvia fazer aparecer êsse trabalho como prefácio a qualquer dos volumes de dispersos que estava recopilando. Infelizmente, tal estudo nunca appareceu. Tê-lo-ia chegado a escrever?

Além de instrutivas noções sôbre a forma como há perto de meio-século era pelos editores retribuído o trabalho dos escritores ilustres (e quando a população ledora não atingira as proporções da de hoje...), estas cartas de Ramalho Ortigão dão-nos mais um elo da cadeia ascensional do seu espírito para se libertar de muitas idéias falsas e de muitos prejuízos acanhados (sob um rótulo illusório de liberdade de pensamento e de progresso científico) com que redigira grande número de páginas de *As Farpas*. A juntar a alguns depoimentos, mais ou menos conhecidos, que nos revelam importantes rectificações na linha geral das doutrinas que Ramalho defendia ao redigir os caderninhos mensais, apparecidos de 1871 a 1883, quer sob o ponto de vista político (por exemplo, certos passos de *Lord Salisbury e correlativos desgostos*, publicado na recente edição de *John Bull*, e do artigo sôbre Soveral, recolhido nos *Costumes e Perfis*), quer sob o ponto de vista social (trecho de uma carta sôbre a *Rerum Novarum*, por nós revelada em artigo das *Novidades*), um dos documentos que hoje se publicam confirma Ramalho Ortigão, sob o ponto de vista religioso, na posição que nos mostra a sua célebre entrevista com S. S. o Papa Leão XIII. A justiça prestada ao ensino jesuítico e às disciplinas eclesiástica e militar se, por um lado, afastam salutarmente o Ramalho de 1900 do autor do corrosivo volume V de *As Farpas* e de tanta observação, por vezes chocante, sôbre a função do Exército, aproximam-no, por outro, do adolescente educado rigidamente por um frade virtuosíssimo e por um soldado heróico. Assim o escritor regressava, nos últimos anos da existência, ao honrado clima moral em que se tinha feito homem e em que assimilara o que de perfeito e puro continha a sua personalidade.

RODRIGUES CAVALHEIRO.

I

Lisboa, 20 de Outubro (1900).

Minha Senhora e querida Amiga:

Tenho resposta do chefe da Livraria Lello, e falet com um irmão Lello que últimamente veio por dois dias a Lisboa. Com relação à «Casa de Ramires» e à «Correspondência de Fradique Mendes» disse-me que me tinha procurado para fazer a última revisão dêsses dois livros, mas que, achando-me eu ausente de Portugal resolvera fazer rever muito escrupulosamente as provas finais por um literato do Pôrto chamado Júlio Brandão, que nesse trabalho havia pôsto o mais religioso escrúpulo.

Enviou-me logo os dois livros impressos. Li avidamente a «Casa de Ramires», não lhe digo com que comoção e com que profunda saúde. O livro é lindíssimo e em todo êle palpita o espírito do nosso querido morto, tão encantadoramente jovial, com uma intensidade tão viva, que me dá pela primeira vez a impressão positiva de que não morre de todo quem como êle deixa numa obra de arte uma tão grande parte do seu ser. O revisor não estragou nada. Não acabei ainda a leitura de «Fradique Mendes», porque para tôda esta leitura tive apenas o espaço de um dia. Enquanto à «Cidade e as Serras», farei eu a revisão da parte que ainda não foi revista, e acrescentarei um prefácio meu a êsse volume. Dos inéditos que encontrar e dos artigos dispersos em revistas e jornais colligirei e porei em via de publicação tantos volumes quantos se possam formar «em consagração literária do autor», pondo à grave e ponderada questão de interesse pecuniário, allás sagrado, o limite a que nos obrigam sentimentos ainda mais sagrados que o próprio pão. Neste delicado ponto digo-lhe desde já e de uma vez para sempre que não tenha medo do meu zêlo. Calculo perfeitamente todos os escrúpulos que a podem sobressaltar e repito-lhe que não tenha medo. Além da nobre amizade que me ligou ao seu marido e na qual nos criámos como literatos muito à parte de todos os da nossa geração, eu fui por mais de uma vez abençoado em pequeno pela sua avó em Santo Ovídio, ful desde a infância amigo dos seus irmãos, ful o confidente do Luis, conheço bem a sua raça, e apesar do afastamento em que temos vivido, eu leio na sua alma e na da sua irmã como num livro aberto.

Remeto-lhe conjuntamente o resumo de contas que me enviou o Lello, bem como a carta de que êle acompanha essa exposição. A base de 25 %

sôbre o preço da capa, como preço de cada edição, parece-me muito aceitável. É o mais que pode ter um editor português. Os Lellos parecem-me boa gente. O nosso amigo gostava dêles. Ainda últimamente mo repetiu em Paris. Creio que poderão êles continuar a ser os editores dos livros que se vão preparar. Dê-me, a êste respeito, a sua opinião, e diga-me se lhe convém ter já algum dinheiro. Faça-lhe esta pergunta tanto mais abertamente quanto estou certo que nada poderia ser mais doce para a alma do meu querido Queirós do que a reversão à sua família do modesto fruto sobrevivente do seu trabalho.

Vou hoje ver a pobre Maria Barbosa, e regresso depois de amanhã aos Caetanos.

De V. Ex.^a
muito dedicado criado e amigo

RAMALHO.

II

Lisboa, 21 de Dezembro (1900).

Minha Senhora e querida Amiga:

Estive no Pôrto e vi na livraria de Lello os documentos (recibos e cartas) justificativos da conta daquele livreiro de que lhe remeto o resumo que êles me deram. Por cada uma das novas edições dos livros de que Lello possui hoje a propriedade vendida a Chardron, o mesmo Lello me disse que daria aos herdeiros do autor a quantia de 180 ou 200 mil réis.

Nos papéis que tenho em meu poder encontrei o manuscrito de «A Cidade e as Serras», inteiramente concluído. Mandei já para a Imprensa êsse manuscrito, e estou revendo as provas com todo o zêlo que o meu mais sagrado dever me impõe. Fiz já para o Brasil a Francisco Ramos Paz o pedido de enviar-nos a colecção que êle possui de todos os artigos do nosso José Maria publicados no Brasil. Êsses artigos, juntamente com os que foram publicados nas revistas portuguesas e alguns outros dispersos, darão talvez matéria para três ou quatro volumes, cuja venda apalavrei com Lello em bases idênticas às dos últimos contratos, isto é: 25 % sôbre o preço de capa de cada exemplar pela primeira edição e 20 % pelas edições subseqüentes.

A circunstância de estar completo o original de «A Cidade e as Ser-

ras» — magnífico livro — torna descabido o prólogo que eu destinava a esta obra na hipótese de ela estar incompleta. O estudo que eu consagro ao meu querido amigo aparecerá num dos volumes das obras que estou recopilando. Estes volumes estarão no prelo logo que se acabe de imprimir «A Cidade e as Serras».

Queria ter ido vê-la a Penamacor na ocasião da minha recente ida ao Pôrto, mas inteiramente me escasseou tempo. Para a Páscoa, querendo Deus, realizarei esse desejo depois de ir visitar os meus netos ao Colégio de S. Fiel, do qual lhe levarei notícias. A educação jesuítica daquele estabelecimento não é decerto perfeita, mas considero-a a menos má de tôdas as que se ministram nos colégios portugueses. O de S. Fiel tem disciplina, e eu considero a disciplina, ou seja sob a forma militar ou seja sob a forma eclesiástica, a base essencial de todo o processo tendente a adaptar o homem às duras condições da vida. Os meus netos progredem regularmente através da medonha complicação oficial dos seus estudos, têm saúde e estão alegres. Só depois de ter eu mesmo visto funcionar a máquina poderei dar mais informações. Peço-lhe que diga a êsses rapazes e à querida Maria que o velho tio Ramalho lhes envia os mais ternos abraços e os mais carinhosos beijos. Espero que o bom ar dêsses campos tenha completamente restabelecido a saúde do Zézé.

Com muito affectuoso respeito lhe beija a mão o seu

velho amigo e criado muito dedicado

RAMALHO.

Santa Teresa de Jesus e Madre Leocádia

[Antes e depois de Alcácer-Quivir]

O misterioso fim de El-Rei D. Sebastião, pela, talvez temerária, vontade de cobrir de glória o nome de Portugal ao mesmo tempo que fazia cristandade ⁽¹⁾, criou um ciclo lendário, poético e patriótico, misto de fervor e de esperança, que chegou até perto dos nossos dias, senão aos nossos próprios dias.

Mas, se esta corrente pia de devoção e fé patriótica, a que se deu o nome de Sebastianismo, desperta a curiosidade do historiógrafo, não menos a deve despertar um prenúncio do desastre que, para nós, começou nos areais de África, em 1578, e só terminou naquela manhã, longínqua e nunca demais celebrada, de 1 de Dezembro de 1640.

Quem previu a batalha de Alcácer-Quivir foi Santa Teresa de Jesus, carmelita descalça espanhola, nascida em Ávila a 28 de Março de 1515 (quarta-feira).

Segundo o livro da sua vida ⁽²⁾ se vê que «Seu pay se chamou Affonso Sanches de Cepeda, nascido em Avila, Cidade antiga da Lusitania: *Abila dicta est Lusitanorum civitas*, hoje de Castella a Velha; homem de grande talento, e capacidade, e de muita Christandade, e virtude: depois de morto o vio a Santa no Ceo entre os Bemaventurados.

«Foy duas vezes casado; a primeira com D. Catharina do Pezo e Enão, de quem teve dous filhos varoens, e huma filha, João Vasques de Cepeda, e outro, cujo nome se ignora, e a D. Maria de Cepeda. A segunda com D. Brites d'Avila e Ahumada, may de nossa Santa: ambas

⁽¹⁾ Vid. Carta de D. Sebastião, de 14 de Março de 1578, para o «Padre Geral e convento do mosteyro de Scta Cruz de Coimbra», in-Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal*, pág. 279, 4.ª edição, 1936.

⁽²⁾ *Vida da Serafica Madre S.^{ta} Tereza de Jesus*, public. em Lisboa em 1760, *Dilucidçam* ao Capitulo 1.

forão conformes ao marido, e de muy louvaveis costumes. A Santa a vio tambem no Ceo, como a seu pay. E morreo primeiro que elle, sendo de idade de trinta e tres annos; ficando então a Santa menina quasi de doze anos.»

Dêste segundo matrimónio, teve nove filhos, sendo sete rapazes e duas raparigas. Um dêles foi o que mais privou com a Santa irmã, chegando a tentar acompanhá-la a terras de infiéis para aí verem tornado realidade o sonho de sofrerem martírio por N. S., e que com ela praticava levantando ermidas «em huma horta, que havia em casa», para assim, sendo crianças, ganharem já as graças de Deus. Êste seu irmão «Foy Capitão no rio da Prata, e em sua conquista morreo: costumava dizer a Santa, que o tinha por Martyr, por morrer em defesa da Fé.»

A irmã D. Joanna de Ahumada, era muito querida da Santa, havendo-a esta criado na sua cela e guiado no caminho da virtude, «até que casou em Alva com João de Ovalle, pessoa principal; e ambos forão muy servos de Deos».

Desde tenra idade (5 anos) que a Santa sentiu a vocação religiosa chamá-la. O episódio de que acima se fala, da vocação do martírio, juntamente com o irmão Rodrigo de Cepeda, é curioso recordar-se (1):

«... e assim com grande esforço, e generosidade tratou com elle, (o irmão) como irião a terra de Mouros, para que os martirizassem.

«Do desejo passarão á obra, e tomando os dous meninos alguma cousinha para comer, se sahirão de casa de seu pay, determinados de ir a terra de Mouros, donde lhes cortassem as cabeças por Christo. Sahindo por hũa parte da Cidade de Avila, que chamão da Adaja, que sahe ao rio deste nome, passarão a ponte; e prosseguindo seu caminho encontrarão a seu tio Francisco Alvares de Cepeda, que preguntando-lhes onde hião, descobrirão seus intentos, e os trouxe para casa de seus pays, ficando a mãy muy alegre; porque já os tinha mandado buscar por muitas partes, com temor de que não lhes houvesse succedido alguma desgraça, ou cahido em hũa nora, que havia na horta de sua casa. D. Brites lhes reprehendeo a ausencia, que havião feito, e Rodrigo se desculpava, dizendo: que a menina o havia incitado, e feito tomar aquelle caminho; ficando Teresa convencida por authora do delicto, que depois castigou o amor, fazendo-a Martyr sua, não a mãos de Mouros, senão de Serafins.»

Explica o *dilucidador* que os dois irmãos, «vendo frustrados seus

(1) *Vida da Serafica Madre S.^{ta} Tereza de Jesus...* Dilucidacam ao Cap. 1.

intentos, e vendo que lhes impedião o voar logo ao Ceo pelo meyo do martyrio, como o desejavão, buscarão outro com que satisfazer em parte a seus desejos». Foi, então, que, na «horta de sua casa», começaram a fazer ermidas como se fôsse para nelas viverem religiosamente.

Depois que, aos vinte anos de idade, entrou em religião, viveu na maior santidade, tendo morrido mais do amor de Deus que da doença que a acometeu (1). Mesmo na hora da morte se operaram prodígios, por permissão Divina, que a assinalaram, sendo de notar que, mais de oito anos antes de morrer, já Jesus Cristo lhe havia revelado a data da morte (2).

Finou-se a 15 de Outubro de 1582, «segundo a emenda do Calendario Romano, governando a Igreja o Papa Gregorio XIII., e reynando na Hespanha Filipe o Prudente», com «sessenta e cinco annos, seis mezes, e sete dias. Foy canonizada por Gregorio XV. em 12. de Março de 1622.» (3).

Este Filipe foi o 2.º de Espanha e o 1.º de Portugal.

A Igreja Católica comemora o seu dia, a 15 de Outubro, com indulgência plenária e nos nove seguintes, celebrando a sua «transversação» a 27 de Agôsto, concedendo também indulgência plenária neste dia (4).

Alma de eleição, teve várias visões místicas, chegando a dialogar com o Senhor. Além destes arroubos, que são como que a coroa da Santidade e não incandescências de cérebros dementados ou enfraquecidos como pretendem alguns, teve também visões proféticas que se cumpriram.

Uma delas é, precisamente, a que nos diz respeito. Vejamos como na *Dilucidaçam* do capítulo XXXIV, o comentador da *vida* que a própria Santa escreveu narra a visão que se refere a Alcácer-Quivir:

«Mais de vinte annos antes que succedera a morte d'El Rey D. Sebastião, e de tanta nobreza, como morreo em Africa, vio sobre o nosso Reyno de Portugal hã Anjo com a espada desembainhada: e crescendo sua afflicção, quando vio seus tristes effeitos o anno de mil, quinhentos-setenta e oito, a quatro de Agosto, se queixou ao Senhor amorosamente, dizendo: *Ay meu Deos, como permitistes aos vossos tal perda, e aos*

(1) *Flos Sanctorum*, do Padre Rosário, vol. II, festas de Outubro (15), pág. 691.

(2) *Flos Sanctorum*, pág. 691.

(3) *Id.*, *id.*, pág. 692.

(4) *Compêndio Carmelitano ou Breve tractado da Regra que profissão os Irmãos Terceiros da V. O. de N. Senhora do Carmo...*, Pôrto, 1841, cap. IV, § II, págs. 61 e 63.

S.^{TE} THERESE DE JÉSUS



S.^{TA} TERESA DE JESUS + S.^{TA} TERESA DI GESÙ
SAINT THERESA OF JESUS

(Gravura da col. do Dr. Eugénio da Cunha e Freitas)



Santa Clara (a velha)—Coimbra

(Aquarela de Maltieira)

inimigos tal victoria? E o Senhor lhe respondeo: *Se eu os achel dispostos para traze-los a mim, de que te affliges tu?* Com que ficou livre do sentimento, e muito afeiçoada aos Portugueses: pois sendo em todas as nações de ordinario os soldados, a gente mais estragada, achára Deos aquelles em tão bom estado: e seguio-se logo huma ancia grande de vir fundar a este Reyno, por se lhe representarem os naturaes delle muito inclinados á virtude.»

De acôrdo com a História está, sem dúvida, a visão profética de Santa Teresa de Jesus, porque, tendo D. Sebastião partido de Lisboa para a África em 24 de Junho de 1578 (1), animado mais do intento de alargar a fé e impor o nome de Portugal que, porventura, de ser agradável a Mulei-Hamed, foi, com efeito, a 4 de Agôsto dêsse ano (1) que, nos areais de África,

«
O Luso Cravo de Ourique
Vento de África o desfez... »

no dizer incomparável do grande poeta Nacionalista António Corrêa de Oliveira (2).

Vendo, pois, Santa Teresa as palavras do Espôso Divino àcêrca da excelência de alma dos portugueses, minorou-se-lhe a dor sofrida com a derrota e pretendeu ardentemente «vir fundar a este Reyno».

«E pedindo muito a Deos, que lhe concedesse esta mercê, lhe respondeo o Senhor dia da Assumpção da Senhora: *Tu filha não irás a Portugal fundar casas de Sua Reforma; mas trão tuas filhas, e teus filhos: porque quero (augmentando o numero dos bons Religiosos, que ha naquelle Reino, com os teus) que cresça o motivo de eu suspender o castigo, que lhe dei, e usar de misericordia com elle. Tambem será levada a elle a tua mão esquerda, que lhe quero dar a mão de huma tão amada Esposa, para o levantar da miseria, em que estará cahido, e restitui-lo ás felicidades antigas, e dar-lhe hum penhor de outras avantajadas.* Formou a Santa esta memoria, como costumava ás de mayor importancia, nesta forma: *Theresa de JESUS Carmelita.* E a escreveo por inter-

(1) Alfredo Pimenta, op. cit., pág. 280.

(2) António Corrêa de Oliveira, 1927, «Os sinos do captiveiro», da série *Na Hora incerta* ou *A nossa Pátria*.

cessão do Padre Fr. Jeronymo Graciano, a quem também devemos, estar aquella mão neste Reyno no Convento de Santo Alberto» (1).

Cinquenta e oito anos depois da morte da Santa, Portugal recuperou a independência, não deixando de consagrar-se à protecção celeste.

A confirmar a verdade da profecia pode ajuntar-se referencia a outras que, igualmente, como lhe foi dado ver, se cumpriram: sôbre o Reyno de França viu, também, um Anjo de gládio desembainhado, e ensangüentado, percebendo daí a ira de Deos contra aquelle reyno pello patrocínio que dava aos Herejes. A um seu irmão que se achava governando nas Indias de Castella escreveu, hum dia, uma carta advertindo-o de que, se quizesse salvar o corpo e a alma, sahisse dali o mais rápido possível. «Obedeceu pontual ao aviso, e dentro de poucos tempos, por sucessos não imaginados, entrárão os inimigos naquella terra, e matárão quantos Hespanhoes nella havia com o Governador, ou cabo que lhe havia succedido.»

Um ano antes da morte de S. Pedro de Alcântara, foi-lhe dado ver em que data êste Santo entraria na Bemaventurança. Comunicou-lho e assim se verificou na data que lhe apontara.

Muitos outros juntaria. Porém, para não tornar demasiado extenso o artigo, e porque êstes três factos bastam até à saciedade a provar que se não trata de visões protervas, abstenho-me de continuar a enumeração.

* * *

Madre Leocádia da Conceição, franciscana do convento da Madre de Deus de Monchique (Pôrto), entrou em religião com cêrca de catorze anos, tendo-se revestido «de certo mistério a entrada da noviça no cenóbio portuense» (2).

Êste *mistério* provinha do facto de a *Condessa de Miranda, D. Mécia de Vilhena, mulher de Henrique de Sousa, governador da Casa da Relação do Pôrto desde 1590 a 1609*, ter apresentado a noviça como «hua minina bem nascida, e limpa de geração, q̃ bem a podião aceytar as Reli-

(1) *Vida da Serafica Madre S.^{ta} Tereza de Jesus*, loc. cit.
Do Convento de S.^{to} Alberto, em Lisboa, mais conhecido por Convento das Albas, existem ainda restos.

(Informação do meu Amigo Dr. Eugénio da Cunha e Freitas).

(2) *Madre Leocádia e o «Encoberto»*, por Pedro Vitorino, Pôrto, 1940, separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Pôrto, vol. III, fasc. III.

giosas», sem, contudo, lhe fazer «nomeação de pays», seguindo-se daí *reparo* das freyras «ao ã a Madre Abadessa respondeo, ã bastava dizer ã era de geração limpa, e ficarão logo sossegadas; e quando veyo p.^a este sancto convento, veyo com a Condeça, ã então era desta cidade, com toda a ostentação, como se fora sua filha, e o vestido ã trazia era de hũa sua filha, e dizem ã se parecia muyto com ella; isto he certo, ainda ã dizem era de Freyxo de Espada, se bem dizem era por disfarce, com que algumas lhe chamavão filha de Confiteor Deo» (1).

Elucida o meu malogrado Amigo e mestre Dr. Pedro Vitorino, no seu estudo que venho seguindo, que «muito possível é que essa menina fôsse gémea de sua filha e que razões de conveniência levaram a afastar do seio da familia».

Atacada de achaques vários e sofrendo as conseqüências de uma queda que dera na Páscoa de 1681, morreu em 1 de Dezembro de 1686 tendo quási cem anos.

De várias visões que teve, algumas dizem respeito ao regresso de D. Sebastião sob a forma do «Encoberto».

Do estudo do Dr. Pedro Vitorino transcrevo a parte relativa a estas visões que vem no «Terceiro fundamento» do *Discurso sobre a esperança da vinda do Sr. Rey D. Seb.^{hm}. Escrito em oito fundamentos.*, do nosso Padre António Vieira, comunicados pelo P.^f Balthazar Guedes dos Orfaons da cidade do Porto, q. os certificou:

«... passado alguns annos ou p.^a melhor dizer, alguns meses, depois de vesperas, se foi a M.^e Leocadia p.^a a sua capelinha como costumava, e em chegando a ella, vio ã da parte de dentro estava deitado hum homem todo vestido de armas brancas desde o bico do pe até a cabeça, aonde tinha um fermoço elmo, ou capacete em a cabeça com a vizeira fechada, em o braço esquerdo hum escudo, e nelle gravadas as armas deste R.^{no} e na mão direita hum bastão. À cabeceira deste homem estava hũa arvore em cujo remate estava a Imagem de Christo Sr. nosso crucificado, e ao pe desta arvore estava ao modo de Ermitão hum

(1) Do «Traslado de hum caderno, / que escreveo a Madre Religio / sa Jeronima de Jesus do mostey / ro da Madre de Deos de / Monchique da cidade do Por / to, da vida, & acções, e visões / da muyto Religiosa Madre / LEOCADIA da CONCEYÇÃO / serva de Deos, / e o / começou a escrever em vinte, & / nove de Junho de mil, / seiscentos, & oy / tenta, & seis / annos», in Pedro Vitorino, op. cit. A pág. 6 do seu trabalho, esclarece o Dr. P. Vitorino que «o livro teve começo cinco meses antes da freira se extinguir. A autora foi quem cuidou da Madre Leocádia na sua prolongada doença e lhe assistiu ao trânsito».

homem de geolhos com as maons levantadas em oração: da parte direita estava hũa mulher em pé toda vestida de branco, com hum veo de volante pelo rosto; a cabeça bem composta, e na mão direita hũa custodia, e na esquerda hũa cruz: da parte esquerda da arvore estava hum gentil mancebo com hum estandarte nas maons com as sagradas quinas deste Reyno, e junto d'elle hum homem mais entrado na idade vestido de comprido, e de cor roxa.

«Sobressaltou-se a veneravel M.^e com a vizão, e como era de natural intrepido, como mulher forte, quiz entrar p.^a dentro: disse a mulher à veneravel M.^e: pára e persignate, dize o Credo, e protesta a fé, como te ensinou o P.^o Fr. Martinho de S. Paulo (q̃. então era confessor do d.^o conv.^{to} religioso da m.^{ta} virtude e authorid.^e) persignou-se, disse o credo, e protestou a fé de geolhos: feita a protestaçoão ouviu claram.^{te} dizer ao mancebo q̃ tinha o estandarte na mão p.^a o q̃ estava deitado ao pé da arvore: Tu que dormes levantate; e no mesmo instante se levantou: Replicou o mancebo p.^a o q̃ estava ao pé da arvore: Tu, q̃ oras, espera: e p.^a o q̃ estava junto de si: Tu, q̃ vigias, segue-me. E nisto sairão pela porta da capella fora p.^a a parte do mar, lançando estas vozes: Espanha, Espanha q̃ será de ti? Roma, Roma, Portugal Imperio, Imperio. Isto dizião todos em som de guerra.

«A veneravel M.^e hia seguindo com a vista esta visão, e vio q̃ lá p.^a o mar alem dos capuchos (*em nota do Dr. Pedro Vitorino: Frades de S.^{to} António de Val-de-Piedade*) se reduzia aquella cruz vermelha, em forma de flor de liz.

«Era neste tempo a veneravel M.^e Porteira da porta de Sima, e tangendo-se á campainha, e correndo á obediencia, vinha chorando os trabalhos da christand.^e; e abrindo a porta vio a mesma cruz, q̃ antes vira vermelha, posta no ar sobre o pateo toda branca e refulgente; com este espirito do q̃ vira tomou a chave, e na parede q̃ faz costas à capella mor, fez com a chave o retrato da mesma cruz; e não sei se estará ainda hoje em o próprio lugar. (*Em nota: Madre Jerónima substituiu esta frase por «mas o tempo já a foi gastando»*) (1).

«Passarão-se alguns tempos, entre elles me communicou esta vizão, pedindo-me segredo, e o meu parecer. Respondi-lhe, q̃ era mochacho e nescio, q̃ sua Reverencia o communicasse ao seu confessor, que era letrado

(1) Esta Madre Jerónima (de Jesus), é a mesma [autora] a que se refere a nota da página anterior, freira do convento de Monchique e que fez a compilação da vida de Madre Leocádia.

e virtuoso; e como tal lhe respondeu q̄ se não inquietasse com o q̄ vira, q̄ Deos nosso S.^r teria cuidado de manifestalo q.^{do} fosse tempo.

«Nestes tempos continuava fervorosa Oração, e estando hũa tarde em o coro vio q̄ no arco da capella mor estava formada hũa fermozíssima arvore semelhante a hum Platano nas folhas e cachos (porem advertia ella q̄ aquella Ig.^{ra} lhe parecia era m.^{to} mayor sem comparação do q̄ ella he) e q̄ sobre ella estava a Imagem de Christo S.^r nosso crucificado, q̄ estava no arco da capella mor: ao pé desta arvore estava virado p.^a o altar mor aquelle Ermitão que ella vio em baixo na capella do S.^r dos Paços (*sic*) ao pé da arvore que fica referida; ouviu a Veneravel M.^e q̄ dizia este homem p.^a o altar mor — Memento mei, qui Alphonso dixisti — estando assim a Veneravel M.^e admirada sobre suspensa, advertio q̄ pela porta da Igreja (ainda q̄ fechada) entrava um homem de terrivel aspecto fazendo venia ao S.^r e foi chegando a arvore, trazendo em as maons hum machado, e hum ensinno de ferro, e em todo este tempo com duplicadas repetiçoens dizia o Ermitão as palavras latinas supradictas. Tomou este homem o ensinno, e foi esfolhando toda a arvore, cujas folhas assim como cahião se sumião, e da mesma sorte os cachos, q̄ despois das folhas forão arrancadas e ficou a arvore como se fora em estio.

«Feita esta cerimonia poz de parte o ensinno e pegando no machado, foi aquelle tremendo homem cortando todos os troncos da arvore sem ficar hum só, e ouviu a Veneravel M.^e hũa voz sentida q̄ sahia do altar mor; e dizia ao cortar dos troncos — Dissipati sunt torquentes cor meum — dizia a veneravel M.^e quando me communicou esta visão: meu filho, cada tronco q̄ cahia ao cortar do machado fazia tal estrondo, q̄ parecia q̄ todo o conv.^{to} se arruinava. Perguntei-lhe, q̄ fazia q.^{do} via esta vizão? Respondeu-me: conformava-me com a vontade de meu Deos, e pedia-lhe misericordia. E neste ponto (dizia ella) parece q̄ o S.^r me dizia — post tenebras spero lucem — bem mostram q̄ vossa piedade se hade lembrar despois q̄ passarem os trabalhos: mas S.^r ficar aquella arvore desfolhada sem troncos, e com poucas folhas, q̄ parecião de louro, no alto della ao pé de vossa Santa Cruz, que significão? (*Em nota diz o Dr. Pedro Vitorino: Madre Jerónima, mais minuciosa no passo, explana, assim, esta visão:*

«A arvore que vistes he este Reyno, cujo povo significão as folhas, e as riquezas significadas nos cachos q̄ hey de acabar; os troncos q̄ vistes são os fidalgos e os poderosos, q̄ hey de dessepar e destruir; porq̄ atormentão os pobres e dos validos [desvalidos] q̄ são o meu coração.

«Aquelle homem q̄ vistas q̄ esfolhou e cortou, he o meu rigor, com q̄ hey de castigar este Reyno; pois se não aproveitão de minha misericordia, offendendome, como se não fora Reyno meu.

«Aquelle q̄ vistas de gíolhos ao pé da arvore orando, he o corpo mystico deste Reyno, em q̄ se significa os poucos q̄ me amão, e esses me pedem, me lembre deste Reyno, como prometi lembrar-me ao primeyro Rey deste Reyno D. Affonso Henriques).

«Ouvio então q̄ se lhe dizia: filha, o Tronco Real deste R.^{no} nunca o hei de acabar, e com os poucos Portuguezes digo poucos q̄ escaparão, significados nas poucas folhas q̄ vistas, hei de augmentar este R.^{no} q̄ ha de ser Imperio athe o fim do mundo. Nestes tempos não passava dia a veneravel M.^e q̄ não tivesse visoens, por q̄ todo o seu cuidado era encomendar m.^{to} a nosso S.^r a paz da Igr.^a, e deste Reyno com o de Castella.

«Gastava em o coro m.^{tas} horas, e ordinariam.^{te} a estava acompanhando o Encuberto, q̄ era aquella homem q̄ ella vio deitado (como assima fica dito) ao pé da arvore, q̄ ella tinha visto em a sua capellinha do claustro com o S.^r da Cruz às costas; fallava com ella em Portuguez, mas nunca levantava a viseira do elmo, e sempre o vio coberto de armas brancas athe as maons, m.^{tas} vezes medisse a veneravel M.^e q̄ elle era S.^{to} Em os dias q̄ comungava lhe via sair hūas extraordinarias luzes por baixo da viseira. Perguntou-lhe a M.^e aonde habitava, e q.^{do} havia de vir p.^a este R.^{no} (q̄ claram.^{te} lhe dizia era El-Rey D. Seb.^{am}) ao q̄ respondeo q̄ o q.^{do} havia de vir e a forma em q̄ andava no mundo era cousa só reservada a Deos nosso S.^r.

«Vinha a veneravel M.^e hum dia abrir a porta de sima, de q̄ era Porteira, e vindo pelo corredor, vio q̄ diante della vinha o Encuberto, e trazia pela mão aquella molher vestida de branco (q̄ assima fica dito e q̄ vio na capella do S.^r com a cruz às costas, e disse à veneravel M.^e q̄ se persignasse, dissesse o Credo e protestasse a fé) e encontrando-os no corredor, como digo, perguntou ao Encuberto: vós cazastes? respondeo-lhe a mulher: eu sou a Igreja, este q̄ ves me háde reformar desde a Tiara Pontificia athe o menor clérigo de ordens menores, e ao mundo dará Coroa Imperial reformando a mais minima e humilde creatura.

«Em outra occazião estava no coro a veneravel M.^e depois de vespersas em oração, quando vio entrar pela mesma porta do coro hum homem velho bem parecido, vestido de armas brancas, trazia em o braço esquerdo m.^{tas} coroas, e em a sua propria cabeça hūa m.^{to} ornada, q̄ parecia Imperial: vio logo entrar outros homens de varios modos no ves-

tido, e cada hum delles q̄ chegava fazia profunda venia ao S.^{mo} Sacram.^{to}, e depois ajoelhando ao pé do véelho, lhe beijava a mão, e logo o velho lhes punha hũa das coroas q̄ tinha em o braço, e se hião estes Reys pondo á roda em forma de circulo; e o ultimo q̄ entrou era ainda moço, no aspecto gentil homem, de presença muy agradável: logo q̄ este appareceo lhe fizerão as mais grandes cbrtezas; o velho o tomou nos braços, e tirando da sua propria cabeça a coroa a poz na cabeça do moço, e o poz junto a si. Veyo depois de tudo isto hum velho em forma de Ecclesiastico, e querendo beijar a mão ao pr.^o velho, este lhe virou as costas e desapareceo a vizão.

«Passados alguns dias andava a veneravel M.^e muy suspensa com o q̄ vira, e estando no coro em oração depois de vespervas lhe appareceo aii mesmo hũa mão com hũa aza muy resplandecente, e pegava a dita mão em hũa cadeya lustrosa, e de grandes elos, e esta vinha a acabar em o Encuberto. Passou a vizão, e de a ver ficou ella muy sobressaltada, e virando-se p.^a o altar mor, disse: Senhor, q̄ he isto? Cadeyas? quereis prender a Portugal, e captivalo? Desfeita em lagrimas se postrou por terra, pedindo misericordia para este Reyno.

«Teve depois hũa locução interior, sentindo q̄ se lhe dizia: Filha, a cadeya q̄ vistes se puideras contar os elos acharias q̄ eram 16 q̄ significão os 16 Reys deste Reyno, q̄ são aquelles q̄ vistes há poucos dias no coro em q̄ estás. Aquelle pr.^o velho era El Rey D. Affonso Henriques, em quem comecei este Reyno, e por isso hia dando as coroas aos mais, e o ultimo q̄ vistes entrar era El Rey D. Seb.^o em cuja cabeça poz o velho a sua coroa, e o recebeo nos braços; e o Ecclesiastico q̄ vistes era o Cardeal D. Henrique, q̄ entregou o R.^{no} a Castella, e não a quem pertencia, e por isso o velho lhe virou as costas; e nem benção nem coroa lhe deo.

«A cadeya q̄ vistes, e a mão com as azas, he esta a sua intelligencia, a mão com a aza he do Anjo Custodio deste R.^{no}, a cadeya unida com os elos são os Reys deste R.^{no} tão unidos todos em a fé, q̄ nunca a quebrarão, antes prevalecerão, e perseverarão nella sempre fortes; e por isso vistes o Encuberto fixo nella, q̄ pela exaltar sahio à conquista.

«Quando a veneravel M.^e me contou esta vizão estava m.^{to} alegre de o S.^r certificar-lhe sempre q̄ este R.^{no} era puro na fé, e o Encuberto a havia de propagar por todo o mundo.

«Quando Elvas estava sitiada, (*em nota do Dr. Pedro Vitorino: 1659*) na hora em que o nosso exercito entrou as trincheiras, lhe appareceu o Encuberto e lhe disse: eu fui o pr.^o q̄ rompi as trincheiras, e logo se

forão seguindo os q̄ foram entrando, e D. Luiz de Haro tem deixado tudo, porq̄ eu o intimidei, e o fiz ir fugindo: dá graças a Deos nosso S.^{or} por esta victoria, q̄ o S.^r me deo licença te desse esta nova, pois com tanto cuidado lhe encomendas as couzas deste Reyno.

«Estava a veneravel M.^e dia de Reys de tarde no coro, rezando (por algum escrupulo) outra vez matinas, e chegando ao psalmo q̄ diz — Da imperium tuum quero tuo, et salvum fac filium ancillae tuae — lhe appareceu o Encuberto, e ella lhe disse: deixaime rezar, não me inquieteis, e se me ordenais q̄ repita este verso, dizeime o p.^a que? respondeu-lhe o Encuberto: amiga esse verso supposto se entenda de Christo S.^r nosso, tambem se acomoda a mim; porq̄ me tem o S.^r prometido q̄ hei de reformar, e hei de ser Imperador, porq̄ sou filho obediente da Igreja nossa May.

«Em o tempo q̄ Evora estava de sitio (*em nota do Dr. Pedro Vitorino: 1663*) pelo inimigo se recolheo a veneravel M.^e ao coro, em hum dia de tarde, levando consigo trinta e tres freiras com velas acezas (como m.^{tas} vezes costumava) e estando pedindo a Deos nosso S.^r restituísse a Cid.^e de Evora à sua Liberdade, no fervor da oração entrou pelo coro dentro hũa religiosa doida q̄ havia no convento, trazia hũa cana em a mão com hum papel (como bandeira) dizendo, victoria, victoria; respondeo a M.^e, escutai filha, q̄ ainda não he tempo, e dali a hum pouco, disse m.^{to} alegre às freiras, louvemos m.^{to} a Deos todas, que está Evora restaurada, e perguntando-lhe eu por este cazo em outra occasião, disse: filho, o Encuberto tambem andou na batalha, e logo me deo a nova da victoria: seja o senhor bemdito para sempre.»

Não foi apenas madre Leocádia quem teve visões sebásticas, adentro de paredes conventuais.

Outras mais, dentre que se celebrizaram a carmelita Leonor Roiz, Maria da Cruz, de Viseu, madre Sórora Teodósia de Magalhães, de Avintes, no convento da Avè-Maria, a qual chegou a escrever um trabalho que ficou inédito — *Firme Esperança dos Sebastianistas* (1).

É claro que me merece mais confiança a visão de Santa Teresa de Jesus que as das freiras portuguesas.

No entanto, quer se trate das visões das freiras, quer, mesmo, das *profecias* de Gonçallo Annes Bandarra, não é a interpretação à luz rigorista da análise fria o que choca, mas sim a chama do amor pátrio que,

(1) Pedro Vitorino, *op. cit.*, págs. 15 e 16.

talvez involuntariamente, e sem darem por tal, com êsses esperançosos ditos difundiam na alma popular.

Não teria passado de mito tudo isto, não teria sido mais que especulação infame o aparecimento dos supostos *Encobertos*, mas a crença da redenção do cativo, que é o que importa nisto tudo, lá estava bem patente, inegável e insubstituível.

Cumpriu-se o que o Senhor prometera à Santa Carmelita espanhola — *Levantou-nos da miséria em que éramos cahidos e restituiu-nos às felicidades antigas...*

Pôrto — Junho — 1945

A. PINTO ALMEIDA.



A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 106)

CAPÍTULO I

Dados biográficos de Catulo e de Lésbia

NASCIDO de família notável de Verona, onde terá visto a luz do dia no ano de 87 A. C., segundo opinião de S. Jerónimo, Caio Valério Catulo foi embrenhar-se, anos depois, na vida elegante de Roma, a qual lhe proporcionou amigos e inimigos entre as pessoas importantes pelo sangue, cultura e inteligência.

Aí a vida sorria-lhe no meio de versos e mulheres, de banquetes, festas e passeios. Catulo devia possuir, a par do talento literário e bens de fortuna, boa constituição física e temperamento sociável, sem o que, de contrário, ser-lhe-ia impossível dar nas vistas às mulheres formosas, e, mais que isso, apaixoná-las.

Assalta-me, teimosamente, neste instante a figura janota de Almeida Garrett, constantemente enamorado da beleza feminina, quer ela fôsse a formosura de Isabel Hewson, a Lélia das Odes, quer «os olhos pretos de quinze anos» de Ana Leite de Teive, quer o mimo da branca e rosada Lúza Midosi ⁽¹⁾, a Délia, quer as três Robinsons, ou a nostálgica poetisa francesa, Pauline de Flaugergues ⁽²⁾, ou a inesquecível Adelaide Deville, a fascinante rapariguinha da Rua dos Capelistas, para não falar em tantas outras que perfumavam a existência do diplomata paupérrimo ⁽³⁾ nos

⁽¹⁾ Fidelino de Figueiredo, «Tôrre de Babel», 107, «A Mulher de Garrett».

⁽²⁾ Fidelino, «Epicurismos», 207, «Pauline de Flaugergues, Poetisa da Saúde».

⁽³⁾ *Diário da Manhã*, «Cultura», 10-X-944, transcreve duas cartas inéditas dirigidas de Londres por Garrett a Gomes Monteiro. Na de 6 de Outubro (de 1831?) diz: «Não sei se abuso da amizade que lhe devo em recorrer a ela para me valer em meu aperto nesta

bailes da nossa embaixada em Bruxelas, a admiradora boquiaberta dos pretenciosos figurinos à Garrett. O nosso romântico dispersou o seu amor por várias mulheres, das quais só uma conseguiu prendê-lo a valer; a mesma coisa succedeu a Catulo com a famosa Lésbia.

E não deixa de ser interessante frisar a opposição de estado dos dois pares de amantes: Garrett era casado ao encontrar Adelaide, solteira ainda; Lésbia já estava com o seu destino ligado a alguém quando Catulo a conquistou.

Vejamos quem era Lésbia.

Q. Metellus Celer, cônsul no ano 60, casara em 63 com uma faustosa e dissoluta mulher, cheia de beleza e sensualismo como poucas. Chamava-se Clódia e era irmã de P. Clodius Pulcher, inimigo de Cícero.

Ficando viúva quatro anos depois, graças ao veneno que as próprias mãos ministraram ao marido, entrega-se a diversos amantes como M. Caelius Rufus, cujo abandono ela não perdoou, pelo que o acusou de homicídio frustrado e o fez sentar no banco dos réus. No seu julgamento produziu Cícero a notável defesa «Pro Caelio», publicando desta forma o vergonhoso cadastro de Clódia, a Lésbia do Veronense.

Mas será de facto esta mulher a amante de Catulo?

Podemos afirmá-lo sem receio em face dos vários e potentes argumentos a favor da identidade de Clódia e da mulher imortalizada no amor e na obra d'êste poeta.

E para mais vejamos.

ocasião. Eu, sem mais preambulos, tenho a maior precisão de algum dinheiro, absolutamente não tenho a quem recorrer senão ao meu amigo. A viagem não pago, nem os meus preparativos importam grande coisa; mas tenho minhas pequenas dívidas que me prendem e afligem, e não ousa figurar de caloteiro. O meu embaraço é de £ 30. Faça, meu bom amigo, um esforço máximo a favor de quem tanto lhe é já obrigado, e veja se me vale nesta derradeira ocasião. Protesto que tomo esta dívida como a minha mais sagrada, e que será a primeira paga apenas eu chegue a Portugal. Felizmente tenho passado êstes quasi quatro anos de amargura sem me vexar com ninguém — porque não chamo vexar-me os favores que lhe tenho devido: desejava mais que tudo sair sem passar por um dissabor. E conto que o meu amigo me ha-de ajudar se inteiramente não lhe é impossível. Tenha paciência: quem mandou meter-se com poetas? — Mas, ainda assim, eu não sou poeta em prosa, graças a Deus, nem faço transacções de poeta. Acredite-me que se não soubesse que lhe pedia um shilling emprestado: havia, quando precisasse, esmolar, que é, sem pejo, uma esmola, que o tenho por mais honrado e decente. — Ademais fico ansioso esperando a sua resposta, e quasi dependendo dela a minha existência — pois decerto me não atrevo a sair daqui devendo ao boticário, alfaiate, etc, nem o posso fazer sem pagar ao meu dono da casa », etc.

Apuleio, fazendo a defesa do pseudónimo, tem as palavras seguintes :

«Eadem igitur opera accusent C. Catullum, quod Lesbiam pro Clodia nominarit.»

Ovídio reconhece igualmente dois nomes mas uma única pessoa, como se vê dos versos transcritos :

«Neve peregrinis tantum defendar ab armis,
Et Romanus habet multa jocosa liber:
Deque suo Martem cecinit grauis Ennius ore,
Ennius ingenio maximus, arte rudis,
Explicat ut causas rapidi Lucretius ignis,
Casurumque triplex vaticinatur opus,
Sic sua lascivo cantata est saepe Catullo
Femina cui falsum Lesbía nomen erat;
Nec contentus ea, multos vulgavit amores,
In quibus ipse suum fassus adulterium est.

A estas acrescentemos mais duas transcrições a provarem como se harmoniza bem o carácter e formosura da amante do nosso poeta com aquilo que outras fontes de informação alegam da célebre cortesã romana.

Propércio, quando nos fala das vergonhas da carne, dos prazeres dos sentidos, do sensualismo extremo, coloca Lésbia à frente de tôdas as devassas :

«Haec eadem ante illam impune et Lesbia fecit;
quae sequitur certe est inuidiosa minus.»

Lésbia era para êle o padrão da baixeza feminina, em contraste frizante da sua rara beleza física a que o mesmo autor faz alusão noutros versos :

.....
haec quoque lasciuí cantarunt scripta Catulli,
Lesbia quis ipsa notior est Helena.

Triste fama a de certas mulheres !

Ainda hoje perdura a sombra de Lésbia a repetir e a perpetuar com a beleza, fealdade, admiração, repulsa, adoração e piedade de tôdas as filhas da desgraça, o eterno espectáculo de Sodoma e Gomorra...

Georges Lafaye, professor mui digno na Faculdade de Letras da Universidade de Paris e editor recente das poesias de Catulo diz assim a propósito de Lésbia :

«Ajoutons, parmi les raisons accessoires, mais non sans valeur, les precautions dont Catulle entoure au début ses rendez-vous; elles indiquent tout au moins qu'il avait affaire à une dame de condition, qui, tout effrontée qu'elle était, avait certains ménagements à garder aux yeux du monde; une affranchie ou une femme galante de bas étage n'aurait pas en besoin de tant de mystère. Properce cite Lesbie entre Hélène, Vénus et Pasiphae, parmi les femmes que l'adultère n'a point fait déchoir de leur rang; parlerait-il ainsi d'une courtisane vulgaire, ou même simplement d'une modeste bourgeoise?»

Lésbia era, portanto, a belíssima e rica Clódia, para a qual dirigiam olhares cobiçosos os galantes filhos de Roma.

A fim de pôr termo à dispersão dos encantamentos da amada, Catulo resolve viver com ela; neste estado passa quatro anos de amor apaixonado, de amor carinhoso e terno, de admiração, de risos, de lágrimas, de desespero, enfim. E, através de tais sentimentos, aparece-nos o poeta com facêtas variadas, longe, muito longe da pieguice, sistema lacrimoso, total e absorvente, para poder rir quando tiver vontade, ridicularizar no momento oportuno, ferir com gargalhadas estrondantes, sem se esquecer também de chorar lágrimas e sangue, se o coração quiser chorar.

Não obstante as mágoas provocadas pela morte e pela ausência, Catulo é sempre optimista como autêntico poeta que é, vivendo um sonho que os males do mundo não estiolam nem impedem de se comunicar aos outros, sonho côr de rosa, traduzido nesta curta expressão: amar a vida seja ela como fôr.

Se estamos distantes dos nossos, unamo-nos na lembrança e saúde, e a vida não custará tanto a suportar; se somos pobres, pensemos em pobres mais pobres que nós, sem família, sem amigos, sem uma pedra onde encostarem a cabeça: o mesmo se não diz dos bichos do monte!; se a doença nos martiriza, nem então nós deixemos de amar, vivamos amando o sofrimento a exemplo do Santo Velho Job:

.

E então? O mosto não referve e apura,
Calcado aos pés? Então... Que eu seja a fronde
Ao gume e ao vale; o encruzilhado por onde
Tôda a angústia perpasse, em êrmo e agrura;

Arraste-me nos tempos, sendo a vida
A crosta duma chaga dolorida,
Que logo se renove apenas caia;

Mas, sempre eu vá, no Mar do Sofrimento,
Além das nuvens, para além do vento,
Buscando, — junto a Deus, — remanso e praia (1).

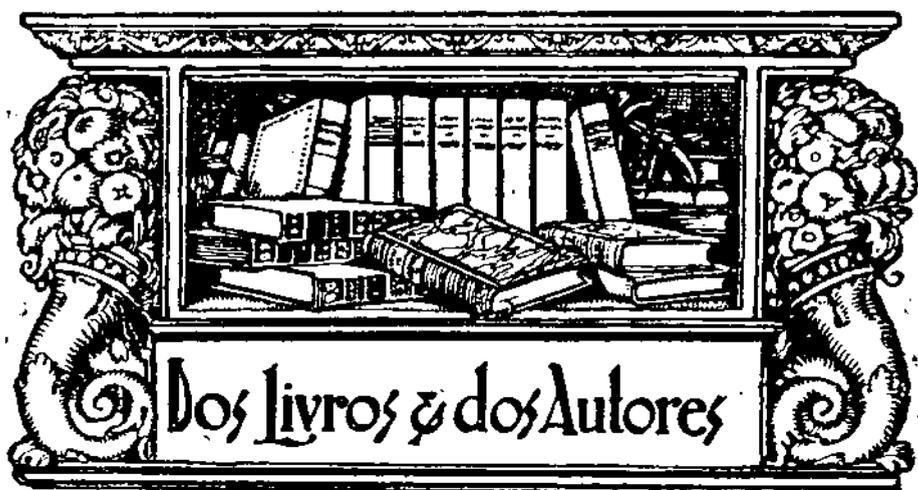
A poesia de Catulo não tem, é verdade, êstes acentos cristãos de ascese; mas a distância em que se encontra dos arroubos místicos que fazem ver o Céu da terra, se não na terra, não o torna incapaz de sentir o mundo com sensibilidade superior, dizendo aos quatro ventos que vivamos e amemos, como que a protestar: Se quereis viver, amai primeiro.

Foi esta lição de riso e bom humor, de optimismo saúdável saído de um coração pleno de amor, que despertou em mim uma simpatia particular por êste poeta que amou loucamente a beleza e paixão de Lésbia, igual a tantos que seguem ciosamente os nossos passos, abrigando dentro do peito chamas de vulcão a incinerar gradualmente o corpo e a alma, sem fôrças, sem fé e sem esperança...

(Continua).

A. SARAIVA DE CARVALHO.

(1) António Corrêa d'Oliveira, *Job* Primeira visão.



VERSOS DO MEU OCASO, por *João Maria Ferreira*. Pôrto, 1942. 210 págs. DA JANELA DO MEU QUARTO, pelo mesmo *Autor*. Pôrto, 1941. 40 págs.

Como se vê, são já antigos êstes volumes do sr. J. M. F., festejado poeta e autor de trinta obras, em prosa e verso. Mas só agora chegaram a esta revista, o que explica o atraso desta breve nótula. Do sr. J. M. F. alguns escritores novos teem falado com entusiasmo, embora êsse entusiasmo se deva talvez ao verdor da idade, que não deixa muito lugar para a reflexão.

Dos dois volumes que temos presentes vê-se que o A. é poeta de apreciável lirismo, simples e chão, sem propensões para largos vôos, antes contentando-se com os temas simples, de preferência os que se prendem com a natureza.

O primeiro dos volumes encerra sonetos, vilancetes, quadras e outras poesias, de metrificacão cuidada e de singela harmonia. O segundo é exclusivamente escrito em quadras de redondilha maior, solilóquios espirituais do autor ante a paisagem imponente do Gerez.

Lêem-se com o agrado que devem merecer as obras simples e ingénuas.



PALAVRAS DUM MÉDICO (2.^a série), por *J. A. Pires de Lima*, 1945. Edição do Santuário de Fátima. Cova da Iria. 177 págs.

Êste livrinho, devido à pena de um médico distinto, que é também um distinto professor, tem por subtítulo *Noções de higiene do corpo e da alma*, e é constituído por uma série de pequeninos artigos (50 ao todo) publicados em *A Voz de Fátima* e versando temas variados, mas na sua maioria médicos ou de higiene, com superior saber mas grande leveza de exposicão, o que os torna particularmente aptos a serem assimilados pelos espiritos simples a quem são especialmente endereçados.

Livro salutar, muito ensinará aos que o lerem com olhos de ver, pois, embora pouco diga de novo, muito do que diz é ignorado até pelos que, por dever de officio, tinham obrigacão de o conhecer.

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

VENTO SÔBRE A CHARNECA..., por *Alvaro Maia*. Com prefácio de *Hípólito Raposo*. Vol. 1, Edições «Gama». Lisboa, MCMXLIV. xv, 330 págs.

Todos os leitores de *Gil Vicente* conheceram, ou pelo menos ouviram falar de Alvaro Maia, cujas brilhantes qualidades de jornalista e de escritor podem bem aquilatar-se através d'êste livro. Espírito evado de um misticismo profundo, que, por vezes, o levava a certa intolerância que não se compadece com o equilíbrio que deve existir em espiritos sãos, A. M. teve um estilo vibrante, um tudo nada sacudido, que se tornava de agressividade agreste, ainda mesmo que não estivesse a polemizar, bastando tão somente estar a discutir homens, factos ou idéias que colidiam com os seus próprios ideais. A serenidade clássica na discussão das idéias, o equilíbrio sereno na exposição da doutrina, não os conhecia A. M. Sirva-lhe de desculpa a doença que o perseguiu e matou, e, principalmente, os baldões de uma vida que não foi de rosas, antes sempre se lhe mostrou madrastra descaçável.



COIMBRA NA OBRA POÉTICA DE JOÃO MARIA FERREIRA, por *F. Faicão Machado*. Pôrto, 1943. 32 págs.
 NA FONTE DE HIPOCRENE, por *Octávio Rodrigues de Campos*. Pôrto, 1941. 81 págs.
 CAMINHOS DE LIRISMO (*Apontamentos*), por *Mário Mota*. Pôrto, 1942. 84 págs.

Três livros diferentes, de diversos Autores, liga-os apenas o assunto comum que versam: o elogio da obra poética do sr. João Maria Ferreira, a que acima também já nos referimos. Dos três opúsculos só o primeiro vale, real-

mente, alguma coisa pela seriedade com que foi escrito e pela maneira elegante com que foi redigido, embora inicialmente se destinasse a ser lido em despretenciosa palestra, o que não impunha grandes responsabilidades. Do que temos lido a respeito do poeta João Maria Ferreira é, na verdade, a única obra que, de qualquer modo, pode contribuir para a exaltação da poesia d'êste vate.

Quanto aos outros dois nem vale a pena referirmo-nos ao seu conteúdo, tanto de equilíbrio nelas se encontra, principalmente na última, e tanta falta de senso comum nelas se vê. É de lamentar que pessoas sem a mais leve noção do que seja crítica e sem a mais elementar idéia a respeito do que o crítico deve ser, se abalancem a publicar livros que constituem a prova pública e palpável do contrário do que pretendem ser e a negação mais evidente das qualidades que julgam possuir.



O AUSENTE. *Comédia dramática em três actos*, por *Joaquim Paço d'Arcos*. Parceria A. M. Pereira. 1944. 122 págs.

A crítica responsável consagrou já esta peça de J. P. d'A., o romancista que todos admiram e aplaudem. Embora tarde, não queremos deixar de participar também do côro de louvores ao Autor de *O Cumplice*, a primeira peça d'êste dramaturgo de talento.

J. P. d'A. escolheu para t'ema o caso de um homem que, atacado de doença mental, esteve afastado da família e dos negócios durante seis anos, e que, ao regressar, se encontra destocado no tempo e no espaço. O t'ema não é novo e, embora com outro aspecto, já Balzac o tratou em *O coronel Chabert*. Mas J. P. d'A. localizou a acção da sua «comé-

dia-dramática» (por que não drama? Tem tôdas as qualidades para o ser) nos dias frementes que correm, já com a guerra a rugir pelo mundo. E não se limitou a isso, para despertar interêsse e empolgar o espectador ou o leitor. Com a mesma «garra» com que no romance ergue ante nós personagens das mais diversas classes sociais, com o mesmo talento com que desdobrou diante do leitor a efabulação de *Ana Paula*, de *Ansiedade* e de tantas outras obras valiosas de todos conhecidas, J. P. d'A. soube transportar para o palco as paixões vis, as dedicações altruístas, as baixezas de carácter, os ódios e as lutas dos dias que correm, e deu-nos na sua obra figuras vivas, reais, figuras que têm, entre tantas outras, o mérito de serem «humanas» como tôdas aquelas a quem dá vida o escritor de talento.

Se a «tese» (e empregamos êste termo por o acharmos mais expressivo do que «têma», dado que o Autor não pretendeu, de modo algum, defender qualquer tese) é antiga, nem por isso deixa de prestar-se a interpretações as mais variadas, tudo dependendo do como um autor a desenvolve, isto é do seu *modus faciendi*. E J. P. d'A. foi inteiramente feliz, porque soube rejuvenescer o assunto dando-lhe o ambiente de Lisboa — 1944, essa Lisboa que, sem ser ainda uma grande metrópole cosmopolita, não é já, positivamente, a grande cidade provinciana de que o Eça troçou nos seus romances e nas suas crônicas. É um pouco dessa Lisboa dessorada pela permanência, embora transitória, das «muitas e desvairadas gentes» do velho Fernão Lopes, que ali foram embater empurradas pelo vendaval da guerra, no período agudo de 1940. E, talvez sem o querer, J. P. d'A. ajuda-nos a compreender como pode influir na tendência inata de certos patifes para os negócios escuros, a convivência com meios largos para

que não nasceram e a que possivelmente jamais ascenderiam, se as circunstâncias os não favorecessem.

Das figuras de J. P. d'A. é a central, a do protagonista — Raúl de Meneses — a que concentra em si todo o interêsse do drama, a que mais nos impressiona, a que mais humana nos parece. Vem a seguir a de Maria Helena, sua nora, figurinha graciosa e dedicada que, muito vagamente embora, nos recorda a clássica Antígona junto do velho Épigo cego. Depois são os personagens «viscosos» da peça — Maria Antónia, mulher de Raúl, António Pedro, filho dos dois, Duarte da Silveira, sócio dêste e do pai e, cumulativamente, amante de Maria Antónia — os três verdugos que impõem, logicamente, contrariados embora, o desenlace final.

O conflito, desenvolvido com lógica desde a primeira cena mantém-se num crescendo de interêsse que, na última do 2.º acto e na cena final da peça, atinge culmânças dramáticas que, no palco, deveriam ter sido magistrais.

J. P. d'A., romancista consagrado e ilustre, firmou, com esta peça, o seu nome como dramaturgo, dando-nos uma peça que constitui espécie valiosa entre as que nos tem dado o teatro contemporâneo.



DIÁRIO DO 3.º CONDE DE LINHARES,
VICE-REI DA ÍNDIA. TÔMO II. Bi-
blioteca Nacional. Lisboa, 1943.

Êste tÔmo continua o curioso *Diário* do Vice-Rei da Índia e abrange o ano de 1634, fornecendo interessantes e importantes informações históricas para o conhecimento da história do Oriente português durante o domínio filipino, pois não se limita a ser simples nar-

ração do dia-dia do Vice-Rei, mas constituiu um verdadeiro tombo para o qual o Conde de Linhares trasladou officios, relatórios e outra documentação official expedida sob o seu governo.



INDEX DAS NOTAS DE VÁRIOS TABELIÃES DE LISBOA (Séculos XVI-XVIII). Tómo 3.º Biblioteca Nacional. Lisboa, MCMXLIV. 574 págs.

O interêsse desta obra é óbvio, tal a soma de informações que pode fornecer ao historiador, ao artista, ao escritor e, principalmente, ao olissipógrafo que muito material abundante aqui tem em que forragear à vontade. O volume é acompanhado de vários indices que facilitam muito a consulta e o tornam sobremaneira precioso.



DIÁRIO ÍNTIMO, por *Henri-Frédéric Amiel*. Tradução portuguesa de *Teresa Leitão de Barros*. Prefácio de *G. Marañon*. Livraria Tavares Martins. Pôrto, 1944. 2 vols. xx — 250 págs. ; e 267 págs.

Singular destino o dêste obscuro professor genebrino, que passou anos a escrever, silenciosamente, o que pensava e o que sentia e que, ignorado durante a vida, veio encontrar a consagração *post mortem!* No entanto, confessêmo-lo: pessoalmente Amiel não nos é simpático, por muito que os seus panegiristas, principalmente os femininos, no-lo queiram apresentar a luz favorável.

Tem-se querido ver nesse homem singular um espírito superior, a quem a timidez impediu de entrar no convívio dos grandes espíritos e de impor o seu

nome a todo o mundo pensante. E o professor illustre que é o dr. Gregório Marañon, num livro já célebre — *Amiel, un estudio sobre la timidez* — não se cansa de demonstrar que a timidez de Amiel tinha uma causa puramente sexual, não sendo êle tanto um tímido, na acepção corrente da palavra, mas um homem que, por ter uma alta concepção da mulher, receava uma desilusão ao primeiro apêche. Era isto o que o levava a afastar-se do outro sexo e a quási ignorar, ou a fingir que ignorava, as paixões que inspirava.

Quanto a nós parece-nos que «o eminente professor» genebrino foi, sobretudo, um orgulhoso da estirpe de Gæthe. Como, porém, lhe faltava o génio, que sobrava ao autor do *Wilhelm Meister*, se manteve pela vida fora num ambiente recolhido por receio de misturar-se à multidão ou mesmo aos que buscam, por caminho diverso, o pão nosso de cada dia. E para nos compenetrarmos disso basta-nos apenas folhear ao acaso êste *Diário íntimo*, cujo título não é verdadeiro de todo por o livro ser constituído apenas por aquelas confissões que o seleccionador entendeu não diminuir o autor: faltam-lhe as páginas mais importantes e sôbre grande parte das quais o dr. Marañon construiu o seu livro citado.

Ora êste orgulhoso, quando se encontrava em presença de outro, de mais talento, sentia-se diminuído, e era o seu *Diário* o repositório da sua má-vontade. Vejam-se, por exemplo, os seus juízos sôbre Chateaubriand e sôbre Vitor Hugo (vol. I, págs. 97 e 144), ou sôbre Rousseau (vol. II, pág. 167). Êsse «eminente professor» de Genebra não perdoava que os homens de talento ou de génio fôsem orgulhosos, porque entendia que o orgulho era apanágio seu. E certamente por orgulho se afastava das mulheres, crendo ser uma diminuí-

ção pessoal a entrega total. Tanto quanto o podemos depreender d'êste *Diário íntimo*, a concepção que êste espirito limitado tinha do amor era tão elevada que por certo mulher alguma dêste mundo o pudera compreender... e satisfazer.

E aqui está como um homem mediocre, que, segundo ainda o dr. Maraion, não foi um verdadeiro «pensador» mas um homem «pensativo» (*ob. cit.*, pág. 63), veio a atingir um lugar de tal notoriedade, que ultrapassou o de muitos outros mais dignos do que êle ao renome e à glória. O seu *Diário* é prova do seu orgulho, porque êle *sabia* que um dia lho publicariam. E êle, que passara — Deus sabe com que dor — tôda a vida ignorado, quis forçar as portas da imortalidade depois da sua morte. Quando um homem tem pudor verdadeiro em revelar a sua própria alma, faz o que tantos outros fizeram: destrói o documento indiscreto. E isso não fêz Amiel.

Fica a literatura portuguesa a possuir agora uma obra que é, na realidade, um documento humano, não pelo que diz, mas pelo que deixa adivinhar. E fica em elegante tradução que, em muitos pontos, é superior ao original.



EUGÉNIO DE CASTRO NA POESIA PORTUGUESA, por *Alfredo Pimenta*. Guimarães, 1944. Edição da revista *Gil Vicente*. 48 págs.

Os nossos leitores conhecem já êste substancioso trabalho do ilustre colaborador desta Revista, e ainda recentemente aqui publicado. É um estudo perfeito da estética do grande poeta dos *Oaristos*, e espécie valiosa entre a bibliografia já vasta a êle dedicada. Um leve senão tomamos a liberdade de apontar neste trabalho: as referências e crítica à poesia modernista que, embora espi-

rituosas, têm o seu quê de injustiça, porque, se há de facto poetas (?) capazes de parturejarem «coisas» como as de que o Autor dá exemplos a págs. 17 e 19, também os há autênticos que, dentro dos moldes da técnica modernista (que, diga-se de passagem, não admiramos), têm escrito poesias de grande beleza.



O SÁBIO QUE SABIA TUDO E OUTRAS HISTÓRIAS, por *José de Lemos*. Edições «Gama». Lisboa MCMXLIV. 86 págs.

Eis mais um excelente livro de histórias para crianças, com o mérito de ser apresentado em edição magnífica, que lhe duplica o valor.

Apesar da abundância, verdadeiramente surpreendente, de livros infantis saídos dos prelos portugueses nos últimos dez anos, nem sempre a sua qualidade os impõe, sendo muitos e muitos postos à venda em edições deploráveis.

O do sr. J. de L. recomenda-se e impõe-se pela brevidade das narrações, clareza que as torna facilmente acessíveis aos crebrozinhos em formação, lógica perfeitamente aceitável e convincente, o que tudo é ainda valorizado com as curiosas ilustrações do Autor, de curiosa ingenuidade infantil.



OBRAS SELECTAS DE NICOLAU TOLENTINO. Com prefácio, notas e glossário, por *Augusto C. Pires de Lima*. Domingos Barreira — Editor. Pôrto, s. d. 198 págs.

Pertence êste volume à excelente «Colecção Portugal», a que por diversas vezes nos temos aqui referido, da qual é o n.º 15. Encerra variadas composições

do conhecido poeta oitocentista, muitas delas vulgarizadas, como *O Passeio* e *O Bilhar*, e abre com uma introdução em que o seleccionador defende o autor da acusação de pedinção, com que o sr. dr. P. de L. se não conforma. O facto é que, apesar de tudo, Tolentino passou grande parte da vida a pedir, servindo-lhe apenas de desculpa o não constituir excepção de monta entre os seus confrades frequentadores do Parnaso.



DIÁRIO, por *Katherine Mansfield*. Tradução portuguesa de *Fernando de Castro*. 1944. Livraria Tavares Martins — Pôrto. 282 págs.

Na conhecida colecção «Contemporâneos», que a livraria Tavares Martins há anos lançou no mercado, apareceu agora esta notável obra da falecida escritora inglesa K. M., cremos que a terceira versão portuguesa desta autora tão discutida.

Não é propriamente um *Diário* à maneira dos diários célebres de outros autores de nomeada, até mesmo por não ter aquela seqüência do dia a dia banal que constitui o fundo de todas as obras da espécie. É antes repositório variegado em que há páginas de diário, visões, memórias, excerptos de livros, sumários ou indículos para outros, solilóquios e até cartas particulares, embora o marido da autora, que é quem, em prefácio, apresenta a obra, nos advirta que essas cartas (algumas delas apenas em excerptos) não chegaram a ser remetidas aos destinatários.

Parece-nos que o facto de o livro ser constituído por grande miscelânea de excerptos o torna mais valioso para o conhecimento da psicologia de K. M., do que se se tratasse de mero diário, com as datas rigorosamente ordenadas, se-

guidas, sempre cheias de observações introspectivas, o que lhe daria certa monotonia. E se o *Diário* de K. M. aqui e além tem o seu quê de infantil pela sinceridade ingénua das confissões (note-se que a autora destruiu «o mesmo diário das suas queixas, conforme nos elucida o Prefaciador, pelo que «o que sobreviveu foi o que, por qualquer razão, ela quis que sobrevivesse»), se há mesmo banalidades que só por terem saído da sua pena o deixam de ser, a verdade é que, através destas páginas ora exaltadas, ora cheias de desalento, mas, ainda assim, sempre vibrantes, nós podemos bem ver o que de típica «inquietação» havia na alma de K. M. No seu sentir não havia nada do severo *cant* característico dos vitorianos, talvez por ela ser inglesa apenas de origem. Tendo visto pela primeira vez a luz do dia na longínqua Nova Zelândia, trazia nas veias muito do sangue ardente dessas remotas regiões, a que tantas vezes se refere nestas páginas cheias de vibração. Muito de comum há entre K. M. e certos espíritos femininos do continente, embora nos pareça que aquela leva a estes a vantagem da sinceridade. Porque o livro de K. M., ainda quando não é propriamente um diário, nunca deixa de ser o depoimento de uma alma sincera, que «adorava a vida em toda a sua beleza e toda a sua dor», e a aceitava «completamente e tinha o direito de a aceitar porque espera todos os sofrimentos que a vida pode impor a uma só criatura», como comovidamente escreveu o Prefaciador.

Sendo a nossa literatura tão pobre, misérrima até, de obras no género, não podemos deixar de aplaudir a publicação do *Diário* de K. M., por entendermos que há sempre vantagem em nos pormos em contacto com outras obras e outros espíritos além daqueles que estamos habituados a ver e a tratar. Não somos

adversários das traduções; o ponto é que a linguagem seja escoreita. Quanto ao resto tudo temos a lucrar com que se traduza, e cada vez em maior ritmo. É preciso arejar o nosso ambiente mental, porque só assim o sanaremos, e não com medidas de repressão. Não há país em que tanto se traduza como em Fran-

ça, e no entanto a sua literatura sempre foi rica e original, nada sofrendo com as traduções. Por isso aplaudimos a iniciativa da livraria T. M. e o critério cuidado com que António Ferro, director da colecção, escolhe as obras a traduzir.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

Oferta dos Autores:

Por amor de Portugal, por *Raimundo Belo* (com um Prefácio do Dr. Francisco Guerra).

No «28 de Maio» de 1945 e *Lázaro Mitrado*, por *A. Pinto de Almeida*.

Cousas da Madeira (III) *Credos & Superstições — Milagres & Outros Sucedimentos e Na agonia do despotismo*, por *Fernando de Aguiar*.

Oferta dos Editores:

Pro-Domo, Lisboa:

1 — *Código Social de Malines*, pelo *Cardeal Mercier*.

2 — *O Cardeal Cerejeira*, pelo *Padre Moreira das Neves* (fasc. 4.º).

3 — *Altura solar*, por *Alberto de Monaraz*.

Edições Gama, Lisboa:

1 — *A Iel moral e o sentido do universo*, por *C. S. Lewis*.

2 — *Suma política*, de *Sebastião César de Meneses*.

3 — *O Grande Inquisidor*, por *Walter Starkis*.

Livraria Tavares Martins, Pôrto:

Diário de Salavin, por *Georges Duhamel*.

Editorial Aviz, Lisboa:

Aristocratas, por *Maria Archer*.

Edições Universo, Lisboa:

Noite sem estrélas, por *Ferro Rodrigues*.

Edições S. N. I. — Lisboa:

1 — *Repovoamento florestal*.

2 — *Votar é um grande dever*, discurso de S. Ex.ª o Presidente do Conselho em 7-10-945.

3 — *Valorização da Terra Portuguesa*.

4 — *20 anos de grandes realizações*.

5 — *Ontem e Hoje*.

Instituto Britânico em Portugal
— Lisboa:

1 — *Methodism and the Common People of the Eighteenth Century*, por *Robert F. Wearmouth*.

2 — *In Search of Two charaters*, por *Dormer Creston*.

3 — *Imperial Commonwealth*, por *Lord Elton*.

ÍNDICE DO XXI VOLUME

TEXTO:

	PÁGS.
A estreia literária de António Sardinha — <i>Rodrigues Cavalheiro</i>	5
Dois centenários — <i>Fernando Campos</i>	8
O problema do descobrimento da Madeira — <i>António Alvaro Dória</i> 15, 50, 84 e	109
O Poeta Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, cultor do Classicismo Latino — <i>Maria Emilia Alves</i> 22 e	58
João Lopes de Faria — <i>Alberto V. Braga</i>	27
Velharias Vimaraneses (1845) — <i>João Lopes de Faria</i> 29, 63, 124 e	157
João de Azevedo Coutinho, herói nacional — <i>Abílio Coelho</i>	37
O Príncipe Real — <i>Hipólito Raposo</i>	69
D. Carlos I e o seu reinado — <i>Rodrigues Cavalheiro</i>	73
Cousas da Madeira — Credos & Superstições: Milagres & Outros Sucedimentos — <i>Fernando de Aguiar</i> 78 e	146
Fraqueza — <i>B. I. A.</i>	82
A Alma Amorosa de Catulo — <i>A. Saraiva de Carvalho</i> 101 e	182
Os dois Manuéis — <i>Carlos de Macedo</i>	107
Silvestre Pinheiro Ferreira e a posição portuguesa em face da unidade europeia nos alvares da liberal-democracia — <i>Jorge Vernez</i>	133
Duas cartas de Ramalho Ortigão à viúva de Eça de Queirós — <i>Rodrigues Cavalheiro</i>	165
Santa Teresa de Jesus e Madre Leocádia — <i>A. Pinto Almeida</i>	170

Dos Livros & Dos Autores:

Abreu e Sousa — <i>Pano acima</i>	31
Alfredo de Araújo Serrão (Dr.) — <i>O valor alimentar do mel e a sua aplicação na terapêutica infantil</i>	33
Alfredo Cortês — <i>Lá-Lás</i>	31
Alfredo Pimenta — <i>Eugénio de Castro na poesia portuguesa</i>	191
Alvaro Maia — <i>Vento sobre a charneca</i>	188
Alves Redol — <i>Avieiros</i>	159
António Alvaro Dória — <i>A Rainha D. Maria Francisca de Sabóia</i>	132
António de Castro Henriques — <i>Carlos Ramos</i>	35
António Pôrto-Além — <i>Diante da vida. «Últimos indícios»</i>	162
António Sardinha — <i>A lareira de Castela</i>	66
António de Séves — <i>A Revolução Francesa e as suas conseqüências</i>	131
Artur Tojal — <i>Rebeldia</i>	67
Augusto C. Pires de Lima — <i>Jogos e Canções Infantis</i>	32
Augusta Falcão da Costa — <i>Um grande amor</i>	162
Bertino Daciano R. S. Guimarães — <i>A propósito do pianista e compositor Miguel Angelo Pereira (1843-1901)</i>	34

	PÁGS.
Carlos Selvagem — <i>O problema das «élites» no mundo moderno.</i> . . .	96
<i>Centenário da Ponte Pênsil</i>	35
Deolinda Martins (Dr.ª) — <i>A saúde pela educação física</i>	34
<i>Diário do 3.º Conde de Linhares, vice-rei da Índia.</i>	189
Duarte de Montalegre — <i>Angústia</i>	95
Edgar Prestage e Karl Mellander — <i>As relações diplomáticas e comerciais entre a Suécia e Portugal de 1641 a 1670</i>	127
Eduardo de Almeida — <i>No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães.</i>	34
F. Falcão Machado — <i>Coimbra na obra poética de João Maria Ferreira</i>	188
Fernão Dantas da Gama — <i>A paixão dum homem rico.</i>	96
Flávio Martins — <i>O linho para fibra — Sua cultura</i>	161
Francisco Manso Preto Cruz — <i>Paiva Couceiro — Político-Militar-Colonial</i>	131
Gilbert Keith Chesterton — <i>Ortodoxia.</i>	126
Henri Frédéric Amiel — <i>Diário íntimo.</i>	190
Herbert J. C. Grierson — <i>Rethoric and English Composition.</i>	94
Ilídio de Sousa Ribeiro, O. F. M. (P.ª) — <i>Escola Franciscana</i>	130
<i>Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa</i>	190
J. A. Pires de Lima — <i>Palavras dum médico.</i>	187
J. Mancelos Sampaio — <i>A servidão de Barcelos a Guimarães</i>	95
Jerónimo de Almeida — <i>Fogo Maldito!</i>	160
João Maria Ferreira — <i>Versos do meu ocaso e Da janela do meu quarto</i>	187
Joaquim Paço d'Arcos — <i>O ausente.</i>	188
José Crespo (Dr.) — <i>Grandezas e misérias da profissão — A repressão do abôrto criminoso vista através de um manuscrito do século XVIII</i>	32
José da Cunha Brochado — <i>Cartas.</i>	130
José de Lemos — <i>O sábio que sabia tudo e outras histórias</i>	191
José da Mota Lopes — <i>Júlio Dantas e José Maria Rodrigues.</i>	33
José Pequito Rebêlo — <i>Meditações de Fátima</i>	99
Katherine Mansfield — <i>Diário</i>	192
Macaulay — <i>Frederico o Grande.</i>	65
Mário Gonçalves Viana — <i>Psicologia do Amor</i>	128
Mário Mota — <i>Caminhos de lirismo (Apontamentos)</i>	188
Maurício Collis — <i>Na terra da Grande Imagem.</i>	66
<i>Obras selectas de Nicolau Tolentino.</i>	191
Octávio Rodrigues de Campos — <i>Na fonte de Hipocrene</i>	188
R. P. Ruiz Amado — <i>Educação da Castidade</i>	162
Raúl Machado — <i>Cristo, Sinal de Contradição</i>	128
Rolão Preto — <i>Para além da Guerra</i>	97
Rosamund Lehmann — <i>Uma nota de música.</i>	97
<i>Sonetos de Camões</i>	127
Vaz Craveiro — <i>Princípio e Intermédio</i>	161

Revistas:	PÁGS.
Aléo.	163
Boletim Cultural.	99
Boletim de Trabalhos Históricos	99
Boletim da União de Grêmios de Logistas de Lisboa.	67
Ibero-Amerikanisches Archiv	99
Revista do Instituto de Cultura Alemã	68
Universidad	99

Registo de obras recebidas.	36, 68, 100, 163 e	193
--	--------------------	-----

Ilustrações :		
Cruzeiro de Nossa Senhora da Guia (Guimarães)		28-A
Leiria — Torre do Bispo e o Castelo		56-A
Santa Maria de Alcobaça.		56-B
Reflexos — Amarante		84-A
Portal do Fidalgo — Arnoia — Celorico de Basto		84-B
Santa Teresa de Jesus		172-A
Santa Clara (a velha) — Coimbra		172-B

Índice dos autores :		
A. Pinto Almeida		170
A. Saraiva de Carvalho	101 e	182
Abílio Coelho.		37
Alberto V. Braga		27
António Alvaro Dória.	15, 31, 50, 84, 94, 109, 127, 159 e	189
B. I. A.		82
Carlos de Macedo		107 7
Fernando de Aguiar	78 e	146
Fernando Campos		8
Hipólito Raposo		69
João Lopes de Faria.	29, 63, 124 e	157
Jorge Maltieira	28-A, 56-A, 56-B, 84-A, 84-B e	172-B
Jorge Vernex.		133
Manuel Alves de Oliveira	65 e	130
Maria Emília Alves	22 e	58
Rodrigues Cavalheiro	5, 73 e	165